

RELATÓRIO E CONTAS **2018**



9H

RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO



8H

CARACAS
CARACAS



6H

NOVA IORQUE
NEW YORK



PORTO



2H

LONDRES
LONDON



2H

PARIS
PARIS



2H

BERLIM
BERLIN



20 min.

AEROPORTO DO PORTO
(FRANCISCO SÁ CARNEIRO)
MINUTES FROM OPORTO AIRPORT
(FRANCISCO SÁ CARNEIRO)



10 min.

LINHA FERROVIÁRIA
'LINHA DO NORTE'
10 MIN.
RAIL LINE
(NORTH LINE)



20 min.

PORTO DE MAR | PORTO
20 MIN. | SEAPORT (PORTO)

40 min.

PORTO DE MAR | AVEIRO
40 MIN. | SEAPORT (AVEIRO)



santa maria da feira
câmara municipal

I. INTRODUÇÃO	5
Mensagem do Presidente	6
Nota Prévia	11
Principais Resultados	12
II. RELATÓRIO FINANCEIRO	13
ANÁLISE ORÇAMENTAL	14
1. Equilíbrio Orçamental	15
2. Análise global do orçamento	17
3. Análise do Orçamento da Receita	20
4. Análise do Orçamento da Despesa	28
5. Estrutura Orçamental - Rácios	40
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	42
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	48
Análise do Balanço	49
Análise da Demonstração de Resultados	68
Proposta de Aplicação de Resultados	72
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73
III. ATIVIDADES	97
Desenvolvimento Económico e Empresarial	98
Urbanismo	103
Administração e Finanças	109
Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território	122
Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes e Saúde	142
Ação Social	159
Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus	203
Comunicação	254
Educação	260
Desporto	276
Juventude	282
IV. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	

Índice Quadros

Quadro 1 - Análise do Equilíbrio Orçamental	15
Quadro 2 - Análise da Poupança Corrente	16
Quadro 3 - Análise aos Saldos no período 2017 e 2018	17
Quadro 4 - Orçamento do ano 2018	18
Quadro 5 – Modificações orçamentais	19
Quadro 6 – Reforço / Diminuição do orçamento da receita	20
Quadro 7 - Estrutura Geral da Receita	21
Quadro 8 - Receitas Próprias	22
Quadro 9 – Impostos Diretos	23
Quadro 10 - Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades	24
Quadro 11 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes	25
Quadro 12 - Rendimentos de Propriedade	26
Quadro 13 – Transferências	26
Quadro 14 - Transferências – Receitas Correntes	27
Quadro 15 - Transferências – Receitas de Capital	27
Quadro 16 - Estrutura Geral da Despesa	28
Quadro 17 - Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento	30
Quadro 18 - Despesa com o Pessoal	32
Quadro 19 - Aquisição de Bens	34
Quadro 20 - Aquisição de Serviços	34
Quadro 21 - Outros Serviços	35
Quadro 22 - Evolução das Transferências Correntes e Subsídios	36
Quadro 23 - Investimento Global	37
Quadro 24 - Plano Plurianual Investimentos do ano 2018	37
Quadro 25 - Transferências de Capital	38
Quadro 26 - Evolução do Serviço da Dívida	39
Quadro 27 - Resumo dos Fluxos de Caixa	40
Quadro 28 - Rácios	40
Quadro 29 - Entidades Participadas	45
Quadro 30 - Posição do grupo municipal	45
Quadro 31 - Limites para 2019	46
Quadro 32 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético	49
Quadro 33 - Evolução do Imobilizado Líquido	51
Quadro 34 - Investimentos Financeiros	52

Quadro 35 - Ativo Circulante	53
Quadro 36 - Acréscimos e Diferimentos – Ativo	54
Quadro 37 – Fundos Próprios	55
Quadro 38 - Estrutura do Passivo	56
Quadro 39 - Evolução da Dívida	57
Quadro 40 - Dívida de Médio e Longo Prazo	58
Quadro 41 - Dívida a Terceiros de Curto Prazo	61
Quadro 42 - Prazo Médio de Pagamentos	63
Quadro 43 - Acréscimos e Diferimentos - Passivo	64
Quadro 44 - Controlo Financiamentos Obtidos	65
Quadro 45 - Demonstração de Resultados	68
Quadro 46 - Indicadores Financeiros	70
Quadro 47 - Rácios	71

Índice Gráficos

Gráfico 1 - Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada	19
Gráfico 2 – Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada	19
Gráfico 3 – Evolução da Receita	21
Gráfico 4 – Evolução Receitas Próprias	22
Gráfico 5 – Comparação das Receitas Próprias	23
Gráfico 6 – Evolução dos Impostos Diretos	24
Gráfico 7 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades	25
Gráfico 8 – Estrutura Geral da Despesa	29
Gráfico 9 – Composição das Despesas de Funcionamento	30
Gráfico 10 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente	31
Gráfico 11 – Evolução dos limites versus evolução da dívida do grupo municipal	47
Gráfico 12 – Estrutura e Evolução da Autarquia	50
Gráfico 13 – Peso dos Fundos Próprios	55
Gráfico 14 – Evolução da Dívida Global	57
Gráfico 15 – Dívida de Médio e Longo Prazo / Dívida de Curto Prazo	58
Gráfico 16 – Natureza da Dívida de Médio e Longo Prazo	60
Gráfico 17 – Natureza da Dívida de Curto Prazo	62
Gráfico 18 – Evolução da dívida de curto prazo	62
Gráfico 19 – Evolução do prazo médio de pagamento	63
Gráfico 20 – Evolução dos Resultados	70

A solid blue background with a vertical white line on the left side, extending from the top to the middle of the page.

introdução

mensagem do presidente

O ano de 2018 foi mais um ano de trabalho para concretização do compromisso com os Feirenses, na implementação da estratégia de fomento do posicionamento do concelho à escala nacional e internacional, estratégia essa que a generalidade dos indicadores de análise, nos posiciona na liderança da boa gestão. Em poucos anos o município reforçou a sua capacidade de atração de investimento, milhares de postos de trabalho foram criados melhorando as condições de vida das pessoas, e hoje estamos já numa situação de quase pleno emprego que nos lança no novo desafio de reforçar a nossa competitividade pelas competências das pessoas e levar a economia local a um aumento dos salários por força da procura de trabalhadores pelas empresas.

Há 6 anos enfrentávamos o grave problema do desemprego com uma taxa de desemprego superior a 15% o que ameaçava seriamente a coesão social do território.

Hoje, graças à estratégia implementada, já falamos de pleno emprego e ambição por competências e salários mais elevados.

O ano de 2018 veio assim, na sequência do trabalho anterior, marcar mais a ambição de um território virado para o exterior, onde ambição e internacionalização são as novas palavras chave.

No desenvolvimento económico, na educação, na cultura, no investimento, cada vez mais há uma palavra comum a todos os sectores: internacionalização. Dando corpo a este desiderato, em 2018 promovemos visitas à Suíça e Suécia, com apresentação do território e oportunidades às Câmaras de Comércio e Indústria de Genebra e Gotemburgo.

Aproveitando também a deslocação ao Rio de Janeiro para a habitual participação no aniversário da Casa da Vila da Feira, promovemos conferências para investidores no Rio de Janeiro e em S. Paulo (Brasil).

A par destes resultados concretos na vida das pessoas, conseguimos também talvez o melhor desempenho financeiro do Município de sempre.

Na verdade, na componente financeira temos dos melhores indicadores do país, posição relevada e publicada pelo “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses”.

O prazo médio de pagamentos é de 13 dias, conseguimos uma diminuição da dívida global de cerca de 5,5 milhões de euros, não temos pagamentos em atraso e temos uma elevada capacidade de endividamento.

Este desempenho permitiu-nos já baixar a taxa do IMI.

No que diz respeito ao desenvolvimento económico o projeto “Bizfeira” tem sido o motor e chapéu de todo o trabalho desenvolvido.

No “Forum Bizfeira” realizado em Outubro de 2018 no Europarque, foi lançada uma edição actualizada da revista “GoodMakers / Fazemos bem” e, tendo como mote a internacionalização, o tema deste ano foi “As PME na economia global”. O País convidado foi os Estados Unidos da América, com a presença de importantes personalidades na conferência sobre o mote “negociar e investir nos EUA”.

Durante o fórum e nos diferentes “Biztalks” foram organizados meetings com as 15 Câmaras de Comércio presentes, promoveu-se o debate sobre oportunidades de negócio na saúde e a questão premente da adequação da qualificação dos recursos humanos às necessidades do mercado de trabalho atual e emergente e a atração / criação de talentos de uma nova geração de colaboradores.

Para além das 15 Câmaras de Comércio presentes estiveram também presentes fortes representações do Brasil e da Suécia, sendo que se perspetiva que o país convidado em 2019 seja o Brasil.

Na área social, tendo presente uma cada vez maior necessidade de inovar face à complexidade dos problemas da sociedade atual, em 2018 foi apresentado o Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira 2018-2021, instrumento estratégico da rede social concelhia, o qual define a execução de ações e caminhos e respostas sociais inovadoras, contando com o envolvimento de todos os atores locais, nomeadamente através das dinâmicas potenciadas pelos 21 Fóruns Sociais de Freguesias e de Uniões de Freguesias, que atuam em prol da coesão social do nosso concelho através da alavancagem e prossecução de iniciativas de natureza social de proximidade.

As diversas políticas sociais encetadas pelo Município, focadas principalmente na intervenção junto da população mais vulnerável, permitiram em 2018, alcançar objetivos inclusivos proactivos, através de uma intervenção integrada e multidimensional em diferentes frentes, trabalhados de modo cooperativo com os vários parceiros que integram a Rede Social concelhia.

Paralelamente prosseguiu-se com a generalidade das atividades já desenvolvidas anteriormente.

No que diz respeito às Migrações, o Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes prosseguiu com a missão iniciada em 2003, tendo registado em 2018 o maior número de atendimentos de sempre tendo-se salientado a tendência para a obtenção da nacionalidade portuguesa de luso-descendentes.

Quanto ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), registou-se no ano de 2018 um elevado crescimento em termos de atendimento a cidadãos imigrantes, fruto principalmente dos problemas da Venezuela e da promoção de Santa Maria da Feira efetuadas pela Presidência no Brasil.

De destacar ainda que o GACE continuou a apoiar a plataforma de negócios Bizfeira, atuando como instrumento de comunicação entre empresários feirenses e a sua diáspora.

No Sector da Educação e à semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, verificamos um decréscimo do número de alunos, o que é muito preocupante e constitui o maior desafio a enfrentar pelo Município e pelo País. No entanto sem contar com os alunos do ensino superior, o Município tem mais de 14 mil alunos que são o grande ativo estratégico do território.

Assim, deu-se início ao processo de revisão da carta educativa, tendo sido adjudicado o trabalho à Universidade de Aveiro. No 1.º semestre executou-se a elaboração do diagnóstico do Município articulando as componentes de caracterização territorial, demográfica e socioeconómica e caracterização da rede educativa e da oferta educativa. No final do 2.º semestre foram apresentadas as propostas de reconfiguração da rede educativa ajustadas às necessidades da procura identificadas para que sejam posteriormente discutidas pelas diferentes partes interessadas.

No Sector da Educação são inúmeras as atividades promovidas, merecendo especial destaque pela sua importância futura na competitividade do território, o “Edufeira – Inovamos para o sucesso – PIICIE”, em especial as ações “Educação 5.0.”, onde foi lançada a plataforma multimédia online, com conteúdos customizados para o município, tendo-se realizado ações de capacitação para todos os professores do 1.º CEB; o projeto “Hora de Programar”, que iniciou em 13 turmas do 1.º CEB e em grupos do 2.º/3.º CEB.

De referir ainda o Plano de Desenvolvimento Europeu que promove a mobilidade e intercâmbios internacionais, promovendo-se também assim a internacionalização deste sector.

No que a obras diz respeito no Sector da Educação, para além das inúmeras obras de conservação e manutenção que se realizam correntemente, merece especial destaque o arranque da construção do novo Centro Escolar de Fornos, onde se espera venha já iniciar-se o ano letivo 2019/2020 e a reabilitação da Escola EB 2.3 e Secundária Coelho e Castro de Fiães, esta com um investimento total a rondar os 3 milhões de euros.

Na área do Desporto tem sido uma constante o desenvolvimento de projetos para aumentar a prática e a cultura desportiva, bem como o apoio ao Associativismo Desportivo. Merece aqui uma especial referência o projeto “Runforfeira” que mobiliza mais 45 000 participantes, em 74 atividades distribuídas por 17 freguesias.

No que diz respeito a novos espaços desportivos merece uma especial referência a construção do pavilhão de Mozelos.

No que ao Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território diz respeito o ano de 2018 foi marcado pela reestruturação dos serviços e novo organograma, sendo que o grande esforço de trabalho ficou marcado pelo desenvolvimento de inúmeros projetos, muitos dos quais em fase de lançamento e outros com concursos decididos.

No Departamento das Obras Municipais, foram preparadas e lançadas a concurso cerca de 12 milhões de euros de projeto, incluindo a 7.ª fase de pavimentações, com cerca de 60 quilómetros, algumas

requalificações de centros urbanos, requalificações de arruamentos, obras emblemáticas como o Arquivo Municipal e os projetos de reabilitação dos diversos empreendimentos de Habitação Social do Concelho.

No que diz respeito a grandes obras executadas ou iniciadas, de referir a requalificação da Zona Central De Fiães, o Largo Inácio Monteiro em Souto e a requalificação urbana da Área Central de Lourosa. Acresce a concretização de várias dezenas de quilómetros de repavimentações em vias municipais e a requalificação de arruamentos como a Rua Armando Pinto Assunção em Fornos, a Rua da Igreja em Oleiros, a EM 520 em Argoncilhe, entre vários outros.

Ainda no campo das obras municipais uma especial referência à requalificação da Quinta do Castelo e o início das obras de reabilitação em 5 Empreendimentos de Habitação Social.

No que diz respeito á Mobilidade, trabalhou-se ativamente na definição da nova concessão do serviço público de transporte de passageiros e iniciou-se a preparação do Plano de mobilidade do Concelho.

No âmbito do Planeamento merece destaque a redelimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do município, cujo trabalho foi concluído e apresentado ao Municípes em sessão pública.

As áreas de governação da Cultura e do Turismo prosseguiram, no exercício de 2018, os objetivos estratégicos estabelecidos para o ciclo de governação, com o propósito base de contribuir para a construção de uma comunidade mais diversa, mais dialogante e mais democrática. Para tal foram executadas ações chave, projetos e atividades sobre o desígnio, transversal, de expandir o acesso, fomentar oportunidades e construir conexões.

No Ano Europeu do Património Cultural, o acolhimento da V Capital da Cultura do Eixo Atlântico pelo Município de Santa Maria da Feira, constituiu-se um momento ímpar com impactos diretos e colaterais significativos nas questões do acesso, no fomento de oportunidades e na construção de conexões.

Ao longo de 52 semanas do ano foram promovidos 51 eventos específicos com grande foco na Cultura Urbana e na programação para jovens. Não obstante a dimensão internacional do programa foram integrados 12 eventos organizados pelo tecido associativo concelhio e realizadas 7 atividades com artistas locais.

No balanço final da organização, incluindo os 3 grandes eventos de rua de Santa Maria da Feira, estimamos um número total de públicos na ordem das 838 mil pessoas que assistiram às atividades de programação da V Capital da Cultura do Eixo Atlântico.

Foi também em 2018 que se iniciou o novo programa de descentralização do acesso às atividades culturais no concelho - "Artes em Itinerância" - e que o Imaginarius foi reconhecido internacionalmente nos Eventex Awards e nos ©ECTN Awards 2018 EYCH.

No Turismo verificou-se um acréscimo de 7,7% no número de dormidas nas unidades hoteleiras do concelho, totalizando 105.514 dormidas, bem como um acréscimo de 7,6% número de visitantes dos equipamentos culturais e turísticos de Santa Maria da Feira, num total de 283.140 visitantes.

No que concerne à atividade da Biblioteca Municipal notou-se o incremento do número de visitantes presenciais face a 2017, com um crescimento expressivo de 49,9%, facto para o qual terá contribuído

certamente o alargamento de horário de serviço, incluindo os domingos entre as 09h30 e as 12h30. Nota ainda para o início da atividade de programação regular de cinema para escolas, famílias, jovens e adultos, num total de 37 sessões anuais que registaram 4.194 espectadores. Nota positiva para o crescimento do número total de leitores, de 2,7%, do número de novos leitores, de 9,3%, e do número total de empréstimos, de 11,2%, em 2018.

Não poderemos deixar de realçar a materialização do testamento do Padre Domingos A. Moreira, Abade de Pigeiros, sobretudo, a inauguração da sua biblioteca, em Pigeiros.

No que diz respeito ao Arquivo Municipal, sublinha-se a elaboração do projeto da construção do seu espaço bem como o início das atividades conducentes à implementação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Municipal, segundo o referencial da norma ISO 30301, que colocará o Município na vanguarda dos Arquivos Municipais e constituirá um forte instrumento de modernização administrativa.

Os Museus Municipais, Museu Convento dos Loios e Museu do Papel Terras de Santa Maria, registaram, em 2018, um número total de 72.216 visitantes o que representou um crescimento de 25% comparativamente a 2017.

No que diz respeito ao Ambiente e Serviços Urbanos, que constituíram as principais prioridades de atuação em anos anteriores, hoje são realidades concretas que contribuem para a grande competitividade do território.

Com uma taxa de cobertura ao nível do abastecimento de água de 97% do território municipal e de 90% na vertente do saneamento, com o serviço de recolha dos resíduos urbanos em todo o território, Santa Maria da Feira orgulha-se hoje de estar ao nível dos países desenvolvidos de todo o mundo.

No setor dos Jardins e Espaços Verdes foram iniciados vários projetos paisagísticos e trabalhados diversos espaços em parceria com as Juntas de Freguesia, bem como foi concluído o projeto de execução para a ligação do passadiço do Uíma, entre Fiães e Caldas de S. Jorge, na freguesia de Lobão.

Muito resumidamente, foram estes os factos mais relevantes concretizados em 2018, no entanto, só uma leitura da totalidade do documento e dos relatórios sectoriais, permitirá aferir a verdadeira dimensão do trabalho desenvolvido.

nota prévia

Em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e respetivas alterações, compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificados no n.º2, do ponto 2 – Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, que dele faz parte integrante, e submetê-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2018, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município de Santa Maria da Feira, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Com o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecidos pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidadas passam a poder ser aprovados em momento diferente das contas individuais do Município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental, patrimonial e analítica da responsabilidade da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, constante nos diversos documentos de prestação de contas, tendo como princípio orientador uma situação financeira robusta, nomeadamente a redução dos rácios de endividamento, que cumprimos, e uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência operacional.

principais resultados

No ano de 2018 prosseguimos uma política de gestão centrada no esforço de contenção dos gastos, em particular da despesa corrente, tendo sido possível, assegurar que no essencial as atividades previstas e programadas nas Opções do Plano fossem concretizadas. De facto, conseguimos demonstrar que a Câmara Municipal foi capaz, não só de reunir as condições técnicas, financeiras e materiais essenciais ao integral aproveitamento dos recursos disponíveis, bem como manter e elevar a qualidade e eficiência dos serviços prestados.

As contas do Município de Santa Maria da Feira relativas ao exercício de 2018, resumem-se, globalmente, pelos seguintes aspetos:

Diminuição da dívida global do Município entre o ano 2017 e o ano 2018 no montante de 5.474.197,26€, não considerando o valor das operações de tesouraria.

Um prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMPF) de 13 dias.

Em termos orçamentais, atingimos uma execução global da receita de 98,84%, sendo que a receita corrente bruta cobrada foi de 57.920.910,69€, ou seja, foi executada em 101,47%, o que denota o grande rigor com que foram elaborados os documentos previsionais de 2018.

Em termos financeiros, de notar o aumento do ativo líquido do Município em 11.410.909,24€, face ao ano anterior.

Uma diminuição do passivo de médio e longo prazo no montante de 4.263.094,50€ e uma diminuição do passivo de curto prazo em 1.211.102,76€, excluindo o valor das operações de tesouraria.

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado Líquido do exercício positivo de 16.467.251,96€.

Estes factos evidenciam o sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

A solid blue background with a thin white vertical line on the left side, extending from the top to the middle of the page.

relatório financeiro



análise orçamental

I - Equilíbrio Orçamental

O Município de Santa Maria da Feira cumpre integralmente o conceito de equilíbrio orçamental, que nos termos do artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, prevê o seguinte:

“1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.”

Quadro 1 - Análise do Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental	
Receitas correntes líquidas arrecadadas	57 680 621,65 €
Despesas correntes pagas	39 204 824,73 €
Saldo corrente	18 475 796,92 €
Amortizações médias para o ano de 2018	3 484 432,94 €
Equilíbrio orçamental	14 991 363,98 €

Também o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A evolução da poupança corrente ao longo do último biénio, verificada no quadro seguinte, permite comprovar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicarem em investimento e amortização da dívida. O ligeiro decréscimo da receita corrente em 2018 relativamente a 2017 conjugado com um aumento mais significativo das despesas correntes influenciou a poupança corrente cujo valor foi inferior ao verificado no ano de 2017.

Quadro 2 - Análise da Poupança Corrente

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO		
	2017	2018
Receita Corrente Executada	58 787 930,42 €	57 920 910,69 €
Despesa Corrente Executada	36 749 284,37 €	39 204 824,73 €
Poupança Corrente Bruta	22 038 646,05 €	18 716 085,96 €

Por último, é fundamental analisar os saldos orçamentais no âmbito da abordagem do SEC/95 e das contas públicas nacionais, sendo que o cálculo dos saldos orçamentais permite efetuar uma melhor abordagem dos equilíbrios orçamentais (entre a estrutura da receita e da despesa), bem como do défice público. Utiliza-se para o efeito o saldo na ótica de caixa.

Quadro 3 - Análise aos Saldos no período 2017 e 2018

Análise Global		
	2017	2018
Receita corrente bruta	58 787 930,42 €	57 920 910,69 €
Saldo da gerência anterior + reposições	21 918 067,19 €	27 625 251,80 €
Despesa corrente	36 749 284,37 €	39 204 824,73 €
Saldo Corrente	43 956 713,24 €	46 341 337,76 €
Receita de capital bruta	4 189 101,35 €	3 039 493,78 €
Despesa de capital	20 521 127,53 €	19 665 468,55 €
Saldo de capital	- 16 332 026,18 € -	16 625 974,77 €
Receitas totais	84 895 098,96 €	88 585 656,27 €
Despesas totais	57 270 411,90 €	58 870 293,28 €
Saldo orçamental	27 624 687,06 €	29 715 362,99 €
Ativos financeiros receita		
Ativos financeiros despesa	411 738,00 €	308 807,25 €
Passivos financeiros receita		
Passivos financeiros despesa	8 387 651,33 €	5 589 102,59 €
Receitas totais-AF-PF	84 895 098,96 €	88 585 656,27 €
Despesas totais-AF-PF	48 471 022,57 €	52 972 383,44 €
Saldo global ou efetivo	36 424 076,39 €	35 613 272,83 €
Juros	254 247,40 €	123 914,32 €
Saldo Primário	36 678 323,79 €	35 737 187,15 €

Como se pode constatar no quadro supra, fica patente a capacidade que o Município tem demonstrado em gerar riqueza, bem, como em assegurar a sustentabilidade da receita face às despesas geradas.

II. Análise Global do Orçamento

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Com o objetivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efetivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respetivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 4 - Orçamento do ano 2018

ORÇAMENTO DO ANO 2018						
	PREVISÃO			EXECUÇÃO		
	INICIAL	FINAL	DESVIO	VALOR	Taxa de Execução%	
Receitas Correntes	57 296 068,00 €	57 084 189,00 €	- 211 879,00 €	57 920 910,69 €	101,47%	
Receitas Capital	9 425 932,00 €	4 918 047,00 €	- 4 507 885,00 €	3 039 493,78 €	61,80%	
Outras Receitas	500,00 €	500,00 €	- €	564,74 €	112,95%	
Saldo da Gerência Anterior	- €	27 624 687,06 €	27 624 687,06 €	27 624 687,06 €	100,00%	
Total	66 722 500,00 €	89 627 423,06 €	22 904 923,06 €	88 585 656,27 €	98,84%	
Despesas Correntes	43 493 104,00 €	49 853 805,07 €	6 360 701,07 €	39 204 824,73 €	78,64%	
Despesas Capital	23 229 396,00 €	39 773 617,99 €	16 544 221,99 €	17 665 468,55 €	44,42%	
Total	66 722 500,00 €	89 627 423,06 €	22 904 923,06 €	56 870 293,28 €	63,45%	

Do observado do quadro anterior resulta que o total do orçamento final aprovado para o ano de 2018 foi de 89.627.423,06€, sendo o total da receita bruta cobrada de 88.585.656,27€ e o total da despesa executada de 56.870.293,28€.

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

- A taxa de execução das receitas correntes foi de 101,47%, o que significa que para uma previsão final de 57.084.189,00€ se atingiu uma execução de 57.920.910,69€ que traduz um desvio positivo de 836.721,69€, ou seja, a cobrança efetiva de receita foi superior à receita estimada;
- No que respeita às receitas de capital, e para uma previsão final de 4.918.047,00€ atingiu-se uma execução de 3.039.493,78€, representando um desvio de (-) 1.878.553,22€, correspondendo a uma taxa de execução 61,80%.
- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 63,45%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 78,64%, e 44,42%, do total orçamentado.

Segue-se gráficos demonstrativos da receita e da despesa, referentes ao ano de 2018.

Gráfico 1 - Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada

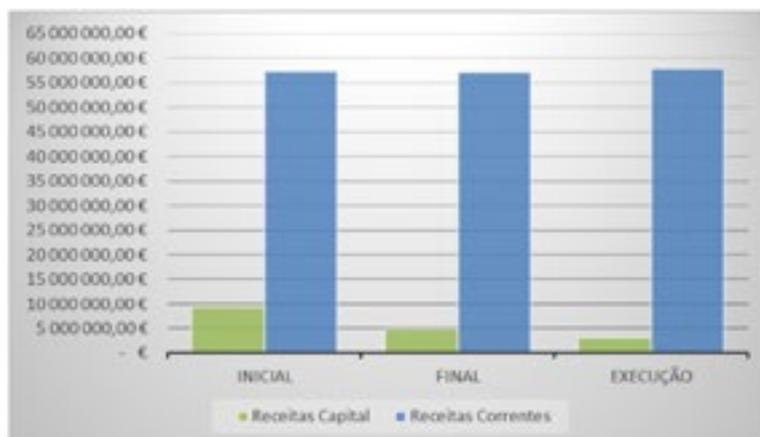
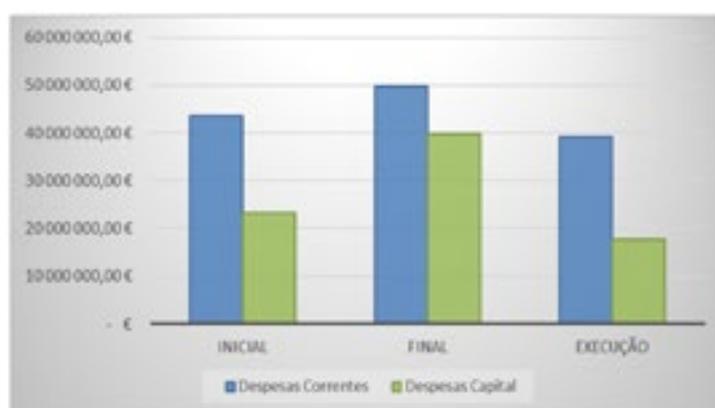


Gráfico 2 – Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada



Modificações Orçamentais

Faz parte integrante do normal processo de execução orçamental reforçar ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Interessa, por isso, proceder à apreciação dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o ciclo em apreço, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se segue.

Quadro 5 – Modificações orçamentais

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	14	1
Plano Plurianual de Investimentos	13	1
Plano de Atividades Municipais	14	1
Orçamento da Receita	0	1

O reforço/diminuições do orçamento da receita deve-se à incorporação dos valores a seguir discriminados:

Quadro 6 – Reforço / Diminuição do orçamento da receita

Descrição	Reforço	Diminuições
Transferências Capital - Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados - FEDER/Fundo de Coesão		5 000 000,00 €
Transferências do Estado de acordo com a LEO 2018	359 091,00 €	78 855,00 €
Saldo da Gerência Anterior	27 624 687,06 €	
Total	27 983 778,06 €	5 078 855,00 €

A elaboração do orçamento para o ano económico de 2018, ocorreu de acordo com o preceituado no artigo 45º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o qual, foi realizado três meses antes do final do ano. Desta situação resultou que para além da inscrição do saldo orçamental, e para que se obtivesse uma informação mais realista do orçamento, se diminuiu a dotação de algumas rubricas que julgamos deter excesso de dotação, face à expectativa gerada pelo quadro comunitário.

Na primeira revisão procedeu-se à integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 27.624.687,06€, bem como a atualização das transferências do Estado para as Autarquias Locais conforme o Orçamento de Estado para 2018 que implicou o aumento global do orçamento da receita, como contrapartida do aumento global do orçamento da despesa, em igual montante. A utilização do diferencial, no valor de 5.000.000,00€ teve como contrapartida a diminuição das rubricas “Feder” e “Portugal 2020” que se encontravam dotadas com valores elevados face ao desenrolar das candidaturas.

III. Análise do Orçamento da Receita

Na gerência em apreço, a receita cobrada bruta totalizou 88.585.656,27€, sendo que a arrecadação de receitas bruta correntes foi de 57.920.910,69€, o que corresponde a uma taxa de execução de 101,47% face ao previsto.

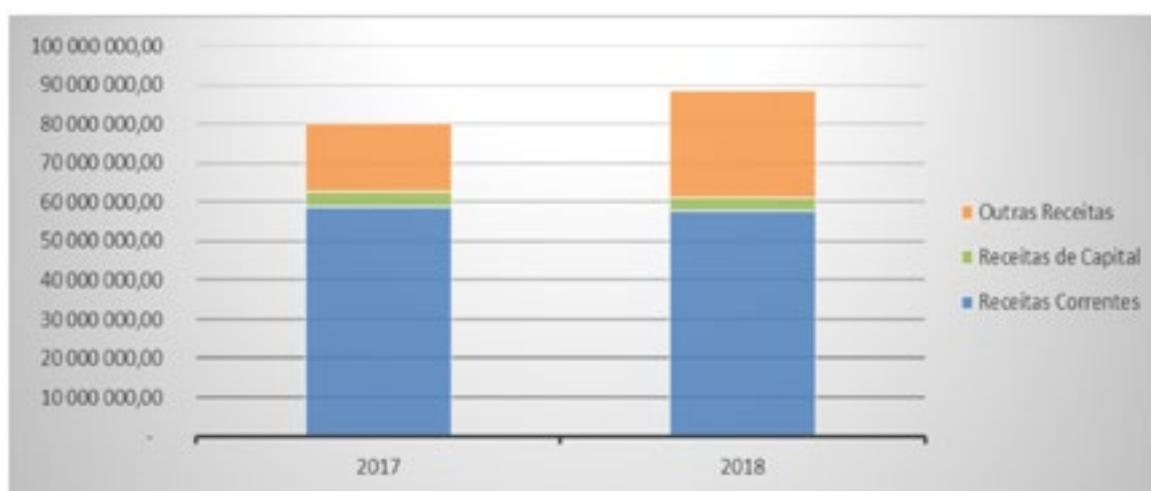
A arrecadação de receitas brutas de capital foi de 3.039.493,78€, correspondente a uma taxa de execução de 61,80%, face à previsão orçamental.

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

Quadro 7 - Estrutura Geral da Receita

ESTRUTURA GERAL DA RECEITA							
Tipo	2017		2018				
	Execução	% Peso na Rubrica	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Peso na Rubrica	% Execução
Correntes	58.787.930,42 €	69,25%	57.296.068,00 €	57.084.189,00 €	57.920.910,69 €	65,38%	101,47%
Capital	4.189.101,35 €	4,93%	9.425.932,00 €	4.918.047,00 €	3.039.493,78 €	3,43%	61,80%
Outras Receitas	21.918.067,19 €	25,82%	500,00 €	27.625.187,06 €	27.625.251,80 €	31,18%	100,00%
Total	84.895.098,96 €	100,00%	66.722.500,00 €	89.627.423,06 €	88.585.656,27 €	100,00%	98,84%

Gráfico 3 – Evolução da Receita



Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, por subgrupos de Receitas Municipais:

- Receitas Próprias
 - Impostos Diretos;
 - Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades;
 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes;
 - Rendimentos de Propriedade
- Transferências
- Passivos Financeiros

Receitas Próprias

Receitas próprias são aquelas que o Município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

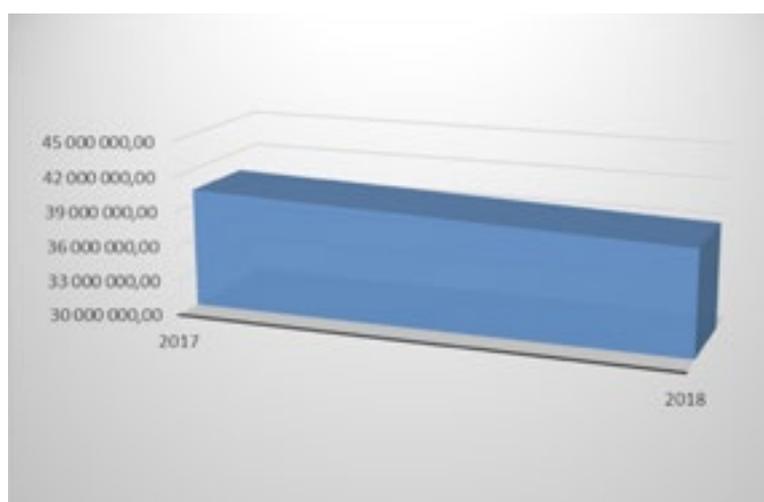
As receitas próprias incluem quer receitas correntes, quer receitas de capital. As receitas correntes dizem respeito aos impostos directos, impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam às vendas de bens de investimentos e outras receitas de capital.

O quadro e gráfico seguinte espelham as receitas próprias da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 8 - Receitas Próprias

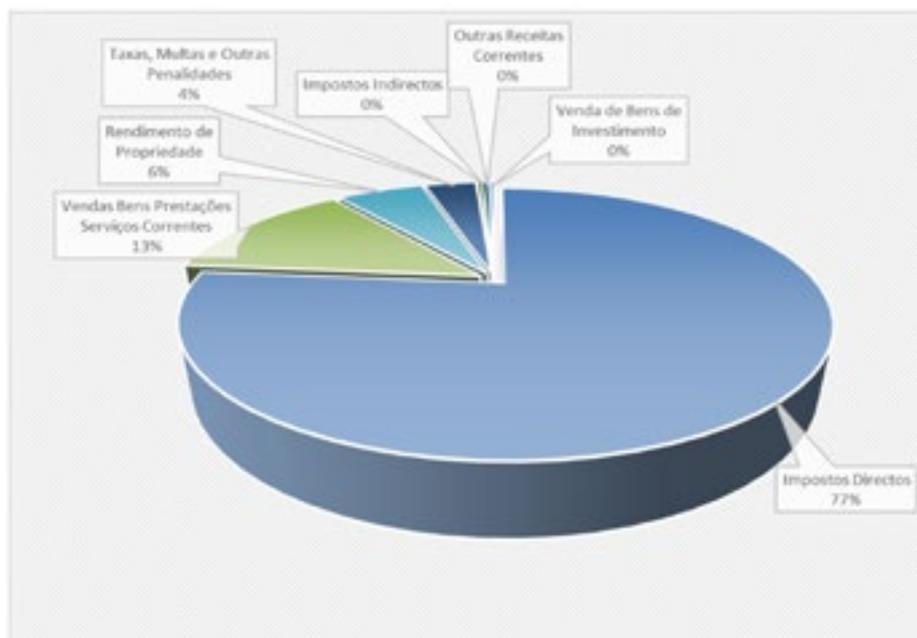
Receitas Próprias							
	2017	2018	Δ 2017/2018	% Receitas			
				Próprias	Correntes	Totais	
RECEITAS CORRENTES							
Impostos Directos	28 681 180,77 €	29 837 139,42 €	4,03%	76,49%	51,51%	33,68%	
Impostos Indirectos	159 055,85 €	127 153,76 €	-20,06%	0,33%	0,22%	0,14%	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 919 761,70 €	1 350 569,86 €	-29,65%	3,46%	2,33%	1,52%	
Rendimento de Propriedade	3 172 852,34 €	2 260 242,82 €	-28,76%	5,79%	3,90%	2,55%	
Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	5 317 292,04 €	5 133 250,55 €	-3,46%	13,16%	8,86%	5,79%	
Outras Receitas Correntes	222 848,89 €	180 146,76 €	-19,16%	0,46%	0,31%	0,20%	
Total	39 472 991,59 €	38 888 503,17 €	-1,48%	99,69%	67,14%	43,90%	
RECEITAS DE CAPITAL							
Venda de Bens de Investimento	747 385,50 €	120 097,10 €	-83,93%	0,31%	0,21%	0,14%	
Total	747 385,50 €	120 097,10 €	-83,93%	0,31%	0,21%	0,14%	
Total das Receitas Próprias	40 220 377,09 €	39 008 600,27 €	-3,01%	100,00%	67,35%	44,03%	
Total das Receitas Correntes	58 787 930,42 €	57 920 910,00 €	-1,47%	-	100,00%	65,38%	
Total de Receitas	84 895 098,96 €	88 585 656,27 €	4,35%	-	-	100,00%	

Gráfico 4 – Evolução Receitas Próprias



Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das receitas próprias tiveram um decréscimo de 3,01%, em relação ao ano anterior.

Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.

Gráfico 5 – Comparação das Receitas Próprias


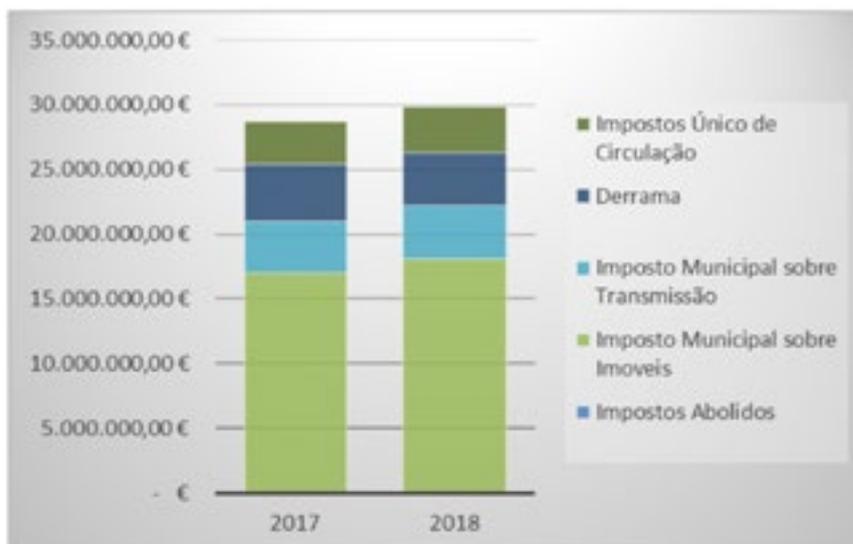
Os Impostos Directos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, atingindo os 76,49%, dos mesmos, seguem-se as Vendas de Bens e Prestações de Serviços correntes com 13,16% e a rubrica dos Rendimentos de Propriedade com 5,79%.

Dada a sua importância no cômputo geral da receita própria, os Impostos Directos, os Impostos Indirectos, as Taxas, Multas e Outras Penalidades e os Rendimentos de Propriedade serão objeto de uma análise detalhada.

Impostos Directos

Quadro 9 – Impostos Directos

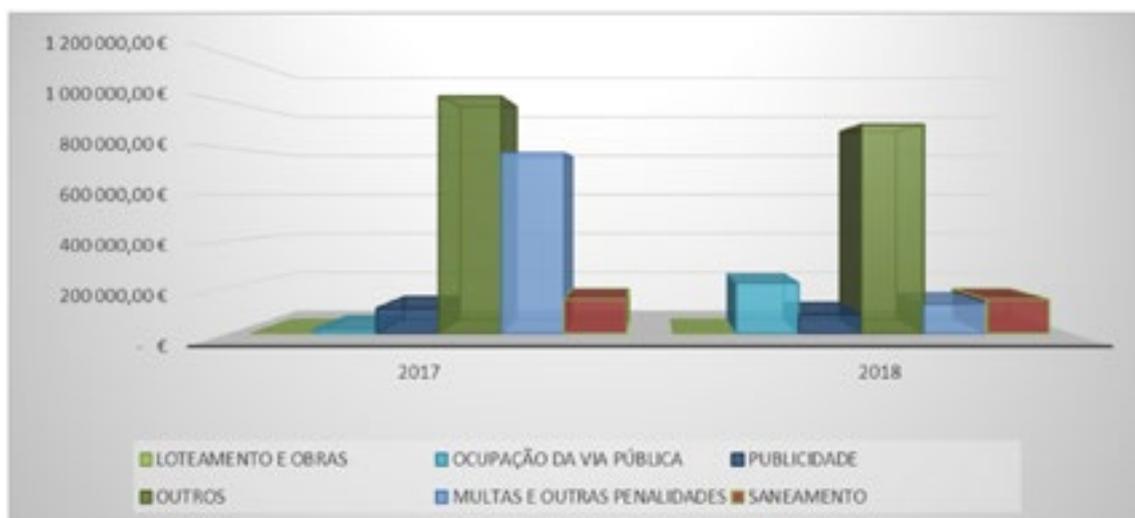
Impostos Directos			
	2017	2018	Δ 2017/2018
Impostos Abolidos	4 270,69 €	105,01 €	-97,54%
Imposto Municipal sobre Imoveis	17 033 636,40 €	18 071 188,75 €	6,09%
Imposto Municipal sobre Transmissão	3 898 957,35 €	4 123 157,46 €	5,75%
Derrama	4 445 060,94 €	4 120 235,88 €	-7,31%
Impostos Único de Circulação	3 299 255,39 €	3 522 452,32 €	6,77%
	28 681 180,77 €	29 837 139,42 €	4,03%

Gráfico 6 – Evolução dos Impostos Diretos


Ao nível dos Impostos Diretos, as rubricas com maior peso são o IMI – Imposto Municipal de Imóveis, Derrama e IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades
Quadro 10 - Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades

	2017		2018		Taxa de Execução	Δ 2017/2018
	Execução	Previsão	Previsão	Execução		
Loteamento e Obras	53,00 €	31 118,00 €	31 118,00 €	30,00 €	0,10%	-43,40%
Ocupação da Via Pública	18 254,75 €	17 004,00 €	17 004,00 €	218 696,12 €	1286,15%	1098,02%
Publicidade	109 765,83 €	130 035,00 €	130 035,00 €	81 274,69 €	62,50%	-25,96%
Outros	1 022 932,24 €	788 103,00 €	788 103,00 €	901 756,64 €	114,42%	-11,85%
Multas e Outras Penalidades	779 626,73 €	485 005,00 €	485 005,00 €	127 610,48 €	26,31%	-83,63%
Saneamento	148 185,00 €	158 654,00 €	158 654,00 €	148 355,69 €	93,51%	0,12%
Total	2 078 817,55 €	1 609 919,00 €	1 609 919,00 €	1 477 723,62 €	91,79%	-28,92%

Gráfico 7 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades


Da apreciação do quadro e gráfico anterior resulta que a receita cobrada em 2018, através de impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades, ascendeu a 1.477.723,62€ sendo a sua componente mais representativa os “Outros”, que diz respeito essencialmente a alvarás, taxas e licenciamentos do setor do urbanismo, e, de seguida a receita da rubrica “Ocupação da Via Pública”. A cobrança da receita na rubrica em análise teve um decréscimo de 28,92%, face ao ano anterior.

Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes
Quadro 11 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes					
	2017	2018		Taxa de Execução	Δ 2017/2018
	Execução	Previsão	Execução		
Venda de Bens	8 737,70 €	4 507,00 €	9 606,82 €	213,15%	9,95%
Prestação Serviços Diversos					
S.Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	68 011,06 €	61 264,00 €	103 199,14 €	168,45%	51,74%
Serviços Específicos das Autarquias	4 838 254,38 €	4 262 657,00 €	4 605 031,04 €	108,03%	-4,82%
Outros	16 707,56 €	60 963,00 €	18 353,91 €	30,11%	9,85%
Sub-total	4 922 973,00 €	4 384 884,00 €	4 726 584,09 €	107,79%	-3,99%
Rendas e Alugueres	385 581,34 €	316 740,00 €	397 059,64 €	125,36%	2,98%
Total	5 317 292,04 €	4 706 131,00 €	5 133 250,55 €	109,08%	-3,46%

A receita total da Venda de bens e prestação de serviços em 2018 fixou-se em 5.133.250,55€.

A rubrica Serviços Específicos das Autarquias compreende vertentes muito importantes da atividade municipal, nomeadamente, cobrança da recolha dos resíduos sólidos (2.533.261,75€), saneamento (1.056.521,64€), refeições escolares (884.642,67€), transportes escolares (70.442,55€) e outros.

Rendimentos de Propriedade

A rubrica Rendimentos de Propriedade apresenta uma execução de 2.260.242,82€ (74,22%) e titulam 5,79% das Receitas Próprias do Município. Verifica-se uma diminuição (-) 28,76% do valor arrecadado em 2018 face ao ano anterior, justificado com o facto do valor da renda do 4º trimestre da concessão da EDP de 2018 (655.110,27€), ter sido arrecadado em janeiro de 2019.

O quadro seguinte reflete a distribuição da rubrica Rendimentos de Propriedade.

Quadro 12 - Rendimentos de Propriedade

Rendimentos de Propriedade					
	2017	2018		Taxa de Execução	Δ 2017/2018
	Execução	Previsão	Execução		
Juros - Sociedades Financeira	20 179,30 €	17 212,00 €	22 896,91 €	133,03%	13,47%
Dividendos e Participações nos Lu	414 914,98 €	296 365,00 €	137 775,39 €	46,49%	-66,79%
Rendas					
Concessão da EDP	2 599 435,52 €	2 599 436,00 €	1 965 330,81 €	75,61%	-24,39%
Concessão da Indáqua	85 995,71 €	85 996,00 €	87 106,22 €	101,29%	1,29%
Terrenos	20 186,83 €	16 805,00 €	5 148,49 €	30,64%	-74,50%
Outros	32 140,00 €	29 610,00 €	41 985,00 €	141,79%	30,63%
Total	3 172 852,34 €	3 045 424,00 €	2 260 242,82 €	74,22%	-28,76%

Transferências

O quadro que se segue, reflete a natureza e montante das transferências recebidas em 2017 e 2018.

Quadro 13 – Transferências

TRANSFERÊNCIAS			
	Execução		Δ 2017/2018
	2017	2018	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Estado	19 217 397,18 €	18 963 870,34 €	-1,32%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	97 541,65 €	68 537,18 €	-29,74%
Sub-total	19 314 938,83 €	19 032 407,52 €	-1,46%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
Estado	1 250 092,88 €	1 238 581,73 €	-0,92%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	2 161 726,32 €	1 605 349,76 €	-25,74%
Outros	- €	- €	
Sub-total	3 411 819,20 €	2 843 931,49 €	-16,64%
TOTAL	22 726 758,03 €	21 876 339,01 €	-3,74%

Como podemos constatar no quadro acima mencionado, as Transferências do Estado – Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados, correntes e de capital, apresentam no ano de 2018 um decréscimo de 585.381,03€. Também as transferências provenientes do Orçamento de Estado, corrente e de capital, tiveram um decréscimo de 265.037,99€.

Quadro 14 - Transferências – Receitas Correntes

ANO 2018			
Mapa Transferências Correntes - Receita			
Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas
Fundo Equilibrio Financeiro	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030101	11 060 918,00 €
Fundo Social Municipal	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030102	2 530 073,00 €
Participação Fixa IRS	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030103	4 142 668,00 €
Fruta Escolar	IFAP	0603019901	464,04 €
Assistentes Operacionais	DGESTE	0603019901	829 717,53 €
Refeições	DGESTE	0603019901	152 072,52 €
AAAF	DGESTE	0603019901	161 713,71 €
GIP	INST.EMPREGO F. PROFISSIONAL	0603019902	8 471,70 €
Contr. Emprego Inserção	INST.EMPREGO F. PROFISSIONAL	0603019902	6 462,66 €
CPCJ	COM. NAC. PROTEÇÃO DIREITOS PROT.CRIANÇAS E J.	0603019999	61 309,18 €
Ass. Turismo Porto	TURISMO DE PORTUGAL	0603019999	7 500,00 €
Ass. Turismo Porto	ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DO PORTO	0603019999	2 500,00 €
Inst. F. Des. Regional	MIDAS	06030602	22 500,38 €
The School we have & we want	AGENCIA NAC. P/ A GESTÃO PROG. ERASMUS + EDUCAÇÃO E FO	06030606	9 736,80 €
erasmus + Educação e formação	AGENCIA NAC. P/ A GESTÃO PROG. ERASMUS + EDUCAÇÃO E FO	06030606	23 669,20 €
Erasmus + IOS Improving our skills	AGENCIA NAC. P/ A GESTÃO PROG. ERASMUS + EDUCAÇÃO E FO	06030606	7 140,80 €
Erasmus + youth in europe	AGENCIA NAC. P/ A GESTÃO PROG. ERASMUS + EDUCAÇÃO E FO	06030699	5 490,00 €
TOTAL			19 032 407,52 €

Quadro 15 - Transferências – Receitas de Capital

ANO 2018			
Mapa Transferências de Capital - Receita			
Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas
Fund.Eq.Financeiro	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	10030101	1 228 991,00 €
Fundo Emer.Municipal	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	10030199	9 590,73 €
Feder	AGENCIA DESENVOLVIMENTO E COESÃO	10030701	1 605 349,76 €
TOTAL			2 843 931,49 €

Passivos Financeiros

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art.º 4.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sendo aí estabelecido que:

- Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.
- Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Na gerência de 2018 não foram contratualizados ou utilizados empréstimos de curto, médio e/ou longo prazo.

IV. Análise do Orçamento da Despesa

Perante um contexto de limitações financeiras, o Município procurou reforçar a racionalização e a contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

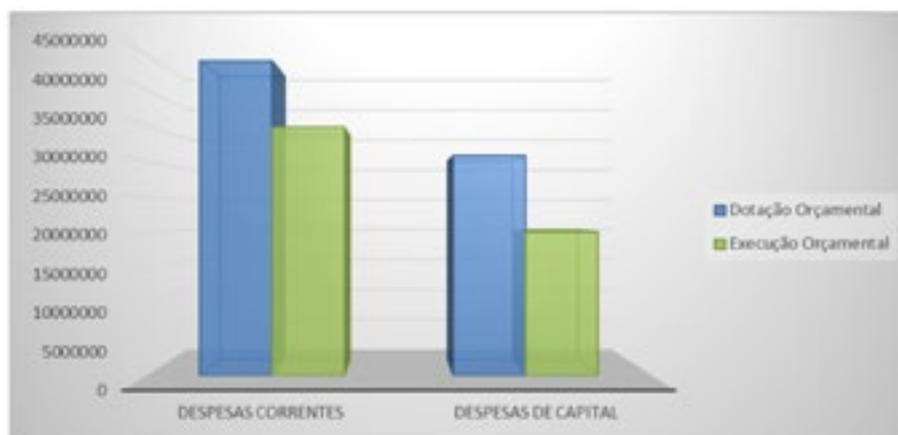
Neste capítulo, para melhor avaliar a verdadeira dinâmica da realização da despesa sob a perspetiva económica, será efetuada uma análise da execução orçamental da despesa – corrente e de capital, quer em termos de pagamento, quer em termos de despesa faturada em matéria de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências.

No quadro e gráfico abaixo inseridos, apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da despesa no ano de 2018.

Quadro 16 - Estrutura Geral da Despesa

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA					
	Dotação inicial	Dotação Orçamental	Execução Orçamental	% Peso na Rubrica	% Execução
Despesas Correntes	43 493 104,00 €	49 853 805,07 €	39 204 824,73 €	68,94%	78,64%
Despesas de Capital	23 229 396,00 €	39 773 617,99 €	17 665 468,55 €	31,06%	44,42%
Total	66 722 500,00 €	89 627 423,06 €	56 870 293,28 €	100,00%	63,45%

Gráfico 8 – Estrutura Geral da Despesa



A despesa paga no exercício de 2018 representou uma taxa de execução de cerca de 63,45% atingindo o montante de 56,8 milhões de euros.

Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
 - Despesas com Pessoal
 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço da Dívida

Despesas de Funcionamento

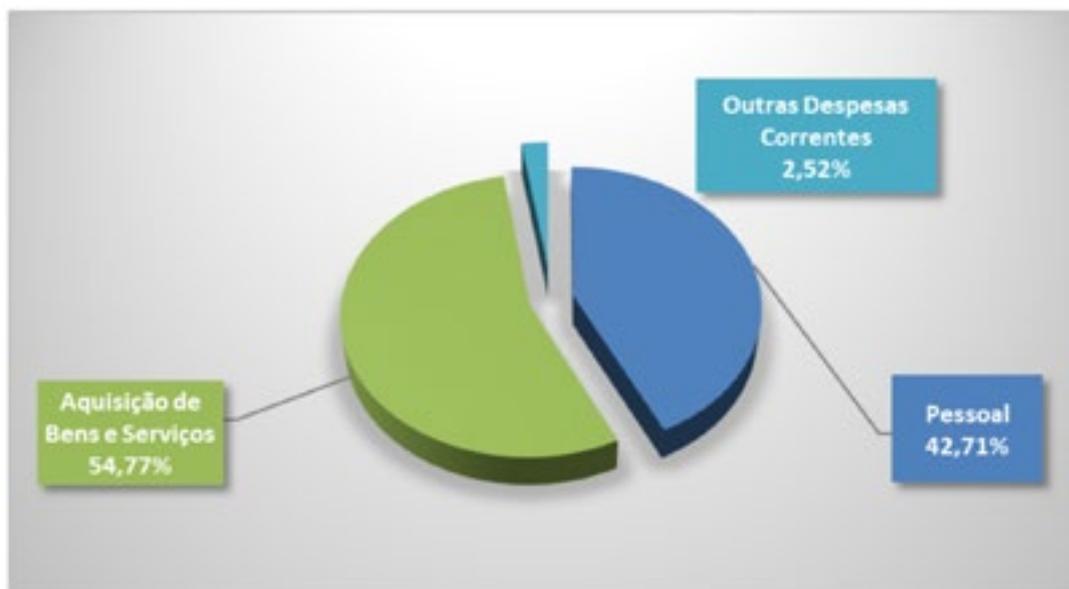
As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade de um Município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro a seguir ilustrado.

Quadro 17 - Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento

ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO								
	2017				2018			
	Despesa Realizada				Despesa Realizada			
	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total
Pessoal	14.105.401,00 €	44,07%	38,38%	24,63%	14.494.982,09 €	42,71%	36,97%	25,49%
Aquisição de Bens e Serviços	17.114.362,52 €	53,47%	46,57%	29,88%	18.588.837,48 €	54,77%	47,41%	32,69%
Outras Despesas Correntes	788.627,35 €	2,46%	2,15%	1,38%	854.207,87 €	2,52%	2,18%	1,50%
Total Desp Funcionamento	32.008.390,87 €	100,00%	87,10%	55,89%	33.938.027,44 €	100,00%	86,57%	59,68%
Total Despesas Correntes	36.749.284,37 €	87,10%	100,00%	64,17%	39.204.824,73 €	86,57%	100,00%	68,94%
Total Despesas	57.270.411,90 €	-	-	100,00%	56.870.293,28 €	-	-	100,00%

No ano de 2018 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 33.938.27,44€, verificando-se um acréscimo de 6,03% em relação ao ano anterior, como resultado do aumento registado na rubrica de *despesas com pessoal* de 389.581,09€, aumento na rubrica de *aquisição de bens e serviços* de 1.474.474,96€ e na rubrica de *outras despesas de funcionamento* de 65.580,52€.

Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2018.

Gráfico 9 – Composição das Despesas de Funcionamento


Atendendo às competências das autarquias locais e face ao seu estado de maturidade, como seria expectável as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, tendo um peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa ao representarem 86,57% e 59,68%, respetivamente.

Gráfico 10 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente


Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal e da rubrica Aquisição de Bens e Serviços.

Despesas com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a referente a despesas com pessoal, representando cerca de 36,97% das despesas correntes, 42,71% das despesas de funcionamento e em cerca de 25,31% das despesas totais.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, remunerações por doença e maternidade/paternidade, subsídio de refeição, subsídios de férias e Natal, despesas de representação, suplementos e prémios. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Segurança Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 14.494.982,09€, isto é, mais 389.581,09€ que em 2017, o que representa um acréscimo de 2,76%, face ao ano anterior.

Quadro 18 - Despesa com o Pessoal

DESPESAS COM O PESSOAL	2017	2018	Varição
Remunerações membros Órgãos Autárquicos	251 758,91 €	274 163,44 €	8,90%
Titulares de Órgão de Soberania e membros de Órgão Autárquicos	251 758,91 €	274 163,44 €	8,90%
Remunerações do Pessoal	8 227 068,81 €	8 446 865,77 €	2,67%
Pessoal dos Quadros - Regime do Contrato Individual do Trabalho	7 104 572,50 €	7 186 826,21 €	1,16%
Pessoal contratado a Termo	561 975,16 €	595 374,35 €	5,94%
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	55 652,08 €	70 067,06 €	25,90%
Pessoal aguardando Aposentação	2 982,78 €	1 998,64 €	-32,99%
Pessoal em qualquer outra situação	352 112,20 €	383 532,91 €	8,92%
Remunerações por doença e maternidade / paternidade	149 774,09 €	209 066,60 €	39,59%
Suplementos de Remuneração	2 409 185,68 €	2 533 247,17 €	5,15%
Subsídio de Refeição	749 184,64 €	778 905,94 €	3,97%
Subsídios de Férias e Natal	1 398 313,11 €	1 441 903,26 €	3,12%
Representação - Pessoal dirigente	101 221,08 €	107 024,41 €	5,73%
Horas Extraordinárias	106 301,86 €	125 515,94 €	18,08%
Ajudas de Custo	9 362,24 €	14 387,58 €	53,68%
Abono para falhas	5 650,59 €	7 405,76 €	31,06%
Outros suplementos e prémios	39 152,16 €	48 940,20 €	25,00%
Indemnizações por cessação de funções	- €	9 164,08 €	
Prestações Sociais Diretas	48 289,42 €	77 146,68 €	59,76%
Subsídio familiar a crianças e jovens	48 289,42 €	53 630,40 €	11,06%
Outras prestações familiares	- €	23 516,28 €	
Outros Custos com Pessoal	817 436,08 €	746 809,63 €	-8,64%
Encargos com a saúde	782 798,48 €	718 785,21 €	-8,18%
Seguro	11 237,87 €	20 000,00 €	77,97%
Outras pensões	23 399,73 €	8 024,42 €	-65,71%
Encargos sobre remunerações	2 351 662,10 €	2 416 749,40 €	2,77%
Contribuições para a Segurança Social	2 351 662,10 €	2 416 749,40 €	2,77%
TOTAL	14 105 401,00 €	14 494 982,09 €	2,76%

O quadro supra espelha a estrutura detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

O subagrupamento remunerações do pessoal, absorveu em 2018 a grande fatia em relação ao total das Despesas com Pessoal, ou seja, cerca de 58,27%.

As remunerações do pessoal contratado por tempo indeterminado em 2018 representaram 49,58% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes cerca de 7,2 milhões de euros.

Os encargos com a Saúde representam cerca de 4,96% da despesa global com pessoal, o que totalizou aproximadamente 719 mil euros.

Limites legais das despesas com pessoal

1. O Decreto-Lei n.º 156/2017 de 28 dezembro atualizou o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 1 de janeiro 2018 (580,00€);

2. O artigo 18.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado, trouxe o descongelamento de carreiras, permitindo a alteração de posicionamento remuneratório, quer por via de alteração obrigatória (todas as carreiras), quer por via de concursos de promoção (carreiras de informática e fiscais);

3. A Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro constituiu o valor de referencia, do subsidio de refeição de 4,77€, para efeitos de tributação;

4. A Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado, alterou as percentagens das horas extraordinárias:

- 25% do valor hora na primeira hora e de 37,5% na segunda (dias normais de trabalho);
- 50% do valor hora nos dias de descanso ou feriados.

5. O artigo 147.º do Decreto-Lei n.º 33/2018 - Execução Orçamental 2018, trouxe a eliminação progressiva da redução de vencimento prevista na Lei n.º 47/2010, de 7 de setembro, aplicando -se, para este efeito, o faseamento estabelecido no n.º 8 do artigo 18.º da Lei do Orçamento do Estado, nos seguintes termos:

- desde janeiro de 2018 - 25% a partir de setembro de 2018 - 50%
- a partir de maio de 2019 - 75% a partir de dezembro de 2019 - 100%

6. Durante o ano de 2018, ocorreram 7 entradas (1 mobilidade, 1 regresso serviço de origem e 6 Técnicos Superiores – 5 procedimentos concursais precários e 1 por recurso à mobilidade entre órgãos ou serviços). Em matéria de saídas, verificou-se uma redução de 10 trabalhadores (2 aposentações; 4 caducidades de contrato a termo/Denúncia/Rescisão mútuo acordo; 4 por mobilidade). Comparativamente com o ano de 2017, cujo número de trabalhadores em 31 de dezembro era de 762, durante o ano de 2018, o MSMF viu o número total de trabalhadores reduzido em 3, (total 31/12/2018 (759) = entradas 2018 (7) – saídas 2018 (10)).

Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A Aquisição de Bens e Serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, pelo que faremos uma análise separada de cada componente.

A Aquisição de Bens são despesas a que não se possa reconhecer a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação – refeições, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

Quadro 19 - Aquisição de Bens

Designação	AQUISIÇÃO DE BENS								
	2017			2018			Valor a transitar	% Pago	Variação de Faturação
	Facturado	Pago	% Pago	Facturado	Pago				
Matérias-primas e subsidiárias	11.058,94 €	10.469,21 €	94,67%	20.519,13 €	19.328,30 €	1.190,83 €	94,20%	85,54%	
Gasolina	15.050,65 €	15.050,65 €	100,00%	21.575,34 €	21.575,34 €	- €	100,00%	43,35%	
Gasóleo	166.597,78 €	166.597,78 €	100,00%	177.779,74 €	177.779,74 €	- €	100,00%	6,71%	
Outros	37.739,20 €	36.052,13 €	95,53%	54.255,06 €	47.747,87 €	6.507,19 €	88,01%	43,76%	
Limpeza e Higiene	20.165,09 €	18.597,98 €	92,23%	22.753,18 €	22.753,18 €	- €	100,00%	12,83%	
Alimentação - Refeições confeccionada	1.441.391,38 €	1.395.455,65 €	96,81%	1.479.279,61 €	1.425.093,22 €	54.186,39 €	96,34%	2,63%	
Vestuário e artigos pessoais	18.490,53 €	17.296,54 €	93,54%	32.571,82 €	32.511,55 €	60,27 €	99,81%	76,15%	
Material de escritório	49.563,79 €	49.076,71 €	99,02%	44.845,50 €	44.709,46 €	136,04 €	99,70%	-9,52%	
Produtos químicos e farmacêuticos	- €	- €		25,46 €	25,46 €	- €	100,00%		
Material de consumo clínico	- €	- €		- €	- €	- €			
Material de Transporte - Peças	39.334,60 €	37.884,62 €	96,31%	39.565,06 €	39.565,06 €	- €	100,00%	0,59%	
Material de consumo hoteleiro	6.573,40 €	5.538,67 €	84,26%	4.691,32 €	4.691,32 €	- €	100,00%	-28,63%	
Outro material - Peças	- €	- €		- €	- €	- €			
Prémios, condecorações e ofertas	109.209,35 €	108.217,40 €	99,09%	87.299,03 €	87.115,58 €	183,45 €	99,79%	-20,06%	
Mercadorias para venda	5.048,40 €	5.033,45 €	99,70%	7.819,09 €	7.211,19 €	607,90 €	92,23%	54,88%	
Ferramentas e utensílios	18.426,81 €	15.859,66 €	86,07%	15.271,30 €	13.734,64 €	1.536,66 €	89,94%	-17,12%	
Livros e documentação técnica	2.700,94 €	2.700,94 €	100,00%	2.763,08 €	2.763,08 €	- €	100,00%	2,30%	
Artigos honoríficos e de decoração	919,89 €	919,89 €		- €	- €	- €		-100,00%	
Material de educação, cultura e recreio	56.487,06 €	54.575,44 €	96,62%	49.439,16 €	48.640,96 €	798,20 €	98,39%	-12,48%	
Outros bens	286.816,69 €	270.659,78 €	94,37%	303.605,55 €	300.504,86 €	3.100,69 €	98,98%	5,85%	
Total	2.285.574,50 €	2.209.986,50 €	96,69%	2.364.058,43 €	2.295.750,81 €	68.307,62 €	97,11%	3,43%	

Pela análise do quadro anterior pode observar-se um acréscimo no cômputo geral da aquisição de bens em 3,43%. Em termos de preponderância destas rubricas, para além do peso das refeições que, ao assumirem 1.479.279,61€, por si só representam 62,57% do total da despesa faturada, logo seguida dos combustíveis com um peso de 8,43%.

No que diz respeito à aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, seguros, estudos pareceres e projetos, etc., apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 20 - Aquisição de Serviços

Designação	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS								
	2017			2018			Valor a transitar	% Pago	Variação de Faturação
	Facturado	Pago	% Pago	Facturado	Pago				
Encargos de instalações	3.843.775,53 €	3.558.291,34 €	92,57%	4.273.422,13 €	4.213.048,68 €	60.373,45 €	98,59%	11,18%	
Limpeza e higiene	89.899,36 €	83.917,12 €	92,22%	100.794,18 €	94.225,64 €	6.568,54 €	93,67%	7,14%	
Conservação de bens	44.152,20 €	38.086,85 €	86,32%	60.819,48 €	60.514,93 €	304,55 €	97,91%	49,24%	
Locação de edifícios	177.725,39 €	177.725,39 €	100,00%	130.346,24 €	130.346,24 €	- €	100,00%	-26,64%	
Locação de material de transporte	421.364,23 €	412.421,14 €	97,83%	480.279,97 €	434.040,37 €	46.239,60 €	94,39%	9,18%	
Locação de outros bens	311.032,82 €	303.546,39 €	97,59%	181.573,97 €	174.568,02 €	7.005,95 €	96,34%	-13,94%	
Comunicações	161.143,10 €	172.898,26 €	107,33%	172.543,60 €	172.067,27 €	476,33 €	99,74%	-4,75%	
Transportes	1.086.528,04 €	1.086.528,04 €	100,00%	1.021.742,51 €	1.019.385,41 €	2.357,10 €	99,89%	-5,96%	
Seguros	13.734,02 €	13.734,02 €	100,00%	11.239,17 €	9.095,87 €	2.143,30 €	80,94%	-16,15%	
Representação dos serviços	140.000,67 €	140.000,67 €	100,00%	310.837,27 €	310.837,27 €	- €	100,00%	122,07%	
Deslocações e estadas	102.112,78 €	97.683,28 €	95,66%	93.484,34 €	89.310,34 €	4.174,00 €	96,61%	-8,57%	
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	127.031,21 €	123.546,21 €	97,29%	164.389,53 €	164.389,53 €	- €	100,00%	45,15%	
Formação	35.479,04 €	34.469,04 €	97,15%	46.795,35 €	44.295,35 €	2.500,00 €	94,69%	40,35%	
Seminários, exposições e similares	- €	- €		- €	- €	- €			
Publicidade	45.136,81 €	52.728,18 €	116,86%	68.238,01 €	67.444,64 €	793,37 €	98,99%	35,47%	
Alfândega e segurança	378.829,16 €	350.810,99 €	92,58%	384.970,42 €	384.970,42 €	- €	100,00%	7,60%	
Assistência técnica	161.352,38 €	154.253,90 €	95,66%	168.272,31 €	162.566,13 €	5.706,18 €	96,31%	4,29%	
Outros trabalhos especializados	176.778,60 €	176.619,56 €	99,91%	348.517,53 €	345.718,68 €	2.798,85 €	99,31%	97,75%	
Serviços de saúde	22.722,11 €	22.722,11 €	100,00%	22.151,40 €	22.151,40 €	- €	100,00%	-2,51%	
Outros Serviços Especiais	- €	- €		62,73 €	62,73 €	- €	100,00%		
Encargos de cobrança de receitas	624.765,12 €	624.765,12 €	100,00%	436.210,94 €	436.210,94 €	- €	100,00%	2,31%	
Outros serviços	7.923.424,30 €	7.439.795,48 €	93,92%	8.214.913,20 €	7.709.766,89 €	505.146,31 €	93,85%	3,64%	
Total	55.811.189,88 €	54.954.376,92 €	98,47%	68.023.427,38 €	66.285.084,87 €	1.738.342,51 €	97,44%	8,00%	

A rubrica que apresenta o maior peso face ao total “*Outros Serviços*” diz respeito aos encargos com a Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Recolha e tratamento de Afluentes – Saneamento, conforme consta do Quadro 21 – Outros Serviços.

Quadro 21 - Outros Serviços

Outros Serviços	
Descrição	Valor pago
Tratamentos Águas Residuais / ADCL	2 887 434,76 €
Utilização do aterro da SULDOURO	846 507,92 €
Recolha de RSU e Limpeza Urbana / SUMA	2 001 878,63 €
Outros Serviços	1 973 965,49 €
Total	7 709 786,80 €

A percentagem do valor pago face ao valor faturado na aquisição de bens e na aquisição de serviços é de 97,11% e 96,28%, respetivamente, comprovando a capacidade que o Município detém em solver os seus compromissos atempadamente.

Transferências Correntes

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património, cultura e ciência, o Município atribuiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando uma clara preocupação no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como:

- transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar;
- transferências para a Administração Local – Freguesias, que se destinam a apoiar o funcionamento das suas atividades;
- transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos;
- transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras;
- transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e

económicos a pessoas portadoras de deficiências, atribuição de bolsas de estudo, apoios a atletas na área desportiva, e outras transferências.

No que respeita à rubrica dos Subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “Subsídios”, os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, auxiliando nas correspondentes despesas de funcionamento.

Seguidamente apresenta-se um quadro, onde está presente um resumo das transferências correntes e subsídios atribuídos. O discriminativo destas transferências encontra-se espelhado no anexo dos documentos constantes da prestação de contas, nomeadamente no mapa – Transferências Correntes – Despesas.

Quadro 22 - Evolução das Transferências Correntes e Subsídios

EVOLUÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS					
	Execução		Taxa de Variação	%Desp Correntes	%Desp Total
	2017	2018			
Transferências Correntes	2.777.646,10 €	3.381.882,97 €	21,75%	8,63%	5,95%
Subsídios	1.709.000,00 €	1.761.000,00 €	3,04%	4,49%	3,10%
Total	4.486.646,10 €	5.142.882,97 €	14,63%	13,12%	9,04%
Total Despesas Correntes	36.749.284,37 €	39.204.824,73 €			68,94%
Total Despesas	57.270.411,90 €	56.870.293,28 €			100,00%

Investimento Global

Neste conceito de investimento global do Município estão incluídos o Investimento Direto - Aquisição de bens de capital, Transferências de Capital (Investimento indireto), Ativos Financeiros e Outras despesas de capital.

A observação do próximo quadro permite refletir sobre a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos dois anos, assim como sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro 23 - Investimento Global

Rubricas	2017		2018			Δ %
	Despesa Executada	%Desp Total	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	
Aquisição Bens de Capital	9.504.099,39 €	16,60%	11.853.238,93 €	20,84%	67,10%	24,72%
Transferências de Capital	2.217.638,81 €	3,87%	1.914.319,78 €	3,37%	10,84%	-13,68%
Activos Financeiros	411.738,00 €	0,72%	308.807,25 €	0,54%	1,75%	-25,00%
Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%	
TOTAL	12.133.476,20 €	21,19%	14.076.365,96 €	24,75%	79,68%	16,01%

O investimento global representa cerca de 24,75% do total da despesa realizada da autarquia e teve um incremento de cerca de 2 milhões de euros face ao ano anterior, que traduz uma variação de 16,01%.

É nas Aquisições de Bens de Capital que o investimento da autarquia tem maior expressão, apresentam um valor de cerca de 11,9 milhões de euros, que constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro seguinte reflete a política de investimentos diretos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

Quadro 24 - Plano Plurianual Investimentos do ano 2018

Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2018			
Código	Classificação Funcional	Realização Valor	Coef.%
1.	Funções Gerais	896 879,85 €	7,57%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	808 377,74 €	6,82%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	88 502,11 €	0,75%
2.	Funções Sociais	5 536 897,24 €	46,71%
2.1.	Educação	1 572 350,56 €	13,27%
2.2.	Saúde	- €	0,00%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	- €	0,00%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	2 928 431,41 €	24,71%
2.4.1.	Habituação	123 309,49 €	1,04%
2.4.2.	Ordenamento do Território	513 190,22 €	4,33%
2.4.3.	Saneamento	506 506,56 €	4,27%
2.4.4.	Abastecimento de Água	2 700,35 €	0,02%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	1 782 724,79 €	15,04%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 036 115,27 €	8,74%
2.5.1.	Cultura	272 767,76 €	2,30%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	763 347,51 €	6,44%
3.	Funções Económicas	5 419 461,84 €	45,72%
3.2.	Indústria e energia	91 816,61 €	0,77%
3.2.1.	Indústria e energia	91 816,61 €	0,77%
3.3.	Transportes e Comunicações	5 323 679,45 €	44,91%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	5 323 679,45 €	44,91%
3.4.	Comércio e Turismo	3 965,78 €	0,03%
3.5.	Outras Funções Económicas	- €	0,00%
Total PPI		11 853 238,93 €	100,00%

A análise do quadro permite concluir que as Funções Sociais e as Funções Económicas têm uma posição de liderança, muito embora sejam as subfunções educação e os transportes rodoviários que mais contribuem para essa posição, evidenciando a preocupação e o compromisso com estas áreas na atuação municipal.

De seguida, apresentamos um quadro discriminado, que traduz a despesa associada às transferências de capital que representam 3,37% da despesa total e cerca de 10,84% da despesa de capital do Município.

Quadro 25 - Transferências de Capital

ANO 2018			
Mapa Transferencias Capital - Despesa			
Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efetuadas
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASS. HUMANITARIA BOMBEIROS V. ARRIFANA	080701	17 000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASS.HUMANITARIA BOMBEIROS V. LOUROSA	080701	17 000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASSOCIACAO DE BEM ESTAR S. M. LAMAS	080701	185 313,36 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASSOCIACAO HUMANITARIA BOMBEIROS V. DA FEIRA	080701	17 000,00 €
LEI 75/2013-ARTº_114º	ASSOCIACAO MUNICIPIOS TERRAS SANTA MARIA	08050104	3 816,55 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASSOCIAÇÃO DE DES. DE NOGUEIRA DA REGEDOURA	080701	2 500,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE LOBÃO	080701	119 442,25 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CENTRO DESPORTIVO E CULTURAL DE S.PAIO DE OLEIROS	080701	91 465,05 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CENTRO SOCIAL PADRE JOSE COELHO	080701	2 500,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CENTRO SOCIAL S. MAMEDE DE GUISANDE	080701	2 500,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	FABRICA IGREJA PAROQ. FREGUESIA S. VICENTE LOUREDO	080701	3 732,90 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	FABRICA IGREJA PAROQUIAL FREG. S.ANDRE MOSTEIRO	080701	25 000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE ARGONCILHE	08050102	53 684,33 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE ARRIFANA	08050102	42 353,57 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE CALDAS SÃO JORGE E DE PIGEIROS	08050102	47 665,39 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE CANEDO, VALE E VILA MAIOR	08050102	241 461,77 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE ESCAPÊES	08050102	42 945,68 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE FIÃES	08050102	49 567,87 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE FORNOS	08050102	26 831,72 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE LOBÃO, GIÃO, LOUREDO E GUISANDE	08050102	106 653,68 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE LOUROSA	08050102	51 382,13 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE MILHEIROS DE POIARES	08050102	34 570,68 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE MOZELOS	08050102	54 579,71 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE NOGUEIRA DA REGEDOURA	08050102	39 031,50 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE PAÇOS DE BRANDÃO	08050102	33 303,68 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE RIO MEAO	08050102	55 923,55 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE ROMARIZ	08050102	35 656,20 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE S. JOÃO DE VÊR	08050102	71 702,26 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE S. PAIO DE OLEIROS	08050102	45 340,83 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE SANGUEDO	08050102	44 425,25 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE SANTA MARIA DE LAMAS	08050102	36 006,69 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DO SOUTO E MOSTEIRO	08050102	78 555,63 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_l) e m)	FREGUESIA S. M. FEIRA, TRAVANCA, SANFINS E ESPARGO	08050102	154 963,87 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	FÁBRICA IGREJA PAROQ. DE S. TIAGO DE LOBÃO	080701	10 211,58 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	GRUPO MUSICAL ESTRELA DE ARGONCILHE	080701	20 000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	GRUPO REFLEXAO SENIOR SANTA MARIA DA FEIRA	080701	2 500,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	PÔR DO SOL-CENTRO SOC.CULT. DESP. MOSTEIRÔ	080701	3 380,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	RANCHO FOLCLÓRICO "AS FLORINHAS DE RIO MEÃO"	080701	29 011,20 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	RANCHO REGIONAL DE ARGONCILHE	080701	4 484,95 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	SANTA CASA MISERICORDIA DE SANTA MARIA DA FEIRA	080701	10 855,95 €
TOTAL			1 914 319,78 €

Serviço de Dívida

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e o seu peso no total da despesa e receita municipal.

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último triénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pelo Município.

Quadro 26 - Evolução do Serviço da Dívida

	2017	2018
Juros	230 258,92 €	123 914,32 €
Amortizações	8 305 015,91 €	3 589 102,59 €
Amortização de Emp.curto prazo	- €	- €
Total do Serviço da Dívida	8 535 274,83 €	3 713 016,91 €
Taxa de Crescimento do Serviço da Dívida	-11,14%	-56,50%
Juros / Receita Total Cobrada	0,27%	0,14%
Juros / Despesa Total Paga	0,40%	0,22%
Juros / Despesa de Capital Paga	1,12%	0,70%
Serviço da Dívida / Receita Total Cobrada	10,05%	4,19%
Serviço da Dívida / Despesa Total Paga	14,90%	6,53%

Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, baseada nos princípios de caixa (cash basis) em que as receitas e as despesas são registadas no momento em que se verifica os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a vigência de 2018, aparece refletido no quadro infra, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a 60.960.969,21€, provenientes de receitas orçamentais de 57.921.478,43€ e de operações de tesouraria de 3.039.493,78€.

A despesa global totalizou o montante de 56.870.293,28€ inferior em 4.090.675,93€ relativamente à receita efetivamente cobrada, e tendo em consideração o saldo inicial de 27.624.687,06€, o saldo que transita para a gerência seguinte ascende a 29.515.444,70€. Este saldo decompõe-se em saldo de operações orçamentais com o valor de 27.624.687,06€ e em saldo de operações de tesouraria em 1.890.757,64€. Os valores considerados em operações de tesouraria correspondem a cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação no sistema de contabilidade patrimonial.

Constata-se que o valor da receita de capital é inferior à despesa de capital, do qual se infere que o

Município libertou meios financeiros correntes para investir.

Quadro 27 - Resumo dos Fluxos de Caixa

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência Anterior	29.515.444,70 €	Despesas Orçamentais	56.870.293,28 €
Execução Orçamental	27.624.687,06 €	Correntes	39.204.824,73 €
Operações de Tesouraria	1.890.757,64 €	Capital	17.665.468,55 €
Receitas Orçamentais	60.960.969,21 €	Operações de Tesouraria	3.095.472,83 €
Correntes	57.920.910,69 €	Saldo para a Gerência Seguinte	33.969.137,80 €
Capital	3.039.493,78 €	Execução Orçamental	31.715.362,99 €
Outras	564,74 €	Operações de Tesouraria	2.253.774,81 €
Operações de Tesouraria	3.458.490,00 €		
Total	93.934.903,91 €	Total	93.934.903,91 €

V. Estrutura Orçamental - Rácios

A execução orçamental e do plano traduzem a estratégia integrada da gestão do Município, exposta através de indicadores de gestão permitindo uma análise direta da evolução da entidade no último período.

Quadro 28 – Rácios

Receita	2017	2018
Imp.Diretos / Rec. Correntes	48,79%	51,51%
Transf.Correntes / Rec. Correntes	32,86%	32,86%
Venda Bens e Serv. / Rec. Correntes	9,04%	8,86%
Rec. Correntes / Rec. Totais	93,32%	95,01%
Rec. Capital / Rec. Totais	6,68%	4,99%
Receitas Previstas / Receitas Cobradas	92,91%	75,32%

Despesa	2017	2018
Pessoal / Desp. Correntes	38,38%	37,54%
Aq.Bens e Serv. / Desp. Correntes	46,57%	47,41%
Investimentos / Desp. de Capital	46,31%	67,10%
Passivos Fin. / Desp. de Capital	40,87%	20,32%
Desp. Correntes / Desp. Total	64,17%	68,94%
Desp. Capital / Desp.Total	35,83%	31,06%
Despesas Previstas / Despesas Comprometida:	118,28%	126,67%

Rácios Financeiros	2017	2018
Pessoal / Rec. Correntes	23,99%	25,41%
Amortiz+Juros / Rec. Totais	13,72%	6,09%
Rec.Correntes / Desp.Correntes	159,97%	147,74%
Rec.Capital / Desp.Capital	20,51%	17,21%

Os rácios orçamentais registam em 2018, valores que demonstram que o Município continua a manter um controlo efetivo do seu orçamento.

As receitas correntes resultantes dos impostos diretos continuam a ser as receitas com um peso mais significativo no total das receitas correntes, 51,51% seguida das transferências correntes em 32,86%. Ao longo deste período esta situação tem-se vindo manter, sendo a expectativa que continue, o que poderá ser atenuada com as receitas esperadas do Quadro 2020.

Ao nível das despesas, são as despesas com a Aquisição de Bens e Serviços que tem o maior peso nas despesas correntes (47,41%), apesar de ter vindo a diminuir esse peso ao longo dos anos.

O equilíbrio do orçamento destes anos, constata-se pelo controlo quer ao nível da receita quer ao nível da despesa.

O peso das despesas correntes é sempre coberto pelas receitas correntes, o qual demonstra o rigor e a prudência nos pressupostos na elaboração do orçamento, bem como se pode aferir igualmente pela taxa de execução da receita corrente do Município.



endividamento

A 3 de setembro de 2013 foi publicada a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2014, bem como a Lei n.º 75/2013 a 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com entrada em vigor a 29 de setembro de 2013.

O n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, veio estabelecer um novo conceito de endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades previstas no art.º 54º, do mesmo preceituado jurídico.

Este conceito de dívida total de operações orçamentais, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo refere que a dívida total de operações orçamentais engloba:

- Os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49º;
- Os contratos de locação financeira;
- Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios (ou outras entidades relevantes) junto de instituições financeiras;
- Todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O n.º 3 do mesmo artigo dispõe que, caso o município:

- Não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira;
- Cumpra o limite, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Este regime jurídico vem reforçar o conceito de que todas as entidades constituídas e participadas pelo município relevam para efeitos de endividamento municipal, desde que, cumpridos os requisitos legais do art. 54.º.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduz um novo conceito de perímetro das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, alargando esse mesmo perímetro, aos serviços municipalizados e intermunicipalizados, às entidades intermunicipais e associativas municipais, às empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, às cooperativas e fundações e, por fim, às entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

De acordo com o artigo n.º 54 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais são:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo, com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento;
- c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total.

Após a delimitação do perímetro das entidades do Município, de acordo com a disposição legal do artigo 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, todas as entidades no cômputo geral são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município (grupo municipal), à exceção das entidades abrangidas pelo sector empresarial do Estado, como é o caso das Águas Douro e Paiva, S.A., Suldouro - Valorização e Tratamento Resíduos Sólidos Urbanos, S.A. e ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A., e as abrangidas pelo setor regional, como é o caso do Turismo Porto e Norte, E.R. (artigo 54º n.º 1 alínea c).

É igualmente excluído do perímetro a Retecork, uma vez que esta entidade não tem como objeto a prossecução das atividades e das competências do Município, conforme o artigo 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro.

Deste modo, a listagem das entidades relevante para efeitos de apuramento da dívida restringe-se ao seguinte quadro:

Quadro 29 - Entidades Participadas

Entidades Participadas	%	Resultado Líquido antes de impostos	Ano a que respeita	Inclusão para efeitos de dívida total	Observações
Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54, n.º1)					
Adritem	19,32%	Não aplicável	2018	108 938,14 €	Releva - valores provisórios - não apresentou as contas de 2018 fechadas e assinadas.
Área Metropolitana do Porto	8,21%	Não aplicável	2018	125,06 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento
Associação Nacional de Municípios		Não aplicável	2018	535,50 €	Imputação pelo valor da quota
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	16,66%	Não aplicável	2018	32 364,91 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento -valores provisórios, não apresentou as contas de 2018 fechadas e assinadas.
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20,00%	Não aplicável	2018	5 748,69 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento -valores provisórios, não apresentou as contas de 2018 fechadas e assinadas.
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,00%	Não aplicável	2018	2 257,42 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento -valores provisórios, não apresentou as contas de 2018 fechadas e assinadas.
Associação Caminhos de Fátima	7,69%	Não aplicável	2018	618,02 €	Imputação pela % da comparticipação das despesas de funcionamento -valores provisórios, não apresentou as contas de 2018 fechadas e assinadas.
Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1))					
Feira Viva, EM	100,00%	26 237,31 €	2018	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA	50,00%	- 6 149,01 €	2018	280 446,11 €	Releva - resultados anuais desequilibrados
PERM, SA	10,20%	24 925,39 €	2018	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54.º n.º1))					
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	10,00%	Não aplicável	2018	17 909,07 €	Releva - Valores provisórios, não apresentou as contas de 2018 fechadas e assinadas.
Outras Entidades					
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	100,00%	Não aplicável	2018	954,60 €	Releva pela verificação dos pressupostos do artigo 75º

A informação constante decorre da remetida pela entidades à data da elaboração do presente relatório, pelo que poderá estar sujeita a qualquer alteração.

Os limites máximos de dívida que o Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, podia atingir no final de 2018, seria o montante de 35.877.497,61€.

Quadro 30 - Posição do grupo municipal

Limites para 2018	
Dívida total do Grupo Municipal a 31/12 /2017	24 107 169,03 €
Margem total (150% receitas-dívida GM)	55 972 343,05 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	11 770 328,58 €
Limite máximo para 31/12/2018	35 877 497,61 €
Total dívida do grupo municipal a 31/12/2018	20 356 384,86 €
Margem face ao limite	15 521 112,75 €

No início de 2018, a dívida total do grupo municipal ascendia a 24.107.169,03€, podendo no decurso de 2018 aumentar a sua dívida em 20%, ou seja, 11.770.328,58€, uma vez que se situava dentro dos limites impostos por lei.

O quadro supra permite concluir, que, apesar de existir uma margem para aumento da dívida, esta não foi utilizada pelo grupo municipal, resultando ainda numa diminuição da dívida em 3.750.784,17€, ou seja, -15,56%, totalizando uma dívida total de 20.356.384,86€.

Em 2018, a posição do grupo municipal face aos limites máximos permitidos e ao limite da média das receitas correntes, atinge 24,54% e 36,81%. Estas percentagens permitem ter a perceção do posicionamento do Grupo Municipal face ao normativo legal, desde a sua entrada em vigor (01/01/2014) até 2018, em que passa de uma situação em que detém mais dívida que o limite máximo para, uma situação inferior a 50% face ao mesmo limite.

Limites para 2019

Para o ano de 2019, e tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo se apresenta o limite máximo previsto para o ano de 2019. Alerta-se para o facto de estes limites serem provisórios uma vez que existem entidades participadas que ainda não apresentaram as suas contas assinadas, do qual poderá resultar alterações.

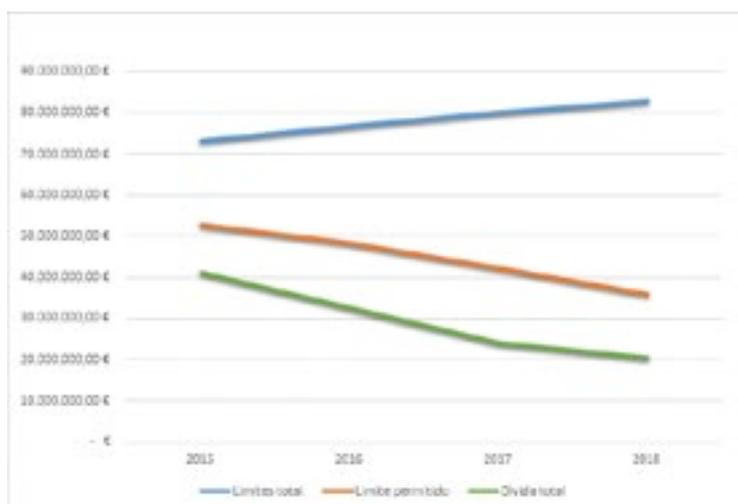
Quadro 31 - Limites para 2019

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
Receitas Correntes Líquidas	Montante	Observações
Ano		
2016	55.422.023,84 €	Artigo 52º nº1 da LFL 03/09/2013 a dívida de operações orçamentais não pode ultrapassar a 31/12, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores
2017	58.494.897,56 €	
2018	57.680.621,65 €	
	171.597.543,05 €	
Valor de referência (média dos 3 anos)	57.199.181,02 €	
Limite máximo 150% a 31/12/2019	85.798.771,53 €	
20% da margem permitida	13.088.477,33 €	
LIMITE MÁXIMO PERMITIDO com inclusão dos 20% da margem para o ano de 2019	33.444.862,20 €	

Como se pode constatar o Grupo Municipal, detém uma possibilidade de crescimento da sua dívida total, para 2019, em cerca de 13.088.477,33€, podendo ascender no limite máximo a 33.444.862,20€.

O gráfico abaixo permite interpretar de uma forma clara e inequívoca a posição do Município face aos limites impostos pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e o seu comportamento ao longo dos últimos quatro anos.

Gráfico 11 – Evolução dos limites versus evolução da dívida do grupo municipal



Como se pode constatar pelo gráfico, os limites máximos (1,5 da receita corrente) têm crescido significativamente em resultado do aumento do valor das receitas correntes. Em sentido inverso, os limites permitidos (20% da margem) para aumentar a despesa, tem diminuído sucessivamente, em paridade com a dívida do grupo municipal. Afere-se ainda do gráfico, que em 2018, a dívida total, continua com a tendência de diminuição iniciada a alguns anos atrás.



análise económica e financeira

balanço

O Balanço, do conjunto de mapas que compõem a Prestação de Contas, é aquele que permite aferir o equilíbrio económico e financeiro de uma entidade. Este mapa é o que melhor evidencia a composição do património à data em análise, bem como fornece informação objetiva, quantificável e suscetível de comparação, quer, com outras entidades quer com anos transatos.

Apresenta-se de seguida o balanço municipal à data de 31 de dezembro de 2018, com o comparativo reportado à data de 31 de dezembro de 2017.

Quadro 32 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético

Descrição	2017		2018		Δ 2017/2018
Ativo					
Imobilizado	270 962 089,79 €	84%	273 555 505,01 €	82%	0,96%
Circulante					
Existências	303 186,29 €	0%	337 586,22 €	0%	11,35%
Dividas de terceiros - curto prazo	1 547 347,15 €	0%	3 294 543,21 €	1%	112,92%
Disponibilidades	29 515 444,70 €	9%	33 969 137,80 €	10%	15,09%
Acréscimos e Diferimentos	20 511 457,47 €	6%	23 093 662,40 €	7%	12,59%
Total do Ativo	322 839 525,40 €	100%	334 250 434,64 €	100%	3,53%
Fundos Próprios					
Património	87 820 715,98 €	27%	87 820 715,98 €	26%	0,00%
Reservas e Ajustamentos	32 147 959,29 €	10%	32 367 138,59 €	10%	0,68%
Resultados transitados	100 809 622,59 €	31%	115 666 802,53 €	35%	14,74%
Resultados Líquidos	12 560 214,20 €	4%	16 467 251,96 €	5%	31,11%
Total Fundos Próprios	233 338 512,06 €	72%	252 321 909,06 €	75%	8,14%
Passivo					
Provisões para Riscos e Encargos	2 947 232,39 €	1%	819 805,82 €	0%	-72,18%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo					
Empréstimos	18 819 594,93 €	6%	15 862 551,40 €	5%	-15,71%
Acordos de Pagamento					
FAM + subvenções	1 556 548,97 €	0%	250 498,00 €	0%	-83,91%
Dívidas a terceiros - curto prazo					
Empréstimos MLP - componente a pagar a curto prazo	3 518 219,12 €	1%	2 956 990,42 €	1%	-15,95%
Outras dívidas	3 904 277,10 €	1%	3 617 420,21 €	1%	-7,35%
Acréscimos e Diferimentos	58 755 140,83 €	18%	58 421 259,73 €	17%	-0,57%
Total Passivo	89 501 013,34 €	28%	81 928 525,58 €	25%	-8,46%
Total dos Fundos Próprios + Passivo	322 839 525,40 €	100%	334 250 434,64 €	100%	3,53%

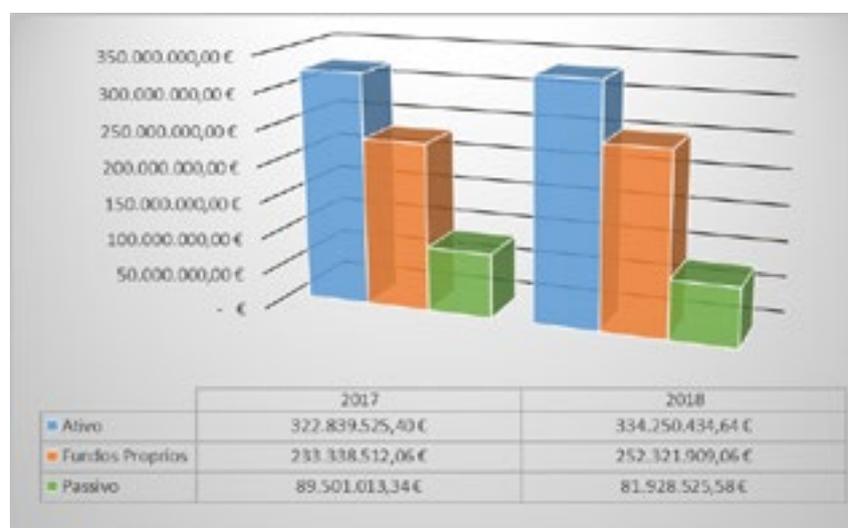
Numa primeira análise é possível constatar que o Ativo Líquido obteve um acréscimo de 3,53% referente ao ano de 2017, do qual resultou um montante de 334.250.434,64€, obtido pelo ativo bruto de 439.996.610,04€. A rubrica que detém uma maior predominância no Ativo continua a ser o Imobilizado que, apesar de um aumento em termos percentuais se fixar em 0,96%, é o que mais contribui para o total do Ativo, com um montante quantificado em 273.555.505,01€, que corresponde a 82%.

Outra rubrica cujo peso no total do Ativo Líquido se destaca é a rubrica Disponibilidades que obteve um acréscimo de 15,09% totalizando o montante de 33.969.137,80€.

No outro membro do Balanço, o Passivo, obteve um comportamento em sentido inverso ao Ativo, com uma diminuição a totalizar 7.572.487,76€, que, corresponde a um decréscimo de 8,46%.

Os Fundos Próprios registaram um aumento no montante de 18.983.397,00€ acompanhado pelo Resultado Líquido do Exercício no montante de 16.467.251,96€.

Gráfico 12 – Estrutura e Evolução da Autarquia



De seguida procederemos a uma análise individualizada e detalhada pelas principais componentes que compõem o balanço.

Ativo

Analisando em detalhe o Balanço do Município, à data de 31 de dezembro de 2018, extrai-se que o ativo líquido total atingiu o montante de 334.250.434,64€, ao qual corresponde em termos brutos o valor de 439.996.610,04€.

O imobilizado continua a deter um peso bastante significativo no ativo líquido total, que reflete a ação do Município ao nível da política de investimento definida e da forte aposta no investimento municipal como condição essencial.

A estrutura do ativo permanece idêntica à do ano transato, com o imobilizado a deter o maior peso no

ativo em 82%, seguido das disponibilidades em 10% e dos acréscimos e diferimentos em 7%.

O Ativo apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 3,53%. Todas as componentes do ativo contribuíram de uma forma favorável para este aumento, tendo sido a componente das dívidas de terceiros a curto prazo a que mais contribuiu, com um aumento em 112,92%, seguido da rubrica disponibilidades que registaram um aumento de cerca de 15,09%.

Imobilizado

À semelhança do que se tem observado nos últimos anos, verifica-se que dentro das diversas componentes que compõem o Ativo Líquido, o Imobilizado permanece preponderante, representando 82%, valorizado em 273.555.505,01€.

Quadro 33 - Evolução do Imobilizado Líquido

	2017	2018	Δ 2017/2018
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	4 651 461,12 €	5 120 458,81 €	10,08%
Edifícios	- €	- €	
Outras construções e infra-estruturas	27 848 251,56 €	27 569 335,13 €	-1,00%
Bens do património histórico, artístico e cultural	201 728,38 €	201 728,38 €	0,00%
Outros bens de domínio público	180 767,44 €	180 173,24 €	-0,33%
Imobilizações em curso	653 449,23 €	1 156 445,33 €	76,98%
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	
Imobilizações incorpóreas			
Propriedade industrial e outros direitos	20 116 000,00 €	19 688 000,00 €	-2,13%
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	50 671 637,43 €	50 848 629,58 €	0,35%
Edifícios e outras construções	136 293 919,43 €	134 108 419,65 €	-1,60%
Equipamento básico	710 343,73 €	695 350,20 €	-2,11%
Equipamento de transporte	341 777,62 €	668 779,39 €	95,68%
Ferramentas e utensílios	95 086,94 €	76 754,25 €	-19,28%
Equipamento administrativo	333 881,19 €	340 813,50 €	2,08%
Taras e vasilhame	- €	- €	
Outras imobilizações corpóreas	1 665 761,83 €	1 959 714,02 €	17,65%
Imobilizações em curso	21 504 450,37 €	26 274 538,26 €	22,18%
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €	
Investimentos financeiros			
Partes de capital	2 811 389,49 €	2 813 528,79 €	0,08%
Obrigações e títulos de participação	2 882 174,05 €	1 852 826,50 €	-35,71%
Outras aplicações financeira	9,98 €	9,98 €	0,00%
Total	270 962 089,79 €	273 555 505,01 €	0,96%

No imobilizado, o predomínio continua a recair sobre o imobilizado fixo de natureza corpórea que compreende o expressivo valor de 214.972.998,85€ seguido dos bens de domínio público que ascendem a 34.228.140,89€.

Comparativamente a 2017, a componente Imobilizações Corpóreas teve um aumento de 3.356.140,31€ sendo a maior porção referente à componente imobilizado em curso em 22,18%.

No que concerne aos Bens Móveis, no decurso do ano de 2018, houve um investimento forte em equipamento de transporte nomeadamente na aquisição de uma carinha de caixa aberta para

transporte de mercadorias, veículos híbridos e pavimentadora, do qual resultou um aumento líquido de 327.001,77€.

Ao longo do ano de 2018, o município adquiriu diversos equipamentos, em resultado de uma forte aposta na dinamização e informatização do parque escolar, na aquisição de equipamento mobiliário e em equipamento informático, que atingiu 716 mil euros.

O total das imobilizações em curso perfaz um total de 27.430.983,59€, que reflete as obras que ainda não tiveram o seu término, ou ainda não se obteve o auto de receção provisório.

Os Investimentos Financeiros apresentam um aumento na rubrica de Partes de Capital no valor de 2.139,30€ comparativamente ao ano transato, pela imputação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), o qual determina o ajustamento dos investimentos financeiros face às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas. Sendo que, a participação mais valorizada foi da empresa Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto.

No quadro seguinte, pode identificar-se as participações do Município superiores ou iguais a 20% e os seus respetivos ajustamentos.

Quadro 34 - Investimentos Financeiros

Entidades Participadas	% Capital detido	Custo de aquisição ¹	Valor ajustado em 2017	Valor ajustado em 2018
Empresa Municipal Feira Viva	100%	942 230,83 €	1 061 963,38 €	1 057 696,35 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	50%	334 000,00 €	- €	- €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20%	30 000,00 €	47 948,13 €	54 354,46 €

¹Este valor inclui prestações suplementares

Circulante

O ativo circulante, totaliza o montante de 37.601.267,23€, que representa 11,25% do ativo líquido total contra os 9,72% em 2017, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

Quadro 35 - Ativo Circulante

Designação	2017	2018	Δ 2017/2018
Existências			
36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	303 184,33 €	337 573,38 €	11,34%
32 Mercadorias	1,96 €	12,84 €	555,10%
	- €		
Dívidas de Terceiros Curto Prazo			
211 Clientes c/c	- €	- €	
212 Contribuintes c/c	20 946,81 €	30 790,25 €	46,99%
213 Utentes c/c	1 300 646,48 €	2 033 961,11 €	56,38%
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	- €	- €	
24 Estado e Outros Entes Públicos	161 118,40 €	1 087 552,95 €	575,00%
26 Outros devedores	64 635,46 €	142 238,90 €	120,06%
Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa			
11 Caixa	4 624,87 €	3 656,19 €	-20,95%
12 Depósito em instituições financeiras	29 510 819,83 €	33 965 481,61 €	15,10%
Total	31 365 978,14 €	37 601 267,23 €	19,88%

A parcela mais relevante no ativo circulante corresponde às Disponibilidades que detém 33.969.137,80€, 90,34% do total do ativo circulante e com 10,16% do total do ativo líquido.

As dívidas de terceiros de curto prazo líquidas totalizam no final de 2018, 3.294.543,21€ que corresponde a 8,76% sobre o ativo circulante e a 0,99% sobre o total do ativo. Este aumento significativo no montante de 1.747.196,06€ refere-se essencialmente ao registo da dívida que o Estado tem para com a Autarquia relativa aos impostos arrecadados e ainda não remetidos a 31 de dezembro, para o Município, no montante de 1.087.552,95€, à dívida da EDP que apenas foi arrecadada em 2019 no montante de 655.110,27€.

Encontra-se igualmente registada nesta rubrica a dívida da Indáqua S.A. ao Município referente às cobranças realizadas e ainda não transferidas a 31 de dezembro de 2018, à semelhança no ano transato.

Acréscimos e Diferimentos - Ativo

Em 2018, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa fixou-se no montante de 23.093.662,40€, que comparado com o ano de 2017, regista um aumento significativo de 2.582.204,93€, que corresponde uma percentagem de 12,59%.

O quadro infra ilustra as receitas cobradas em 2018, mas cuja transferência para o Município só ocorre em 2019.

Quadro 36 - Acréscimos e Diferimentos – Ativo

Contas	Acréscimos e Diferimentos - Ativo	Valor
27.1.1.1	Juros a receber_Depósitos à ordem	995,40 €
27.1.1.2	Juros a receber_Depósitos a prazo	91,67 €
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	
27.1.9.1	IMI	18 474 707,75 €
27.1.9.2	Derrama	3 577 184,00 €
27.1.9.4	RSU	236 442,72 €
27.1.9.5	DGESTE	575 775,58 €
27.1.9.6	Refeições Escolares	66 099,08 €
27.1.9.9	Outros	157 038,41 €
27.2.9	Outros custos diferidos	5 327,79 €
Total		23 093 662,40 €

A parcela dominante nos acréscimos de proveitos continua a ser da responsabilidade do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), e da Derrama que são cobrados pela Autoridade Tributária e transferidos para o Município no ano de 2019, mas referentes ao ano de 2018.

O cálculo da receita do IMI foi efetuado com base nas listagens disponibilizadas no *site* da Autoridade Tributária, acrescido do montante transferido em janeiro de 2019, e atualizado conforme o aprovado em Assembleia Municipal a 8 de novembro de 2018. Para a derrama, a estimativa apresentada é a que consta no Orçamento para 2019, uma vez que não existe documentação de suporte para um cálculo rigoroso do valor, adicionado o montante transferido em janeiro

Fundos Próprios

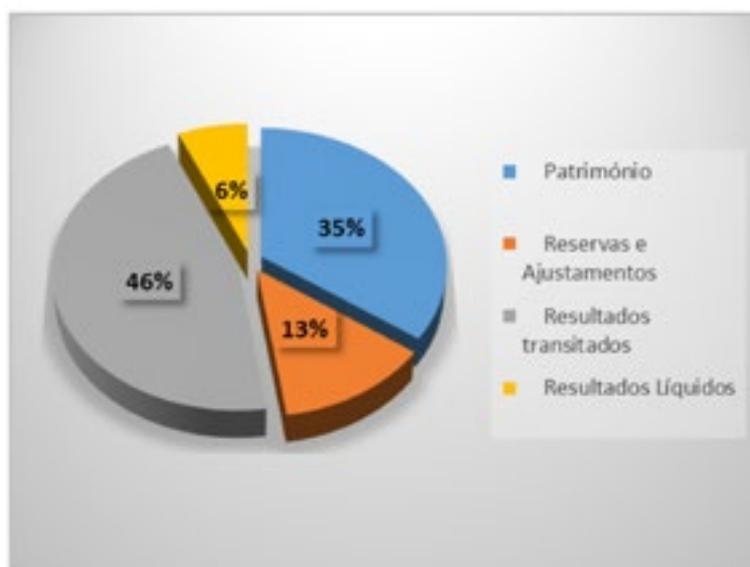
Os Fundos Próprios municipais apresentam a 31 de dezembro de 2018, um saldo de 252.321.909,06€, tendo aumentado 18.983.397,00 €, relativamente ao valor que encerrou o ano de 2017.

Na origem desta variação positiva está sobretudo a incorporação dos Resultados Líquidos em 12.560.214,20€, dos quais, em resultados transitados o valor de 11.932.203,49€ e em reservas legais o valor de 628.010,71€, conforme deliberação da Assembleia Municipal aquando da aprovação da Prestação de Contas de 2017.

Quadro 37 – Fundos Próprios

	2017		2018		Δ 2017/2018
Património	87 820 715,98 €	37,64%	87 820 715,98 €	34,81%	0,00%
Reservas e Ajustamentos	32 147 959,29 €	13,78%	32 367 138,59 €	12,83%	0,68%
Resultados transitados	100 809 622,59 €	43,20%	115 666 802,53 €	45,84%	14,74%
Resultados Líquidos	12 560 214,20 €	5,38%	16 467 251,96 €	6,53%	31,11%
Total Fundos Próprios	233 338 512,06 €	100%	252 321 909,06 €	100%	8,14%

Gráfico 13 – Peso dos Fundos Próprios



Os Fundos Próprios aumentaram em 8,14% tendo sido o aumento dos Resultados Transitados em 14,74% que mais contribuiu, com um peso nos Fundos Próprios de 45,84%.

Salienta-se, ainda que, durante o exercício económico de 2018, foram identificadas situações patrimoniais, às contas do Imobilizado, que alteram a composição do património municipal e que até àquela data não tinham sido devidamente relevados.

Remete-se para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, nomeadamente, no ponto 8.2.2.8 a apreciação detalhada dos Fundos Próprios com todos os movimentos explicados e justificados.

Passivo

Como se pode observar, à data de 31 de dezembro de 2018, o passivo total atingiu o montante de 81.928.525,58€ tendo-se verificado uma diminuição no montante de 7.572.487,76€ relativamente ao ano de 2017, que corresponde a 8,46%.

Quadro 38 - Estrutura do Passivo

Designação	2017	2018	Δ 2017/2018
Provisões	2 947 232,39 €	819 805,82 €	-72,18%
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo			
Empréstimos de médio e longo prazo	18 819 594,93 €	15 862 551,40 €	-15,71%
Subvenções Reembolsáveis	218 393,42 €	147 563,25 €	-32,43%
FAM - componente a pagar de MLP	1 338 155,55 €	102 934,75 €	-92,31%
Total Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	20 376 143,90 €	16 113 049,40 €	-20,92%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo			
Empréstimos de MLP-componente a pagar a curt	3 518 219,12 €	2 956 990,42 €	-15,95%
Adiantamentos por conta de vendas	63 100,00 €	143 326,00 €	127,14%
Fornecedores c/c	355 813,26 €	35 282,60 €	-90,08%
Fornecedores-Faturas em receção e conferência	910 211,74 €	767 166,40 €	-15,72%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Fornecedores de imobilizado c/c	28 810,95 €	- €	-100,00%
Fornecedores de imobilizado-Faturas em receção	158 770,18 €	18 468,18 €	-88,37%
Estado e outros entes públicos	195 579,69 €	149 315,01 €	-23,66%
Administração autárquica	5 441,43 €	8 100,44 €	48,87%
Outros credores	521 535,91 €	415 996,36 €	-20,24%
Garantias e Cauções	1 665 013,94 €	2 079 765,22 €	24,91%
Total Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	7 422 496,22 €	6 574 410,63 €	-11,43%
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos	1 995 119,35 €	2 529 015,56 €	26,76%
Proveitos diferidos	56 760 021,48 €	55 892 244,17 €	-1,53%
Total Acréscimos e Diferimentos	58 755 140,83 €	58 421 259,73 €	-0,57%
Total Passivo	89 501 013,34 €	81 928 525,58 €	-8,46%

Para esta redução contribuíram, com grande relevância a redução da Dívida a Terceiros exigível a Medio e Longo Prazo, com impacto igualmente significativo a redução nas Provisões para riscos e encargos, seguido da Dívida a Terceiros a Curto Prazo.

Seguindo precisamente pela ordem que se apresenta o Balanço, procede-se à apreciação da rubrica das Provisões para riscos e encargos do qual pode-se aferir que, apesar de ter havido algum reforço por parte de alguns processos judiciais em curso, em 2018, finalizaram processos judiciais de extrema importância, com um elevado impacto, positivo, para o Município, que permitiu anular provisões no valor de 2.127.426,57€.

O Passivo para o período em análise teve uma tendência decrescente, que traduziu-se numa redução de 7.572.487,76€ (-8,46%), se comparado com o ano de 2017. O contributo maior decorreu essencialmente das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo no montante de 3.518.272,23€. Com efeito, o valor em dívida referente aos empréstimos de médio e longo prazo ascendeu em 2018, a 15.862.551,40€. Estas reduções derivam das amortizações ordinárias. Outra rubrica que influenciou positivamente esta diminuição foram as Provisões no montante de 2.127.426,57€.

Em síntese, o grau de dependência do Município de Santa Maria da Feira de capitais alheios exigíveis (sem acréscimos e diferimentos) para financiamento do ativo tem vindo a diminuir, tendo registado 7% em 2018, e o peso do ativo nos fundos próprios aumentaram para 75% em 2018.

Análise da Dívida Municipal

Como tem sido habitual, é dedicado um espaço próprio a uma apreciação mais pormenorizada do comportamento da dívida do Município de Santa Maria da Feira, pela razão da sua importância.

Numa primeira fase procederemos a uma análise global de toda a dívida, quer de natureza orçamental quer de natureza não orçamental. Aquando da análise da dívida de curto prazo, procederemos a uma diferenciação entre os diversos tipos de despesa.

Prosseguindo para uma análise da dívida global do Município de Santa Maria da Feira, podemos constatar pelo quadro infra, uma diminuição significativa que ascende a 5.111.180,09€, resultante maioritariamente da dívida a Terceiros de Medio e Longo prazo, com uma diminuição de 20.95%, em relação a 2017.

Quadro 39 - Evolução da Dívida

	Ano 2017	Ano 2018	Δ 2017/2018	Valores em absoluto 2017/2018
Dívida de médio e longo prazo	20 376 143,90 €	16 113 049,40 €	-20,92%	- 4 263 094,50 €
Dívida de curto prazo	7 422 496,22 €	6 574 410,63 €	-11,43%	- 848 085,59 €
Dívida Total	27 798 640,12 €	22 687 460,03 €	-18,39%	- 5 111 180,09 €

O quadro 39, reflete a tendência do elevado rigor e forte controlo da dívida municipal, quer ao nível do *déficit* público municipal, quer ao nível do *déficit* público nacional.

Gráfico 14 – Evolução da Dívida Global



Os níveis de endividamento, ao longo dos últimos anos, tem diminuído de uma forma sistemática e consistente, sustentados quer pelo controlo rigoroso da dívida de curto prazo, quer pelas amortizações dos empréstimos, que representa apenas 18,80% da receita total disponível.

Quanto à componente dívida de curto prazo, foi aquela que registou uma menor redução, pelo facto de estar devidamente consolidada e controlada, tendência que se tem verificado ao longo dos anos.

Gráfico 15 – Dívida de Médio e Longo Prazo / Dívida de Curto Prazo



Como resultado desta política, o Município finalizou o ano de 2018 com 937.46% de liquidez imediata. Esta percentagem mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando apenas os montantes de disponibilidades.

Dívida a terceiros de médio e longo prazo

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, no global, diminuíram no montante de 4.263.094,50€ comparativamente com o ano 2017, que corresponde a 20,92%.

Decorre desta evolução a redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo que se encontravam registadas contabilisticamente em 2017 e que diminuíram numa lógica de continuidade, ou seja, diminuição através das amortizações ordinárias dos empréstimos transitados e que totalizaram uma diminuição de 2.961.870,68 €.

Quadro 40 - Dívida de Médio e Longo Prazo

Dívida de médio e longo prazo	Ano 2017	Ano 2018	Δ 2017/2018
- Empréstimos bancários	18 819 594,93 €	15 862 551,40 €	-15,71%
- Fundo Apoio Municipal (FAM)	1 338 155,55 €	102 934,75 €	-92,31%
- Subvenções	218 393,42 €	147 563,25 €	-32,43%
Total	20 376 143,90 €	16 113 049,40 €	-20,92%

Ao longo do ano de 2018, o contributo mais significativo dos empréstimos para a diminuição da dívida de médio e longo prazo, são, nomeadamente:

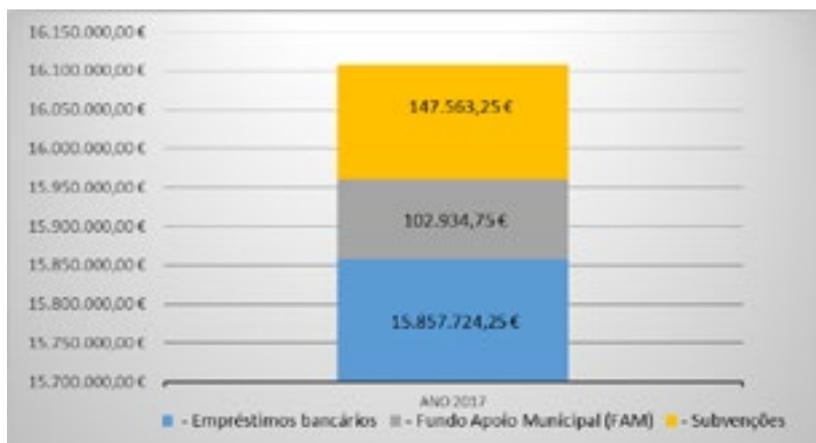
- Empréstimo PREDE, através de uma amortização ordinária no montante de 640.000€, cujo término deste ocorrerá no primeiro semestre de 2019;
- De seguida, os empréstimos que contribuíram para uma diminuição significativa foi o da CGD, cujo destino foram diversas obras, no montante de 379.393,58€, seguido do empréstimo “Despoluição das bacias afluentes do Rio Douro no concelho de Santa Maria da Feira” cuja amortização ascendeu a 221.211,54€;
- No decurso da gerência finalizou apenas um empréstimo:
 - POPH, empréstimo “Pagar a Tempo e Horas” da DGTF cuja última prestação ocorreu em junho de 2018;

Em relação à subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

Destaca-se, todavia, a alteração em relação à dívida do Fundo de Apoio Municipal (FAM), designadamente a alteração significativa no capital imputável ao Município que o posiciona em menos 1.029.347,55€ do que o montante inicialmente fixado, o que desde logo justifica um decréscimo assinalável. Ora, a subscrição do capital social atribuída para o Município de Santa Maria da Feira, a partir de 2018, deixou de ser no montante de 2.882.173,05€ para ser titulada em 1.852.825,50€, terminando a última prestação em 2020, com um pagamento no montante de 102.934,75€.

Para além das rubricas já mencionadas, existe ainda o contrato de financiamento entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, assinado no âmbito da operação “EEIP – Eficiência Energética na Iluminação Pública” que teve uma diminuição de acordo com o plano estabelecido, nomeadamente o montante de 70.830,36€. Ainda no decorrer da diminuição da rubrica das subvenções reembolsáveis o Município tem que reembolsar o montante de 218.393,61€ até ao ano de 2021.

Gráfico 16 – Natureza da Dívida de Médio e Longo Prazo



Dívida a terceiros de curto prazo

A análise a realizar é o reflexo do balanço do Município com as suas devidas reclassificações, como é o caso dos empréstimos de médio e longo prazo cuja componente a pagar em 2019 aparece como dívida de curto prazo, onde incorpora igualmente a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, do Estado e de outros credores diversos, cuja evolução se encontra espelhada no quadro seguinte.

O quadro infra pretende diferenciar a dívida de curto prazo resultante da atividade do Município da dívida de operações de tesouraria e de cauções em dinheiro. Estas dívidas são cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, como operações de entradas e saídas de fundos, que não se traduzem nem em custos nem em proveitos. São operações efetuadas à margem do orçamento municipal.

Deste modo, a análise centrar-se-á, apenas na dívida resultante da atividade operacional do Município.

Quadro 41 - Dívida a Terceiros de Curto Prazo

Dívida de curto prazo	Ano 2017	Ano 2018	Δ 2017/2018
Operações orçamentais			
Empréstimos bancários_componente a pagar a cp	3 518 219,12 €	2 956 990,42 €	-15,95%
Adiantamento por conta de vendas	63 100,00 €	143 326,00 €	127,14%
Fornecedores conta corrente	1 266 025,00 €	802 449,00 €	-36,62%
Fornecedores de imobilizado	187 581,13 €	18 468,18 €	-90,15%
Estado e Outros Entes Públicos	3 309,56 €	6 414,35 €	93,81%
Administração Autárquica	5 441,43 €	8 100,44 €	48,87%
Outros Credores	488 062,34 €	384 887,43 €	-21,14%
Total	5 531 738,58 €	4 320 635,82 €	-21,89%
Operações de Tesouraria			
Estado e Outros Entes Públicos	192 270,13 €	142 900,66 €	-25,68%
Outros Credores	1 698 487,51 €	2 110 874,15 €	24,28%
Total	1 890 757,64 €	2 253 774,81 €	19,20%
Total Geral	7 422 496,22 €	6 574 410,63 €	-11,43%

A 31 de dezembro de 2018, e expurgando o montante de operações não orçamentais, nomeadamente, as garantias bancárias por se tratar de um ato futuro que não decorre da atividade do Município, o valor da dívida a curto prazo fixou-se em 4.320.635,82€.

As dívidas a terceiros de curto prazo (apenas orçamentais) diminuíram no montante de 1.211.102,76€ relativamente ao ano de 2017, que corresponde a 21,89%. Esta diminuição deve-se essencialmente ao comportamento registados pelas rubricas, empréstimos de MLP – componente a pagar a curto prazo, fornecedores de conta corrente e fornecedores de imobilizado.

Os empréstimos de médio e longo prazo relativa à componente a pagar a curto prazo, teve uma diminuição bastante acentuada resultante da amortização total do empréstimo PAEL realizado em 2017, bem como a finalização do empréstimo do POPH, da qual resultou uma diminuição de 556.401,55€.

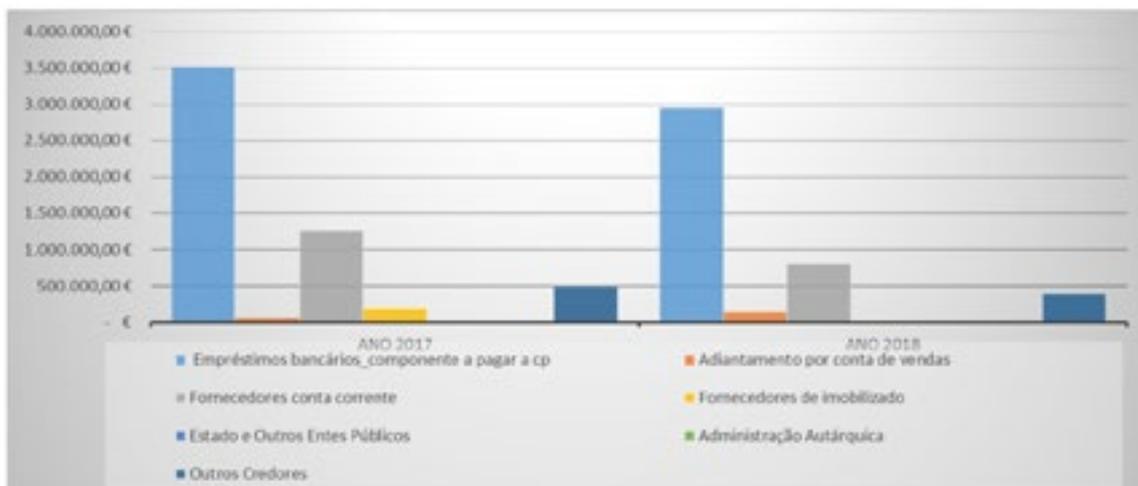
As rubricas que de seguida contribuíram mais para uma redução da dívida foram as rubricas referentes a fornecedores conta corrente e a fornecedores de imobilizado, do qual resultou uma diminuição de 632.688,95€. A dívida resultante destas rubricas devem-se exclusivamente à faturação que deu entrada na contabilidade em janeiro de 2019, impossibilitando o pagamento das mesmas ainda no ano em apreço.

A componente Outros Credores teve uma redução ligeira, resultante da anulação do capital subscrito do FAM em 2018, com implicações em 2019. Esta situação, não decorre de uma responsabilidade da

iniciativa do Município, mas de uma obrigação que resulta de uma imposição legal.

A componente que mais contribui para o aumento da dívida de curto prazo foi a rubrica “Adiantamentos por conta de vendas”, que reflete o valor das hastas públicas realizadas em 2018, cujas escrituras só serão concretizadas em 2019. O aumento de 2017 para 2018, deve-se pela realização de uma hasta pública referente a uma parcela na zona Industrial de Romariz.

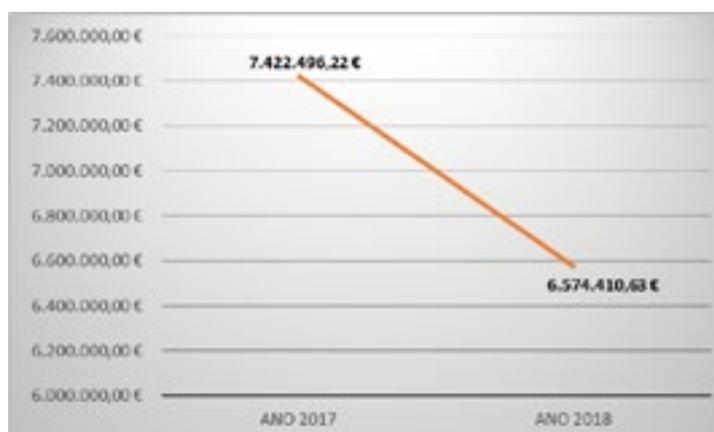
Gráfico 17 – Natureza da Dívida de Curto Prazo



Em termos globais, o volume da componente da dívida de curto prazo, diminui de 2017 para 2018, em cerca de 848.085,59€ que corresponde, a uma diminuição de 11,43%. Estes valores não são significativos, porquanto, e, como já referido em relatórios anteriores a dívida de curto prazo está estável, sendo que, estas oscilações referem-se, essencialmente a faturas que entraram no Município em janeiro de 2019, impossibilitando o seu pagamento ainda no decorrer de 2018.

A sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro dos prazos estabelecidos.

Gráfico 18 – Evolução da dívida de curto prazo



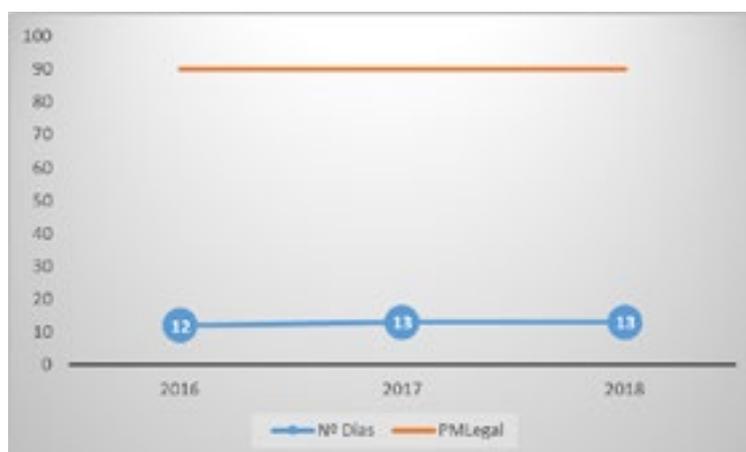
Para efeitos do cálculo do Prazo Médio de Pagamentos e de acordo com instruções da IGF, expurgamos as regularizações do imobilizado, que atualmente são consideradas, recalculando assim um prazo médio de pagamentos que ascende a 13 dias.

Apraz registar a trajetória decrescente e constante do prazo médio de pagamento a fornecedores desde de 2010, posicionando-se em 2018, com um PMP de 13 dias, prazo este que se vem mantendo desde 2014 num nível extraordinariamente abaixo dos 30 dias.

Quadro 42 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP			
Anos	2016	2017	2018
Nº Dias	12	13	13

Gráfico 19 – Evolução do prazo médio de pagamento



Em síntese, o Município apresenta um nível de endividamento global decrescente, consistente e contínuo, o que demonstra o rigor com que se tem pautado a sua atividade, tendo em 2018, atingido o montante de 20.433.685,22€ (sem Operações de Tesouraria), sendo de salientar:

- A diminuição da recuperação da dívida de curto prazo municipal, que passou para 3 dias, no ano em apreço, tendo em conta as receitas regulares;
- A taxa de cobertura da dívida municipal pela receita total disponível, sem considerar os passivos financeiros cobrados atinge em 2018, 433,53%.
- Reduzidos montantes em dívida desta natureza, apenas (2017: 1.633.885,60€ - sem Operações de Tesouraria e sem Empréstimos a Pagar no curto prazo);
- Um saldo orçamental, que permite uma taxa de cobertura da dívida correspondente em 733,22%;
- Prazo médio de pagamentos a terceiros e a fornecedores, em 2018, foi de 13 dias.

Acréscimos e Diferimentos – Passivo

Quadro 43 - Acréscimos e Diferimentos - Passivo

Contas	Acréscimos e Diferimentos - Passivo	Valor
27.3.1	Seguros a liquidar	34 140,77 €
27.3.2	Remunerações a liquidar	1 877 669,87 €
27.3.3.1	Juros a liquidar_Empréstimos de médio e longo prazo	22 683,18 €
27.3.4	Custos correntes (água, eletricidade, aquecimento)	328 949,69 €
27.3.5	Prestação de serviços	83 802,00 €
27.3.9	Outros acréscimos de custos	181 770,05 €
27.4.5	Subsídios para investimento	55 863 006,19 €
27.4.9	Outros proveitos diferidos	29 237,98 €
Total		58 421 259,73 €

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios são os acréscimos e diferimentos de natureza passiva. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, e que devem ser reconhecidos no próprio exercício ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores.

No que concerne aos acréscimos, destaca-se as remunerações a pagar em 2019, no montante de 1.877.669,87€, cujo custo deverá onerar o exercício a que respeita, ou seja, 2018.

A conta “Custos Correntes” teve um aumento no montante de 322.884,54€, €, relativamente ao ano transato, devido à faturação da eletricidade, remetida pelo fornecedor GALPOWER SA, que teve dificuldades em remeter devidamente a faturação via eletrónica, para que, os ficheiros xml incorporem automaticamente no nosso ERP.

Do total dos acréscimos de custos a parcela com maior expressividade respeita a reconhecimento dos subsídios para investimento, no montante global de 55.863.006,19€.

No decurso do ano de 2018, não foi concluída qualquer obra financiada, encontrando-se em curso diversas empreitadas.

Como garante do controlo de cada candidatura realizada, anexa-se mapa onde constam todas as obras e a sua imputação de acordo com os financiamentos obtidos.

Quadro 44 - Controlo Financiamentos Obtidos

Designação obras	Ano utilização	Valor recebido	Amortizações			conta 27.4.5
			Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2018 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do Caster	2008	221 941,13 €	116 254,70 €	10 568,65 €	126 823,34 €	95 117,79 € 27.4.5.1.1.1.02.01
Conclusão do Interceptor do Caster	2009	56 382,31 €	25 372,03 €	2 819,11 €	28 191,14 €	28 191,17 € 27.4.5.1.1.1.02.02
Requalificação da Rua dos Descobrimentos	2008	115 486,04 €	57 743,00 €	5 774,30 €	63 517,31 €	51 968,74 € 27.4.5.1.1.1.02.03
Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)	2013	108 815,11 €	41 816,12 €	8 363,22 €	50 179,34 €	58 635,77 € 27.4.5.1.1.1.02.04
Construção da Unidade de Saúde de Argoncilhe	2015	1 138 886,73 €	42 708,25 €	14 236,08 €	56 944,34 €	1 081 942,39 € 27.4.5.1.1.1.03
Jardim de Infância de Igreja, Sanguedo	2013	243 292,18 €	23 567,20 €	4 308,99 €	27 876,19 €	215 415,99 € 27.4.5.1.1.1.04
Veículos Eléctricos	2017	13 216,88 €	1 321,69 €	1 321,69 €	2 643,38 €	10 573,50 € 27.4.5.1.1.1.05
Reparação de Infraestruturas Rodoviárias Municipais Danificadas pelos Eventos Climáticas	2017	9 590,73 €	479,54 €	479,54 €	959,08 €	8 631,65 € 27.4.5.1.1.2.01
Centro Escolar Souto Nogueira da Regedoura	2011	840 035,56 €	91 598,91 €	12 915,78 €	104 514,69 €	735 520,87 € 27.4.5.4.1.1.01
Reabilitação e Gestão Activa do Corredor Ecológico do Rio Ulma	2014	449 413,16 €	92 170,05 €	22 718,63 €	114 888,68 €	334 524,48 € 27.4.5.4.1.1.02
Requalificação/Ampliação Escola Básica Paços de Brandão	em curso	3 221 390,47 €	- €	- €	- €	3 221 390,47 € 27.4.5.4.1.1.03
Centro Escolar S. Domingos - Argoncilhe	2011	532 223,89 €	56 434,86 €	8 541,69 €	64 976,55 €	467 247,34 € 27.4.5.4.1.1.04
Centro Escolar de Louredo	2011	623 642,87 €	66 678,55 €	9 106,50 €	75 785,05 €	547 857,82 € 27.4.5.4.1.1.05
Centro Escolar de Igreja Lobão	2011	1 030 923,98 €	109 146,54 €	13 581,58 €	122 728,12 €	908 195,86 € 27.4.5.4.1.1.06
Centro Escolar de Igreja Lourosa	2013	898 700,09 €	76 686,97 €	14 176,32 €	90 863,28 €	807 836,81 € 27.4.5.4.1.1.07
Centro Escolar de Arraial - Sanguedo	2012	642 071,05 €	69 162,32 €	11 591,38 €	80 753,69 €	561 317,36 € 27.4.5.4.1.1.08
Centro Escolar de Mosteiró	2012	1 219 106,93 €	117 478,41 €	21 192,99 €	138 671,40 €	1 080 435,53 € 27.4.5.4.1.1.09
Centro Escolar Chão do Monte - Lamas	2011	321 707,74 €	48 527,56 €	4 330,45 €	52 858,01 €	268 849,73 € 27.4.5.4.1.1.10
Centro Escolar de Espargo	2012	780 204,63 €	81 621,20 €	14 774,66 €	96 395,86 €	683 808,77 € 27.4.5.4.1.1.11
Centro Escolar S. João Vêr	2013	2 156 585,84 €	135 455,20 €	26 849,38 €	162 304,57 €	1 994 281,27 € 27.4.5.4.1.1.12
Centro Escolar de Valrico Souto	2011	613 333,69 €	68 249,71 €	11 120,19 €	79 369,90 €	533 963,79 € 27.4.5.4.1.1.13
Requalificação Pedonal do Centro da Cidade de S ^{ta} M ^a Feira	2017	27 540,44 €	- €	4 141,41 €	4 141,41 €	23 399,03 € 27.4.5.4.1.1.14
Criação Escola Básica de Santa Maria da Feira	em curso	5 333 657,20 €	- €	- €	- €	5 333 657,20 € 27.4.5.4.1.1.15
Museu Convento dos Loios	2008	612 248,04 €	122 173,47 €	7 001,06 €	129 174,53 €	483 073,51 € 27.4.5.4.1.1.16
Ampliação do Museu Convento dos Lóios	2014	525 504,17 €	68 133,21 €	16 892,75 €	85 025,96 €	440 478,21 € 27.4.5.4.1.1.16
Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)	2013	561 213,67 €	140 303,42 €	28 060,68 €	168 364,10 €	392 849,57 € 27.4.5.4.1.1.17
Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua	2015	1 743 206,27 €	122 685,34 €	45 097,29 €	167 782,63 €	1 575 423,64 € 27.4.5.4.1.1.18
Centro Escolar de Canedo	2015	1 381 035,82 €	100 071,13 €	33 177,52 €	133 248,65 €	1 247 787,17 € 27.4.5.4.1.1.19
Tec Escolas Digitais	2013	87 401,00 €	54 625,64 €	10 925,13 €	65 550,77 €	21 850,23 € 27.4.5.4.1.1.20
Biblioteca Municipal 3ª fase	2000	813 738,93 €	650 322,23 €	8 967,07 €	659 289,31 €	154 449,62 € 27.4.5.4.1.1.21
Complexo Desportivo e Ampliação da Piscina Calvario de Fiães	2007	553 974,21 €	76 171,46 €	6 924,68 €	83 096,14 €	470 878,06 € 27.4.5.4.1.1.22
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª Fase	2005	427 175,81 €	258 507,40 €	21 358,79 €	279 866,19 €	147 309,62 € 27.4.5.4.1.1.23
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª Fase	2005	473 596,20 €	267 018,00 €	23 679,81 €	290 697,81 €	182 898,39 € 27.4.5.4.1.1.24
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	443 038,94 €	229 735,83 €	18 721,15 €	248 456,99 €	194 581,95 € 27.4.5.4.1.1.25
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira	2005	237 423,72 €	105 916,33 €	9 672,59 €	115 588,92 €	121 834,80 € 27.4.5.4.1.1.26
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho -2ª fase	2004	358 385,73 €	250 399,65 €	17 919,29 €	268 318,93 €	90 066,80 € 27.4.5.4.1.1.27
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Santa Maria da Feira	2006	376 323,61 €	164 718,04 €	16 248,90 €	180 966,93 €	195 356,68 € 27.4.5.4.1.1.28
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial na Rua de S. Tiago - Lobão	2005	222 424,78 €	144 576,11 €	11 121,24 €	155 697,35 €	66 727,43 € 27.4.5.4.1.1.29
Construção de Redes de Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais nas EN's 222 e 223	2005	593 123,07 €	393 293,73 €	29 656,15 €	422 949,88 €	170 173,19 € 27.4.5.4.1.1.30
Construção/Remodelação das Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Vila Boa, S ^{ta} M ^a da Feira	2005	205 528,86 €	133 593,75 €	10 276,44 €	143 870,19 €	61 658,67 € 27.4.5.4.1.1.31
Abastecimento de água e saneamento na via estruturante Paços de Brandão/Riomeão - EN 109.04	2004	252 566,29 €	176 796,42 €	12 628,32 €	189 424,74 €	63 141,55 € 27.4.5.4.1.1.32
Redes de abastecimento de água na Vergada e Ermil e redes de drenagem em Ermil-Mozelos, S ^{ta} M ^a Feira	2004	164 216,71 €	114 951,71 €	8 210,84 €	123 162,55 €	41 054,16 € 27.4.5.4.1.1.33
Abastecimento de água e saneamento na Póvoa e Framil - Canedo	2002	222 571,88 €	167 165,54 €	11 128,59 €	178 294,13 €	44 277,75 € 27.4.5.4.1.1.34
Abastecimento de água, drenagem doméstica e pluvial Vergada (Mozelos) Ferradal e Gualtar(Fiães)	2002	206 357,02 €	157 559,63 €	10 317,85 €	167 877,48 €	38 479,54 € 27.4.5.4.1.1.35
Drenagem Doméstica e Pluvial nos lugares de Casas e Lourosela	2002	423 644,02 €	338 915,21 €	21 182,20 €	360 097,41 €	63 546,61 € 27.4.5.4.1.1.36
Etar da Remolha	2002	574 510,34 €	114 902,07 €	7 181,38 €	122 083,45 €	452 426,89 € 27.4.5.4.1.1.37
Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais em Santa Maria da Feira	2002	336 662,40 €	269 329,92 €	16 833,12 €	286 163,04 €	50 499,36 € 27.4.5.4.1.1.38
Redes de Drenagem Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	384 185,01 €	156 261,93 €	12 939,25 €	169 201,18 €	214 983,83 € 27.4.5.4.1.1.39

Designação obras	Ano utilização	Valor recebido	Amortizações			conta 27.4.5
			Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2018 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Redes de Drenagem de Águas Pluviais no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	250 845,31 €	149 056,95 €	12 542,26 €	161 599,22 €	89 246,09 € 27.4.5.4.1.1.40
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	447 000,03 €	86 228,25 €	8 149,47 €	94 377,73 €	352 622,30 € 27.4.5.4.1.1.41
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2008	319 378,42 €	67 840,06 €	6 784,01 €	74 624,07 €	244 754,35 € 27.4.5.4.1.1.42
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2008	392 082,01 €	175 290,65 €	17 457,51 €	192 748,16 €	199 333,85 € 27.4.5.4.1.1.43
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 5ª fase	2008	235 621,04 €	101 820,06 €	10 126,87 €	111 946,92 €	123 674,12 € 27.4.5.4.1.1.44
Redes de Abastecimento de água em Canedo e Vale, Sª Mª Feira	2007	326 205,58 €	122 446,15 €	12 104,42 €	134 550,57 €	191 655,01 € 27.4.5.4.1.1.45
Requalificação do Espaço Urbano em Sª Mª Feira	2004	272 189,05 €	170 777,09 €	11 817,54 €	182 594,64 €	89 594,41 € 27.4.5.4.1.1.46
Recuperação da Casa dos Condes de Fijó	2001	179 603,67 €	61 065,24 €	3 592,07 €	64 657,31 €	114 946,36 € 27.4.5.4.1.1.47
Requalificação Urbana no Concelho de Sª Mª Feira	2005	194 383,83 €	104 996,73 €	9 719,19 €	114 715,92 €	79 667,91 € 27.4.5.4.1.1.48
Recuperação/Ampliação de Escolas Primárias do Concelho	2004	400 192,91 €	99 231,61 €	5 892,77 €	105 124,38 €	295 068,53 € 27.4.5.4.1.1.49
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2003	231 674,89 €	167 071,90 €	11 583,74 €	178 655,64 €	53 019,25 € 27.4.5.4.1.1.50
Construção da Escola Pré-Primária de S. Domingos, Argoncilhe	2004	164 425,01 €	28 963,38 €	2 055,31 €	31 018,69 €	133 406,32 € 27.4.5.4.1.1.51
Construção, Recuperação e Ampliação de Escolas no Concelho, 2ª fase	2004	333 747,04 €	54 425,53 €	4 171,84 €	58 597,37 €	275 149,67 € 27.4.5.4.1.1.52
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2005	363 019,41 €	201 807,26 €	15 174,01 €	216 981,28 €	146 038,13 € 27.4.5.4.1.1.53
Recuperação e Ampliação da Escola nº1 Paços Brandão	2007	271 600,00 €	37 345,00 €	3 395,00 €	40 740,00 €	230 860,00 € 27.4.5.4.1.1.54
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2004	207 155,33 €	125 470,71 €	10 357,77 €	135 828,47 €	71 326,86 € 27.4.5.4.1.1.55
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	129 687,40 €	74 468,11 €	6 320,55 €	80 788,66 €	48 898,74 € 27.4.5.4.1.1.56
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	361 937,21 €	170 630,86 €	15 893,62 €	186 524,48 €	175 412,73 € 27.4.5.4.1.1.57
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 4ª Fase	2005	192 302,02 €	87 742,65 €	6 889,22 €	94 631,87 €	97 670,15 € 27.4.5.4.1.1.58
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 3ª Fase	2004	275 477,29 €	184 397,33 €	13 773,86 €	198 171,19 €	77 306,10 € 27.4.5.4.1.1.59
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho	2004	446 405,28 €	322 922,66 €	22 320,26 €	345 242,92 €	101 162,36 € 27.4.5.4.1.1.60
Construção das Redes de Abastecimento de Água e Drenagem Pluvial em Monte de Cima Lodeiro-Paços de Brandão	2004	357 154,28 €	250 007,98 €	17 857,71 €	267 865,70 €	89 288,59 € 27.4.5.4.1.1.61
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 1ª Fase	2003	453 869,05 €	102 204,81 €	7 036,18 €	109 241,00 €	344 628,05 € 27.4.5.4.1.1.62
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 2ª Fase	2003	462 149,97 €	329 629,75 €	23 107,50 €	352 737,25 €	109 412,72 € 27.4.5.4.1.1.63
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 3ª Fase	2003	217 057,57 €	145 592,52 €	10 852,88 €	156 445,39 €	60 612,18 € 27.4.5.4.1.1.64
Reservatórios 1ª fase	2009	1 012 445,18 €	112 129,82 €	12 655,57 €	124 785,38 €	887 659,80 € 27.4.5.4.1.1.65
Reservatórios 2ª fase	2009	943 937,49 €	107 667,78 €	11 799,22 €	119 467,00 €	824 470,49 € 27.4.5.4.1.1.66
Remodelação e Ampliação do Edifício das Termas das Caldas de S. Jorge	2003	2 183 215,97 €	852 671,86 €	21 208,47 €	873 880,33 €	1 309 335,64 € 27.4.5.4.1.1.67
Parque Empresarial da Cortiça (Via de acesso) - 1ª Fase	2009	1 608 709,50 €	731 997,57 €	80 442,93 €	812 440,50 €	796 269,00 € 27.4.5.4.1.1.68
Zona Industrial de Soutelo - Fiães	2006	923 093,55 €	508 563,08 €	42 380,26 €	550 943,34 €	372 150,21 € 27.4.5.4.1.1.69
Zona Industrial de Romariz - Santa Maria da Feira	2005	845 092,88 €	508 577,44 €	39 121,34 €	547 698,78 €	297 394,10 € 27.4.5.4.1.1.70
Projecto Despertar Novos Museus	2007	97 971,05 €	97 971,05 €	- €	97 971,05 €	- € 27.4.5.4.1.1.71
Museu Papel	2008	585 128,23 €	109 096,21 €	7 296,90 €	116 393,11 €	468 735,12 € 27.4.5.4.1.1.72
Reabilitação EN 327	2008	1 500 472,73 €	750 675,36 €	75 067,54 €	825 742,89 €	674 729,84 € 27.4.5.4.1.1.73
Construção de Pontões Derrocados Pelas Cheias - 1ª Fase	2003	223 897,88 €	167 923,43 €	11 194,90 €	179 118,33 €	44 779,55 € 27.4.5.4.1.1.74
Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do caster	2008	264 090,00 €	132 045,00 €	13 204,50 €	145 249,50 €	118 840,50 € 27.4.5.4.1.1.75
Construção da Escola Fixa de Trânsito de Fiaes, Santa Maria da Feira	2010	135 394,98 €	13 539,50 €	1 692,44 €	15 231,94 €	120 163,04 € 27.4.5.4.1.1.76
Recuperação e Ampliação do Edifício na Rua Dr. Elisio de Castro em Santa Maria da Feira	2006	72 898,04 €	10 934,71 €	911,23 €	11 845,94 €	61 052,10 € 27.4.5.4.1.1.77
reordenamento de instalações das redes de Educação Pre-escolar e do Ensino Básico - Construção	2009	460 736,80 €	68 538,69 €	5 523,92 €	74 062,60 €	386 674,20 € 27.4.5.4.1.1.78
Construção do Parque de Estacionamento e Recuperação da via Estruturante do Eixo Industrial Norte e Construção da Estação de Carreiros	2005	809 156,05 €	541 712,89 €	40 457,80 €	582 170,69 €	226 985,36 € 27.4.5.4.1.1.79
Beneficiação do CM 1025 (Igreja/Pousadela/EN14)	2002	169 840,72 €	135 872,55 €	8 492,03 €	144 364,59 €	25 476,13 € 27.4.5.4.1.1.80
Revitalização do Centro Histórico de Santa Maria da Feira	2002	231 556,50 €	162 287,02 €	11 577,82 €	173 864,85 €	57 691,65 € 27.4.5.4.1.1.81
Fundo Coesão	2013	7 299 104,95 €	348 028,22 €	68 475,46 €	416 503,69 €	6 882 601,26 € 27.4.5.4.1.1.82
EDV Digital		619 680,37 €	619 680,37 €	- €	619 680,37 €	- € 27.4.5.4.1.1.83
Espaço NET - Espaço Internet de Santa Maria da Feira	2003	56 043,77 €	56 043,77 €	- €	56 043,77 €	- € 27.4.5.4.1.1.84
Construção e Instalação do Centro de Informação Turística de Santa Maria da Feira	2015	303 789,24 €	25 283,80 €	4 805,16 €	30 088,95 €	273 700,29 € 27.4.5.4.1.1.85
EDV Digital Sama	2015	463 033,21 €	347 274,91 €	115 758,30 €	463 033,21 €	- € 27.4.5.4.1.1.86

Designação obras	Ano utilização	Valor recebido	Amortizações			conta 27.4.5
			Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2018 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Pavilhão Desportivo de S. João de Vêr_NORTE-10-0153-FEDER-000027	2017	453 442,98 €	5 668,04 €	5 668,04 €	11 336,07 €	442 106,91 € 27.4.5.4.1.1.87
Requalificação da EB1 de S.Paio Oleiros_NORTE-10-0144-FEDER-000587	2017	80 931,98 €	1 064,89 €	33 428,54 €	34 493,44 €	46 438,53 € 27.4.5.4.1.1.88
Sistemas de Comunicação-Protecção Civil_POVT-12-0436-FCOES-000238	2017	5 123,97 €	854,00 €	- €	854,00 €	4 269,97 € 27.4.5.4.1.1.90
Repavimentacao_pavilhao_Jourosa	2017	52 697,13 €	4 053,62 €	- €	4 053,62 €	48 643,51 € 27.4.5.4.1.1.92
Edifício_Multiusos_Argoncilhe	2017	178 359,97 €	2 512,11 €	- €	2 512,11 €	175 847,86 € 27.4.5.4.1.1.93
Execucao_Ciclovia_SJVer	2017	64 269,29 €	5 355,77 €	- €	5 355,77 €	58 913,52 € 27.4.5.4.1.1.94
Promoção segurança rodoviária peões nos centros urbanos SMF	2017	925 138,00 €	60 591,13 €	- €	60 591,13 €	864 546,87 € 27.4.5.4.1.1.95
Promoção segurança rodoviária nos centros urbanos do Município de SMFeira	2017	521 969,16 €	33 428,54 €	- €	33 428,54 €	488 540,62 € 27.4.5.4.1.1.96
Autarquia Digital_NORTE-09-0550-FEDER-000055	em curso	301 274,87 €	- €	- €	- €	301 274,87 € 27.4.5.4.1.1.97
Reabilitação da quinta do castelo	em curso	1 293 714,76 €	- €	- €	- €	1 293 714,76 € 27.4.5.4.1.1.98
Redefinição da Hierarquia Viária no Centro da Cidade de Fiães VIII/III Fase	em curso	14 849,09 €	- €	- €	- €	14 849,09 € 27.4.5.4.2.1.01
Escola Básica de Fornos	em curso	12 476,23 €	- €	- €	- €	12 476,23 € 27.4.5.4.2.1.02
Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães - 2ª Fase	2016	762 829,56 €	20 725,38 €	9 848,63 €	30 574,01 €	732 255,55 € 27.4.5.4.3.1
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B2)	2015	2 634 315,02 €	111 591,76 €	37 197,25 €	148 789,02 €	2 485 526,00 € 27.4.5.4.4.1
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B3)	2015	2 084 904,77 €	54 260,31 €	18 086,77 €	72 347,08 €	2 012 557,69 € 27.4.5.4.4.2
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B4)	2015	1 470 615,52 €	66 266,74 €	22 088,91 €	88 355,66 €	1 382 259,86 € 27.4.5.4.4.3
Recuperação das Pedreiras de Lourosa	2017	1 616 634,00 €	30 338,28 €	21 701,24 €	52 039,52 €	1 564 594,48 € 27.4.5.4.4.4
Eficiência Energetica na Iluminação Publica	2016	374 205,43 €	93 551,36 €	46 775,68 €	140 327,04 €	233 878,39 € 27.4.5.4.4.5
Mobilidade para todos	2013	57 055,48 €	27 799,40 €	4 631,42 €	32 430,81 €	24 624,67 € 27.4.5.4.7.1
Caldas RiverNatura	2014	115 112,23 €	21 271,85 €	5 755,61 €	27 027,46 €	88 084,77 € 27.4.5.4.7.2
Bacias - Suldouro		667 000,00 €	667 000,00 €	- €	667 000,00 €	- € 27.4.5.5.2.1
Total		74 759 577,28 €	17 136 881,42 €	1 685 258,09 €	18 822 139,51 €	55 937 437,72 €

demonstração de resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Município durante o ano de 2018.

Quadro 45 - Demonstração de Resultados

CÓDIGO DAS CONTAS	CONTAS	EXERCÍCIOS	
		2018	2017
	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	6 670,23 €	3 413,98 €
	Matérias	1 149 310,45 €	2 024 681,46 €
62	Fornecimento e serviços externos		17 268 935,30 €
	Custos com o pessoal		
641+642	Remunerações	11 348 604,94 €	10 921 114,31 €
643 a 648	Encargos sociais	3 352 202,39 €	3 205 374,42 €
63	Transf. e subs. correntes concedidos e prestações sociais		4 649 866,60 €
66	Amortizações do exercício	8 295 698,72 €	8 148 274,09 €
67	Provisões do exercício	894 630,39 €	299 859,42 €
65	Outros custos operacionais	164 953,97 €	236 559,24 €
	(A)	48 875 898,65 €	46 758 078,82 €
68	Custos e perdas financeiras	121 144,61 €	250 828,61 €
	(C)	48 997 043,26 €	47 008 907,43 €
69	Custos e perdas extraordinários	2 561 229,87 €	3 664 192,10 €
	(E)	51 558 273,13 €	50 673 099,53 €
88	Resultado Líquido do exercício	16 467 251,96 €	12 560 214,20 €
	(X)	68 025 525,09 €	63 233 313,73 €
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços		
7111	Venda de mercadorias		5 817,20 €
7112+7113	Vendas de produtos	4 954,00 €	5 817,20 €
+7119		4 954,00 €	5 817,20 €
712	Prestações de serviços	8 310 813,06 €	8 383 971,40 €
		8 315 767,06 €	8 389 788,60 €
72	Impostos e taxas	30 826 438,53 €	27 089 285,01 €
(a)	Varição da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade	1 139 387,01 €	1 847 735,80 €
73	Proveitos suplementares	1 585,22 €	1 166,10 €
74	Transferências e subsídios obtidos	20 835 612,75 €	20 531 280,99 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	23 902,87 €	5 387,95 €
	(B)	61 142 693,44 €	57 864 644,45 €
78	Proveitos e ganhos financeiros	122 638,14 €	468 363,58 €
	(D)	61 265 331,58 €	58 333 008,03 €
79	Proveitos extraordinários	6 760 193,51 €	4 900 305,70 €
	(F)	68 025 525,09 €	63 233 313,73 €
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	12 266 794,79 €	11 106 565,63 €
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	1 493,53 €	217 534,97 €
	Resultados Correntes: (D - C)	12 268 288,32 €	11 324 100,60 €
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	16 467 251,96 €	12 560 214,20 €

Os proveitos globais gerados no ano de 2018 totalizaram 68.025.525,09€, enquanto, os custos totais atingiram 51.558.273,13€, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 16.467.251,96€.

Da análise dos resultados operacionais, constata-se um acréscimo de todas as rubricas que concorrem para os custos operacionais, com exceção da rubrica custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e da rubrica residual outros custos operacionais.

Os acréscimos mais significativos dos custos operacionais verificam-se na rubrica fornecimentos e serviços externos no montante de 1.268.838,21€, nas provisões do exercício no montante de 594.770,97€, seguido dos encargos com remunerações e encargos sociais em 574.318,60€ e das transferências e subsídios correntes concedidos no valor de 476.187,45€, comparativamente com o ano transato.

A respeito dos custos com pessoal e dos encargos com as remunerações o aumento verificado deve-se essencialmente à reposição dos cortes salariais que haviam sido aplicados por força de lei, e cujos efeitos se extinguiram no final de 2016. O aumento gerado é consequência direta da reposição total dos vencimentos.

Apesar do aumento dos custos operacionais o Município foi capaz de gerir proveitos operacionais para fazer face a este aumento do qual resultou um resultado positivo em 12.266.794,79€.

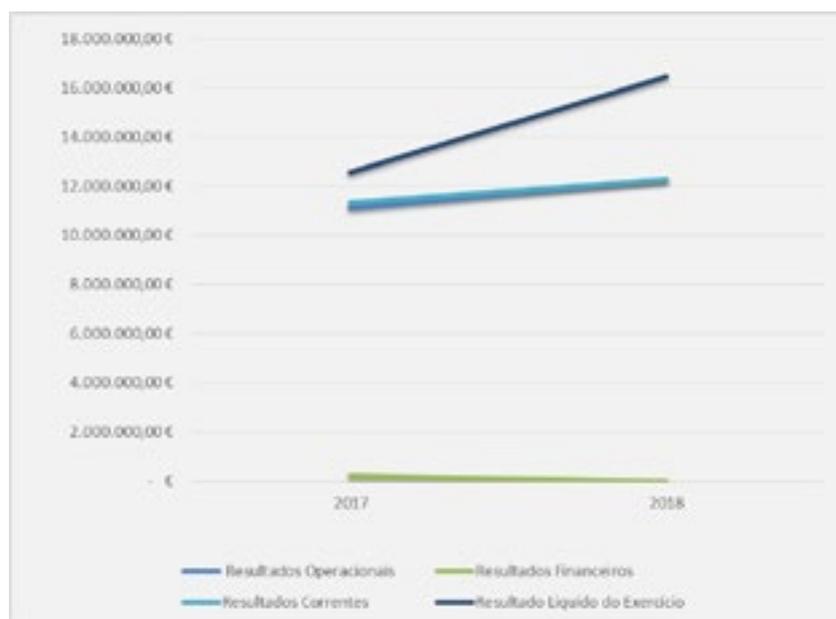
Focalizada a análise nos Proveitos Operacionais, constata-se que o seu valor em 2018 se fixou em 61.142.693,44€ exibindo um crescimento de 5,67%, relativamente ao ano anterior.

Os impostos e taxas, que se apresentam como principal componente das receitas operacionais representando cerca de 45,32% do total das receitas, obtiveram um incremento de 3.737.153,52€. Grande parte desta receita centra-se no cálculo do imposto municipal o qual foi atualizado com a nova taxa a aplicar já em 2018, cuja receita reverte em 2019.

Os resultados financeiros apresentaram um saldo positivo, de 1.493,53€ (resultante principalmente das taxas de juros indexadas à taxa Euribor dos empréstimos) cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 12.268.288,32€.

Tal como é dado a observar, é a atividade operacional que mais influenciou na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado de 12.266.794,79€. A atividade operacional do Município é de facto aquela que é determinante para os resultados obtidos. De igual forma, do lado dos custos são os operacionais os que mais relevam, com um peso percentual de cerca de 94,80%, expurgado o resultado líquido.

Apraz-nos referir, que todas as componentes que compõem os resultados do exercício concorrem positivamente para um resultado líquido positivo

Gráfico 20 – Evolução dos Resultados

Quadro 46 - Indicadores Financeiros

Indicadores financeiros	2017	2018
Estrutura do Ativo		
Ativo Fixo / Ativo Total	83,93%	81,84%
Ativo Circulante / Ativo Total	9,72%	11,25%
Estrutura do Passivo		
Passivo curto prazo / Passivo Exigível	26,70%	28,98%
Passivo médio longo prazo / Passivo Exigível	73,30%	71,02%
Análise do Passivo Exigível:		
• Coefficiente de Endividamento		
Passivo exigível / Fundos Próprios	8,13%	6,71%
• Coefficiente de Endividamento a curto prazo		
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	2,30%	1,97%
• Coefficiente de Endividamento a longo prazo		
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	5,83%	4,75%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corpóreo	7,68%	6,37%
Índice de Liquidez Geral		
Ativo Circulante / Passivo a curto prazo	422,58%	571,93%
Índice de Solvência		
Dívidas a Terceiro/Fundos Prop. e Passivo	2,30%	1,97%
Índices de Autonomia Financeira		
Fundos Próprios / Ativo Total	72,28%	75,49%
Capitais Permanentes / Ativo Imobilizado	93,63%	98,13%

Da análise dos indicadores financeiros apresentados no quadro anterior, verifica-se uma oscilação ligeira em todos eles, destacando-se o rácio de liquidez geral que teve uma variação mais acentuada, garantindo assim, a capacidade do Município em dispor de recursos a curto prazo para pagar as suas

dívidas correntes de curto prazo.

Em relação à estrutura do ativo constata-se uma evolução dos rácios invertida, ou seja, verifica-se uma diminuição do peso do ativo fixo e um aumento do ativo circulante em relação ao ativo total.

No seguimento da análise anterior, o comportamento da estrutura do endividamento tem vindo a evoluir positivamente, o que denota a capacidade que o Município tem tido, pois recorre a capitais próprios em vez de capitais alheios.

O índice de autonomia financeira do Município apresenta uma evolução positiva ao longo do período em análise, transmitindo uma maior estabilidade financeira do Município, demonstrando a percentagem dos ativos que está a ser financiada pelos capitais próprios.

Quadro 47 - Rácios

Rácios/Ano	2017	2018
Receita Total per Capita	609,39 €	415,76 €
Receita Total Km2	393.269,56 €	268.313,85 €
Despesa Total Per Capita	488,12 €	408,22 €
Despesa Total por Km2	315.006,26 €	263.446,95 €
Receitas Próprias per Capita	283,10 €	279,15 €
Receitas Próprias por Km2	182.699,87 €	180.147,79 €
Fundos Municipais per capita	134,10 €	127,29 €
Fundos Municipais por Km2	86.544,74 €	82.149,72 €
Investimento por Km2	130.163,47 €	154.004,53 €
Despesas Com Pessoal Per Capita	101,81 €	104,05 €
Despesas Com Pessoal por Km2	65.701,42 €	67.146,81 €
Custos com Pessoal / número de efectivos	18.612,81 €	19.097,47 €
Dados de Suporte		
Nº habitantes	139.312	139.312
Km2	215,87	215,87
Receita Total	84.895.098,96 €	57.920.910,00 €
Receitas Próprias	39.439.419,94 €	38.888.503,17 €
Fundos Municipais	18.682.414,00 €	17.733.659,00 €
Investimento -compromissos assumidos	28.098.388,77 €	33.244.957,08 €
Custo com pessoal	14.182.964,74 €	14.494.982,09 €
Nº efectivos	762	759
Despesa Total	68.000.401,37 €	56.870.293,28 €

proposta de aplicação do resultado líquido do exercício

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício. O reforço do Património (Conta 51) é sempre obrigatório até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do Ativo Líquido.

Nestes termos propõe-se que o resultado líquido de 16.467.251,96€ apurado no exercício de 2018, seja aplicado da seguinte forma:

1. Reservas Legais no montante de 823.362,60€.
2. Resultados Transitados o montante de 15.643.889,36€

Anexo às Demonstrações Financeiras

Introdução

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL.

8.1 Caracterização da Entidade

8.1.1. Identificação

Município de Santa Maria da Feira

Apartado 135

4524-909 Santa Maria da Feira

Número de identificação fiscal: 501 157 280

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Santa Maria da Feira é constituído por 21 freguesias com uma área de 215,87 km².

N.º de eleitores: 125 384 dos quais fazem parte 18 cidadãos da União Europeia e 24 cidadãos estrangeiros (fora União Europeia), conforme informação da DGAI (Direção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), publicada no Diário da República n.º 43, 2ª Série, de 1 de março de 2019.

8.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. Estrutura organizacional efetiva

A estrutura orgânica, o quadro de pessoal, bem como a reorganização dos serviços municipais foram aprovados pelo Executivo Municipal nas reuniões ordinárias dos dias 29 de junho de 2018 e 17 de setembro de 2018, e homologados pela Assembleia Municipal a 21 de setembro de 2018. Desta forma, o município dispõe de 5 unidades orgânicas nucleares, 27 unidades orgânicas flexíveis, 4 subunidades orgânicas e 2 equipas de projeto.

8.1.4. Descrição sumária das atividades

O Município de Santa Maria da Feira exerce a sua atividade de acordo com as atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações.

8.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto, à data de 31 de dezembro de 2018, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Emídio Ferreira Santos Sousa, em simultâneo com o Pelouro de Desenvolvimento Económico e Urbanismo, e por dez Vereadores, designadamente:

- Cristina Manuela Cardoso Tenreiro – Vice-presidente, Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude
- Vitor Carlos Latourrette Marques – Vereador do Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social
- Helena Maria de Sá Portela – Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças

- António Gil Alves Ferreira – Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus;
- António Milton Topa Gomes – Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território
- Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira
- Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
- António Ferreira de Bastos
- Lia Andreia Cristóvão Ferreira
- Bruno Miguel Sousa Mota

8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, sendo o sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, desenvolvido pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.

Grande parte das aplicações está interligada entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

8.1.7. Outras informações relevantes

Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interna (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da Ação: 04/06/2015

Assunto: Auditoria ao Município de Santa Maria da Feira – Controlo das obrigações e objetivos resultantes da adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e Controlo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

Entidade: IGF

Documentos de Gestão:

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 foram aprovados em 2017 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 18 de dezembro de 2017 e 22 de dezembro de 2017, respetivamente.

Indicadores de Gestão:

Indicadores Gestão	Montantes
Participação fixa no IRS	4 142 668,00 €
Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente	11 060 918,00 €
Fundo Equilíbrio Financeiro de Capital	1 228 991,00 €
Fundo Social Municipal	2 530 073,00 €
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	58 787 930,42 €
Receitas de Investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	747 385,50 €

8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas na base da continuidade das operações do Município em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

A informação contida no Balanço e na Demonstração de Resultados, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Santa Maria da Feira.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Santa Maria da Feira, não serão incluídas no presente anexo.

8.2.1. Derrogação das disposições do POCAL

Não foi derogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

8.2.2. Comparabilidade

Tendo como objetivo, não só a correção de situações reportadas a exercícios económicos anteriores, bem como a alteração de metodologias de contabilização que melhor se conformem com as características qualitativas da informação financeira, efetuaram-se em 2018 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, afetando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior, concretamente:

- Correções relativas a exercícios anteriores, com impacto no balanço inicial, imobilizado e amortizações acumuladas do exercício.

8.2.3. Critérios Valorimétricos

Neste ponto refere os critérios valorimétricos relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes a ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Bens de domínio público

Para a valorização dos bens de domínio foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Não são capitalizados os juros decorrentes de empréstimos específicos de imobilizado.

A criação de bens do domínio público decorrentes de operações urbanísticas, é feita com integração no património municipal, com base em alvarás sendo a sua valorização realizada pela atribuição de 5€/m² definido em reunião de câmara de 27 de maio de 2013.

Imobilizações corpóreas

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que, para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de aumentar a vida útil, são registados como custo do período em que incorrem.

Não são capitalizados os juros decorrentes de empréstimos específicos de imobilizado.

Os imóveis classificados como de interesse público, referidos na nota 8.2.14, não têm valor contabilístico atribuído.

Amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Imobilizações em curso

Os bens em curso são considerados liquidados com a informação do auto de receção provisória.

Não são capitalizados juros em imobilizações em curso.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros (partes de capital) em virtude de termos obtido em tempo oportuno a maioria das contas das participadas relativamente ao exercício de 2018, foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Todas as restantes participações estão valorizadas ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo não seja recuperável, é efetuada a constituição de uma provisão para aplicações financeiras.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou de produção, sendo que nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado.

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

As provisões para cobranças duvidosas são calculadas, de acordo com os critérios do POCAL, isto é, a uma taxa de 50% para as dívidas com prazo de vencimento superior a 6 meses e inferiores a um ano, a uma taxa de 100% para as dívidas com prazo de vencimento superiores a um ano e para as dívidas que se encontrem em execução fiscal. Estas provisões não incluem as dívidas abrangidas por planos de pagamento ou por garantias prestadas, assim como as relativas às operações de tesouraria, que apesar de englobadas no valor em dívida constante das contas clientes, contribuintes e utentes” e/ou “outros devedores”, só serão entregues à entidade a que se destinam, quando se concretizar a respetiva cobrança.

Estado e outros entes públicos

O Município de Santa Maria da Feira enquanto sujeito passivo utiliza em simultâneo dois métodos na dedução do IVA, definidos no Código do IVA, ou seja, os métodos de afetação real e pró-rata.

Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

Não existe moeda estrangeira, pelo que não é necessária qualquer atualização cambial.

As aplicações de tesouraria são efetuadas com capital e juros assegurados. O valor de mercado, por consequência, nunca é inferior ao custo de aquisição, equiparando-se a depósitos de longo prazo e sendo tratados contabilisticamente como tal.

Constituição de provisões para riscos e encargos

As provisões são constituídas para fazer face a riscos e encargos de natureza provável. A principal situação que gera a necessidade de registo de provisão são os processos judiciais em curso. Estes são registados com base na estimativa de grau de risco associado individualmente a cada processo. A estimativa de grau de risco é utilizada para valorização do potencial exfluxo de tesouraria, sem data prevista.

Acréscimos e diferimentos

Os subsídios ao investimento e/ou transferências de capital encontram-se diferidos, sendo especializados em proveitos na mesma cadência das amortizações do bem de imobilizado subjacente.

O valor de férias e subsídio de férias, a pagar no próximo ano, encontram-se registados em acréscimos de custos, com base em estimativas.

Resultados transitados

A conta 59 – resultados transitados – reflete ajustamentos de grau de materialidade excepcionais na sua natureza.

8.2.7. Movimentos do Ativo Imobilizado

Ativo Bruto		2018					
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO							
451 Terrenos e Recursos Naturais	4 651 461,12 €	- €	469 212,69 €	- €	- €	215,00 €	5 120 458,81 €
452 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
453 Outras Construções e Infra-estruturas	62 972 862,44 €	- €	2 927 470,45 €	- €	- €	- €	65 900 332,89 €
455 Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	201 728,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	201 728,38 €
459 Outros Bens de Domínio Público	189 481,36 €	- €	107,01 €	- €	- €	- €	189 588,37 €
445 Imobilizações em Curso	653 449,23 €	- €	649 125,62 €	- €	- €	146 129,52 €	1 156 445,33 €
446 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	68 668 982,53 €	- €	4 045 915,77 €	- €	- €	146 344,52 €	72 568 553,78 €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
449 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
443 Imobilizações Incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
431 Despesas de Instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
432 Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
433 Propriedade Industrial e Outros Direitos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
434 Concessões cedidas ao Município	21 400 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	21 400 000,00 €
	21 400 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	21 400 000,00 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS							
421 Terrenos e Recursos Naturais	50 671 637,43 €	- €	727 247,14 €	147 078,40 €	- €	403 176,59 €	50 848 629,58 €
422 Edifícios e Outras Construções	174 717 191,81 €	- €	1 466 783,91 €	- €	- €	25 169,56 €	176 158 806,16 €
423 Equipamento Básico	3 962 043,88 €	- €	63 108,38 €	- €	- €	35 523,95 €	3 989 628,31 €
424 Equipamento de Transporte	2 434 594,80 €	- €	444 382,72 €	- €	- €	93 009,49 €	2 785 968,03 €
425 Ferramentos e Utensílios	888 294,68 €	- €	4 780,11 €	- €	- €	494,88 €	892 579,91 €
426 Equipamento Administrativo	4 349 127,92 €	- €	111 427,73 €	- €	- €	111 545,10 €	4 349 010,55 €
427 Taras e Vasilhames	35 718,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	35 718,23 €
429 Outras Imobilizações Corpóreas	11 441 764,18 €	- €	1 000 673,75 €	- €	- €	58 904,24 €	12 383 533,69 €
442 Imobilizações em Curso	21 504 450,37 €	- €	7 271 062,56 €	- €	2 500 974,67 €	- €	26 274 538,26 €
448 Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	270 004 823,30 €	- €	11 089 466,30 €	147 078,40 €	2 500 974,67 €	727 823,81 €	277 718 412,72 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
411 Partes de Capital	3 007 708,81 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 007 708,81 €
412 Obrigações e Títulos de Participação	2 882 174,05 €	- €	- €	- €	- €	1 029 347,55 €	1 852 826,50 €
414 Investimentos em Imóveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
415 Outras Aplicações Financeiras	9,98 €	- €	- €	- €	- €	- €	9,98 €
441 Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
447 Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	5 889 892,84 €	- €	- €	- €	- €	1 029 347,55 €	4 860 545,29 €
TOTAL	365 963 698,67 €	- €	15 135 382,07 €	147 078,40 €	2 500 974,67 €	1 903 515,88 €	376 547 511,79 €

O valor inscrito em Investimentos Financeiros, do mapa supra, não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

Mapa de Amortizações e Provisões - Detalhado

2018

Rubricas	SALDO INICIAL	REFORÇO					REGULARIZ.	SALDO FINAL
		B.INIC	ANOS ANTERIORES	DIVER.	EXERCÍCIO	TOTAL		
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	94 805 289,56 €	- €	- €	- €	8 295 698,72 €	8 295 698,72 €	303 161,52 €	102 797 826,76 €
48.2 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	58 387 964,76 €	- €	- €	- €	4 660 610,63 €	4 660 610,63 €	303 161,52 €	62 745 413,87 €
48.2.1 Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2 Edifícios e outras construções	38 423 272,38 €	- €	- €	- €	3 631 152,66 €	3 631 152,66 €	4 038,53 €	42 050 386,51 €
48.2.2.1 Edifícios	21 946 925,69 €	- €	- €	- €	1 764 946,27 €	1 764 946,27 €	4 038,53 €	23 707 833,43 €
48.2.2.1.01 Habitação	7 688 675,06 €	- €	- €	- €	457 911,44 €	457 911,44 €	- €	8 126 586,50 €
48.2.2.1.02 Instalações de Serviços	1 799 619,61 €	- €	- €	- €	123 480,15 €	123 480,15 €	- €	1 923 099,76 €
48.2.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	5 172 706,73 €	- €	- €	- €	407 004,70 €	407 004,70 €	243,12 €	5 579 468,31 €
48.2.2.1.04 Mercados e instalações de fiscalização sanitários	427 093,93 €	- €	- €	- €	146 183,85 €	146 183,85 €	- €	573 277,78 €
48.2.2.1.05 Creches	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.06 Escolas	6 005 942,75 €	- €	- €	- €	517 973,25 €	517 973,25 €	3 795,41 €	6 520 120,59 €
48.2.2.1.07 Lares de terceira idade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.08 Investimentos em Edifícios Alheios	38 171,15 €	- €	- €	- €	29 203,25 €	29 203,25 €	- €	67 374,40 €
48.2.2.1.08.0 Comissão Proteção de Menores	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.08.0.1 Europarque	38 171,15 €	- €	- €	- €	29 203,25 €	29 203,25 €	- €	67 374,40 €
48.2.2.1.08.9 Outros	- €	0 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.09 Capelas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.99 Outros	834 716,46 €	- €	- €	- €	83 189,63 €	83 189,63 €	- €	917 906,09 €
48.2.2.2 Outras construções	16 476 346,69 €	- €	- €	- €	1 866 206,39 €	1 866 206,39 €	- €	18 342 553,08 €
48.2.2.2.01 Viadutos, aruamentos e obras complementares	3 153 795,60 €	- €	- €	- €	352 337,31 €	352 337,31 €	- €	3 506 132,91 €
48.2.2.2.02 Esgotos	62 967,85 €	- €	- €	- €	7 843,91 €	7 843,91 €	- €	70 811,76 €
48.2.2.2.03 Iluminação pública	835 089,91 €	- €	- €	- €	17 728,19 €	17 728,19 €	- €	852 818,10 €
48.2.2.2.04 Parques e jardins	165 663,07 €	- €	- €	- €	13 208,23 €	13 208,23 €	- €	178 871,30 €
48.2.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas	226 457,14 €	- €	- €	- €	34 816,06 €	34 816,06 €	- €	261 273,20 €
48.2.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água	1 270 693,15 €	- €	- €	- €	255 404,04 €	255 404,04 €	- €	1 526 097,19 €
48.2.2.2.07 Viação rural	2 917 819,15 €	- €	- €	- €	316 443,27 €	316 443,27 €	- €	3 234 262,42 €
48.2.2.2.08 Sinalização e trânsito	141 536,46 €	- €	- €	- €	4 665,37 €	4 665,37 €	- €	146 201,83 €
48.2.2.2.09 Infra-estruturas para distr.de energia electrica	98 073,22 €	- €	- €	- €	2 843,80 €	2 843,80 €	- €	100 917,02 €
48.2.2.2.10 Infra-estruturas p/tratamento de residuos solidos	337 260,96 €	- €	- €	- €	34 940,41 €	34 940,41 €	- €	372 201,37 €
48.2.2.2.11 Cemitérios	131 855,89 €	- €	- €	- €	18 018,15 €	18 018,15 €	- €	149 874,04 €
48.2.2.2.12 Outras	7 135 134,29 €	- €	- €	- €	807 957,65 €	807 957,65 €	- €	7 943 091,94 €
48.2.3 Equipamento básico	3 251 700,15 €	- €	- €	- €	77 939,60 €	77 939,60 €	35 361,64 €	3 294 278,11 €
48.2.4 Equipamento de transporte	2 092 817,18 €	- €	- €	- €	117 380,95 €	117 380,95 €	93 009,49 €	2 117 188,64 €
48.2.5 Ferramentas e utensilios	793 207,74 €	- €	- €	- €	23 112,80 €	23 112,80 €	494,88 €	815 825,66 €
48.2.6 Equipamento administrativo	4 015 246,73 €	- €	- €	- €	104 495,42 €	104 495,42 €	111 545,10 €	4 008 197,05 €
48.2.7 Taras e vasilhame	35 718,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	35 718,23 €
48.2.9 Outras imobilizações corporeas	9 776 002,35 €	- €	- €	- €	706 529,20 €	706 529,20 €	58 711,88 €	10 423 819,67 €
48.3 De imobilizações incorporeas	1 284 000,00 €	- €	- €	- €	428 000,00 €	428 000,00 €	- €	1 712 000,00 €
48.3.1 Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.3 Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.4 Concessões cedidas ao Município	1 284 000,00 €	- €	- €	- €	428 000,00 €	428 000,00 €	- €	1 712 000,00 €
48.3.4.1 Europarque	1 284 000,00 €	- €	- €	- €	428 000,00 €	428 000,00 €	- €	1 712 000,00 €
48.5 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	35 133 324,80 €	- €	- €	- €	3 207 088,09 €	3 207 088,09 €	- €	38 340 412,89 €
48.5.1 Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.2 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.3 Outras construções e infraestruturas	35 124 610,88 €	- €	- €	- €	3 206 386,88 €	3 206 386,88 €	- €	38 330 997,76 €
48.5.5 Bens de património historico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.9 Outros bens de domínio publico	8 713,92 €	- €	- €	- €	701,21 €	701,21 €	- €	9 415,13 €
TOTAL.....	94 805 289,56 €	- €	- €	- €	8 295 698,72 €	8 295 698,72 €	303 161,52 €	102 797 826,76 €

8.2.8. Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de Edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado.

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (*ver mapas em Anexos*).

8.2.12. Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros

Imobilizações em poder de Terceiros, incluindo bens de Domínio Público cedidos:

Indicador em Poder de Terceiros

Programa	Sede	Outorgante	Valor
Artaria	Parque Público de Lazer	Freguesia de Artaria	342004
Artaria	Sede e Polideportivo	Centro de Cultura e Desporto de Artaria	987000
Esposim	Sede	Associação Recreativa e Cultural de Esposim	060002
Esposim	Sede	Clube de Futebol	060009
Esposim		Fundação Técnica e Científica do Desporto	400005
Felões	Sede	Grupo Cultural de Felões	240002
Giló	Reconstrução / Recuperação de antiga Escola Primária de Giló	Freguesia de Giló	620011
Giló	Equipamentos	Freguesia de Giló	200012
Gusmão	Centro de Dia e Lazer de Terceira Idade	Centro Social S. Ildefonso - Gusmão	620011
Lobão	Lazer de Terceira Idade	Centro Social de S. Tiago de Lobão	360010
Lobão	Sede	Rancho Folclórico de S. Tiago de Lobão	760001
Lousas	Lazer de Terceira Idade	Centro Social de Lousas	620011
Lousas	Sede	Grupo Centro de Lousas	320005
Lousas	Sede	Sociedade Cultural de Lousas	470001
Mosim	Sede	Futebol Clube de Mosim	760006
Mosim	Sede	Grupo Cultural de Mosim	240006
Mosim	Sede	Os Dançados de Mosim - Associação de Cultura Desportiva Recreativa	210006
Nogueira de Reguengo	Campo de Jogos	Centro Popular de Atividades de Juventude	260001
Pajós de Brandão	Campo de Ténis	Clube de Ténis de Pajós de Brandão	360005
Pajós de Brandão	Parque Desportivo	Grupo Recreativo Independente Brandãoense	660001
Pajós de Brandão	Campo de Ténis e respetivos Equipamentos de Apoio	Clube Desportivo de Pajós de Brandão	160012
Piçarra	Sede	Associação Desportiva Sociocultural Cultural de Piçarra	620010
Piçarra	Campo de Futebol Polideportivo e Outros Equipamentos	Freguesia de Piçarra	660012
Rio Medo	Sede para Atividades e Promoção de Atividades	Freguesia de Rio Medo	110006
Rio Medo	Parque Desportivo	Juventude Atlético de Rio Medo	460001
Sargento	Sede	União Cultural de Sargento	470002
S. SP da Feira	Sede	Clube de Futebol e Futebol de Santa Maria de Feira	271001
S. SP da Feira	Ponto de Abastecimento de Combustíveis	Clube Desportivo Paternão	110001
S. SP da Feira	Construção de Pav. ...	Casa dos Oleiros - Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL	660011
S. SP da Feira	Utilização como Estádio	Freguesia de Santa Maria de Feira	300011
S. SP da Feira	Sede do Junta	Freguesia de Santa Maria de Feira	200011
S. SP da Feira	Sede	Sociedade Cultural de São da Feira	620008
S. SP da Feira	Sede	Grupo Futebol	260005
S. João de Várzea	Sede Social	A.C.D.L.S. - Associação Cultural e Desportiva Lezíria, S. João de Várzea	420006
S. João de Várzea	Unidade de Saúde Familiar	Freguesia de S. João de Várzea	660010
S. João de Várzea	Instalação de Equipamento Polideportivo	Freguesia de S. João de Várzea	470006
S. Paio de Ovar	Audatório	Freguesia de S. Paio de Ovar	120007
Trovisão	Casa Multusina	Freguesia de Trovisão	670010
Trovisão	Complexo Desportivo	Freguesia de Trovisão	420004
Vale	Edifício de Apoio à Terceira Idade	Centro Social e Parque de Vale	260006
Argentea	Polideportivo e sede de Liga de Melhoramento e Beneficência de Argentea	Liga de Melhoramento e Beneficência dos Lugares de Argentea, Rand' Vergada e Ermitão	210015
Gusmão	Centro Clínico de Viseu	Centro Social S. Ildefonso	100014
Felões	Implementação de Ponto Recolher	Ludibragas - Companhia de Gás do Centro, SA	260014
Rio Medo	Escola Primária Várzea	Freguesia de Rio Medo	160016
Mosim	Construção de edifício destinado ao alojamento das atividades institucionais de animação	GDCA - Grupo de Dinamização Cultural de Mosim	210016
Vale	Centro de Dia e Atividades de Apoio à Integração Social	Centro Social e Parque de Vale	110017
Mosim	Construção de um edifício para alojamento das atividades institucionais de animação	GDCA - Grupo de Dinamização Cultural de Mosim	160017
Argentea	Construção de Unidade de Produção de Combustível de Saúde	Administração Regional de Saúde do Norte, SP	160018

8.2.14. Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar, continua a respeitar essencialmente aos bens doados ao Museu Convento dos Loios e ao Museu do Papel, pela complexidade artística que lhes são reconhecidas.

8.2.15. Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Relativamente aos bens de domínio público, não estão a ser amortizados os bens do património histórico, artístico e cultural (45.5), terrenos (45.1) e aquisição de livros (42.3) em conformidade com o disposto nas alíneas a) e g) n.º 1, do artigo 36º da Portaria n.º 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE).

8.2.16. Mapa das entidades participadas

O valor constante do mapa abaixo ilustrado não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP), conforme já mencionado.

Designação	Sede	Contribuinte n.º	Capitais Próprios	Resultado Líquido Exercício (2018)	Participação Capital Social	
					Valor	%
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E	Ed. Administrativo - Rua Interior ao Europarque - Apartado 160 4520-153 Stª Maria Feira	505120151	1 057 969,35 €	8 063,05 €	692 230,83 €	100%
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A	Rua dos Descobrimentos, 12 R/C Esq. 4520 Santa Maria da Feira	504134353	- 413 352,00 €	- 6 149,01 €	125 000,00 €	50%
Energia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	Avenida Manuel Violas, nº 476, Sala 23 4410-136 S. Félix da Marinha	504454536	271 772,26 €	32 042,62 €	30 000,00 €	20%
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	Rua Conde Barão 4415-103 Sermonde Vila Nova de Gaia	503698812	15 257 499,00 €	645 109,00 € a)	510 000,00 €	15%
Primus	Avenida dos Aliados, 236 - 1º 4000-065 Porto	502823305	163 098,00 €	b)	100,00 €	0,06%
Fundação "Terras Santa Maria"	Rua António de Castro Corte Real - Apartado 132 4520-909 Santa Maria da Feira	502556773	3 346 933,23 €	- 42 977,80 € a)	4 987,98 €	10%
ADCL - Águas do Centro Litoral, SA	ETA da Boavista Av. Dr. Luis Albuquerque 3030-410 Coimbra	513606181	94 652 655,08 €	3 898 893,86 € a)	700 120,00 €	1,74%
FAM - Fundo Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149-015 Lisboa	513319182	424 948 466,99 €	4 333 432,92 € c)	1 852 825,50 €	0,44%
Águas do Douro e Paiva, SA	Rua de Vilar, Nº 235, 5º Anadar 4050-626 Porto	514310774	20 902 500,00 €	903 856,48 €	486 270,00 €	2,33%

a) Valor referente ao ano 2017

b) Processo de dissolução (Internacionalização na GAMP)

c) Apuramento Provisório

8.2.22. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas respetivas contas, tendo sido aprovisionado o montante de 2.821.969,73€. Estas dívidas dizem respeito principalmente à cobrança

da taxa de resíduos sólidos e de saneamento, rendas de habitação social, refeições escolares, entre outras.

Ver Nota do ponto 8.2.27 – Provisões.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas refletem para além dos recibos para cobrança, fundos caucionados, depósitos de garantia e garantias bancárias tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, tais como, retenções em numerário e depósitos bancários.

Pelo que, o movimento a débito corresponde às garantias e cauções prestadas no ano e o movimento a crédito corresponde, essencialmente, às devoluções realizadas no período.

Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
9	CONTAS DE ORDEM	13.161.078,89 €	13.161.078,89 €	2.144.450,03 €	2.144.450,03 €	- €	- €
9.1	RECIBOS PARA COBRANÇA	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €	- €
09.1.1	EXERCICIO ANTERIOR	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADADA	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADADA	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	2.917.233,55 €	4.584.463,82 €	91.971,94 €	508.958,22 €	- €	2.084.216,55 €
09.2.1	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	2.916.322,05 €	3.871.133,54 €	91.971,94 €	391.304,34 €	- €	1.254.143,89 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	3.871.133,54 €	- €	391.304,34 €	- €	4.262.437,88 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	2.916.322,05 €	- €	91.971,94 €	- €	3.008.293,99 €	- €
09.2.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS	- €	703.481,28 €	- €	115.418,88 €	- €	818.900,16 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	703.481,28 €	- €	115.418,88 €	- €	818.900,16 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPOSITOS DE CAUÇÃO DO PESSOAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CAÇA	8.100,00 €	231.606,60 €	32.982,96 €	125.977,82 €	- €	316.501,46 €
09.2.5.01	PRESTADA	- €	9.849,00 €	- €	2.235,00 €	- €	12.084,00 €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	911,50 €	- €	- €	- €	911,50 €	- €
9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	1.364.294,57 €	8.538.404,97 €	995.989,42 €	547.530,45 €	- €	6.725.651,43 €
09.3.1.01	Prestadas	- €	221.757,60 €	- €	123.742,82 €	- €	345.500,42 €
09.3.1.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	Devolvidas	7.188,50 €	- €	32.982,96 €	- €	40.171,46 €	- €
09.3.2	Fornecedores de Imobilizado	1.357.106,07 €	8.316.647,37 €	963.006,46 €	423.787,63 €	- €	6.420.322,47 €
09.3.2.01	Prestadas	- €	8.316.647,37 €	- €	423.787,63 €	- €	8.740.435,00 €
09.3.2.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2.03	Devolvidas	1.357.106,07 €	- €	963.006,46 €	- €	2.320.112,53 €	- €
09.3.3	Loteamentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.01	Prestadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.03	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9.9	CONTRAPARTIDA	8.841.340,67 €	38.210,10 €	1.056.488,67 €	1.087.961,36 €	8.771.657,88 €	- €
09.9.1	RECIBOS DE COBRANÇA	- €	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	1.667.230,27 €	- €	508.958,22 €	91.971,94 €	2.084.216,55 €	- €
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	7.174.110,40 €	- €	547.530,45 €	995.989,42 €	6.725.651,43 €	- €
Total		13.161.078,89 €	13.161.078,89 €	2.144.450,03 €	2.144.450,03 €	8.809.867,98 €	8.809.867,98 €

Contas de Ordem

Descrição	Valores	Descrição	Valores
Saldo da Gerência Anterior	8.879.550,77 €	Garantia e Cauções Accionadas	
Garantias e Cauções	8.841.340,67 €	Garantia e Cauções Devolvidas	1.087.961,36 €
Recibos para Cobrança	38.210,10 €	Receita Virtual cobrada	
Garantias e Cauções Prestadas	1.056.488,67 €	Receita Virtual anulada	
Receita Virtual Líquida	- €	Saldo para Gerência Seguinte	8.848.078,08 €
		Garantias e Cauções	8.809.867,98 €
		Recibos para Cobrança	38.210,10 €
Total geral	9.936.039,44 €	Total geral	9.936.039,44 €

O POCAL apenas obriga à contabilização dos valores titulados por documentos, os que são prestados

ao Município, omitindo a obrigação dos valores titulados por documentos, mas prestado pelo Município a entidades externas pelo que abaixo se procede à divulgação das garantias emitidas:

Banco	Garantia n.º	Beneficiário	Valor
Santander totta	962300488011370	E.P. - Estradas de Portugal, SA	61 200,00 €
Santander totta	36230488084943	E.P. - Estradas de Portugal, SA	19 000,00 €
Santander totta		ICERR - Direção Estradas de Aveiro	3 000,00 €
Novo banco	283599	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	52 872,58 €
Novo banco	282429	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	28 930,28 €
Banco comercial português	125-02-0101257	Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	165 102,10 €
Banco comercial português	125-02-0080724	Ministério da Economia - Instituto Geológico e Mineiro	7 481,97 €
Banco comercial português	125-02-0091696	Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Feira	11 677,48 €
Caixa geral de depósitos	9015.007661.293	Comissão C. Região Norte	404 738,61 €
Caixa geral de depósitos	0306.002693.493	Tribunal Judicial Vila Feira	15 921,63 €
Caixa geral de depósitos	0306.002697.793	Tribunal Judicial Vila Feira	5 112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002703.593	Tribunal Judicial Vila Feira	5 112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002732.993	Tribunal Judicial Vila Feira	1 084,89 €
Caixa geral de depósitos	0306.002710.893	Tribunal Judicial Vila Feira	698,32 €
Caixa geral de depósitos	0306.002714.093	Tribunal Judicial Vila Feira	567,38 €
Caixa geral de depósitos	0306.002718.393	Tribunal Judicial Vila Feira	274,34 €
Caixa geral de depósitos	0306.002725693	Tribunal Judicial Vila Feira	250,65 €
Caixa geral de depósitos	0306.002729.993	Tribunal Judicial Vila Feira	329,21 €
Caixa geral de depósitos	0306.002736.193	Tribunal Judicial Vila Feira	110 913,66 €
Total			894 268,46 €

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

Para a constituição do montante final do saldo das provisões que abaixo se apresenta, a antiguidade do saldo em dívida foi fundamental para o cálculo do valor a considerar.

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
29.1	Provisões para cobranças duvidosas	2 353 001,10 €	484 412,08 €	15 443,45 €	2 821 969,73 €
29.1.1	Cientes	38 210,10 €	- €	- €	38 210,10 €
29.1.2	Contribuintes c/c	18,89 €	- €	18,89 €	- €
29.1.3	Utentes	1 594 002,54 €	433 931,58 €	15 424,56 €	2 012 509,56 €
29.1.3.1	Rendas da Habitação Social	710 857,33 €	37 626,15 €	- €	748 483,48 €
29.1.3.2	Saneamento/Resíduos Sólidos	- €	343 351,61 €	- €	343 351,61 €
29.1.3.3	Refeições Escolares	483 962,73 €	52 953,82 €	- €	536 916,55 €
29.1.3.9	Outras Situações	399 182,48 €	- €	15 424,56 €	383 757,92 €
29.1.4	Devedores Diversos	720 769,57 €	50 480,50 €	- €	771 250,07 €
29.2	Provisões para Riscos e Encargos	2 947 232,39 €	409 881,62 €	2 537 308,19 €	819 805,82 €
29.2.1	Processos Judiciais em Curso	2 947 232,39 €	409 881,62 €	2 537 308,19 €	819 805,82 €
39	Provisões para depreciações de existências	126 378,91 €	- €	- €	126 378,91 €
39.6	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	126 378,91 €	- €	- €	126 378,91 €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €

O saldo final das provisões no exercício de 2018 ascendeu a 3.768.154,46€, tendo ocorrido uma diminuição substancial no montante de 1.658.457,94€, relativamente ao ano de 2017.

Na conta Provisões para Cobrança Duvidosa foram provisionadas todas as dívidas em mora há mais de 6 meses, tendo sido registado um aumento de 484.412,08€, consequência da dificuldade de cobrança das rendas de habitação social e das refeições escolares.

Relativamente às provisões para existências o valor das provisões manteve-se inalterável, em virtude da existência em stock de artigos com baixa rotatividade.

As provisões para riscos e encargos sofreram uma redução no montante de 2.537.308,19€ durante o ano de 2018. Estas referem-se a processos judiciais que foram resolvidos favoravelmente ao Município, num conjunto de processos judiciais em curso, conforme o seguinte quadro.

Processo n.º	Valor reclamado 2018	Valor reclamado 2017
469/06. OBEVIS - Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	99 180,25 €	99 180,25 €
1521/08.2BEVIS - Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	30 001,00 €	30 001,00 €
3788/08.7TBVFR - Expropriação	- €	103 756,08 €
767/09.0BEVIS - Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	143 614,25 €	143 614,25 €
3134/14.0TBVFR - 3ª Jª Cível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	- €	2 419 856,97 €
877/15.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	39 920,00 €	39 920,00 €
433/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 001,00 €	30 001,00 €
1092/16.9T8VFR - Juízo Local Cível Santa Maria da Feira	- €	6 624,05 €
1282/16.1 BEAVR - Tribunal Administrativo de Aveiro	- €	7 071,09 €
1078/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	36 619,08 €	36 619,08 €
3775/16.1T8OAZ - Comarca de Aveiro-Oliveira de Azeméis-Juízo de execução	27 480,00 €	- €
661/17.1BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 588,62 €	30 588,62 €
633/18.9BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	11 000,00 €	- €
1307/18.6BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	21 401,62 €	- €
2617/18.8T8VFR - Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	350 000,00 €	- €
Total	819 805,82 €	2 947 232,39 €
Diminuição	-	2 127 426,57 €

As provisões foram efetuadas, tendo em consideração a materialidade dos valores em causa.

À data de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o princípio da prudência, mantém-se para além de alguns processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, outros constituídos, cujos

desfechos e efeitos financeiros se desconhecem.

8.2.28. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço.

		Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
5	Fundos Proprios				
51	Patrimonio	87 820 715,98 €	- €	- €	87 820 715,98 €
57	Reservas	32 147 959,29 €	647 218,23 €	428 038,93 €	32 367 138,59 €
57.1	Reservas legais	4 975 110,13 €	628 010,71 €	- €	5 603 120,84 €
57.5	Subsidios	2 529 581,99 €	- €	- €	2 529 581,99 €
57.6	Doações	2 965 178,52 €	19 207,52 €	38,93 €	2 984 347,11 €
57.7	Reservas decorrentes da transferência de activos	21 678 088,65 €	- €	428 000,00 €	21 250 088,65 €
57.7.01	Cedências de terreno ao município	1 562 088,65 €	- €	- €	1 562 088,65 €
57.7.02	Europarque	20 116 000,00 €	- €	428 000,00 €	19 688 000,00 €
59	Resultados Transitados	100 809 622,59 €	- 9 071 761,91 €	- 23 928 941,85 €	115 666 802,53 €
59.01	Aplicação de Resultados	106 102 401,58 €	11 932 203,49 €		118 034 605,07 €
59.02	Ajustamentos Financeiros - MEP	28 113,90 €	- €	- €	28 113,90 €
59.99	Outras Variações de Capital	5 264 665,09 €	21 003 965,40 €	23 928 941,85 €	2 339 688,64 €
	Total	220 778 297,86 €	- 8 424 543,68 €	- 23 500 902,92 €	235 854 657,10 €

Nas Reservas foram relevados factos que tiveram essencialmente a ver com o registo de parcelas de terrenos que vieram à posse do Município por doação ou cedência, e principalmente pelo aumento resultante da aplicação dos resultados líquidos.

Por conseguinte, procederemos à desagregação dos valores constantes por rubrica:

Na 57.1 – Reservas Legais

O aumento de 628.010,71€ refere-se unicamente à aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.5 – Subsídios

Não foram contabilizados quaisquer valores que respeitam a subvenções destinadas a investimentos não amortizáveis.

Na conta 57.6 – Doações

Durante o exercício económico de 2018, foram doados/cedidos ao Município os seguintes terrenos, devidamente aprovados pelo Executivo Camarário, que abaixo se inúmera em quadro próprio:

Descrição	Área	Freguesia	Valor
Parcela de Terreno	51 m2	Lourosa	255,00 €
Parcela de Terreno	180 m2	Lourosa	900,00 €
Parcela de Terreno	70 m2	Lobão	350,00 €
Parcela de Terreno	110 m2	S. Miguel de Souto	550,00 €
Parcela de Terreno	156 m2	S. Paio de Oleiros	780,00 €
Parcela de Terreno	94 m2	Rio Meão	470,00 €
Parcela de Terreno	107 m2	S. Paio de Oleiros	535,00 €
Parcela de Terreno	364 m2	Sanguedo	1 820,00 €
Parcela de Terreno	377 m2	Rio Meão	1 885,00 €
Parcela de Terreno	137 m2	Fornos	685,00 €
Parcela de Terreno	495 m2	Rio Meão	2 475,00 €
Parcela de Terreno	45 m2	Fornos	225,00 €
Parcela de Terreno	226 m2	S. Paio de Oleiros	1 130,00 €
Parcela de Terreno	140 m2	S. João de Vêr	700,00 €
Parcela de Terreno	133 m2	S. João de Vêr	665,00 €
Parcela de Terreno	127 m2	S. João de Vêr	635,00 €
Parcela de Terreno	127 m2	S. João de Vêr	635,00 €
Parcela de Terreno	125 m2	S. João de Vêr	625,00 €
Parcela de Terreno	441 m2	Santa Maria da Feira	2 205,00 €
Parcela de Terreno	161 m2	Santa Maria da Feira	805,00 €
Parcela de Terreno	119 m2	Santa Maria da Feira	595,00 €
Parcela de Terreno	1860 m2	Arrifana	- 0,01 €

Descrição	Valor
Donativo em especie - SND 1501/624	85,21 €
Donativo em especie - SND 1501/671	73,18 €
Donativo em especie - SND 1501/624	85,21 €

Os montantes referentes a donativos em espécie resultam de um protocolo existente entre o Município e a sociedade comercial Modelo Continente referente a doação de ração para os animais do Canil Municipal.

Na conta 57.7.02 – Europarque

Esta conta tem por objeto o controlo da concessão celebrada entre a Direção Geral do Tesouro e Finanças, como representante do Estado, e o Município de Santa Maria da Feira através do Auto de Cedência de Utilização e Aceitação do Complexo Europarque, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 46/2015, de 9 de abril, pelo período de 50 anos.

Uma vez que estamos perante um ativo concessionado ao Município pelo período de 50 anos, para além de ter que estar contabilizado no ativo municipal, como intangível, está sujeito à correspondente amortização da concessão pelo mesmo período concedido, conforme se demonstra no quadro infra:

Descrição	Valor
Saldo ref. Ao registo da Cedência do Europarque	20 116 000,00 €
Imputação da amortização da concessão do Europarque	428 000,00 €
Total	19 688 000,00 €

A conta 59 - Resultados Transitados encontra-se subdividida em:

59.01 – Aplicação de Resultados

Destina-se de acordo com o POCAL à transferência de parte do Resultado Líquido do Exercício anterior, no montante de 11.932.203,49€ conforme deliberado pela Reunião Ordinária da Câmara Municipal Santa Maria da Feira realizada no dia 29 de março de 2018, sendo que, do remanescente do valor supramencionado, 628.010,71€ foram aplicados em Reservas Legais.

59.99 – Outras Variações de Capital

Foi movimentada por regularizações, das quais se destacam no seguinte quadro:

Resultados Transitados - conta 59.99		5 264 665,09 €
Diminuição		
Arrecadação da Derrama - referente a anos anteriores	4 156 319,62 €	A partir de 2014 a Autoridade Tributária, através do site "Portal das Finanças", divulgou para cada tipo de Imposto, qual o ano a que diz respeito a cobrança da receita arrecadada em 2015. Pelo que, a contabilização destes impostos, teve em consideração o princípio da especialização do exercício, em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.
Arrecadação de IML - referente a anos anteriores	18 108 771,45 €	
Arrecadação de IMT - referente a anos anteriores	34 844,03 €	
Arrecadação IUC - referente a anos anteriores	148 737,26 €	
Regularização de Receitas	57 440,34 €	
Regularização de Terrenos	265 733,65 €	
Imputação da amortização	428 000,00 €	
Regularização de amortizações de bens e financiamentos	243,12 €	
Regularização de amortizações de bens e financiamentos	728 852,38 €	
Aumentos		
Arrecadação da Derrama - referente a anos anteriores	3 837 464,28 €	A partir de 2014 a Autoridade Tributária, através do site "Portal das Finanças", divulgou para cada tipo de Imposto, qual o ano a que diz respeito a cobrança da receita arrecadada em 2015. Pelo que, a contabilização destes impostos, teve em consideração o princípio da especialização do exercício, em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.
Arrecadação de IML - referente a anos anteriores	16 998 793,53 €	
Arrecadação de IMT - referente a anos anteriores	5 258,43 €	
Arrecadação IUC - referente a anos anteriores	148 737,26 €	
Regularização de Receitas	1 381,82 €	
MEP	12 330,08 €	
TOTAL	2 339 688,64 €	

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS									
Contas	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
32.9	6.670,23 €	=	1,96 €	+	6.681,11 €	+	- €	-	12,84 €
36.1	833.265,87 €	=	133.775,15 €	+	828.823,46 €	+	9.847,86 €	-	139.180,60 €
36.2	116,63 €	=	7,23 €	+	116,63 €	+	- €	-	7,23 €
36.3	93.401,28 €	=	73.571,61 €	+	98.750,36 €	+	- 916,03 €	-	78.004,66 €
36.5.1.1	7.071,72 €	=	15.173,13 €	+	176.844,74 €	+	- 165.247,27 €	-	19.698,88 €
36.5.1.2	3.287,84 €	=	7.754,01 €	+	21.564,55 €	+	- 16.387,14 €	-	9.643,58 €
36.5.1.3	22.085,91 €	=	18,99 €	+	22.103,69 €	+	- 3,45 €	-	33,32 €
36.5.2.1	1.928,20 €	=	149,29 €	+	1.950,64 €	+	57,16 €	-	228,89 €
36.5.2.2	5.015,72 €	=	6.205,51 €	+	22.388,18 €	+	- 9,33 €	-	23.568,64 €
36.5.3	22.190,34 €	=	21.560,03 €	+	18.567,84 €	+	- 320,76 €	-	17.616,77 €
36.5.4	46.488,80 €	=	48.269,40 €	+	45.490,86 €	+	- 250,57 €	-	47.020,89 €
36.5.5	13.120,52 €	=	4.686,18 €	+	13.061,84 €	+	- 4,95 €	-	4.622,55 €
36.5.6	21.962,18 €	=	2.992,81 €	+	21.549,39 €	+	- 4,07 €	-	2.575,95 €
36.5.7	5.986,49 €	=	43,44 €	+	5.995,96 €	+	0,92 €	-	53,83 €
36.5.8	35.399,11 €	=	101.392,21 €	+	32.290,12 €	+	- 307,02 €	-	97.976,20 €
36.5.9.1	2.201,47 €	=	393,34 €	+	2.375,44 €	+	- €	-	567,31 €
36.5.9.3	22.444,08 €	=	13.501,23 €	+	31.320,57 €	+	650,49 €	-	23.028,21 €
36.5.9.4	- €	=	- €	+	- €	+	- €	-	- €
36.5.9.9	13.344,29 €	=	69,68 €	+	13.399,39 €	+	- €	-	124,78 €
Totais	1.155.980,68 €	=	429.565,20 €		1.363.274,77 €		- 172.894,16 €		463.965,13 €

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais (1)	1,96 €	429.563,24 €
Compras (2)	6.681,11 €	1.356.593,66 €
Regularização de existências (3)	- €	- 172.894,16 €
Existências finais (4)	12,84 €	463.952,29 €
Custos no exercício (5) = (1) + (2) + (3) - (4)	6.670,23 €	1.149.310,45 €

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados de acordo com o cálculo do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Aquando da contagem física dos artigos houve necessidade de proceder a correções, do qual resultou uma regularização das existências. O valor da regularização ao inventario traduziu-se no montante de 172.894,16€, sendo dos quais 165.247,27€ correspondente ao artigo gasóleo e o valor de 16.387,14€ correspondente ao artigo gasolina.

8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
681 Juros suportados	88 574,12 €	221 138,74 €	781 Juros Obtidos	59 785,51 €	31 977,19 €
682 Perdas em entidades participadas			782 Ganhos em entidades participadas		
683 Amortizações de investimento em imóveis			783 Rendimentos de imóveis		
684 Provisões para aplicações financeira			784 Rendimentos de participações de capital	48 383,25 €	414 914,98 €
685 Diferenças de câmbio desfavorável			785 Diferenças de câmbio favorável		
Perdas em entidades participadas			786 Desc. De Pronto Pagamento Obtidos		
687 Perdas na alienação de aplicações de Tesouraria			787 Ganhos na alien. Aplic. Tesouraria		
688 Outros Custos e Perdas Financeiras	32 570,49 €	29 689,87 €	788 Outros Prov. E Ganhos Financeiros	14 469,38 €	21 471,41 €
Resultados Financeiros	1 493,53 €	217 534,97 €			
Total	122 638,14 €	468 363,58 €	Total	122 638,14 €	468 363,58 €

Os Resultados Financeiros apresentam-se positivos, registando em 2018 um total no montante de 1.493,53€, salientando-se uma variação negativa de 216.041,44€ em relação ao ano de 2017.

À semelhança dos anos anteriores, os juros suportados (encargos financeiros) diminuíram no montante 132.564,62€. Contribuíram para o incremento espelhado nos proveitos financeiros, o reconhecimento do resultado líquido positivo da Empresa Municipal Feira Viva EM, no montante de 8.063,05€ e a empresa Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto no montante de 6.406,33€, através do MEP.

Em relação aos rendimentos de participações de capital, o ano 2018 caracteriza-se por um decréscimo de proveitos desta natureza, devido à abrupta diminuição da distribuição de dividendos oriundos da entidade participada Suldouro S.A., que ascendeu ao montante de 48.383,25€, sendo o único a contribuir para a conta rendimentos de participações de capital.

8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2018	2017		2018	2017
691 Transferências de capital concedidas	1 926 200,22 €	2 154 287,95 €	791 Restituição de Impostos		
692 Dívidas incobráveis			792 Recuperação de dívidas		
693 Perdas em existências	183 626,75 €	28 665,35 €	793 Ganhos em existências	10 732,59 €	337,50 €
694 Perdas em imobilizações	132 955,03 €	186 158,65 €	794 Ganhos em imobilizações	202 059,20 €	566 566,19 €
695 Multas e Penalidades	11 624,70 €	346,27 €	795 Benef. Penalidades Contratuais	95 388,15 €	90 283,59 €
696 Aumentos Amortiz. / Provisões			796 Reduções de amortizações e Provis	2 553 088,33 €	723 898,08 €
697 Correções rel. Exercício anteriores	237 334,67 €	1 218 481,56 €	797 Correções Relativ Exerc. Anteriores	1 977 622,50 €	1 569 453,27 €
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	69 488,50 €	76 252,32 €	798 Outros Prov. E Ganhos Financeiros	1 921 302,74 €	1 949 767,07 €
699 Outros Custos e Perdas					
Resultados Extraordinários	4 198 963,64 €	1 236 113,60 €			
Total	6 760 193,51 €	4 900 305,70 €	Total	6 760 193,51 €	4 900 305,70 €

Os resultados extraordinários a 31 de dezembro de 2018 apresentaram um resultado positivo, na ordem dos 4.198.963,64€, contra o período anterior que registou um resultado de 1.236.113,60€.

Este aumento ficou a dever-se essencialmente à redução das provisões para riscos e encargos, no valor de 2.553.088,33€, apesar de um aumento por inclusão de novos processos.

As transferências de capital resultam dos valores concedidos às freguesias que totalizaram o valor de 1.346.605,99€ e a diversas instituições concelhias as quais solicitam apoio, apoio esse que em 2018 se traduziu no montante de 563.897,24€ refletindo a política adotada de cooperação entre as diversas entidades do concelho e o Município.

No lado dos proveitos, verificou-se um aumento significativo na conta “Correções relativas a exercícios anteriores”, que totalizou o montante de 1.977.622,50€, sendo o valor de 1.745.407,36€ referente ao apuramento do IMI. A previsão deste imposto em 2017, ficou muito aquém dos valores arrecadados, originando este aumento.

Contrariamente, a Derrama foi estimada em excesso, o qual originou um desvio negativo no montante de 82.680,29€.

É importante ressaltar que, patrimonialmente os valores arrecadados de impostos diretos, são contabilizados patrimonialmente de acordo com os princípios do acréscimo e diferimentos.

Para o resultado dos Resultados Extraordinários, continua a contribuir, significativamente a contabilização dos “Subsídios para Investimentos” referentes às obras financiadas, de acordo com as regularizações de fim do exercício, em que os montantes são creditados à medida que forem contabilizadas as amortizações dos elementos do Imobilizado.

8.3 Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1. Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2018 foram efetuadas:

- Catorze alterações ao Orçamento da Despesa;
- Uma revisão ao Orçamento da Receita.
- Uma revisão ao Orçamento da Despesa

8.3.2. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:

- Treze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Catorze alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal;

- Uma revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.

8.4. Outras Informações Relevantes

1. Passivos contingentes

Quando o POCAL é omissivo no tratamento da informação contabilística, impõe-se a aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, doravante designada por IPSAS.

Para o acaso em apreço, aplica-se a IPSAS 19 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Assim, de acordo com esta norma “Passivo Contingente é:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 1. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviços que seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 2. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.”

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários e outros. Da análise efetuada e da informação prestada pelo gabinete jurídico o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos desta natureza cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisão e são periodicamente reavaliados.

Decorre, da própria norma, que tais situações, sejam devidamente divulgados no anexo, pelo que a seguir se discrimina os processos em causa.

	Processo n.º	Valor reclamado
890/11 - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I	sem indicação de valor
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
550/13.9 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
903/13.2 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	sem indicação de valor
195/14.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
896/12.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
999/12.4BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
326/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
503/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
648/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
36/15.7BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
474/15.5BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
827/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
328/15.5 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
471/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
756/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
843/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
500/16.0 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
63/17.0 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
965/17.3 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
977/17.7 BEVRF	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
979/17.3 T8VRF	Juizo Local Cível Santa Maria da Feira	sem indicação de valor
495/17.3 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1066/17.0 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
465/17.1 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	sem indicação de valor
521/17.6 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
701/17.4 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1021/17.0 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1029/17.5 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1094/17.5 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1164/17.0 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1286/17.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1288/17.3 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
7/18.1 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
312/18.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
953/18.2 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1363/18.7 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor

2. Outras Informações

De acordo, com número 2 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária informar as autarquias locais do montante dos recebimentos em atraso, existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. No entanto, após a consulta no portal das finanças (à data de 20/03/2019), na conta

corrente do Município no item compromissos e pagamentos em atraso verificamos que ainda não existe a informação disponível referente ao ano de 2018 e anteriores para poder ser consultada e divulgada.

Por conseguinte, esta informação não se encontra espelhada nas demonstrações financeiras, nem é possível a sua divulgação. As consequências nas demonstrações financeiras, poderão não ter impacto, se não forem reconhecidos os critérios para reconhecimento dos ativos.

9. Factos relevantes ocorridos após termo do exercício económico

No início do ano 2019, foi concluído o processo negocial entre o Município de Santa Maria da Feira e a empresa P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A., processo esse que terá impacto nas contas do município no decorrer dos anos 2019 até 2022, no âmbito da dívida. O mesmo já foi submetido ao Tribunal de Contas tendo já sido devolvido por não se encontrar sujeito a fiscalização prévia, agora está a aguardar homologação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro.



actividades

desenvolvimento económico e empresarial

Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial

No decurso do ano de 2018, o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial (GDDE) procurou, através das diversas atividades que promoveu, prestar um serviço de proximidade junto das pequenas e médias empresas dos diversos setores económicos do concelho, agindo como facilitador na ligação com outras entidades externas, públicas e privadas, visando, em cooperação, atingir a captação de investimento e projeção das empresas a nível nacional e internacional.

O projeto Bizfeira tem vindo a consolidar-se ao longo dos últimos anos e 2018 não foi exceção. Sendo um projeto de cariz económico e vocacionado para as empresas, o gabinete, sob orientação do executivo camarário, desenvolveu um conjunto de iniciativas, no sentido de se aproximar do tecido empresarial e conhecer a sua realidade, identificando as necessidades e os obstáculos que se apresentam às empresas e que limitam o seu crescimento.

Não sendo possível elencar todas as iniciativas que ocorreram no âmbito do projeto, destacam-se as seguintes:

Projeto Bizfeira - Visitas Empresariais

Visitas às empresas instaladas na malha urbana de três freguesias e de uma união de freguesias: Arrifana, Mozelos, Sanguedo e União de Freguesias Caldas de São Jorge e Pigeiros. De referir, também, que foram iniciadas as visitas às empresas instaladas na freguesia de Romariz e na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo.

No conjunto destas freguesias, foram visitadas 237 empresas, na sua maioria microempresas, que garantem trabalho a aproximadamente 2 900 pessoas. Das empresas visitadas, 39% são exportadoras, tendo como principais mercados Espanha e França. Nestas iniciativas, promoveu-se o registo das empresas na plataforma Bizfeira, e cerca de 191 empresas aderiram à possibilidade de se darem a conhecer através da plataforma, um instrumento indispensável que funciona como canal de divulgação das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Bizfeira e de disseminação de conteúdos relevantes, orientados para o setor empresarial.

Fórum Bizfeira

O Fórum Bizfeira, iniciativa de caráter empresarial, visa reforçar a competitividade das empresas, captar investimento, promover o *networking* entre empresas e entre estas e entidades públicas/privadas ligadas ao desenvolvimento económico, impulsionando a economia do território.

As oportunidades da economia global exigem às empresas um reforço da sua competitividade, obrigando à definição de estratégias, alterações organizacionais e de operação e de qualificação dos seus recursos, para melhor se prepararem para a internacionalização e para o crescimento. “As PME na Economia Global” foi o tema do Fórum Bizfeira 2018, concentrando num só dia um conjunto de ações, nomeadamente uma conferência, *biztalks*, *meetings* e *networking*.

Os objetivos deste fórum centraram-se no conhecimento das oportunidades e desafios que a expansão do negócio para o mercado dos Estados Unidos da América pode proporcionar às empresas, no contacto *in loco* de empresas com experiência em transacionar para o mercado dos Estados Unidos da América e com entidades facilitadoras das relações económicas externas com diferentes mercados, potenciando o *networking*. O fórum promoveu também a interação entre as empresas e outros *players*, elementos fundamentais no desenvolvimento da estratégia de reforço da internacionalização e/ou exportação e na criação de redes de trabalho que visem encontrar soluções na atração e formação de uma nova geração de colaboradores, identificando os desafios, ao nível dos recursos, que o tecido empresarial enfrenta.

A conferência sob o mote “Negociar e Investir nos EUA” contou com a participação de *experts* na internacionalização de empresas para os EUA, designadamente Nuno Rogeiro, jornalista, Graça Didier, diretora executiva da Câmara do Comércio Americana em Portugal, Ricardo Rodrigues, diretor de operações em Portugal da empresa Mycujoo, e Gabriela Caballero, *expert* em comércio internacional. Este debate procurou mostrar que os EUA são um mercado muito forte e que já conta com a presença de vários casos portugueses. Na iniciativa marcaram também presença o conselheiro comercial da Embaixada dos Estados Unidos em Portugal, Rafael Patino, e o Administrador da Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, Jorge Gabriel.

No fórum promoveu-se também o debate sobre as oportunidades de negócio na saúde e a questão premente da adequação da qualificação dos recursos humanos às necessidades do mercado de trabalho atual e emergente, bem como a atração/criação de talentos de uma nova geração de colaboradores.

Com o objetivo de procurar apoio para estimular o negócio externamente, foram organizados, durante o dia, *meetings* com as 15 Camaras de Comércio presentes, criando, simultaneamente, oportunidades para que os participantes reunissem, presencialmente, com as entidades representadas. As Câmaras de Comércio apresentaram as especificidades do mercado que representavam, bem como os produtos e serviços mais prementes.

O Fórum Bizfeira contou igualmente com uma exposição de diferentes empresas, que promoveu a partilha do que de melhor se faz no território, através da troca de experiências, sempre com a premissa de fomentar os negócios.

Atendimentos Personalizados

O atendimento personalizado é outra área de atuação do Gabinete, estimulando a relação de proximidade com os agentes económicos e potenciais empreendedores do concelho, prestando-lhes a informação necessária para o desenvolvimento da sua atividade económica.

No ano transato, foram realizados, aproximadamente, 280 atendimentos sobre as mais diversas temáticas.



Atendendo à diversidade e diferentes graus de complexidade dos pedidos de apoio, houve sempre, por parte da equipa, um esforço de partilha e atualização dos conhecimentos, no sentido de responder com qualidade técnica, rigor e celeridade.

O maior número de atendimentos centrou-se no apoio à gestão da plataforma Bizfeira, na prestação de informação económica diversa e também naquilo que são os requisitos da atividade económica. No que toca às áreas de negócio, verificou-se uma certa heterogeneidade nas atividades económicas, evidenciando-se os setores de prestação de serviços, comércio e indústria.

Na resposta às necessidades dos “clientes”, o Gabinete disponibilizou o máximo de conteúdos, reunindo e compilando informação acerca dos requisitos económicos para o exercício das várias atividades económicas, sendo que, em 2018, privilegiou-se a recolha de informação sobre os seguintes temas:

- Alojamento Local;
- Animação Turística;
- Comércio de Produtos Alimentares;
- Acesso à Atividade de Construção – Alvará;
- Operadores de Transporte Descaraterizado a partir de plataforma eletrónica;

- Dossiê Temático Geral – Comércio e Serviços – atualização de conteúdo;
- Relacionamento Bilateral Portugal – Estados Unidos, no âmbito do Fórum Bizfeira.

Promoção da Empregabilidade Centros de Formação/ALPE/Bizfeira

No sentido de promover uma crescente adequação da procura de recursos humanos e da oferta existente no mercado, tiveram lugar diversos encontros, para reforçar a rede entre as diversas entidades intervenientes no processo de recrutamento, tais como a ALPE, IEFP, Centros de Formação, de forma a tornar o processo mais ágil e eficaz.

urbanismo

Conforme o compromisso celebrado com os feirenses, ao longo do ano de 2018 foi reforçada a atuação do município de Santa Maria da Feira na implementação da estratégia de fomento do posicionamento do concelho à escala regional, nacional e internacional, estratégia essa que, à luz da unanimidade dos indicadores de análise, tem vindo a possibilitar a obtenção de tão bons resultados.

É inequívoco que, em poucos anos e muito por força da estratégia delineada e implementada, o município reforçou a sua capacidade de atração de investimento. Milhares de postos de trabalho foram criados, melhorando as condições de vida das pessoas.

Uma vez mais, desenvolvimento económico, captação de investimento e criação de emprego foram desideratos maiores da atuação do município, mantendo-se, assim, a materialização do programa eleitoral apresentado, enquadrando-se numa lógica de manutenção de uma atuação rigorosa, transparente e pragmática, visando a contínua prossecução da estratégia de desenvolvimento sustentável do território, melhoria da qualidade de vida dos munícipes e sustentabilidade do modelo socioeconómico local.

Atendendo à natureza das atividades por si desenvolvidas, sobre o Pelouro do Desenvolvimento Económico e Urbanismo recai, naturalmente, uma importante quota-parte na prossecução da estratégia de reforço da atratividade e competitividade de Santa Maria da Feira, através do apoio à consolidação das empresas e atividades económicas, atração de investimentos tendentes a diversificar e reforçar a matriz produtiva local, não esquecendo a criação e promoção de emprego.

O ano de 2018 coincidiu com uma intensa reestruturação orgânica do Pelouro que, até 2018, era responsável pelas áreas do Planeamento, Urbanismo e Transportes.

A profunda alteração no modelo organizacional do Pelouro iniciou-se já em finais de 2017, tendo-se procedido, numa primeira fase, ao levantamento das necessidades funcionais dos serviços técnicos e, simultaneamente, a uma reengenharia dos procedimentos internos, almejando-se a otimização dos tempos de resposta da autarquia às solicitações dos munícipes.

Malgradamente, em julho de 2018, e motivado pelo falecimento de José Manuel Oliveira, Vice-Presidente do Município de Santa Maria da Feira com a responsabilidade deste Pelouro, houve necessidade de se reequacionar todo este processo de desenho organizativo e operacional.

A reestruturação dos serviços técnicos do Município foi desenvolvida tendo em conta a procura de uma atuação contínua de promoção de um planeamento urbanístico e de um ordenamento do território capaz de contribuir para a construção de um território mais forte e coeso, havendo a destacar toda a atividade realizada no âmbito da Revitalização, Reabilitação e Recuperação Urbana.

O enfoque dado pela Administração Central a esta temática, através do reforço e direcionamento de mecanismos de incentivo de natureza financeira ou fiscal, conjugados com todo o potencial socioeconómico das áreas de reabilitação urbana de Santa Maria da Feira, posicionam a temática num patamar prioritário da atuação do município.

Noutra esfera de atividade, e dentro do quadro de competências do Pelouro, foram reforçados, em 2018, os procedimentos de incentivo à regularização de unidades industriais existentes, com prestação de apoio técnico a munícipes e técnicos, divulgação de isenção de taxas nas operações urbanísticas relacionadas com legalização de atividades do sector industrial e de armazenagem, bem como dinamização das áreas de acolhimento empresarial existentes no território concelhio.

Dever-se-á, ainda, salientar a intensa atividade desenvolvida no âmbito da introdução de melhorias ao nível da modernização e simplificação de procedimentos técnico-administrativos. Este processo, iniciado já em 2017, possibilitou uma modernização dos serviços, baseada na redefinição dos fluxos de trabalho internos (simplificando ou eliminando redundâncias, desmaterialização de processos, desburocratização de procedimentos, bem como reforço da transparência e inovação).

Departamento de Urbanismo

No ano de 2018, a atividade do Departamento de Urbanismo relacionada com os procedimentos urbanísticos resultou na produção dos seguintes documentos/ procedimentos:

- 2 560 pareceres e informações de edificação nos procedimentos de aprovação dos projetos de arquitetura, dos licenciamentos e projetos de especialidade, autorizações de utilização, das certidões de propriedades horizontais, de informação prévia, certidões de edificação e outras, nomeadamente informações internas;
- 929 pareceres e informações nos procedimentos de alteração de alvará de loteamento, de licença de operações de loteamentos, de certidões de destaque de parcela, de certidões de compropriedade, de certidões de prédio antigo, de certidões urbanísticas, de informação prévia, remodelações de terrenos, autos de receção e outras informações internas;
- 6 094 notificações na pré-análise técnica, na verificação documental dos processos relativos aos procedimentos de aprovação dos projetos de loteamento, nos projetos de alteração ao alvará de loteamento, dos projetos de arquitetura, dos licenciamentos e projetos de especialidade, autorizações de utilização, das certidões de propriedades horizontais, de informação prévia, certidões de edificação e outras informações internas;
- 5 738 informações de fiscalização das obras de urbanização/edificação;

- 1 076 cálculos de taxas de urbanização/compensação e administrativas;
- Dois dias por semana de atendimento técnico de edificação e urbanismo aos munícipes e/ou técnicos;
- 380 autos de vistoria, informação/parecer da vistoria, informação de medição e orçamento, convocatórias de vistorias técnicas, participação na Viagem Medieval, no Imaginarius, no Perlim, nas Festas/Romarias e outras (acompanhamento técnico, elaboração de planos, vistorias, ações de sensibilização sobre condições técnicas e higio-sanitárias);
- 816 pedidos de parecer e notificações, relativamente a consultas às entidades externas ao município, relativamente aos procedimentos urbanísticos;
- 264 compilações dos Projetos de Arquitetura Licenciados ou Admitidos;
- 1 618 medições das áreas de construção, implantação, número de fogos, número de estacionamento e outros, relativamente aos projetos de arquitetura;

Dados relativos à gestão urbanística

Face aos dados registados relativos às diversas operações urbanísticas, poder-se-á sublinhar que, em 2018, foi reforçada a tendência, iniciada em anos precedentes, de robustecimento da atividade económica no concelho de Santa Maria da Feira.

Assim, no ano transato foram registados pelos serviços administrativos:

- 1 139 processos urbanísticos, destacando-se 351 pedidos relativos a habitações unifamiliares e 35 pedidos relativos a habitações coletivas. No que concerne a indústrias, o seu número ascende a 68. Há ainda a destacar 81 pedidos de loteamentos, nos quais se encontram contabilizadas as alterações aos mesmos, sem desprimor pelos pedidos de licenciamentos de anexos, muros e postos de abastecimento de combustíveis.
- De salientar ainda o licenciamento de estabelecimentos de restauração/bebidas e estabelecimentos comerciais de prestação de serviços.
- A atividade de registo e fornecimento de certidões (administrativas, geográficas e urbanísticas) ascendeu a 891 procedimentos.
- Foram emitidos 814 alvarás de obras de edificação e 565 alvarás de utilização.
- De igual modo, procedeu-se ao registo, classificação e digitalização de queixas, embargos e procedimentos contraordenacionais.
- No que concerne aos requerimentos dirigidos aos serviços do Pelouro, contabilizam-se em 8 888, tendo-se verificado um aumento face ao ano de 2017 (8 220).

Tarefas por tipo

Estando confiado ao Pelouro do Desenvolvimento Económico e Urbanismo a missão de efetuar a gestão urbanística deste município, tal facto implica, necessariamente, a produção anual de milhares de documentos que, em 2018, superaram os 40 000 e a realização de inúmeras tarefas.

A este nível destaca-se, como é habitual, o procedimento de digitalização de documentos, seguido da tarefa da sua classificação.

Elevadores ou ascensores/ monta – cargas/escadas mecânicas

Num universo de centenas de instalações desta natureza existentes no concelho de Santa Maria da Feira, foram realizados inúmeros procedimentos referentes a inspeções periódicas, intimações, reinspeções e selagens desses equipamentos.

Atendimento Urbano

Anualmente, o Pelouro, no cumprimento das funções que lhe estão adstritas e delegadas, é responsável pela realização de milhares de atendimentos a munícipes, requerentes e técnicos.

Estabelecendo uma análise comparativa com os anos anteriores, constatou-se que, em 2018, se acentuou um cenário de aumento do número de atendimentos efetuado o que evidencia o crescimento económico.

Ao longo do ano de 2018, o Gabinete de Atendimento Urbano foi responsável pela realização de 16 018 atendimentos. A intensa atividade desenvolvida por este serviço assegurou atendimentos médios mensais na ordem dos 1 400 atendimentos.

É ainda de salientar o trabalho realizado ao nível do atendimento não presencial (telefónico e através de ferramentas web) que possibilita maior celeridade e comodidade aos técnicos e munícipes no tratamento dos seus processos urbanísticos.

A título meramente exemplificativo refira-se que, apenas no mês de dezembro, deram entrada, junto da Divisão Administrativa de Apoio ao Urbanismo, 933 requerimentos que correspondem a 5 391 documentos que necessitam de ser digitalizados e classificados.

E, no referido mês, efetuaram-se 1 067 atendimentos presenciais, além dos contactos estabelecidos telefonicamente, via email, bem como junto do portal do município.

E, ainda com referência ao referido mês, foram formulados 193 pedidos de fotocópias, sendo que alguns desses pedidos integram processos de arquitetura (com elementos escritos e peças desenhadas) e fotocópias em formatos A4, A3 e A2.

Além de tais pedidos terem de ser atempadamente fornecidos, verificou-se ainda que os mesmos

necessitam de ser objeto de digitalização e classificação.

Tendo em conta os resultados dos sucessivos inquéritos de satisfação à avaliação global dos serviços (realizados, anualmente, no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade), os tempos de espera monitorizados no atendimento urbano foram muito satisfatórios.

administração e finanças

O Pelouro de Administração e Finanças, em 2018, manteve o seu foco em três grandes objetivos:

Melhoria contínua dos serviços prestados

Numa política de continuidade e tendo por base uma decisão estratégica de melhorar a resposta às necessidades e expectativas dos nossos munícipes, o ano de 2018 consolidou o processo de certificação de qualidade, nos termos dos requisitos da norma ISSO 9001:2015, aos serviços que constituem o Pelouro de Administração e Finanças. Este processo de certificação, iniciado em 2017, assegurou a gestão sistemática dos processos e das suas interações, garantindo que cada processo funciona adequadamente e eficientemente por forma a potenciar a satisfação do cliente. No decurso de 2018, decorreram duas auditorias, uma interna e outra externa, esta realizada pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação que resultou a renovação da Certificação ISO 9001.

Consolidação da situação económico-financeira do município

No ano de 2018, o Município de Santa Maria da Feira reforçou o seu processo de consolidação das finanças públicas, posicionando-se como uma instituição de referência, em termos de gestão financeira. Este facto é evidenciado pelos dados constantes do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

A Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial, na sequência reestruturação do organograma do Município, incorporou competências que estavam adstritas a outro serviço, nomeadamente, a preparação e tramitação dos processos inerente à preparação das escrituras em que o Município seja parte interessada.

Ainda em 2018, e para assegurar a transição do POCAL para o SNC – AP, foram executados diversos procedimentos, designadamente a conversão do plano de contas existente para o novo referencial contabilístico. Paralelamente, foram revistos e atualizados os processos para a implementação da contabilidade de gestão, em conformidade com o novo normativo, tendo para o efeito alterado alguns procedimentos para afetação dos custos às atividades e às infraestruturas municipais e apuramento destes custos por funções.

Concentração na captação de fundos comunitários e nacionais

O Município de Santa Maria da Feira, nos últimos anos, tem aproveitado os Fundos Comunitários disponíveis para a concretização de obras essenciais ao desenvolvimento do Concelho de Santa Maria da Feira e da própria região, em domínios que abrangem áreas tão diversas como Educação, Desporto, Ambiente, Turismo, Cultura, Eficiência Energética, Modernização Administrativa, entre outras.

Dando cumprimento ao previsto no Acordo de Parceria, os primeiros anos deste quadro de apoio foram marcados pela elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, que deu origem ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AMP - PDCT, e pela elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Santa Maria da Feira.

No que se refere ao PDCT, o montante de fundo aprovado para Santa Maria da Feira totaliza 6.058.527,32€, para as intervenções a realizar no período 2014-2020. No que se refere ao PEDU, o apoio global aprovado de FEDER totaliza 10.633.000,00€ para o período entre 2014-2020 a investir em projetos inscritos no quadro de investimentos associado.

Para além destas verbas o Município teve também acesso a 3 convites para apresentação de candidaturas no NORTE2020 com o objetivo de mitigar as desigualdades de financiamento reconhecidas à luz da análise aos PEDU's aprovados, disponibilizando uma dotação orçamental adicional que permitia esbater as situações de subfinanciamento do PEDU, com um montante de investimento previsto para o Município de Santa Maria da Feira de 1.572.207,67€, associado a uma comparticipação FEDER de 85%.

No ano de 2018 deu-se continuidade à execução do previsto nestes documentos estratégicos, nomeadamente com a aprovação das seguintes operações:

- 2 inscrita em PEDU, nomeadamente:
 - Reabilitação de Empreendimentos de Habitação Social, com um investimento elegível estimado de 2.049.882,35€ e uma comparticipação FEDER de 1.742.400,00€
 - Reabilitação do Edifício do Centro Histórico de SMFeira - Arquivo Municipal, com um investimento elegível estimado de 3.065.782,28€ e uma comparticipação FEDER de 2.605.914,94€;
- 1 inscritas em PDCT, nomeadamente:
 - EDUFEIRA - Inovamos para o Sucesso, com um investimento elegível estimado de 887.836,71€ e uma comparticipação FSE de 754.661,20€:

Estas operações juntam-se às aprovadas em anos anteriores, nomeadamente:

- 3 inscritas em PDCT, nomeadamente:
 - Autarquia Digital com um investimento elegível estimado de 467.048,82€ e uma

comparticipação FEDER de 397.000,00 €;

- Requalificação da Escola Básica e Secundária Coelho e Castro, Fiães, Sta. M^a da Feira, com um investimento elegível estimado de 2.800.000,00 €, e uma participação FEDER de 2.380.000,00 €;
- Construção da Escola Básica de Fornos, com um investimento elegível estimado de 100.000,00 €, e uma participação FEDER de 85.000,00 €;
- 1 inscrita em PEDU, nomeadamente:
 - Reabilitação da Quinta do Castelo - 2.º parte, com um investimento elegível estimado de 1.080.438,73 € e uma participação FEDER de 918.372,92 €;
- 5 inscritas em PEDU e submetida aos avisos referentes à Mitigação, nomeadamente:
 - Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães I / II / III Fase, com um investimento elegível estimado de 321.951,37 € e uma participação FEDER de 273.658,66 €;
 - Requalificação Pedonal do Centro da Cidade de Santa Maria da Feira, com um investimento elegível estimado de 34.105,82 € e uma participação FEDER de 28.989,95 €.
 - Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães - Fase 4, com um investimento elegível estimado de 238.475,13 € e uma participação FEDER de 202.703,86 €;
 - Reabilitação da Quinta do Castelo - 1.º parte, com um investimento elegível estimado de 924.828,04 € e uma participação FEDER de 786.103,83 €;
 - Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social de Milheirós de Poiares e Paços de Brandão, com um investimento elegível estimado de 330.295,74 € e uma participação FEDER de 280.751,37 €;

Paralelamente e no que se refere a outras matérias não incluídas no PDCT e no PEDU o Município de Santa Maria da Feira, mantém-se atento a todas as possibilidades de financiamento, tendo já submetido diversas candidaturas no âmbito do Portugal 2020, tendo sido aprovada uma em 2018, nomeadamente:

- EEIP Fase II e III - Eficiência Energética na Iluminação Pública, com um investimento elegível estimado de 1.098.286,14 € e uma participação FEDER de 1.043.371,83 €, na modalidade de reembolsável na totalidade.;

Estas operações juntam-se às aprovadas em anos anteriores e ainda em curso, nomeadamente:

- 4 candidaturas a outras linhas de apoio do Portugal2020:
 - PEPAL– Programa de Estágios Profissionais na Administração Local no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – POISE, com um investimento elegível estimado de 124.096,44€ e comparticipação FSE de 114.168,72€
 - As Encostas Metropolitanas do Douro, em parceria com os Municípios de Vila Nova de Gaia, Gondomar, com um investimento elegível estimado de 284.400,00 €, em que 4% corresponderá ao Município de Santa Maria da Feira.
 - M.I.D.A.S. - Mudança para a inclusão e desenvolvimento artístico-social no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, com um investimento elegível estimado de 269.394,63 € e comparticipação FSE de 228.985,44 €;
 - Valorização dos caminhos de Fátima, em parceria com a Associação dos Caminhos de Fátima, o Município de V.N. de Gaia, Município de S.J. da Madeira e Município de O. de Azeméis, com um investimento elegível estimado para Santa Maria da Feira de 149.544,64 € e uma comparticipação FEDER de 127.112,94 €

Fora do Portugal 2020, o Município viu aprovadas e em execução as seguintes operações:

- Veículos Elétricos, submetida ao Fundo Ambiental, com um investimento elegível de 51.022,56 € e uma comparticipação de 13.216,88 €.
- Substituição de Luminárias nos Pavilhões Desportivos de Arrifana, Gião, e Lourosa, submetida ao Fundo de Eficiência Energética, com um investimento elegível de 73.332,42 € e uma comparticipação de 58 665,94 €;
- Acesso internet wireless público em Santa Maria da Feira, submetida ao Turismo de Portugal, com um investimento elegível de 72.393,02 € e uma comparticipação de 50.000,00 €;
- Construção e a modernização de centros de recolha oficial de animais de companhia (CRO), submetida à DGAL, com um investimento elegível de 180.841,30€ e uma comparticipação de 50.000,00 €. Esta operação, embora tivesse sido considerada elegível e, por conseguinte, aprovada, por falta de dotação orçamental da entidade promotora do aviso, não foi alvo de financiamento;

A 31 de Dezembro de 2018, encontram-se submetidas e aguardar aprovação, as seguintes operações:

- 1 inscrita em PDCT, nomeadamente:
 - Escola Básica Feira Centro, com um investimento elegível estimado de 100.000,00€ e uma comparticipação FEDER de 85.000,00 €;

- 1 Candidatura a outras linhas de apoio fora do Portugal2020:
 - Acessibilidades para a Rede Municipal de Museus – SMF, submetida ao Turismo de Portugal, com um investimento elegível de 86.147,71 € e uma comparticipação de 77.532,94 €

Por fim, destacamos ainda a participação do Município de Santa Maria da Feira em diversos projetos financiados pelo Eixo Atlântico, do qual fazemos parte, nomeadamente na área do ambiente, cultura e turismo no Eixo Atlântico,

De seguida enunciamos, de forma sintetizada, o trabalho desenvolvido nos diversos serviços.

Sistemas de Informação

O ano de 2018 foi marcado pelo arranque do processo de desenvolvimento do portal cm-feira.pt. Tratando-se de um projeto de importância transversal à instituição, obrigou a um empenho generalizado dos membros da divisão.

Foi adquirida e colocada em funcionamento uma solução de reconhecimento de voz e conversão a texto para utilização nos serviços de apoio aos órgãos autárquicos. Esta ferramenta acelera significativamente as tarefas de registo das reuniões de Câmara e de Assembleia Municipal, permitindo um aumento de produtividade significativo.

Ainda na área do software, foi dado início ao trabalho de pesquisa e análise de soluções para aquisição / reconstrução da aplicação de gestão urbanística – Nortear. Tratando-se de um software com grande exigência técnica e com impacto determinante no funcionamento desse serviço, o processo é moroso e exigente em termos técnicos e administrativos.

Foi neste ano decidido rever a solução de segurança de perímetro da rede de dados do Município. Esta alteração foi motivada pela necessidade de atualizar tecnologia, mas também de adequar o Município às exigências do RGPD.

O Data Center sofreu uma intervenção de atualização. Foi revisto a três níveis – (1) Processamento, (2) Armazenamento e (3) Comunicações.

Foram adquiridos três novos servidores garantindo uma atualização de performance às máquinas de suporte ao ambiente virtual HyperV (MS).

Foi expandida a capacidade de armazenamento das storages por instalação de discos rígidos e foram substituídos os switches de SAN.

Foram adquiridos dois switches, permitindo um upgrade ao backbone do Data Center.

Estas alterações permitem um aumento significativo da performance do Data Center e preparam-no para as evoluções tecnológicas dos próximos anos.

Foi adquirida uma nova solução de backup – Veeam – amplamente divulgada no mercado e com provas dadas. Esta alteração, em conjunto com o upgrade ao Data Center mencionado no paragrafo anterior, permitiu um aumento da velocidade de execução na ordem das 10X. Por outro lado, é uma ferramenta que está preparada para dar resposta às exigências do RGPD.

Por fim, menciona-se o projecto de grande vulto que foi levado a cabo na zona histórica e na Quinta do Castelo. Foi criada uma infra estrutura de rede wireless em toda a área, envolvendo a colocação de vários access points disponibilizando internet grátis à população e a quem nos visita. Este projeto permitiu também realizar a interligação entre vários serviços do Município - alavanca para dar novos passos na atualização tecnológica do nosso sistema de informação.

Contratação Pública e Gestão de Frota

Em 2018, foram desenvolvidos os trabalhos de implementação, nos serviços internos da Divisão de Contratação Pública e gestão de frota, da nona revisão ao Código dos Contratos Públicos que efetivamente entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, através do D/L nº111-B/2017 de 31 de agosto.

Neste contexto foram revistas e alteradas todas as peças e documentos associados aos procedimentos formais de aquisição por consulta e concurso, com especial ênfase os programas de concurso e cadernos de encargos.

Foi também desenvolvida uma nova formula para o cálculo do preço anormalmente baixo e foram revistos os circuitos de circulação, informação e autorização superior dos documentos.

Por fim foi ainda implementado um circuito digital de circulação e autorização dos documentos dos procedimentos de aquisição, formais, sendo estes consultas ou concursos.

Foi implementado a instalação de um sistema de monitorização por GPS, na maior parte da frota do Município e instalado um software de monitorização da utilização dos veículos da Frota.

A implementação deste equipamento tem como objetivo o aumento da eficiência na gestão da frota do Município.

Foi também iniciado o processo de incrementação da norma de certificação de qualidade ISO 9001 no serviço de gestão de frota de forma a ser possível a integração total do gabinete no processo de qualidade do Pelouro de Administração e Finanças.

Administração Geral

Em 2018, a forte aposta foi na desmaterialização dos documentos/processos e aperfeiçoamento dos circuitos do expediente pelos vários Pelouros da Câmara. Pese embora algumas atualizações ou correções necessárias ao aperfeiçoamento, os processos da Publicidade e Ocupação de Espaço Público foram totalmente desmaterializados, implementados e a funcionar em pleno.

Foram ainda atualizadas as aplicações da Medidata de suporte à desmaterialização dos processos nomeadamente “Sigmaflow” e “Sigmadoc” e criados novos circuitos com os demais serviços que interagem e alimentam os diversos processos administrativos das licenças, autorizações e outros, concedidas no âmbito do Setor de Taxas e Licenças.

No decorrer do ano de 2018, foram monitorizados e definidos alguns procedimentos de gestão administrativa, como por exemplo, a otimização dos processos administrativos, passando uma das fases dos procedimentos dos concursos, a da decisão de adjudicação, a ser elaborada nesta Divisão, e a assinatura dos contratos através de assinatura digital qualificada.

As funções exercidas no âmbito do Notariado, por reestruturação orgânica, passaram a ser integradas noutra Divisão em setembro de 2018.

Na Metrologia, foram implementados procedimentos e a introdução de novos impressos para as diversas requisições pelos particulares e disponibilizados no site do município

No Atendimento geral foi implementado um sistema de avaliação do Grau de Satisfação dos Munícipes, com a vista a avaliar o grau de satisfação dos munícipes em relação ao serviço prestado pelos colaboradores do município, e procedeu-se à uniformização dos modelos de impressos e procedimentos, tendo sido reconfigurados e melhorados, com vista também a serem integrados no Portal do Município.

Recursos Humanos

Com a reestruturação dos serviços, levada a cabo em junho e setembro de 2018, foram criadas novas unidades orgânicas, nomeadamente o Gabinete de Qualidade e Auditoria, ao qual foi remetida a gestão e monitorização do projeto de “Melhoria dos Processos de Gestão”, desenvolvido nos últimos dois anos. Dessa forma, o que estava previsto em 2018 em matéria de certificação como sendo da responsabilidade da DRHDO, passou para a alçada desta nova unidade orgânica, designadamente o arranque da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade no pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus.

Descongelamento de Carreiras

A Lei do Orçamento Estado para 2018, no seu artigo 18.º, previa o descongelamento de carreiras na Administração Pública.

Assim, procedemos ao levantamento dos colaboradores, que a 1 de janeiro de 2018 tinham condições para alterar o seu posicionamento remuneratório (10 pontos), tendo sido abrangidos 411 colaboradores, sendo que os acréscimos remuneratórios decorrentes dos pontos acumulados, começaram a ser repostos de forma faseada em 2018, estando esta tarefa concluída em 2019, nos seguintes termos:

Janeiro de 2018 - 25%	Setembro de 2018 - 50%
Maior de 2019 - 75%	Dezembro de 2019 - 100%

Nessa mesma altura (janeiro de 2018), a DRHDO comunicou a cada colaborador o número de pontos que tinham até ao momento, bem como para que posição da Tabela Remuneratória única transitaram, à exceção dos colegas inseridos nas carreiras subsistentes como é o caso os da carreira de Informática e dos Fiscais Municipais, que apenas foram notificados neste âmbito em setembro, após emissão de parecer jurídico sobre esta matéria, por parte da Comissão de Coordenação da Região Norte, CCNR-N.

Formação

A formação desempenha um papel primordial em matéria de gestão de competências dos colaboradores de qualquer organização, independentemente da área de competências de que estivermos a falar.

Em 2018 destacamos a realização de 2 projetos de formação, um que interveio numa área mais técnica e outro numa área comportamental, ambos transversais a todos os trabalhadores e a todas as unidades orgânicas. Referimo-nos ao projeto de formação em RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e do “A Mochila das Emoções Positivas - Com a Gentileza às Costas”, respetivamente.

O projeto em RGPD, no qual participaram 128 colaboradores, surgiu da necessidade de preparar todos os serviços para a entrada em vigor do novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (regulamento N.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

O projeto “A Mochila das Emoções Positivas - Com a Gentileza às Costas”, contou com a participação de todos os colaboradores do Município de Santa Maria da Feira, cujo objetivo era abordar o tema das organizações psicologicamente saudáveis, o qual se desenvolveu em 2 fases:

1. Workshop – A Felicidade é importante?

Foram realizados 30 Workshops, cujo objetivo era abordar o tema da felicidade individual e felicidade no trabalho, com o intuito de promover a motivação dos colaboradores e reduzir os riscos psicossociais; culminando com a apresentação da 2ª fase, a Atividade “A Mochila das Emoções Positivas”

2. “A Mochila das Emoções Positivas”

Com esta atividade pretendíamos promover a interação entre colaboradores de todos os setores da autarquia, incluindo técnicos superiores, órgãos políticos, cantoneiros, administrativos, motoristas..., com o intuito de melhorar a comunicação interna.

A expectativa que tínhamos era que, através da participação de todos os colaboradores, fossemos provocando emoções positivas partilhadas, o que claramente favoreceu as relações entre colegas. Por outro lado, ao aumentar as relações positivas no trabalho, pretendíamos igualmente fortalecer o compromisso dos colaboradores, ou seja, aumentar o seu “*engagement*” ou comprometimento afetivo. O desvio positivo seria provocado pelo entusiasmo em torno das atividades lúdicas, lançando sementes que se pretende que perdurem no tempo, germinando...

No final do ano foram apresentados os resultados do projeto, num evento corporativo, onde participaram todos os colaboradores do Município, em simultâneo.

Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, PREVPAP (Lei n.º 112/2017)

Em reunião ordinária de 23 de abril de 2018, o executivo reconheceu 34 postos de trabalho passíveis de serem ocupados por recurso ao PREVPAP. Assim, numa primeira fase foram abertos os procedimentos concursais cujos postos de trabalho já estavam previstos no mapa de pessoal para esse ano, tendo os restantes (postos de trabalho) aguardado pela respetiva previsão no mapa de pessoal, pelo que os respetivos procedimentos, transitaram para 2019.

Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

Em 2018 demos continuidade ao trabalho desenvolvido nesta matéria, com o objetivo de promover a prevenção e controlo da sinistralidade laboral.

Assim, em 2018 realizamos 561 consultas de medicina no trabalho, das quais 492 dos colaboradores forma considerados aptos, 46 aptos condicionados e 23 sem alteração da ficha de aptidão.

De referir ainda neste âmbito as 5 ações de formação / sensibilização desenvolvidas, pelas quais passaram 66 colaboradores, designadamente:

- Espaços Confinados - 16 trabalhadores (7 horas)
- Primeiros Socorros – 7 trabalhadores (3 horas)
- Trabalhos em altura – 11 pessoas (7 horas)
- Manobreadores de máquinas – 13 pessoas (7 horas)
- Riscos profissionais inerentes à função e medidas preventivas – 19 pessoas (60 minutos)

CIAC – Centro de Informação Autárquica ao Consumidor

O CIAC tem por objetivo o apoio e informação aos consumidores do nosso Concelho, mas também apostar na educação para o consumo nas camadas mais e menos jovens da população, pois cada vez mais torna-se necessário garantir os nossos direitos enquanto consumidores, e estabelecer igualmente os nossos deveres.

Durante o ano de 2018, desenvolveram-se um conjunto de atividades de proximidade junto dos consumidores, com o objetivo da promoção da excelência do serviço e do potenciar de soluções para a situação vivenciada pelos consumidores com endividamento excessivo ou sobre-endividados.

A parceria entre o CIAC e o Gabinete de Proteção Financeira da Deco visa atuar de forma preventiva ao promover a literacia financeira do consumidor, reforçando não só a informação, mas também a orientação económico-financeira do consumidor em geral, e em particular do consumidor economicamente desprotegido.

Ajudamos na busca de soluções, ao apoiar o consumidor sobre-endividado e famílias na renegociação de dívidas/créditos, através da elaboração de um diagnóstico da sua situação financeira, e da mediação extrajudicial junto das entidades credoras. Com a renegociação de créditos tenta-se evitar a via judicial e encontrar o reequilíbrio do orçamento familiar, permitindo o cumprimento das obrigações financeiras.

O CIAC continua a oferecer este serviço de apoio a famílias vulneráveis para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos do Concelho através deste gabinete (GFP).

Os números acompanham a tendência de melhoria das condições socioeconómicas do país relativamente aos anos anteriores, pelo facto da condição financeira de muitos consumidores e o equilíbrio financeiro estar mais estável, contudo, teremos que continuar a estar atentos, dado que novos desafios emergem neste domínio, considerando a tendência de crescimento na concessão de crédito.

A maioria dos pedidos de ajuda continuou a ser de trabalhadores por conta de outrem.

Verifica-se que o consumidor está atento e informado e mais recetivo a agir precocemente, pois recorre ao nosso CIAC quando perspetiva dificuldades, em alguns casos antes mesmo de entrar em incumprimento.

Dando cumprimento aos objetivos preconizados pela parceria, desenvolveram-se também, ao longo do ano de 2018, um conjunto de atividades de formação/informação, nomeadamente em escolas.

Continuaremos a trabalhar no esforço e consolidação desta importante resposta social.

Atentos à evolução da sociedade de consumo e desafios vindouros, o CIAC continuará a trabalhar para uma maior equidade nas relações de consumo e para a melhoria da qualidade da vida dos consumidores colocando-se ao serviço da comunidade e do nosso Concelho.

Iniciativas de âmbito genérico 2018

Comemoração do dia mundial dos direitos do consumidor – 15 Março

Para assinalar este dia, realizamos uma Reportagem na Rádio Clube da Feira apelando à reflexão de todos os cidadãos em relação ao seu ato de consumo.

Realizamos também uma Sessão de Esclarecimentos no âmbito dos “Direitos Digitais” no Colégio Terras Santa Maria para os alunos do 8º e 9º ano, com o objetivo de os sensibilizar para os perigos da utilização da internet nos dias de hoje.

Comemoração do dia mundial da poupança – 31 de Outubro

Para assinalar este dia, realizamos uma Sessão informativa sobre “Organize o seu orçamento e a sua vida para o ano de 2019! - Em parceria com a Alpe

O CIAC promoveu três atividades de educação sobre “Literacia para o Consumo Sustentável e Responsável” na Escola EB 2,3 Coelho e Castro.

- O essencial da Economia Pessoa
- Gestos Simples para um Consumo Sustentável
- Conheces o Mundo digital?

Julgado de Paz de Santa Maria da Feira

Os Julgados de Paz são tribunais, integrados no sistema de resolução alternativa de litígios, e consagrados constitucionalmente no n.º 2 do artigo 209.º da Constituição da República Portuguesa.

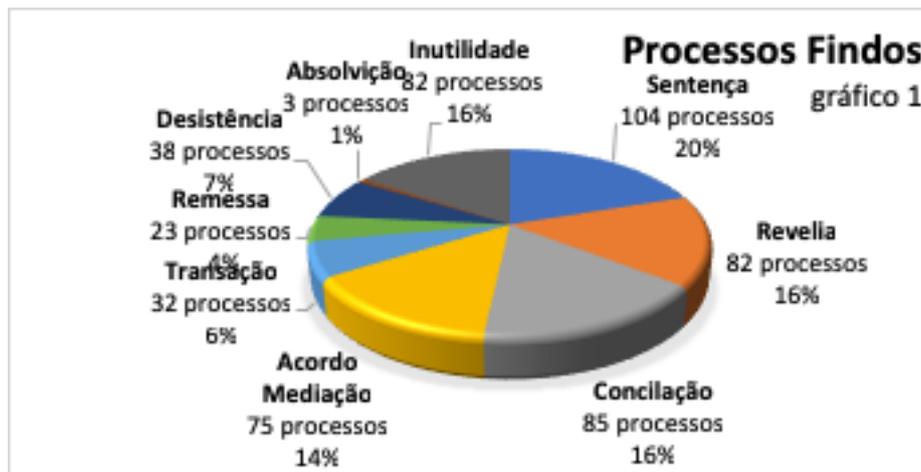
O seu objetivo e princípio fundamental consiste em permitir a participação cívica dos interessados e estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes.

Trata-se, assim, de um meio alternativo e desformalizado face à Justiça tradicional, mormente os Tribunais da ordem judicial, assente numa estrutura de regulação concertada de conflitos, que procura um acolhimento social generalizado e uma adaptação à sociedade portuguesa, ainda imbuída de uma cultura de litigiosidade aguerrida e adversarial.

Durante o exercício do ano 2018, deram entrada no Julgado de Paz de Santa Maria da Feira um total de 529 processos, o que constitui um marco histórico neste julgado de paz, que, até à data, não havia excedido os 349 processos por ano.

Destacam-se os meses de abril e agosto, com a entrada de 82 e 84 processos, respetivamente.

No mesmo exercício, findaram 524 processos, conforme gráfico 1, sendo que 274 dos mesmos findaram por entendimento entre as partes, ou seja, 52% dos processos findam por conciliação, acordo em mediação, transação e inutilidade, o que evidencia a vertente conciliatória e pacificadora dos Julgados de Paz.



O Julgado de Paz tem vindo a cumprir a sua missão de tornar a justiça mais acessível, dando aos munícipes a possibilidade de sindicarem os seus direitos, a custos reduzidos e de forma célere, o que contribui para a pacificação e equilíbrio social.

obras municipais, mobilidade, planeamento e ordenamento do território

Enquadramento

O ano de 2018 fica marcado para o Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, tal como para toda a Câmara Municipal, pela alteração do organograma, seja por razões forçadas, seja porque se impunha uma reestruturação nalguns setores, numa perspetiva de melhorar procedimentos e, em consequência, os serviços prestados.

Assim, aquele que se constituiu, praticamente, como o primeiro ano do mandato, fica associado à alteração introduzida, a que se junta a nova constituição do executivo, com a conseqüente mudança de paradigma. Conscientes de que dinheiro que é de todos deve beneficiar de uma gestão criteriosa, o ano de 2018 ficará marcado pelo desenvolvimento de um sem número de projetos – muitos já em fase de lançamento e outros tantos com concursos decididos –, assumidos pelos serviços do Município, mas também pelo recurso a entidades externas, dado o seu volume.

No Departamento das Obras Municipais, com a responsabilidade de coordenação de toda a fileira das obras novas, muita da energia foi despendida no projeto, tendo preparado e lançado a concurso cerca 12 milhões de euros de projeto, incluindo a sétima fase de pavimentações, com cerca de 60 quilómetros, algumas requalificações de centros urbanos, a requalificação de arruamentos, obras emblemáticas, como o Arquivo Municipal e os projetos de reabilitação dos diversos empreendimentos de habitação social do concelho, já com obra visível.

Mesmo considerando o tempo de projeto, absolutamente essencial para a boa execução, há também para mostrar obra de vulto, executada ou iniciada. Veja-se os exemplos da requalificação da Zona Central de Fiães, o Largo Inácio Monteiro, a requalificação Urbana Fase I, em Paços de Brandão, e a requalificação urbana da Área Central de Lourosa. Acresce a concretização de várias dezenas de quilómetros de repavimentações em vias municipais e a requalificação de arruamentos, como a Rua Armando Pinto Assunção, em Fornos, a Rua da Igreja, em Oleiros, a EM 520, em Argoncilhe, entre vários outros.

Ainda no campo das obras municipais, merece referência a requalificação do Jardim Romântico da Quinta do Castelo, o avanço, a passos largos, do Centro Escolar de Fornos, a requalificação da Escola Coelho e Castro, em Fiães, em franco progresso, bem como o início de obras de reabilitação em cinco empreendimentos de habitação social.

O relatório da Divisão de Fiscalização de Empreitadas mostra à sociedade as obras recebidas definitivamente, em 2018, e um larguíssimo número das que foram recebidas provisoriamente. A reestruturação orgânica no Município não impediu, pois, o normal funcionamento dos serviços.

No Departamento de Infraestruturas, foram duas as divisões integradas no Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território. As brigadas da Divisão de Conservação de Edifícios asseguraram a manutenção corrente dos edifícios do património municipal, bem como de mercados, cemitérios e outros equipamentos. Estas equipas prestaram ainda um apoio relevante à organização de eventos municipais, que constituem marca indelével do concelho.

A Divisão de Mobilidade Rede Viária e Trânsito passou a integrar a nova competência da mobilidade, tendo, nesta área, contribuído ativamente para a definição da nova concessão do serviço público de transporte de passageiros e iniciado a preparação do Plano de Mobilidade do Concelho. Adicionalmente, esta divisão iniciou a revisão das posturas de trânsito das diversas freguesias, de uma forma integrada. De realçar, ainda, o acompanhamento eficaz das intervenções externas na rede viária, bem como um número muito significativo de obras e intervenções executadas por administração direta.

Por fim, mencione-se a autonomização da Divisão de Planeamento, tendo em vista marcar a visão de longo prazo em detrimento da visão mais imediata. Entre os objetivos já alcançados, a redelimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do município de Santa Maria da Feira será uma marca de 2018. O trabalho foi concluído e apresentado aos munícipes em sessão pública, tendo os serviços do Município ficado capazes de prestar apoio a todos quantos o solicitarem neste capítulo.

Obras Municipais

O Departamento de Obras Municipais assegurou a coordenação da elaboração de estudos e projetos e a execução de obras públicas, conforme explicita individualmente a Divisão de Estudos e Projetos e a Divisão de Fiscalização de Empreitadas.

Divisão de Estudos e Projetos

A Divisão de Estudos e Projetos (DEP) assumiu, integralmente, a partir de outubro de 2018, a responsabilidade da área de estudos e projetos do Município, passando a incluir um conjunto de técnicos que anteriormente exerciam funções no planeamento. No ano de 2018, iniciaram-se os trabalhos de maior dimensão, cujo projeto e execução se prevê que ocorram ao longo do mandato e, em algumas situações, se prolonguem para além deste.

Além da elaboração de estudos e projetos, é responsabilidade da DEP o acompanhamento das obras em execução, nomeadamente através da assistência técnica ao projeto. Em 2018, algumas obras de dimensão ocuparam os técnicos da DEP ativamente, como é o caso do Centro Escolar de Fornos, da Quinta do Castelo, dos arranjos urbanísticos dos centros de algumas freguesias, entre outras.

No total, na DEP prepararam-se concursos que ultrapassam os 13 milhões de euros, sendo que 20% desse valor correspondem a projetos elaborados internamente.

Projetos e respetivos concursos preparados pela DEP, em 2018:

- Piscina de Canedo – prospeção geológica e execução de furo para captação de água subterrânea;
- EEIP – Empreitada de Eficiência de Iluminação Pública – fase 2 e 3;
- Substituição da cobertura do pavilhão da Casa do Povo de Fiães;
- Reabilitação de empreendimentos de habitação social – Milheirós de Poiares;
- Reabilitação de empreendimentos de habitação social – Guisande;
- Construção de um muro de suporte de terras em gabiões, em Goim – Romariz;
- Serviços de limpeza, desobstrução e construção de óculo na Rua 5 de Outubro;
- Serviços de limpeza, desobstrução e construção de óculo no Largo Inácio Monteiro – S. Miguel de Souto;
- Serviços de “Revisão de projeto de execução da obra de reabilitação e ampliação de edifício destinado a Arquivo Municipal”;
- Construção da rede pluvial na Rua Professor Vicente Reis;
- Construção da rede de drenagem pluvial na Rua Luís de Camões e Rua Prof. Dr. Beleza dos Santos – Arrifana;
- Piscina de Canedo - prospeção geológica e geotécnica;
- HMC Sports - Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira - remodelação de gabinetes terapêuticos, requalificação de instalação sanitária (apoio a eventos) e requalificação de Zona de duches M e H; Reabilitação de empreendimentos de habitação social – Caldas de S. Jorge;
- Reabilitação de empreendimentos de habitação social – Canedo;
- Reabilitação de empreendimentos de habitação social – Escapães;
- Reabilitação de empreendimentos de habitação social de Cadinha – Lourosa;
- Prolongamento de extensão da rede pluvial na Rua do Sol – Arrifana;
- Serviço de limpeza, desobstrução e construção de óculo na Rua das Foinhas, junto do nº 25;
- Requalificação de balneários e sala dos professores – Piscinas Municipais de Fiães;
- Fornecimento e instalação de equipamentos para carregamento de veículos elétricos;
- Elaboração de projeto de execução e requalificação da zona envolvente às termas das

Caldas de S. Jorge;

- Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fase II, Fornos;
- Elaboração de projeto de execução para ligação de saneamento de edifícios escolares e de habitação social;
- Infraestruturas em Ordonhe – Argoncilhe;
- Demolição de edifício, anexos e muros de vedação, localizado entre as Ruas S. Domingos e Nossa Senhora das Neves – Fiães;
- Ampliação de cobertos e áreas de apoio do Centro Escolar de Souto – Nogueira da Regedoura;
- Demolição de pavilhão, anexos e alpendres na Rua do Comércio – Lourosa;
- Construção de 14 jazigos no cemitério Municipal de Santa Maria da Feira;
- Pavimentação da Rua João Paulo II (parcial), Louredo, e Rua da Fonte Grande – Gião;
- Requalificação da iluminação dos pavilhões desportivos de Arrifana, Lourosa e Lobão;
- Revisão de projeto de execução da marcação rodoviária de pavimentos da rede viária municipal II;
- Fornecimento de gás natural em regime mercado preços livres;
- Reparação de descarga de rede pluvial na Rua da Igreja;
- Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do agrupamento município de Santa Maria da Feira - lote 1 e lote 2;
- Pavimentação da Zona Nascente do concelho;
- Pavimentação Zona Norte do concelho;
- Pavimentação Zona Centro do concelho;
- Pavimentação Zona Sul do concelho;
- Pavimentação Urbanização das Penas;
- Arquivo Municipal;
- Requalificação Urbana da Área Central de Fiães – 4ª Fase;
- Reabilitação de empreendimentos de habitação Social de Ferradal – Fiães;
- Reabilitação de empreendimentos de habitação Social de Souto – Fiães;
- Construção de muros de suporte e vedações na Rua do Goim – Romariz;

- Execução de infraestruturas e pavimentação da Travessa das Valas – Rio Meão;
- Valorização económica e territorial dos caminhos de Fátima - Troço de Santa Maria da Feira;
- Pavimentação de recreios escolares em betão poroso – várias freguesias;
- Reconstrução do muro Nordeste da Quinta do Castelo da Feira;
- Infraestruturas de loteamento - Lugar Eiras de Baixo / Casal, Avenida 25 de Abril.

Note-se que, além dos projetos concluídos, muitos outros se encontram em fase avançada de desenvolvimento, prevendo-se a sua conclusão e lançamento ao logo do ano de 2019.

Por último, refira-se que a questão da eficiência energética é essencialmente desenvolvida no DEP que, em 2018, acompanhou a substituição de luminárias, com implementação da tecnologia LED, não só as que resultaram de concursos do município, mas também da EDP. Está já em fase avançada de desenvolvimento, a preparação de concurso para a quase totalidade das luminárias do município, visando a eficiência energética e a boa gestão dos dinheiros públicos, uma vez que toda a gestão da iluminação pública é efetuada nesta divisão.

Divisão de Fiscalização de Empreitadas

A Divisão de Fiscalização e Empreitadas (DFE) prosseguiu, durante o ano de 2018, as atividades afetas ao serviço, materializadas no acompanhamento/fiscalização de empreitadas de obras públicas, no âmbito dos procedimentos ao abrigo do Código de Contratação Pública e legislação conexas, desde a assinatura do contrato à entrega em definitivo dessas empreitadas ao município. A DFE produz também os pareceres necessários de análise das propostas, inerentes aos diversos procedimentos de formação de contrato promovidos pelo Município, para o júri dos procedimentos designados.

Empreitadas que, em 2018, foram rececionadas, provisória ou definitivamente, e também as que continuavam em execução no final do ano:

- **Obras com auto de receção definitiva**

Fornecimento e montagem de equipamento – Escola Básica de Espargo;

Construção do Centro Escolar de Espargo;

Reformulação das instalações especiais em 24 jardins de infância de Santa Maria da Feira;

Construção do Centro Escolar de Mosteirô;

Requalificação da Rua Central – Troço 3 – Lourosa;

Requalificação de arruamento da Zona Industrial da Silveirinha – S. João de Ver;

Execução de vedação a nascente, na Praia Fluvial da Mamoá – Santa Maria da Feira;

Pavimentação em vários arruamentos – Fiães;

Pavimentação e beneficiação da estrutura viária – Fiães.

• **Obras finalizadas com receção provisória**

Requalificação de pavimentos na rua da Azenha – Paços de Brandão;

Pavimentação e infraestruturas na Avenida da Igreja – S. João de Ver;

Demolição de armazém em estrutura metálica, chapas metálicas onduladas fixadas ao muro à face da rua e retirar máquinas em terreno – Romariz;

Repavimentação e ordenamento viário em arruamentos – Lourosa;

Requalificação da Praça da República – Santa Maria da Feira;

Remoção e reposição parcial de pavimento na pista de atletismo – Lourosa;

Execução de limpeza do pavimento e pintura das marcações desportivas da pista de atletismo – Lourosa;

Infraestruturas na Rua das Cruzes – Argoncilhe;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos do concelho – 1ª Fase;

Construção de muros de suporte e vedação – S. João de Ver;

Requalificação parcial da Rua Principal – Canedo;

Colocação de plataforma elevatória no Jardim de Infância do Montinho e EB nº 2 da Feira;
Arruamento do Pavilhão – S. João de Ver;

Substituição de revestimento Free Flow – Europarque – Santa Maria da Feira;

Requalificação do Largo Inácio Monteiro – Souto;

Substituição do revestimento em madeira da ponte pedonal sobre o rio Cáster – Santa Maria da Feira;

Infraestruturas de Loteamento – Escapães;

Requalificação do Largo da Rua Central – Louredo;

Biblioteca Padre Domingos de Azevedo Moreira – Pigeiros.

• **Obras contratadas ou em execução**

Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos do concelho - 2.ª Fase;

Requalificação e ampliação da escola EB 1 do Chão do Rio - Fiães

Construção do Pavilhão Desportivo – Mozelos; Requalificação da Rua Dr. Carlos Alberto Almeida – Vila Maior;

Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos do concelho - 3ª Fase;

Construção da rede de drenagem pluvial no lugar das Fontainhas – Arrifana;

Requalificação Urbana Fase I - Paços de Brandão – Santa Maria da Feira;

Execução de marcação rodoviária de pavimentos da rede viária municipal;

Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos do concelho – 5ª Fase;

Requalificação da Travessa do Rio – Canedo;

Pavimentação com mistura betuminosa nas freguesias de Argoncilhe, Caldas de São Jorge e Rio Meão;

Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Santa Maria da Feira;

Ampliação da Zona Industrial – Arrifana;

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos do concelho – 6.ª Fase;

Requalificação urbana da área central de Fiães – Fases 1, 2 e 3;

Requalificação da Rua da Igreja – São Paio de Oleiros;

Pavimentação, com mistura betuminosa e infraestruturas, em vários arruamentos do concelho;

Requalificação urbana da área central – Lourosa;

Reparação das patologias no Centro Escolar – Louredo;

Requalificação da E.M. 520, entre a Rua dos Camalhões e a Rua Marco da Poça – Argoncilhe/Olival – Santa Maria da Feira/Vila Nova de Gaia;

Construção de rede pluvial e pavimentação na Rua Roberto Nunes – Arrifana;

Demolição de edifício, anexos e muros de vedação, localizados entre as Ruas S. Domingos e Nossa Senhora das Neves – Fiães;

Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção – Fase II – Santa Maria da Feira;

Reabilitação de empreendimento de habitação social – Milheirós de Poiares;

Reabilitação de empreendimento de habitação social – Guisande;

Reabilitação de empreendimento de habitação social – Escapães;

Construção de arruamento e requalificação na zona industrial da Silveirinha – S. João de Ver;

Remodelação da Escola Coelho e Castro – Fiães;

Infraestruturas em Ordonhe – Argoncilhe;

Demolição de pavilhão, anexos e alpendres na Rua do Comércio – Lourosa;

Prolongamento de extensão de rede pluvial na Rua do Sol – Arrifana;

Construção da rede de drenagem pluvial na Rua Luís de Camões e Rua Prof. Dr. Beleza dos Santos – Arrifana;

Reparação da Via Espargo – Paços de Brandão;

Reabilitação de empreendimento de habitação social – Lourosa – Cadinha;

Reabilitação de empreendimento de habitação social – Caldas de S. Jorge

Pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos do concelho – 1.^a Fase.

Pareceres de avaliação de propostas

A DFE produziu um vasto conjunto de análise de propostas, apresentadas pelos interessados, nos procedimentos para a realização de contratos, bem como análise de reclamações, apresentadas em sede de audiência prévia, e emissão dos correspondentes pareceres, na qualidade de perita agregada ao júri.

Neste âmbito, foram emitidos 41 pareceres, referentes a procedimentos de 27 concursos públicos, cinco ajustes diretos, quatro de consulta prévia e um de concurso limitado por prévia qualificação. Foram ainda disponibilizados três pareceres relativos a reclamações, no âmbito dos procedimentos.

Departamento de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos

O Departamento de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos divide-se por dois pelouros, integrando-se no Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, a Divisão de Conservação de Edifícios e a Divisão de Mobilidade, Rede Viária e Trânsito. O detalhe das atividades deste departamento é apresentado em cada uma das divisões.

Divisão de Conservação de Edifícios

Obras realizadas pelas brigadas da DCE, em 2018:

- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários fogos do parque habitacional social do concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras pequenas reparações;

- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários estabelecimentos de ensino do concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações, a destacar:
 - Tratamento de patologias, pintura de tetos e paredes interiores da zona de refeição e execução de tetos em pladur no WC e arrumos, do Jardim de Infância de Outeiro, na freguesia de Travanca;
 - Aplicação de revestimento cerâmico em paredes interiores, pintura de tetos, substituição de portas interiores e execução de divisória para armazenamento de alimentos, na cantina da Escola Básica e Jardim de Infância de Igreja, na freguesia de Lobão;



Fotografia 1 – Cantina da EB e JI de Igreja, Lobão, na fase de acabamentos

- Substituição do pavimento cerâmico e melhoramento das condições de drenagem na cantina do Jardim de Infância de Igreja, na freguesia de Romariz;
- Substituição do material do pavimento do recreio e execução de nova rede predial de drenagem pluvial, no Jardim de Infância de Bajouca, na freguesia de Pigeiros;
- Abertura de vãos, pintura de paredes interiores e tetos, aplicação de cerâmico na zona de refeição e remodelação das redes de água, esgotos e elétrica, no Jardim de Infância da Cruz (conclusão em fevereiro de 2019);
- Abertura de vão, fecho de alpendre, aplicação de pladur em teto da zona de refeição, pintura de tetos e aplicação de cerâmico em paredes interiores da zona de armazenamento alimentar e sanitários, na cantina da Lagoínha, na freguesia de Santa Maria de Lamas (término em janeiro de 2019);

- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos edifícios do património municipal ou a cargo do município, manutenção e conservação de mercados, cemitérios e equipamentos destinados a realizações de interesse público ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras reparações:
 - Pintura de paredes e tetos interiores e substituição de lavatórios dos sanitários no Mercado Municipal de Santa Maria da Feira;
 - Manutenção de madeiras dos passadiços do Parque Ribeiras do Uíma, na freguesia de Fiães e Lobão;
 - Reconstrução de paredes interiores e tetos dos dormitórios, bem como instalação de aparelhos de climatização e ventilação, nos dormitórios do ICC, na freguesia de Santa Maria da Feira;
 - Substituição de área de pavimento em madeira que se encontrava danificado, do recinto de jogo do Pavilhão Municipal de Gião;
 - Reparação e manutenção de vários abrigos para passageiros utentes de transportes públicos, localizados em vários locais do concelho;
 - Execução de trabalhos de remodelação interior do 3º andar da Unidade de Saúde Familiar de Fiães;
 - Execução de trabalhos de reparação estrutural no lavadouro público na Rua da Palhaça, na freguesia de Milheirós de Poiares.

- Apoio aos diversos eventos realizados, ao longo do ano, pela Cultura, Desporto e Educação, bem como pela Presidência, como Perlim, Viagem Medieval, Imaginarius, entre outros;

- Apoio aos eventos promovidos pelas diversas associações do concelho, ao nível da pichelaria e eletricidade;

Fotografia 2 – Imagem do lavadouro da Rua da Palhaça, após conclusão dos trabalhos



Divisão de Mobilidade, Rede Viária e Trânsito

Tratamento de assuntos diversos:

- Propostas de aquisição de materiais de construção de consumo corrente;
- Estudo e informação técnica sobre sinalização de trânsito, quer vertical, quer de marcação rodoviária de pavimento, na rede viária municipal, bem como de situações existentes e de emissão de respetivas certidões;
- Revisão e planificação das posturas de trânsito existentes e produção de novos planos de sinalização vertical e horizontal para as freguesias de Arrifana, São Miguel de Souto, Mosteirô, Escapães, Fornos, Romariz e Milheirós de Poiares;
- Informações, comunicações internas, propostas, no âmbito da resposta ao expediente da rede viária municipal e da circulação e trânsito na via pública, bem como da gestão quotidiana destas atribuições do município;Elaboração de informações internas, de análise e emissão de parecer técnico sobre os mais diversos assuntos, designadamente de resposta a requerimentos, reclamações, exposições de munícipes, de empresas, etc.;
- Elaboração de informações internas sobre quantificação de pedidos de fornecimento de materiais pelas juntas de freguesia, associações e demais coletividades, de diversas obras que se propõem executar no domínio da edificação e também nas vias de comunicação e equipamentos desportivos, designadamente de pavimentação a betuminoso de vários arruamentos e de materiais a aplicar para execução de vários trabalhos de reposição dos pavimentos em semipenetração e revestimento betuminoso, construção de muros, passeios, etc.;
- Apoio a outras unidades orgânicas dos serviços municipais.

1. Mobilidade:

- 1.1. Contributo do Município de Santa Maria da Feira sobre a proposta apresentada pela Autoridade Metropolitana de Transportes, referente ao serviço público de transportes de passageiros, procurando alcançar um maior nível de cobertura territorial nos transportes públicos intramunicipais e intermunicipais, em conformidade com o disposto na legislação em vigor;
- 1.2. Produção do plano de mobilidade para o concelho de Santa Maria da Feira, com os objetivos:
 - 1.2.1. Promover a mobilidade sustentável e eficiente;
 - 1.2.2. Promover a qualidade ambiental, saúde pública e segurança;
 - 1.2.3. Promover a acessibilidade com um fator de inclusão e justiça social;
 - 1.2.4. Promover a intermodalidade;
 - 1.2.5. Integrar as políticas de ordenamento do território e dos transportes.

2. Publicidade e ocupação do espaço público:

- 2.1. Análise e apreciação técnica de processos de licenciamento e autorização de pedidos de ocupação do espaço público e de inscrição ou afixação de mensagens publicitárias e seus suportes.

3. Acidentes de viação ocorridos na rede viária municipal:

- 3.1. Análise e informação dos pedidos de indemnização reclamados pelos intervenientes em acidentes de viação ocorridos na rede viária municipal, alegadamente motivados por deficiências de conservação, de manutenção ou de construção.

4. Acompanhamento da execução de contratos de prestação de serviços:

- 4.1. Assistência técnica, manutenção, reparações e atualização dos automatismos, da sinalização luminosa automática de trânsito (“semáforos”), instalada nas diversas intercessões da rede viária municipal, prestadas pelas empresas da especialidade contratadas;
- 4.2. Estudo e definição da localização, elenco de características técnicas, acompanhamento, verificação e validação do fornecimento e montagem de abrigos de paragem de transporte coletivo;
- 4.3. Limpeza e desobstrução mecânica, com recurso a camião-cisterna de alta pressão e sucção, dos coletores públicos de drenagem de águas pluviais em diversos pontos da rede viária municipal.

5. Acompanhamento e fiscalização dos trabalhos de reposição de pavimentos em intervenções na via pública para execução de infraestruturas de operadores de serviço público:

- 5.1. Análise de pedidos de autorização de intervenção, acompanhamento e fiscalização de

execução das redes públicas de drenagem de águas residuais e das redes públicas de distribuição de água, a cargo da empresa INDÁQUA – Feira, Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A., no âmbito da concessão da construção, exploração e gestão do sistema municipal de distribuição de água e saneamento:

5.1.1. Extensões de rede de abastecimento de água domiciliário;

5.1.2. Extensões de rede de drenagem de águas residuais.

5.2. Análise de pedidos de autorização de intervenções, acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos, na execução de ramais domiciliários e extensões de rede de distribuição de gás natural, realizados pela LusitaniaGás, nas várias freguesias do concelho;

5.3. Análise de pedidos de autorização de intervenção, acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos, na execução de redes subterrâneas de transporte de energia elétrica em baixa e média tensão, e da remodelação ou extensão da rede de iluminação pública, realizados pela EDP;

5.4. Análise de pedidos de autorização de intervenção, acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos na instalação de fibra ótica, cabo aéreo e cabo subterrâneo, colocação de armários na via pública, realizados pelas empresas de comunicações (Portugal Telecom/MEO, Cabovisão/NOWO, Vodafone, NOS);

5.5. Análise de pedido de autorização de intervenção, acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos, na execução da rede pública de distribuição de água em alta, realizados pela Águas do Douro e Paiva, S.A. // Águas do Norte, S.A.

6. Obras executadas por administração direta:

6.1. Estudo, preparação, orçamentação, programação e execução das diversas intervenções de reparação e conservação da rede de drenagem de águas pluviais, bem como de reparação, conservação e manutenção da rede viária municipal (pavimentos betuminosos, muros de suporte e vedação, caçadas e passeios, caixas de visita, sistema de sinalização do trânsito, etc.);

6.2. Execução de obras de reparação, conservação e manutenção da rede viária, pontualmente, com construção nova, incluindo sistema de sinalização do trânsito, muros de suporte e vedação da via pública, pavimentações a massa betuminosa a quente, tapamento de covas a massa betuminosa a frio, e sistema público de drenagem de águas pluviais, intervenções estas realizadas pelo setor operacional da rede viária e trânsito (brigadas), incluindo toda a gestão, acompanhamento e controlo das atividades realizadas:

6.2.1. Correção e execução de novas redes públicas de drenagem de águas pluviais, em troços de extensão significativa, como na Rua da Pereirinha e Rua Dr. Alcides Strecht Monteiro – freguesia de Fiães; Travessa do Estanqueiro – freguesia de S. Miguel de Souto; Rua Santo António da Laje – freguesia de Fornos; Rua de Falfarú – freguesia de Sanguedo;

Avenida do Corgo, Rua Nossa Senhora de Fátima, Rua Infante Henriques, Rua Sá Miranda e Rua de Santo António – freguesia de Arrifana; Rua das Fábricas – freguesia de Nogueira da Regedoura; Rua das Comendas e Rua Regadas de Baixo – freguesia de Rio Meão; Rua do Ervedal e Rua Dr. Francisco Sá Carneiro – freguesia de S. João de Ver; Rua Roberto Vaz de Oliveira, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Rua das Fogaceiras – freguesia de Santa Maria da Feira;

6.2.2. Pavimentação, a massa betuminosa a quente, em troços de ruas de alguma complexidade, como a Rua Nossa Senhora de Fátima, Rua do Alto, Rua dos 3 Caminhos, Rua da Espinheira, Travessa da Ribeira, Rua do Sabão, Rua da Lavoura, Rua do Sol, Travessa do Sol e Rua das Pedreiras – freguesia de Lourosa; Rua Fonte da Pêga, Travessa da Alameda de Ramil, Rua de São Domingos e Rua do Pinhal – freguesia de Argoncilhe; Rua Pedro Faria, Beco da Tapadinha e Rua Pitança – freguesia de Nogueira da Regedoura; Rua da Azenha e Rua Nossa Senhora de Fátima – freguesia de Arrifana, Rua São Sebastião - freguesia de Santa Maria da Feira; Rua do Ribeiro – freguesia de Louredo, Caminho Bairro José Costa – freguesia de São Paio de Oleiros; Rua do Godinho – freguesia de Gião e Rua de Falfarú – freguesia de Sanguedo.

Divisão de Planeamento



O presente documento pretende descrever, de forma sucinta, um conjunto de atividades desenvolvidas ou acompanhadas pela Divisão de Planeamento, durante o ano de 2018, através de ações concertadas e realizadas com os diversos intervenientes, numa lógica de complementaridade com os demais serviços do município.

O exercício agora em análise foi obviamente marcado por um vasto conjunto de situações que condicionaram, necessariamente, o normal desenvolvimento das tarefas associadas a esta unidade orgânica. Se por um lado, a alteração forçada da estrutura orgânica levou a que se adotassem metodologias de funcionamento distintas das que existiam até então, por outro lado, as adequações

legislativas implicaram o desenvolvimento de diversos dossiês, que se foram dilatando temporalmente.

Assim, elencam-se os projetos/atividades mais significativos desenvolvidos em 2018:

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Colaboração na Atualização

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI encontra-se em fase de revisão, uma vez que o prazo do atual expirou, encontrando-se a Divisão de Planeamento a colaborar com o Gabinete Técnico Florestal deste município.

Após a apresentação da segunda versão do trabalho, e em virtude da disponibilização da COS 2015 por parte da DGT, a equipa está a realizar correções e atualizações nos respetivos mapas, relatórios e bases de dados.

Plano Geral de Intervenção nas Zonas Industriais do Município

Diagnóstico sobre o estado das atuais zonas industriais com vista à definição de ações, orientações, estratégias de requalificação e dinamização desses grandes Espaços de Atividades Económicas.

O documento deverá refletir sobre as ações a desenvolver, a médio prazo, no sentido de elevar os níveis de conforto, competitividade e operacionalidade dessas áreas urbanas.

Reabilitação da Rede Viária – Santa Maria da Feira

Tendo por objetivo a requalificação da rede viária de algumas ruas do centro da cidade de Santa Maria da Feira, foi realizada uma abordagem de âmbito estratégico, no sentido de identificar e projetar diretrizes para as futuras intervenções no espaço público.

A hierarquia da rede viária, as principais funções enquanto elemento estruturante da cidade, as principais entradas da cidade, a identificação de possíveis corredores com vista à implementação de ciclovias, os principais equipamentos públicos geradores de fluxos populacionais e a possível localização do interface dos transportes são alguns dos desígnios do trabalho.

Mobilidade e Acessibilidade

Definição e dimensionamento de duas rotundas, localizadas na N223, nos principais acessos à cidade de Santa Maria Feira.

A este nível, de realçar também a elaboração de um estudo preliminar com vista à eventual criação do popularmente denominado “Túnel da Cruz”, que permitirá, eventualmente, a criação de uma maior relação formal e urbana das duas áreas da cidade de Santa Maria da Feira, que são atualmente atravessadas pela EN223.

Centro Coordenador de Transportes

Desenvolvimento de estudos no sentido da localização mais adequada do futuro Centro Coordenador / Interface de Transportes de Santa Maria da Feira.

Foram também estudadas, em simultâneo, várias hipóteses para a localização da Central de Transportes em Lourosa/Fiães.

ARU

Face ao regime jurídico da reabilitação (lei nº 32/2012, 14 de agosto), procedeu-se à redelimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do Município de Santa Maria da Feira, que foram submetidas a deliberação da Câmara, em 10 de setembro de 2018 e, posteriormente, aprovadas pela Assembleia Municipal, a 21 de setembro de 2018.

Dando continuidade ao processo de formalização da aprovação, instruiu-se também um processo com os elementos necessários à sua publicação em Diário da República.

Durante este período, foram analisados os benefícios fiscais e incentivos financeiros associados às ARU, bem como toda a legislação, dinamizadas e realizadas reuniões de trabalho para procedimentos e realizada uma sessão de esclarecimento aos munícipes, no dia 30 de novembro.

Alteração simplificada do PDM

O município colaborou no processo de licenciamento de unidades industriais na Zona Industrial da Silveirinha, freguesia de S. João de Ver, e na Rua 2 da Urbanização de Paredinha, freguesia de Rio Meão. Após a tramitação dos processos da RAN e da REN, nas entidades de tutela, e publicada a alteração da carta da REN em DR, foi dado andamento aos procedimentos necessários a uma alteração simplificada ao PDM.

Transfeira

O sistema de transporte Transfeira motivou alteração do procedimento relativamente aos passes escolares e sociais, pelo que, no âmbito das diversas solicitações, sempre que há pedidos de novos passes, é preenchida uma base de dados com os dados pessoais dos utilizadores, articulando toda a informação com a Autoviação Feirense. Foi ainda prestado apoio telefónico aos utentes e resolvidos alguns pequenos problemas relacionados com horários e logística associada àquele sistema de transporte coletivo.

Masterplan zona envolvente ao Europarque

Tendo como objetivo a apresentação de estratégias e soluções de planeamento, a equipa da Divisão de Planeamento iniciou o desenvolvimento de um estudo para a constituição, a médio prazo, de espaços de uso múltiplo no território. O trabalho, denominado por MASTERPLAN – Europarque, Golfe e Mar 2030, consiste na elaboração de um plano estratégico para a área envolvente ao Europarque, perspetivando-se, no horizonte 2030, a reafirmação da identidade da região.

Gabinete de Informação Geográfica

Portal de Informação Geográfica, Mirante

Durante o ano de 2018, foram introduzidas algumas melhorias nos fluxos de trabalho do Mirante com o objetivo de melhorar a operacionalização e introdução de informação georreferenciada em várias áreas temáticas. Foram também criados novos fluxos de trabalho, nomeadamente na gestão da rede viária e da toponímia. No que diz respeito aos temas disponibilizados na plataforma, foram adicionados vários, tais como as condicionantes após PDM, as servidões administrativas de aquedutos públicos subterrâneos publicadas em Diário da República e o estado de pavimentações da rede viária, entre outros.

Atualização Cartográfica com drone

No âmbito de uma parceria institucional com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), durante o ano de 2018, o Gabinete de Informação Geográfica recebeu um estágio profissional, cujo tema foi a atualização cartográfica com recurso a drones. Foram realizados dois levantamentos com recurso a esta tecnologia (um na Quinta do Areeiro, freguesia de S. João de Ver, e outro no Largo de Santo António, freguesia de Rio Meão) e gerados os respetivos ortofotomapas, utilizados para atualização cartográfica destas zonas. Após uma análise técnica minuciosa dos produtos gerados, ficou-se com a garantia de que, no futuro, se pode utilizar esta tecnologia, pois têm qualidade posicional para integrar o SIG, sendo uma excelente ferramenta de atualização cartográfica.

Atualização da Base de Dados das Empresas

No início de 2018, e no âmbito do projeto Urbinov, a AMP forneceu à Câmara Municipal uma base de dados com a localização e informação das empresas no Município de Santa Maria da Feira. Após análise da substancialidade da informação (cerca de 11 000 empresas) e da mais-valia que seria para o município, iniciámos o processo de conversão dessa informação para a base de dados SIG e para posterior disponibilização no Mirante. Durante este ano, foram georreferenciadas e migradas para a base de dados SIG cerca de 7 000 dessas empresas. Pretende-se que, no final da migração, o GAE utilize e atualize esta informação no Mirante.

Apoio à Rede Viária – Pavimentações

Levantamento do estado atual das pavimentações no concelho, de forma a planear as futuras intervenções e inserção da informação na base de dados SIG. Paralelamente, foi atualizada a cartografia das rodovias para futuros concursos das pavimentações.

Plano da Floresta

Conclusão das cartas temáticas para o Plano da Floresta: risco de incêndio, perigosidade de incêndio, tempo de chegada da primeira intervenção, intervisibilidades entre postos de vigia e LEE's.

Estudos de Alinhamentos

Os estudos de alinhamentos realizados pela topografia, que são aprovados internamente, passaram a ser introduzidos no SIG e disponibilizados na plataforma Mirante (intranet e internet). Esta disponibilização permite a emissão de uma planta de estudos de alinhamentos quando a área está abrangida por um estudo aprovado, sendo esta planta obrigatória na instrução dos processos urbanísticos. A emissão da planta é automática, uma vez que o sistema deteta a existência de um estudo e emite a planta juntamente com as outras plantas obrigatórias.

Atividades contínuas

- Georreferenciação dos processos urbanísticos, queixas, contraordenações, embargos e outros;
- Cadastro de proprietários dos processos atrás referidos;
- Disponibilização de plantas dos loteamentos para fornecimento no GAU;
- Pareceres sobre a viabilidade dos destaques de parcela;
- Atribuição de números de porta a todas as novas construções;
- Elaboração de autos de implantação em substituição de responsável de serviço;
- Elaboração de certidões de toponímia e números de porta e de certidões de correspondência de morada;
- Informações técnicas para instalação de farmácias e outras informações técnicas diversas com carácter geográfico;
- Inserção dos levantamentos topográficos realizados pela Topografia e respetiva atualização cartográfica;

- Inserção dos estudos de alinhamentos realizados pela Topografia em base de dados SIG;
- Gestão da toponímia municipal (nomes de ruas e números de polícia);
- Realização de toda a informação administrativa da comissão de toponímia (ofícios para diversas entidades);
- Interligação com os CTT para atribuição de códigos postais;
- Inserção do cadastro florestal municipal;
- Inserção de terrenos e edifícios de património camarário;
- Inserção de compromissos e transações sobre terrenos, assumidos pela Câmara Municipal;
- Apoio às Taxas de Saneamento, na confirmação de moradas e serviços disponibilizados ao munícipe (água e/ou saneamento);
- Atualização sistemática de infraestruturas: água, saneamento, gás, elétrica, gasoduto, ferroviária, telefónica e viária;
- Manutenção e gestão das bases de dados do MIRANTE (SQL Server e Oracle) e respetiva gestão de permissões e utilizadores;
- Formação e apoio a todos os utilizadores da plataforma MIRANTE.

proteção civil, **ambiente**
espaços verdes, **saúde**

AMBIENTE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

SERVIÇOS URBANOS

À Divisão de Serviços Urbanos, anterior Divisão de Saneamento Básico e Ambiente, integrada no Departamento de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, compete promover a gestão eficaz, económica e eficiente dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Urbanos, no Concelho, de modo a assegurar a sustentabilidade e a qualidade ambiental essencial para promover a qualidade de vida da população.

Ao nível das áreas de atividade, destacam-se a gestão dos sistemas de abastecimento e drenagem de águas residuais, em articulação com as Concessionárias, Indaqua Feira, S.A. e Águas do Centro Litoral, S.A. (anteriormente designada por SIMRIA - Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro) e, ainda, com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM) e toda a gestão do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, nas suas múltiplas abrangências, através do acompanhamento dos correspondentes contratos e a fiscalização do seu cumprimento.

Mais, esteve a sua área de atuação ligada à elaboração de estudos e projetos de extensões das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas, à preparação dos correspondentes procedimentos de concurso, ao acompanhamento/fiscalização de obras, à coordenação/acompanhamento e implementação de projetos de índole ambiental, à fiscalização ambiental, à emissão de pareceres técnicos relativos às várias componentes e, ainda, a todo um conjunto de atividades relacionadas com projetos/programas de educação e sensibilização ambiental, predominantemente ligada à gestão de resíduos.

Ao nível do **abastecimento de água** garantiu-se, em 2018, a fiabilidade do sistema de abastecimento de água, que conta já com uma taxa de cobertura de cerca de 97% do território municipal, permitindo, na área de influência correspondente, garantir a reserva de água suficiente para assegurar o abastecimento durante 48 horas, em caso de avaria grave.

Na vertente do **saneamento**, com os sistemas das Bacias do Douro, Rio Maior, Silvalde e Beire, Mamoá/Antuã, Remolha, Laje e Cáster, em pleno funcionamento, assegurou-se uma taxa de cobertura

de cerca de 90% do território municipal, sendo que, de modo resumido, poder-se-á referir que ficaram concluídas, em 2018, as obras de construção da rede de drenagem de águas residuais no bairro da Relva da Mata, em Santa Maria de Lamas, o prolongamento da rede de drenagem de esgotos na EN327, em Souto/Mosteirô, a reformulação do cruzamento da Ponte do Farinheiro, em Fornos, a pavimentação, em betão betuminoso, de arruamentos no Concelho - 4ª fase e, em fase de conclusão, a empreitada de ampliação da rede de abastecimento de água e construção das redes de drenagem de águas residuais e pluviais na Urbanização da Quinta das Penas – Paços de Brandão.

Quanto à temática do **ambiente**, decorrente das competências do município, enquanto entidade gestora dos resíduos urbanos do concelho, deu-se, durante o ano 2018, prossecução a todo um conjunto de atividades correntes e que desempenham um papel de grande relevância na gestão municipal, no apoio às juntas de freguesia e na prestação de serviços aos munícipes, das quais se salientam:

- A Gestão dos Resíduos Urbanos, que contempla o acompanhamento dos serviços prestados pela empresa SUMA, S.A, ao nível da recolha indiferenciada de resíduos urbanos e da limpeza urbana na freguesia sede de concelho e pela Sulduro, S.A., enquanto responsável pela receção dos resíduos em aterro e pela recolha seletiva através dos ecocentros, ecopontos e porta-a-porta, bem como a gestão da recolha de “monstros” (resíduos volumosos produzidos nas habitações, que pelas suas dimensões tornam difícil o seu transporte para destino final), realizada por administração direta, e, ainda da recolha de óleos alimentares usados.
- A Gestão dos resíduos produzidos pelo município que, enquanto entidade produtora, está obrigado a cumprir determinados requisitos legais relacionados com o acondicionamento, transporte e destino final desses resíduos. Assim, foi realizada a gestão dos resíduos produzidos nos edifícios e nos vários serviços do município, nomeadamente os provenientes da oficina, dos vários gabinetes (papel/cartão e embalagens de plástico e metal), das obras por administração direta, resíduos hospitalares provenientes do gabinete médico e do veterinário, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos provenientes de montureiras.
- O preenchimento do Mapa Integrado de Registo (MIRR), incluindo a recolha de toda a informação necessária e cumprimento de prazos estabelecidos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
- O reporte dos indicadores de desempenho à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR).
- O Desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, dirigidas ao público em geral, a cargo da SUMA, S.A., no âmbito da sua prestação de serviços, designadamente, as campanhas: “PRAIA LIXO ZERO”, na praia fluvial da Mamoia e “UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO”, em algumas superfícies comerciais do concelho, direcionada, sobretudo, à promoção de hábitos de consumo sustentável, bem como a colaboração nas ações, da responsabilidade da SULDOURO, S.A.: “TONELADAS DE AJUDA, separa e ajuda quem mais precisa!” e “RECICLAR VALE MAIS”.
- Foram ainda propostos e organizados um conjunto de projetos de educação ambiental,

inseridos no Plano Educativo Municipal: “A compostagem doméstica vai à escola”, “OBSERVAR O UÍMA – Birdwatching para miúdos de palmo e meio”, “DESENHAR O UÍMA – O Uíma desenhado em cadernos”, “SENTIR O UÍMA – Conversar com o Uíma através dos sentidos”, “CUIDAR O UÍMA – Como funciona uma ETAR?”, “O lixo não é senão uma questão de educação” e, ainda, outras ações com as escolas que participam no Projeto Rios, bem como a promoção/participação em atividades de defesa ambiental, como sejam, por exemplo, o “DIA VERDE – Um dia para celebrar, 365 para por em prática”, a “Hora do Planeta”, o “Dia Internacional da Reciclagem” e o “Projeto Greencork”.

- A publicitação trimestral dos dados da qualidade da água destinada ao consumo humano, nas juntas de freguesia e no município, através da publicação de editais.
- A Informação aos munícipes sobre questões técnicas relacionadas com o ambiente, tais como, limpeza de linhas de água, gestão de resíduos, qualidade do ar, ruído, etc., incluindo o tratamento e resposta a reclamações.

Similarmente, também em 2018, deu-se continuidade à gestão:

- Do projeto de compostagem doméstica, que resulta de uma parceria entre os Municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia e a Suldouro, S.A. e tem como principais objetivos a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para aterro e o aumento da consciencialização ambiental da população, alargado desde 2013 a todo o concelho, com resultados bastante positivos, tanto ao nível da adesão da população, como da metodologia utilizada;
- Do Parque das ribeiras do rio Uíma, que surge da operação de Reabilitação e Gestão Ativa do Corredor Ecológico do Rio Uíma e engloba as várias vertentes da sustentabilidade, nomeadamente a reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos, a melhoria da qualidade da água, a promoção da mobilidade urbana e do património cultural, contribuindo para uma melhor qualidade de vida das populações, onde se deu seguimento aos trabalhos de corte de vegetação e controlo de espécies invasoras, a cargo de uma empresa especializada contratada para o efeito, tendo sido também efetuadas podas seletivas e realizada a limpeza do leito do rio. Foram, ainda e à semelhança dos anos anteriores, realizadas visitas noturnas para observação de pirilampos, com grande adesão por parte da população.
- No âmbito da ação de reflorestação da Mata do Castelo, foi dada continuidade ao trabalho iniciado em 2016, nomeadamente, no que se refere à manutenção e controlo de plantas invasoras nas parcelas intervencionadas em 2016 e 2017 e ao alargamento da área de plantação, através de uma ação de plantação na parcela 3. Nesta ação de plantação, que foi realizada com a parceria do FUTURO – Projeto das 100.000 Árvores na Área Metropolitana do Porto e com a colaboração de 94 voluntários, foi plantado um total de 478 árvores e arbustos autóctones.

Foram, ainda, realizadas outras ações, também com recurso a voluntários, respetivamente:

- 4isPlataforma Social: 60 árvores; 25 voluntários

- EB1Feira: 15 árvores; 52 voluntários

• Da Praia Fluvial da Mamoa, designada como zona balnear desde o Verão de 2013 e com uma área de, aproximadamente, 2 hectares, localizada na bacia hidrográfica do Rio UI, na freguesia de Milheirós de Poiares, incluindo todo o processo de abertura da época balnear, no período definido de 1 de julho a 30 de agosto, de modo a dar cumprimento a todas as regras e legislação em vigor, relativamente à segurança dos banhistas e à qualidade da água. Foram, para o efeito, realizadas, pela ARH Centro, de 15 em 15 dias, análises à água, estando todos os parâmetros analisados dentro dos limites estipulados na legislação em vigor para este tipo de utilização da água. Esta informação foi disponibilizada aos banhistas, mediante a afixação dos boletins de análise nos painéis informativos.

Por último, importa considerar, também em 2018, a permanência no CRE_PORTO, Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto, enquanto rede de trabalho que integra dezenas de entidades públicas e privadas, através da participação na comissão de acompanhamento e nos grupos de trabalho, com o objetivo de fazer as pontes entre todos os parceiros e os equipamentos/unidades orgânicas do município que trabalham a educação para a sustentabilidade, promovendo o seu envolvimento.

JARDINS E ESPAÇOS VERDES

A Divisão de Jardins e Espaços Verdes (DJEV) pertence ao Pelouro de Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social tem como principais atividades, o projeto e construção de zonas verdes, a implantação de sistemas de rega automáticos para espaços públicos, restauro e manutenção dos espaços verdes existentes no concelho, podas de árvores em arruamentos e parques públicos, assim como a realização de um conjunto de tarefas relacionadas com a gestão diária do Município, na área do Ambiente, Pelouro da Educação, Ação social, Planeamento Urbanístico e eventos sociais, desportivos, culturais, etc. Temos, também, colaborado no apoio a montagens, desmontagens e transporte de todas as infraestruturas necessários à realização de todos eventos realizados pelo Feira Viva, nomeadamente a Viagem Medieval, Perlim, Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, etc..

PRINCIPAIS TRABALHOS EFETUADOS

Durante o ano de 2018, realizamos todos os trabalhos de manutenção dos espaços verdes pertencentes à cidade de Santa Maria da Feira. Nestes trabalhos estão incluídos cortes de prados e relvados quinzenais durante o período de Outono/Inverno e cortes de dez em dez dias no período Primavera/

Verão. Executou-se a restauração dos relvados, com recurso a escarificações e ressementeiras. Realizaram-se adubações em todos os espaços verdes no início da Primavera (Março/Abril) e início de Outubro.

Realizamos o restauro de todo o espaço verde que foi destruído com a realização da Viagem Medieval.

Projetou-se e executou-se novos espaços verdes, definindo com rigor, o projeto de sistema de rega e o plano de plantações das diferentes espécies de plantas ornamentais.

Efetuamos uma manutenção cuidada com rega manual e troca regular de flores de época dos canteiros e floreiras da Rua Vitorino de Sá, Rua Comendador Sá Couto, Museu Loios, Avenida Francisco Sá Carneiro, Rotunda da Bola, Rotunda do Hospital, Praça da República e Praça Dr Gaspar Moreira (arruamentos de Santa Maria da Feira) e das floreiras situadas na fachada principal de vários edifícios do Município, no centro histórico.

Efetuamos podas de redução de copa em árvores localizadas em todos os arruamentos da cidade.

Efetuamos o abate de árvores que apresentavam sintomas de envelhecimento progressivo e conseqüente risco de queda; e substituímo-las por outras novas já com um bom porte.

Fora da sede do concelho efetuamos diversos trabalhos, dos quais destacamos:

Praia Fluvial de Mamoa: Manutenção e restauro dos espaços verdes; Preparação da albufeira para época balnearia com desassoreamento, limpeza e colocação de areia do rio; Fornecimento e colocação de 12 *quercus Roble* (Carvalho-alvarinho) para aumentarmos as zonas de sombra.

Poda de arvores e arbustos nas termas das Caldas de São Jorge

Manutenção de todos os espaços verdes e limpeza de passeios na Suilpark

Manutenção de todos os espaços verdes no Parque do Murado e Escola do Sobral, em Mozelos

Manutenção do Monumento ao Espirito Feirense e Urbanização do Areal em S.J.de Ver.

Manutenção dos espaços verdes nos Empreendimentos de Habitação Social pertença do Município.

Manutenção dos espaços verdes no empreendimento de Habitação Jovem em Fornos

Corte de vegetação e limpeza na Via Estruturante PEC (São João de Ver, Lourosa)

Corte de vegetação e limpeza na Via Estruturante (Espargo/Paços de Brandão)

Limpeza de terrenos para levantamento topográfico

Abate de palmeiras mortas devido ao ataque do “escaravelho das palmeiras”

Apoio á proteção civil, sempre que ocorreram situações de intempérie, em que ventos fortes deitaram árvores abaixo.

Assegurou-se o normal funcionamento do Cemitério Municipal e fizemos o acompanhamento de obras nas sepulturas.

Cuidamos dos Sanitários do Castelo e do Rossio, assegurando-se a sua limpeza, abertura e fecho.

Asseguramos a limpeza do Cineteatro António Lamoso

Efetuamos a recolha de monstros, na primeira quarta feira de cada mês, em todo o concelho.

Em colaboração com a Divisão dos Serviços Urbanos efetuamos a limpeza e recolha a destino final de todas as montureiras existentes no concelho.

Temos também um serviço de recolha e transporte a destino final de pneus usados.

Em colaboração com o Gabinete do Canil Municipal (Veterinário) efetuamos a recolha e transporte para o Canil Intermunicipal de canídeos.

SERVIÇO DE APOIO A EVENTOS REALIZADOS PELOS DIFERENTES PELOUROS DO MUNICÍPIO E FEIRA VIVA

Executamos diariamente (incluindo fins de semana) várias ordens de serviço para transporte, montagem e desmontagem de equipamentos escolares, desportivos e outros materiais, para todos os eventos programados pelos diferentes pelouros e coletividades pertencentes ao município num total de 642 eventos. Estes trabalhos totalizaram um gasto em mão-de-obra num total de cerca de 5600 horas de trabalho direto por assistentes operacionais.

Efetuamos mudanças de gabinetes e de arquivo entre os diferentes edifícios do município.

SERVIÇO MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

O presente relatório diz respeito ao conjunto de medidas e atividades realizadas ao longo do ano de 2018, no âmbito das competências na sanidade e bem-estar animal e na Saúde Pública, estabelecidas no Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio.

Seguem abaixo as várias ações de esclarecimento, de sensibilização, visitas de estudo e eventos relacionados com temática animal, onde interveio ou colaborou o Médico Veterinário Municipal em 2018:

Assembleia de Crianças - Visita de turmas do 3.º ano à Câmara Municipal

As turmas do 3º ano da Assembleia de Crianças (Projeto do Centro de Recursos Educativos Municipal - CREM), visitaram a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, com o intuito de conhecerem o seu funcionamento, as pessoas que lá trabalham e verem esclarecidas as suas dúvidas acerca dos problemas identificados.

Estes pequenos deputados tiveram oportunidade de exporem as suas propostas nas mais diferentes

áreas: ambiente, educação, proteção civil, urbanismo, animais, segurança... e foram muito bem acolhidos pelos vereadores, incluindo o Dr. Vítor Marques e técnicos da autarquia, incluindo o Médico Veterinário Municipal, Dr. Rui Jardim.

No final das sessões, os alunos receberam folhetos informativos do nosso Canil Intermunicipal (CIAMTSM) e folhetos da Direção Geral de Alimentação e Veterinária sobre a Adoção responsável, a Esterilização e os Cães Potencialmente Perigosos.

Seguem abaixo fotografias das sessões referentes à temática “Animais”:



27/03/2018 - CIAMTSM - 10.º aniversário

O Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (CIAMTSM) completou no dia 27/03/2018, 10 anos de existência.

04/04/2018 - Visita do Espaço Filhos ao CIAMTSM

Visitaram o Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria da Feira, em Ossela, Oliveira de Azeméis nesta data, as crianças do Espaço Filhos (filhos e filhas dos colaboradores da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e da Empresa Municipal Feira Viva).

Esta é uma resposta criada no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade, promovido pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira em colaboração com a empresa municipal Feira Viva e a Casa Dos Choupos, que visa aproximar a instituição às famílias.

O Médico Veterinário Municipal de Santa Maria da Feira, Dr. Rui Jardim, acompanhou esta visita. Ao serviço, enquanto Diretora Técnica do CIAMTSM, conforme a escala anual, encontrava-se a Dra. Isabel Viana, Veterinária Municipal de Oliveira de Azeméis.



20/05/2018 - Pet Meeting - Milheirós de Poiares

Decorreu este evento a 20 de maio de 2018, das 14h às 19h, no Parque de Lazer do Outeiro, em Milheirós de Poiares. O PET MEETING foi um encontro convívio entre famílias que possuíam canídeos como animais de estimação.

A organização esteve a cargo da Associação In Milheirós em parceria com o Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, a Clínica Veterinária de Arrifana, o Centro de Treinos Lucky Store, e conta com o apoio da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, Café Progresso e 'O Baixinho'.

Para mais informações: <https://www.facebook.com/events/2012172745688560/>

Segue abaixo o registo fotográfico no passado domingo, dia 20 de maio de 2018, no evento: "Pet Meeting", no Parque de Lazer do Coteiro, em Milheirós de Poiares, organizado pela Associação In Milheirós, em parceria com várias entidades incluindo o município de Santa Maria da Feira e a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria.

O balanço para uma primeira edição foi bastante positivo, tendo o mesmo decorrido normalmente sem casos a reportar, tendo os participantes cumprido na íntegra, o regulamento do mesmo, no que concerne às regras de circulação com animais de companhia em espaços públicos e demais normas de bem-estar e saúde dos mesmos.

Quanto à participação do CIAMTSM (com a colaboração e presença no local do funcionário Leonardo Rafael, e Rui Jardim, Médico Veterinário Municipal de Santa Maria da Feira, a representar a Direção Técnica do CIAMTSM), foi a mesma bastante importante e relevante, pois esteve este Canil Intermunicipal pela primeira vez representado numa campanha de divulgação e adoção externa no concelho de Santa Maria da Feira.

Por fim, mas não menos importante, os animais que tivemos em exposição, adoraram uma tarde diferente num local bonito e agradável, com crianças e adultos a recebe-los com imensas festas e muito carinho.



Esperamos que junto da organização, a quem agradecemos o amável convite de colaboração e participação no evento, tenhamos correspondido às expectativas, colocando-nos à disposição, para eventuais futuras edições do mesmo.

05/06/2018 - Dia Verde - Parque de Santa Maria de Lamas



No âmbito de uma campanha de sensibilização e educação ambiental, “Dias Verdes”, o Município, em parceria com a SUMA S.A., celebrou mais uma vez o Dia Verde, que se realizou no dia 25 de setembro, entre as 10h00 e as 17h00, no Parque de St. Maria de Lamas.

Este evento, destinado à comunidade escolar e sénior, como também ao público geral, consistiu na exploração de rotinas de urbanidade, através de atividades lúdico-pedagógicas com jogos tradicionais XXXL subordinados à temática ambiental (jogo da gloria, da macaca, do saco, jogo do composto na linha, jogo do sobe e desce ambiental, etc.), unidades móveis de sensibilização, oficinas de reutilização, e outros.

CANIL MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Serviço de recolha animal

Em 2018, o canil municipal rececionou e geriu os pedidos de recolha de animais errantes e de particulares, via telefone, postal, fax ou correio eletrónico.

Por motivos de constante sobrelotação do CIAMTSM (Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria), em Ossela e consequentemente do canil municipal da Feira e apesar disso conseguimos realizar 146 pedidos, ficando por efetuar 123 pedidos dos 269 apresentados (54% dos pedidos efetuados). Esta taxa de resposta aos pedidos de recolha, só não foi superior, não por falta de meios disponíveis, mas sim por falta de espaço disponível para acolher condignamente os animais.

Os animais no CIAMTSM não estão a sair por via da adoção em número suficiente, conforme seria necessário para equilibrar o fluxo de entrada e de saída, assistindo neste momento a um efeito de afunilamento dos canis municipais a nível nacional (os canídeos vão constantemente entrando e não saem regularmente, pelo que ultrapassa largamente a capacidade de absorção dos mesmos. Consequentemente, as recolhas de animais errantes ficaram condicionadas.

Movimento de animais no canil municipal

Durante o ano de 2018, deram entrada no canil municipal 130 canídeos, acrescentando aos 5 animais que transitaram de 2017, sendo que destes, 94 foram encaminhados para o Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (CIAMTSM), para posterior adoção, 12 foram reclamados e nenhuma ocisão (eutanásia). Transitaram 11 animais para 2019.

Movimento de cadáveres de animais no canil municipal

Durante o ano de 2018, foram recolhidos ou entregues ao canil municipal 112 cadáveres de animais, na grande maioria recolhidos na via pública ou entregues por particulares. Os cadáveres foram posteriormente enviados para o CIAMTSM, com exceção de um cadáver que foi entregue para exame pericial no INIAV, a pedido do Tribunal, no âmbito de um processo de maus tratos animais.

Serviço oficial de profilaxia de cães e gatos

Animais vacinados e identificados em 2018

A campanha de vacinação antirrábica é anual e abrange dois períodos: o normal, em que se promove concentrações pelas freguesias do município de Santa Maria da Feira e o especial, durante o resto do ano no canil municipal.

A taxa de vacinação antirrábica de 2018 foi fixada pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária em 5,00 €. De referir que desde 2014, os animais foram vacinados com a Vacina Nobivac Rabies® distribuída pela DGAV com validade trienal (revacinação de 3 em 3 anos). Foram vacinados 1361 canídeos e 4 felídeos.

A colocação do microchip é obrigatória para todos os cães nascidos a partir de julho de 2008 e colocado entre os 3 e 6 meses de idade. Este sistema permite de uma forma inequívoca identificar os proprietários dos animais abandonados na via pública e conseqüentemente responsabilizá-los por tais atos desumanos. A taxa de identificação eletrónica de 2018 foi fixada pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária em 13,00 €. O número de microchips colocados foram 524 (522 cães e 2 gatos).

Campanha de vacinação antirrábica e de identificação eletrónica nas freguesias

A campanha de vacinação antirrábica e de identificação eletrónica abrangeu as freguesias do concelho e decorreu entre o dia 27 de junho e 27 de julho de 2018.

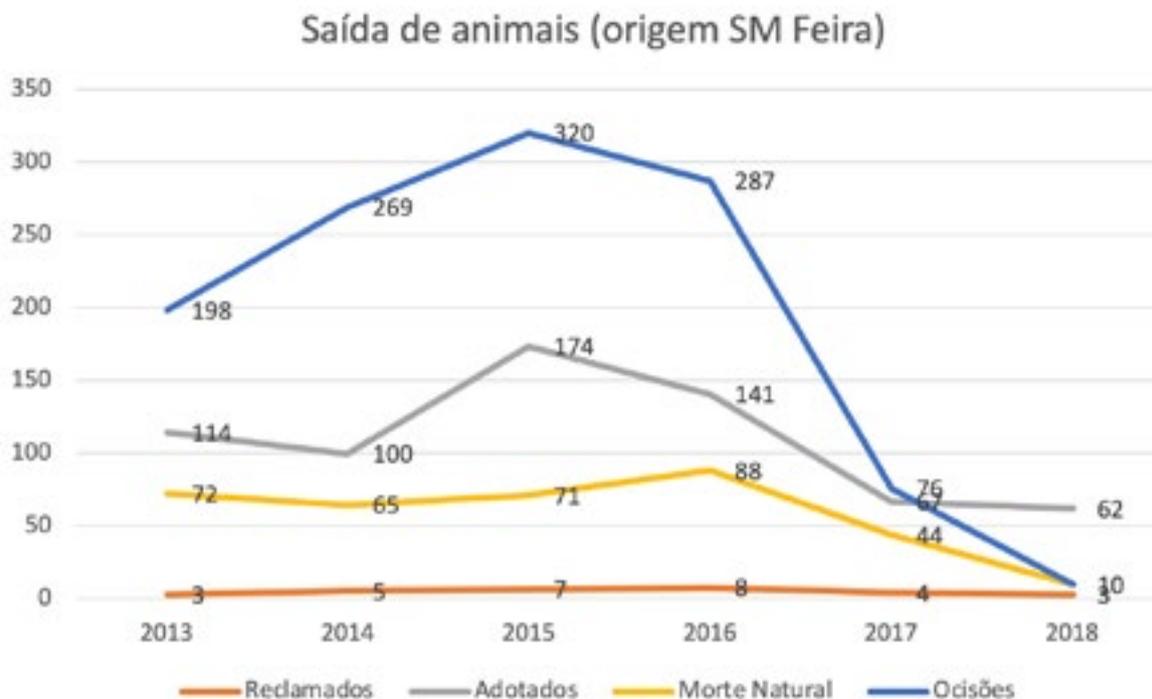
CIAMTSM (Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria)

Os animais recolhidos ao canil municipal, desde a nova lei 27/2016 (lei do não abate de animais) ali permanecem por tempo indeterminado, tendo como destino final o CIAMTSM, logo que disponha de espaço para os receber.

Os cadáveres de animais de companhia entregues, produzidos ou recolhidos na via pública, são igualmente enviados para o CIAMTSM, para posterior incineração.

Desde a entrada em vigor da Lei 27/2016, as recolhas de animais errantes pelo município de Santa Maria da Feira e posterior entrega dos mesmos no CIAMTSM para adoção, foram abruptamente reduzidas desde 2016. De 439(2016) para 189 (2017) e para 94 (2018). Estes números explicam-se, pois, apesar de dispormos de meios ao dispor (equipamentos de captura, viatura e pessoal), a implementação de uma política de não abate e de adoções em número inferior às entradas, não permitem acolher mais animais, claramente expectável, criando uma situação de permanente sobrelotação do Canil Intermunicipal e por conseguinte do próprio Canil Municipal de Santa Maria da Feira.

Em reunião da AMTSM, foi decidido que cada município teria de ter autorização prévia para entregar canídeos em regime de rotatividade, nunca ultrapassando os 3 canídeos, causando transtornos no lado do número de animais errantes que permanecem sem possibilidade de alojamento, mas compreensível, pois não existe espaço físico para absorver tantos animais em tão pouco tempo. Assim os pedidos de recolha de animais errantes acumulam-se sem resolução à vista.



O CIAMTSM adotou em 2017 uma política de não abate de animais por motivos de sobrepopulação e de esterilização de animais do canil, cumprindo com a legislação (Lei 27/2016, de 23 de agosto), que determinou a esterilização obrigatória de animais a partir de setembro de 2017 e antecipando a obrigatoriedade legal da não eutanásia de animais errantes (foi apenas obrigatório a partir de setembro de 2018).

Efetivamente de 2016 para 2018, houve uma descida abrupta nos animais ocisados (287, em 2016; 76, em 2017 e apenas 10, em 2018), mas igualmente sucedeu nos animais adotados (141 para 67).

A ocisão dos 10 animais em 2018 deveu-se efetivamente ao seu estado de saúde ou ao seu comportamento agressivo, devidamente justificado pela legislação em vigor.

As “meras” 62 adoções de animais em 2018 também se podem justificar pelo facto de que agora a população reflete melhor e se consciencializa que este ato carece de responsabilidade e verificação prévia de condições que possam ou não dispor para cuidar de um animal de estimação, mesmo apesar de, no momento da adoção, não existirem custos envolvidos. Acresce que quem anteriormente adotou e face à esperança de vida de um canídeo entre os 9 e 14 anos em média, tão cedo não voltará a adotar. Verifica-se também na sociedade uma apetência cada vez maior pelos animais de raça, ficando os animais de raça indeterminada em segundo plano.

A aplicação conjunta da não eutanásia de animais errantes e do não abate de animais, por força da implementação da Lei 27/2016, isoladamente, sem outras medidas adicionais, tem causado imensos transtornos na gestão da população de animais errantes, quer no próprio canil intermunicipal, quer no canil municipal da Feira (os animais no canil intermunicipal após serem vacinados, desparasitados e agora esterilizados não estão a sair pela via da adoção em número suficiente à demanda da população pela recolha de mais animais errantes. Não saindo, permanecem no canil por tempo indeterminado, levando a uma situação de constante sobrelotação, não havendo espaço para receber mais animais, pelo que, inevitavelmente, as recolhas (sobretudo de matilhas) não estão a ser efetuadas com a regularidade necessária face aos pedidos que recebemos diariamente, sendo efetuada uma triagem procurando considerar como prioritários os animais atropelados e os animais agressores ou agredidos em processos de mordedura a cães ou pessoas.

Julgo que podemos ter agora uma visão mais abrangente desta problemática animal, de difícil resolução, sem implementação de programas de esterilização nacional massiva e obrigatória de animais errantes, mas também de animais de particulares, evitando assim ninhadas indesejadas.

Reclamações relacionadas com animais

Estes processos são centralizados no gabinete do médico veterinário municipal, no âmbito das suas competências na defesa da saúde pública e da sanidade animal. Articulam-se este tipo de denúncias com as Autoridades Policiais, Delegação de Saúde, Ministério Público, DGAV e Canil / Ciamtsm.

Os motivos geralmente deste tipo de processos passam pela insalubridade e/ou incomodidade causada pela presença de animais de companhia ou de produção (maus tratos, abandono, ruído de vizinhança, maus cheiros, sujidades).

Desde 2010, cerca de 71,7% são relacionados com a espécie canina (leis de maior proteção a animais de estimação, a sua maior popularidade, quase cultural, principalmente nos meios urbanos de maior densidade populacional).

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE SANTA MARIA DA FEIRA - SMPC

São atividades dominantes deste serviço, criar e desenvolver os instrumentos de planeamento municipal adequados à problemática da Proteção Civil no concelho de Santa Maria da Feira;

Pelo que no ano de 2018, foram realizadas 4 reuniões da comissão municipal de proteção civil de Santa Maria da Feira, assegurando-se que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

PROJETO EDUCATIVO - A PROTECÇÃO CIVIL E AS ESCOLAS – UM CAMINHO EM COMUM

O SMPC dinamiza anualmente o projeto educativo - A PROTECÇÃO CIVIL E AS ESCOLAS, UM CAMINHO EM COMUM. Pretende-se com este projeto educativo desenvolver um conjunto de atividades que, em articulação com os diversos protagonistas na área da segurança, emergência e socorro, nomeadamente, SMPC, Bombeiros Voluntários, Cruz Vermelha, GNR e PSP do concelho de Santa Maria da Feira, garantisse que cada elemento da comunidade educativa, participasse e fizesse valer o seu papel de agente de Proteção Civil. Para tal era necessário organizar e concretizar ações de forma a sensibilizar, consciencializar e dotar todos os envolvidos de conhecimentos relativos aos riscos a que estão sujeitos, bem como, das respetivas medidas de autoproteção. Foi possível dinamizar atividades para 1552 alunos da pré, 1057 alunos do 1.ºano, 1075 alunos do 2.ºano, 1079 alunos do 3.ºano, 1066 alunos do 4.ºano e 343 alunos do 2/3 ciclo, perfazendo um total de 6172 alunos abrangidos por este projeto e demais comunidades escolares.

Foram também dinamizadas várias ações em conjunto com o pelouro da educação no âmbito do projeto Assembleia de Crianças.

PROGRAMAS ALDEIA SEGURA/PESSOAS SEGURAS

O programa tem como principal objetivo: criar nas freguesias a função do oficial de segurança, que tem como missão transmitir avisos à população, organizar a evacuação do aglomerado em caso de necessidade e fazer ações de sensibilização junto da população. Os programas pretendem ainda sinalizar caminhos de evacuação nos aglomerados populacionais, definir locais de refúgio nas aldeias, sensibilizar populações para o que fazer em caso de incêndio e como evitar comportamentos de risco.

Em 2018 foram implementados nas freguesias de 1.ª e 2.ª prioridade de risco o programa, com a realização de 18 ações de informação/sensibilização com a participação de cerca 2000 pessoas. Iniciou-se na aldeia da Inha, Rebordelo, Parada, Porto Carvoeiro e Duas Igrejas o programa, sendo intenção dar continuidade ao mesmo. Em todas as aldeias foram realizadas sessões de porta a porta com os diferentes agentes de proteção civil, esclarecendo a população para as medidas de autoproteção a adotar em caso de incêndio florestal, bem como, obter uma ficha de caracterização da aldeia. Foi

entregue a todos os habitantes um Kit de Evacuação, foi designado um local de refúgio / abrigo e foram nomeados 10 oficiais de segurança locais. Cada oficial de segurança local recebeu um colete e um Kit de Evacuação (Mochila + máscara + folheto + saco de 1.º socorros + lanterna + rádio + apito + Guia de Implementação).

Foram realizadas várias ações de informação, onde destacamos o programa da GNR “Floresta Segura”, sessão de esclarecimento em conjunto com a associação abraçar de Milheiros de Poiares, bem como, uma iniciativa que teve lugar no PERM para todos as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais pertencente a AMTSM.

EVENTOS

O Serviço Municipal de Proteção Civil de Santa Maria da Feira nestes últimos anos, participa nos eventos de continuidade e pontualmente na gestão de segurança ou na elaboração do Plano de segurança de diversos eventos, sempre em articulação com os agentes de proteção civil municipais, nomeadamente: Ultra Trail Medieval, Festa das Fogaceiras, Cortejo de Carnaval, Corrida do Centenário, Imaginarius, Corrida Urbana, Dia Metropolitano dos Avós, Musicorba, The Bookkeepers com a Orquestra Milheiroense, Grito de Tambores, Festival da Cerveja, Jornadas da Juventude, BizFeira, Halloween, Natal no Mercado.

LICENCIAMENTO DE RECINTOS IMPROVISADOS /ITINERANTES

O Regime do Licenciamento dos Recintos Itinerantes e Improvisados, publicado pelo Decreto-lei n.º 268/2009, de 29 de Setembro, estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos. No âmbito das suas competências este serviço aprecia os parâmetros técnicos de segurança, pelo que no ano de 2018 foram apreciados 41 processos.

EXERCÍCIOS/SIMULACROS

A resposta aos acidentes graves, catástrofes ou calamidades não pode ser deixada ao acaso, antes pelo contrário, deve ser convenientemente planeada, devidamente coordenada. Os planos de segurança são imperativos para a eficácia da resposta. Estes são guias para as entidades que intervêm na resposta. Quando executados com eficácia, são determinantes no sucesso as operações. Assim sendo, os planos de segurança, apesar de indispensáveis, não garantem, por si só, a eficácia das operações. A experiência tem mostrado que só com treinos e exercícios é possível diminuir os tempos de reação dos organismos e entidades intervenientes, com nítida melhoria na execução e na coordenação das operações, pelo que no ano de 2018 este serviço planeou e participou em vários exercícios, nomeadamente 67 exercícios de evacuação de sala em diferentes escolas básicas, Simulacro na EB2.3 de Fiães, Simulacro na EB2.3 de Fernando Pessoa, Simulacro na EB2.3 de Paços

de Brandão, Simulacro no Centro Social da Cruz, Simulacro na Cerci.

Destacamos ainda o desafio que foi colocado a comunidade em geral, para participarem no EXERCÍCIO NACIONAL – A TERRA TREME, pelo que no dia 05 de Novembro, às 10H13, todas as pessoas, onde quer que estejam, foram convidadas a participar no exercício nacional, praticando os três gestos básicos de proteção em caso de sismo, sendo que o concelho de Santa Maria da Feira foi o que apresentou maior n.º de participantes registados, no distrito de Aveiro.

A Força Aérea, Bombeiros Voluntários da Feira e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira vão realizar, no dia 21 de abril, promoveram a realização de um simulacro de acidente envolvendo matérias perigosas, com um camião Cisterna militar. O simulacro teve lugar na Rua 25 de abril, em Santa Maria da Feira, e conta com a colaboração do Aeródromo de Manobra N.º 1 (em Maceda), da autarquia e dos demais agentes de Proteção Civil da região. Teve como objetivo sensibilizar os vários intervenientes para questões de segurança e treinar procedimentos de socorro perante acidentes desta tipologia. Foram simuladas consequências múltiplas de um acidente deste tipo em zona urbana, de modo a treinar a articulação operacional entre todos os intervenientes, tendo em conta as capacidades e responsabilidades de cada um.

O serviço municipal de proteção civil fez parte integrante do projeto de estratégia municipal para as alterações climáticas. Foram também realizadas várias reuniões de trabalho sobre o plano de contingência para temperaturas adversas, em articulação com a delegação de saúde pública.

INTERVENÇÕES/OCORRÊNCIAS

Durante o ano de 2018, o SMPC participou em 506 ocorrências. As mais frequentes estiveram relacionadas com a eliminação de ninhos de vespa asiáticas (78 %), gelo na rede viária (10,9 %), derrames na via e recolha de cães com 3,8 % cada.

Os meses com mais ocorrências foram janeiro (14,6 %), setembro (14 %) e julho com 12 % do total.

A freguesia com mais ocorrências foi Santa Maria da Feira com 45, seguida de Argoncilhe e São João de Vêr com 34, cada.

Os Recursos Humanos afetos às intervenções ocorridas durante o ano de 2018, efetuaram um total de 750 horas de trabalho.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

1. Gestão da zona de caça municipal de Santa Maria da Feira (proc. nº 6646-ICNF)

No último ano, os trabalhos envolveram atividades normais de gestão que passaram pela reposição da sinalização referente à delimitação da zona de caça e áreas de refúgio, o esclarecimento aos caçadores sobre as normas de funcionamento da zona de caça municipal, supervisão das atividades desenvolvidas pela Secção de Taxas e Licenças da Divisão Administrativa do Pelouro de Administração

e Finanças respeitantes à recepção de inscrições e emissão de autorizações de caça e elaboração do Plano Anual de Exploração da época 2018-2019. No último ano foram emitidas 87 autorizações de caça das quais resultaram uma receita de 4.363 €.

2. Coordenação dos trabalhos de manutenção/recuperação da Mata das Guimbras

À semelhança dos anos anteriores, os trabalhos desenvolvidos dizem respeito ao controlo da vegetação espontânea realizando 5 cortes por toda a mata; acompanhamento do desenvolvimento das árvores plantadas nos últimos anos substituindo atilhos, tutores e realizando podas de formação; recolha regular de resíduos sólidos deixados nas Guimbras e despejo dos cestos de apoio ao parque de merendas ali existente; recolha e queima das folhas, ramos e casca das árvores caídas por toda a mata sempre que necessário; arranque manual da regeneração de austrálias, eucaliptos e outra espécies infestantes por toda a Mata e substituição das árvores mortas e/ou danificadas por vandalismo. Durante 2018 foram transplantadas 65 árvores entre carvalhos, aveleiras e sobreiros aproveitando a regeneração existente no local.

3. Prevenção de Incêndios Florestais

- a) Revisão do Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta de Santa Maria da Feira adaptando-o à estrutura definida no Despacho nº 4345/2012 de 27 de Março, e elaborando os mapas com a Cartografia de Apoio à Decisão para fornecer às Corporações de Bombeiros;
- b) Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios no dia 25 de Maio para discussão e aprovação do Plano Operacional Municipal (POM) de Defesa da Floresta;
- c) Esclarecimento a munícipes por telefone e/ou pessoalmente, sobre a problemática dos incêndios, legislação aplicável e medidas de prevenção a tomar;
- d) Realização de 8 pareceres técnicos enquadrando projetos de edificação no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), nomeadamente na cartografia de risco de incêndio;
- e) Elaboração de 12 Mapas das infraestruturas DFCI para juntar aos processos de comunicação prévia relativos a projetos de arborização e/ou re-arborização de espaços florestais no concelho;
- f) Realização de 10 pareceres técnicos enquadrando projetos de arborização/re-arborização no PDM e Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), nomeadamente na cartografia de risco de incêndio;
- g) Realização de 11 pareceres relativos ao licenciamento de recintos itinerantes e improvisados.

ação social

Tendo presente uma cada vez maior necessidade de inovar face à complexidade dos problemas da sociedade atual, em 2018 foi apresentado o Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira 2018-2021, instrumento estratégico da Rede Social concelhia, o qual define a execução de ações e caminhos e respostas sociais inovadoras, contando com o envolvimento de todos os atores locais, nomeadamente através das dinâmicas potenciadas pelos 21 Fóruns Sociais de Freguesias e de Uniões de Freguesias, que atuam em prol da coesão social do nosso concelho através da alavancagem e prossecução de iniciativas de natureza social de proximidade.

Ao mesmo tempo, e seguindo uma lógica concertada e integrada foram ainda privilegiadas as seguintes áreas de intervenção:

- **Capacitação dos agentes sociais locais** para os novos desafios que se anunciam, dirigida a Autarcas, Dirigentes Associativos e **técnicos das entidades parceiras**, dinamizados pelo Prof. Doutor Roque Amaro, Economista e Professor associado no ISCTE-IUL Departamento de Economia Política;
- Elaboração de um Diagnóstico Interpretativo, dirigido à população sénior residente no Concelho, no âmbito da **Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas**, de modo a possibilitar num futuro próximo, o esboço de novas medidas que vão ao encontro das reais necessidades desta população;
- Deu-se início à reabilitação de 3 empreendimentos de habitação social no âmbito do estabelecido no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – **PEDU de Santa Maria da Feira**, o que a par do projeto **M.I.D.A.S. – Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social**, desenvolvimento de ações imateriais e de capacitação comunitária, contribuiu para a consolidação do sentimento de pertença dos moradores para com os empreendimentos e respetiva integração no restante tecido urbano;
- Continuação da mobilização de **protocolos de cooperação** com vista à resolução dos problemas nos territórios, de apoio a novas dinâmicas sociocomunitárias, de proximidade, e contribuindo para a política de coesão social do Município, através das seguintes entidades: Ser + Pessoa - Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira, Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL, Fapfeira –

Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião/ Casa Ozanam, e Associação Melhor Viver – Desporto, Cultura e Lazer;

As diversas políticas sociais encetadas pelo Município, focadas principalmente, na intervenção junto da população mais vulnerável, permitiram em 2018, alcançar objetivos inclusivos proactivos, através de uma intervenção integrada e multidimensional em diferentes frentes, trabalhados de modo cooperativo com os vários parceiros que integram a Rede Social concelhia.

habitação

1. GESTÃO SOCIAL DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO

1.1. Gabinetes de Proximidade Local (GAP's)

Em concertação com os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, em 2018, os Gap's garantiram o atendimento/accompanhamento à comunidade, por um lado, na área da habitação e da ação social, e por outro, nas questões relacionadas com a gestão social do parque habitacional do Município.

De forma concertada com os parceiros locais, ao nível do atendimento/accompanhamento efetuou-se o acompanhamento psicossocial a 42 agregados familiares. Este trabalho foi consubstanciado com a realização de 132 visitas domiciliárias. Decorrente da intervenção em rede e de forma concertada respondeu-se a 27 solicitações, de várias entidades parceiras da Rede Social concelhia, nomeadamente, PSP/GNR, Tribunal, CPCJ entre outras. Complementarmente, e ao nível de ação social, acompanharam-se 21 novos processos de ação social e 42 de anos transatos.

No âmbito da gestão integrada do parque habitacional, desenvolveram-se as seguintes ações: 17 revogações/entregas de frações habitacionais e 2 de garagem, 1 autorização de permanência temporária, 2 aditamentos, 38 audiências sociais para advertências e 16 encaminhamentos para o setor jurídico. Relativamente à gestão das partes comuns, assegurou-se o acompanhamento a 7 reuniões de moradores, o apoio técnico a 20 representantes de entradas, 45 audiências sociais para resolução de conflitos e 42 vistorias.

1.2. Diagnóstico dos Processos de Procura Habitação

O diagnóstico da procura de habitação refletiu-se em 2018 na abertura de 99 processos sociais, havendo assim um ligeiro aumento face a 2017 (93). No que respeita à distribuição geográfica, verificou-se que a procura incidiu, essencialmente, nas freguesias da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (15), União de Freguesias de S. Miguel do Souto e Mosteirô

(8), Rio Meão (7), Sanguedo e S. Maria de Lamas (6). Quanto à tipologia das famílias observa-se que, maioritariamente, são as famílias nucleares com filhos e monoparentais (32 e 31 respetivamente), que mais recorrem a esta resposta, seguidas das unipessoais (17), nucleares sem filhos (13) e por último as alargadas (6). As principais vulnerabilidades subjacentes à solicitação habitacional, prendem-se com os baixos rendimentos (46), com existência de más condições habitacionais (11), com processo de divórcios, e com entrega de imóvel/ação de despejo (9). Analisada a situação habitacional dos requerentes, verifica-se que estes residem maioritariamente em habitações unifamiliares (29) e apartamentos (24), no entanto, registam-se 2 processos em que os munícipes residem em construção abarracada e 5 em alojamento tipo quarto. Quanto ao tipo de ocupação observa-se que 51 agregados residem em regime de arrendamento, 24 em coabitação, 12 em cedência e 6 são proprietários. Ao nível das condições habitacionais, a maioria dos agregados ocupa casas com um estado de conservação razoável, embora 17 agregados vivam em más condições habitacionais.

No que respeita à situação profissional dos requerentes, observa-se que 43 encontram-se a exercer atividade profissional, 14 estão em situação de desemprego de curta duração e 26 em situação de desemprego de longa duração, 8 estão reformados, 5 são inválidos, 1 é doméstica e 1 encontra-se com incapacidade temporária para o trabalho. Analisadas as habilitações literárias, verifica-se que os requerentes apresentam baixos níveis de escolaridade que se distribuem da seguinte forma: sem escolaridade (2), sabem ler e escrever (4), 1º ciclo (30), 2º ciclo (24), 3º ciclo (20), ensino secundário e 4 licenciatura (4).

De salientar ainda os 17 processos de procura referentes a famílias unipessoais abertos em 2018, maioritariamente do sexo masculino, residentes na sua maioria na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, na freguesia de Arrifana, e na de Santa Maria de Lamas. Esta realidade torna-se mais preocupante dado que até à data existem 116 processos de famílias unipessoais em análise, para os quais o Município não dispõe ainda de resposta habitacional ajustada. Analisando estes processos, verifica-se que a maioria tem idades superiores a 60 anos (43), seguidos dos 50-60 anos (40). Em termos profissionais, 33 encontram-se reformados e/ou inválidos e 54 em situação de desemprego, 27 auferem da medida de rendimento social de inserção. A nível habitacional, a maioria reside em regime de arrendamento e cedência, em que o estado de conservação é razoável, porém, 30 residam ainda em habitações degradadas.

1.3. Programa de Realojamento

No sentido de dar cumprimento e prioridade às situações de necessidade habitacional de situações de vulnerabilidade e emergência social, em 2018 efetuou-se o realojamento de 7 agregados familiares em regime de arrendamento apoiado enquadrado no regime excecional nos seguintes empreendimentos: Argoncilhe (1), Escapães (2); Fiães (1); Milheirós de Poiares (1), Mozelos (1); Sanguedo (1). Estas situações decorreram de solicitações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Ministério Público, relacionadas com violência doméstica, crianças e jovens em risco, e despejos habitacionais. No âmbito do plano de intervenção dos Fóruns Sociais de Lourosa e de Santa Maria de Lamas, foram encontradas ainda 2 respostas habitacionais de carácter temporário e urgente, em regime de cedência

gratuita nos empreendimentos habitacionais de Nogueira da Regedoura e de S. Maria de Lamas, a famílias com grave vulnerabilidade social.

1.4. Residências Partilhadas

No seguimento do previsto para 2018, e na continuidade do trabalho desenvolvido face às dificuldades de realojamento decorrentes da inexistência de uma resposta habitacional municipal para os agregados unipessoais, os Fóruns Sociais de Freguesia de Sanguedo e da União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande conciliaram esforços no sentido de potenciarem a criação de duas residências partilhadas. Paralelamente, apoiou-se ao nível da gestão, a residência já existente na freguesia de Lourosa.

2. GESTÃO PATRIMONIAL DO PARQUE HABITACIONAL

2.1. Acompanhamento e Acompanhamento Jurídico

Com o objetivo de oferecer melhor qualidade de vida aos grupos sociais mais vulneráveis e à comunidade em geral, as atividades desenvolvidas de acompanhamento técnico e apoio jurídico no âmbito da gestão patrimonial do Parque Habitacional do Município, bem como de solicitações externas de entidades ou munícipes foram as seguintes no decurso de 2018:

Apoio técnico-jurídico na elaboração de respostas e esclarecimentos solicitados pelos cidadãos/ entidades:

- 21 Solicitações/ informações prestadas ao Tribunal e Ministério Público;
- 25 Respostas a munícipes/ entidades;
- 110 Atendimentos a munícipes para orientação jurídica sobre violência doméstica, violência contra idosos, regulação de poder paternal, divórcio, partilhas, oposição arrendamento/ não transmissão de contrato, questões de foro laboral, processos de dívidas fiscais/ penhoras/ vendas judiciais casa morada de família, processos de interdição;
- 88 Atendimentos a entidades da rede social concelhia, para esclarecimentos jurídicos em questões do foro laboral, fiscal, reclamação de decisões de entidades administrativas, apoio técnico aos órgãos sociais;
- 25 Propostas para deliberação superior / respostas/ informações solicitadas por serviços internos do Município.

Apoio técnico nas relações contratuais a estabelecer ou já constituídas com munícipes e/ou entidades/instituições:

- 9 novos contratos de arrendamento apoiado para habitação;
- 1 Transferência habitacional de agregado familiar, a pedido do arrendatário, fundamentada em motivos de saúde;
- 4 Revogações por mútuo acordo de contrato de arrendamento de habitações;
- 8 Declarações de entrega voluntária de habitação, livres de pessoas e bens;
- 3 Modificação/ celebração de aditamentos aos contratos de arrendamento em vigor: aditamentos a contrato em vida decorrentes de processos de separação e divórcio.

Resolução das situações de incumprimento contratual dos inquilinos do parque municipal de arrendamento apoiado para habitação

- 16 Convocatórias/ atendimentos a inquilinos para tratamento extrajudicial de situações de incumprimento contratual: utilização indevida da fração, conflitos vizinhança, não utilização da habitação em permanência, falta de pagamento de rendas, elementos no locado não autorizados;
- 4 Acompanhamentos de processos judiciais em curso, em tratamento judicial;
- 8 Reuniões de utilizadores/ gestão das partes comuns, com os respetivos representantes e moradores, nos empreendimentos habitacionais do Município.

Aprofundar e consolidar conhecimentos nas áreas de intervenção da DASQV

- Procedimento Administrativo: Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- Cidades com Futuro: Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas;
- Nova Geração de Políticas de Habitação.

Estudos / parecer jurídico solicitado:

- Aquisição Serviços Sociais: artigo 6º- A Código de Contratação Pública.

Celebração de novos protocolos de colaboração na área de atuação da DASQV:

- Centro Social de São Mamede de Guisande: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira- iniciativas/

projetos caráter permanente e continuado;

- Grupo de Reflexão Sénior de Santa Maria: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira- iniciativas/projetos caráter permanente e continuado;
- Associação de Bem-Estar de Santa Maria de Lamas: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira - apoio financeiro ao investimento - Apoio à construção de raiz, aquisição, ampliação, remodelação, ou adaptação de edifício;
- Cercifeira – Cooperativa para Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Feira, Cooperativa Responsabilidade Limitada: Regulamento programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do município de Santa Maria da Feira- iniciativas/projetos caráter permanente e continuado;
- Associação Cultural Desportiva da Lavandeira, S. João de Ver: Programa Movimento & Bem-Estar - Adenda ao Protocolo de Colaboração;
- Tuna Musical Mozelense: Programa Movimento & Bem-Estar - Adenda ao Protocolo de Colaboração;
- Protocolo de Colaboração com a Casa do Povo de Santa Maria da Feira;
- Centro Social Padre José Coelho: Regulamento Concelho Solidário Programa Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do município de Santa Maria da Feira - Medida de Apoio Excecional no Domínio da Habitação;
- Associação de Desenvolvimento de Nogueira da Regedoura: Regulamento Concelho Solidário Programa Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do município de Santa Maria da Feira - Medida de Apoio Excecional no Domínio da Habitação;
- Protocolo de Cooperação - Programa Fit & Strong!

2.2. Gestão Económica e Financeira

2.2.1. Atualização anual de rendas

O parque habitacional do Município sob gestão da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida é composto por 773 frações habitacionais, 92 frações de garagens e 6 frações de loja, abrangendo um total de 2000 residentes e 717 contratos de arrendamento em vigor, dos quais 94% das respetivas relações contratuais estão contratualizadas no âmbito do regime jurídico do arrendamento apoiado para habitação – Lei nº 81/2014 de 19.12, na sua atual redação. Os restantes 6% estão celebrados ao abrigo do regime de renda condicionada e renda livre, regulados respetivamente pela Lei nº 80/2014 de 19.12 e Lei nº 6/2006 de 27.02, resultando a respetiva atualização do valor da renda, da aplicação do coeficiente de atualização das rendas, que para o ano corrente foi publicado na 2ª série do D.R. de

25 de setembro, Aviso nº 11053/2017 do Instituto Nacional de Estatística (INE), que fixou em 1,0112 (1,12%) este coeficiente de atualização das rendas.

Nesse sentido, e no âmbito da gestão económica e financeira do Parque Habitacional do Município, procedeu-se à análise da documentação entregue pelos arrendatários e determinou-se o valor da renda, nos termos do artigo 21º, nomeadamente pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido de cada agregado familiar. Esta taxa de esforço (T) resulta da seguinte fórmula: $T = 0,067 \times (\text{Rendimento Mensal Corrigido} / \text{Indexante dos Apoios Sociais})$.

Assim no universo dos 673 processos, foi possível concluir a análise documental de 564 processos, sendo que destes, 34 foram já atualizados durante o ano de 2017 como consequência de pedido de revisão de renda a pedido do arrendatário, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 23ª da Lei nº 81/2014 de 19.12, na sua atual redação.

Os restantes 86 processos encontram-se em fase de análise: 43 arrendatários não apresentaram a documentação solicitada para efetivar o procedimento da reavaliação das circunstâncias que determinam o valor da renda e os restantes 43 processos encontram-se em acompanhamento social/jurídico, motivado por alterações da composição do respetivo agregado familiar, nomeadamente situações de pedidos de coabitação, autorização de residência, decurso de processos judiciais de divórcio e transmissões da titularidade dos contratos de arrendamento por óbito.

Relativamente à variação das rendas), e no universo em análise, verificou-se um aumento do valor da renda em 64,53% e uma diminuição de 35,47% dos casos, reduzindo, porém, o valor da renda média global de 46,47 € para 45,67 €.

Também no âmbito da procura do equilíbrio financeiro da gestão patrimonial do Parque habitacional do Município, foi dada continuidade ao cumprimento e à manutenção do procedimento da análise estatística mensal relativa ao procedimento de cobrança de rendas dos inquilinos, e à efetiva operacionalidade da mesma, monitorizando assim o cumprimento dos deveres contratuais por parte dos inquilinos e a correta aplicação de medidas para minimizar o seu incumprimento.

2.2.2. Revisão de renda a pedido do arrendatário

Nos termos da atual redação da Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro, procedeu-se durante o ano de 2018 a 44 revisões do valor de rendas, e conforme o definido nesta legislação, o valor da renda pode ser revista a qualquer momento, a pedido do arrendatário, nas seguintes situações: no caso de alteração da composição ou dos rendimentos do seu agregado familiar, ou de, posteriormente à celebração do contrato, atingir os 65 anos ou ainda, se ocorrer uma situação de incapacidade igual ou superior a 60%.

Sobre a natureza dos motivos principais que justificam os pedidos de revisão de renda por parte dos arrendatários continuam a prevalecer a ocorrência de falecimentos, situações de invalidez absoluta, de desemprego, de alteração da composição do agregado familiar por nascimento ou saída do agregado familiar, por parte dos filhos, por exemplo, ou até mesmo, pelo surgimento de uma doença crónica com necessidade terapêutica continuada de algum membro do agregado familiar.

2.2.3. Apuramento de receitas e rendas vencidas e não pagas

Relativamente ao procedimento de cobrança mensal de rendas dos inquilinos, e analisando a evolução do processo de pagamento de rendas no decurso do ano de 2018, constatamos que, as receitas obtidas durante o ano corresponderam a 322.376,19 € (308.385,64 € no exercício de 2017), distribuídas mensalmente, conforme o quadro abaixo apresentado.

Analisando a variação do número de inquilinos com renda não paga, e respetiva flutuação dos valores mensais, resultantes dos mecanismos que permitem a recuperação de valores em débito, nomeadamente, através do pagamento acrescido da respetiva indemnização prevista no Código Civil, observa-se que, a sua variação não é muito significativa, uma vez que, o número de incumpridores se situa entre o valor mínimo de 34 e máximo de 53. No entanto, o Município recuperou um montante global de 1.080,48 € de rendas em atraso, através da celebração de acordos de pagamento faseado de rendas em atraso, não acrescentando maiores dificuldades e constrangimentos de tesouraria aos munícipes. nomeadamente em situações pontuais de redução de rendimentos por parte dos seus agregados familiares, facilitando a regularização de dívidas contraídas por parte destes.

De salientar ainda que, se comparada a taxa de incumprimento deste exercício com o do ano anterior, em termos médios, é verificada uma ligeira redução de 6.25% para 6.14%, o que traduz uma continuidade na eficácia, não só ao nível dos procedimentos de gestão económica dos contratos de arrendamento em questão, como também, da adesão às modalidades de pagamento existentes e à proximidade com que o acompanhamento técnico é efetuado por parte do Município.

2.2.4. Plano de Extinção de Recuperação de dívidas

Em 2018 foi iniciada a elaboração de um Plano de Extinção e de Recuperação de dívidas por parte de inquilinos incumpridores, de forma a sanear contabilisticamente créditos incobráveis, e também, a permitir que inquilinos que mantenham dívidas consideráveis ao Município possam, dentro de um prazo estabelecido, regularizar favoravelmente a sua situação. Está prevista a apresentação superior deste Plano de Extinção e de Recuperação de dívidas no 1º semestre de 2019.

2.2.5. Competência do Município ao nível dos condomínios organizados

No âmbito da gestão das partes comuns das habitações e património municipal, no decurso do ano de 2018 foi prestado apoio aos condomínios dos empreendimentos sociais do Município, através da presença e representação em 22 Assembleias de Condóminos. Os principais pontos de ordem das reuniões corresponderam à aprovação dos relatórios de contas, dos orçamentos anuais, eleição de administradores de condomínio, e outros assuntos, nomeadamente a identificação da necessidade de execução de obras e o subsequente planeamento para as executar, nos empreendimentos de Santa Maria da Feira (34 frações), Rio Meão (14 frações), Paços de Brandão (11 frações), Mozelos (7 frações), Santa Maria de Lamas (4 frações) e Fiães (1 fração).

De acordo com a imposição legal, prevista no Artigo 1420º do Código Civil e no artigo 6º do Decreto-Lei 268/94 de 25 de outubro, e de acordo com o orçamento anual do respetivo condomínio e na proporção de cada fração, o Município na qualidade de proprietário das frações em questão, suportou, durante o ano 2018, 7.076,38 € de quotas relativas às frações acima referidas e 127,72 € em obras de manutenção e conservação nas frações dos empreendimentos de Rio Meão e Picalhos.

2.3. Gestão da Manutenção e Conservação

Ao longo de 2018 foi executada a gestão da manutenção e conservação do Parque de Habitação, constituído por 772 fogos e distribuídos por 23 empreendimentos, resultantes do Programa de Realojamento, e 10 empreendimentos resultantes de outros programas habitacionais.

A gestão deste parque foi concretizada, de acordo com a metodologia estabelecida para o sector da manutenção e conservação, nos termos do Sistema de Gestão da Qualidade da DASQV, que envolve as Brigadas Municipais, a parceria com a Casa dos Choupos, Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, C.R.L., e a contratualização de serviços na área da construção civil, para a realização de trabalhos ao nível da pequena intervenção com natureza preventiva e corretiva. Neste âmbito foram executadas 409 intervenções, sendo que 73% foram assegurados pela parceria com a Casa dos Choupos, superando a previsão em cerca de 3%, e os restantes 27% pelas Brigadas Municipais. Para a concretização da totalidade das intervenções foi necessário assegurar trabalhos complementares através da contratualização de serviços, num total de 147. Nestas intervenções destacam-se as intervenções executadas para assegurar a totalidade das exigências habitacionais com vista ao realojamento de agregados familiares em 10 frações.

Em 2018 foram rececionadas e analisadas 91 participações de deficiências, distribuídas por 26 empreendimentos, em que apenas 21 empreendimentos são propriedade plena do Município. Mediante os resultados dos diagnósticos, a responsabilidade pela reparação de 13% das participações de deficiências foi atribuída aos inquilinos e as restantes atribuídas ao proprietário - Câmara Municipal. Estas participações relacionam-se com anomalias nos edifícios habitacionais e que de acordo com a tipificação definida, as maiores percentagens estão associadas a: infiltrações de água (26%) e destaque de revestimentos cerâmicos (20%).

Perante estes dados, a percentagem do número total de participações de deficiências realizadas pelos inquilinos em 2018, relativamente ao número total de frações do Parque, é de 8,5%, verificando-se assim um decréscimo de 4% face ao ano transato.

Registou-se também a participação em 2 assembleias de condóminos nos edifícios cujos imóveis encontram-se integrados em edifícios coletivos onde o Município não possui a totalidades das frações, cuja ordem de trabalhos previa a discussão de assuntos relacionados com obras de conservação nas partes comuns do edifício, tendo sido prestado apoio técnico a 5 solicitações das respetivas administrações de condóminos.

2.4. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

Tendo presente o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU, de Santa Maria da Feira, que envolve 2 candidaturas aprovadas no âmbito do Portugal 2020, destinadas à reabilitação de 9 empreendimentos de habitação social, em 2018 foram iniciadas 3 obras, especificamente, nos empreendimentos de Milheirós de Poiães, Guisande e Escapães. Neste domínio salientam-se as visitas efetuadas aos empreendimentos em fase de apresentação de propostas às respetivas 3 empreitadas, decorrente dos processos de concurso, bem como, a colaboração com a equipa de fiscalização, com vista à garantia da evolução dos trabalhos, quanto às tarefas que implicam a entrada e saída nos edifícios/frações e participação na identificação de patologias existentes.

2.4.1. Projeto MIDAS – Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social

O projeto M.I.D.A.S é resultado de uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020), em que o Município de Santa Maria da Feira assume o papel de entidade coordenadora, e tem como parceiros na sua conceção e implementação o Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo (CASTIIS) e a Casa dos Choupos - Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL.

Com início em janeiro de 2018 e com duração de trinta e seis meses, o Projeto MIDAS tem como finalidade promover um projeto de desenvolvimento social local, através da potenciação de parcerias inovadoras, capazes de promover e facilitar mecanismos de integração e inserção de grupos mais vulneráveis, identificadas no PEDU/PAICD de Santa Maria da Feira, designadamente os residentes nos empreendimentos da habitação social de Fiães, Lourosa, Sanguedo e Canedo, bem como dos residentes de etnia cigana no acampamento da Baralha, na freguesia de Sanguedo.

O projeto desenvolve-se em três eixos, designadamente o Eixo1 - Inclusão pela Arte; Eixo 2- Empregabilidade; e o Eixo 3 – Capacitação da Comunidade de Etnia Cigana. Para cada um dos eixos foram realizadas diferentes atividades, de acordo com as necessidades identificadas com os agentes locais, nomeadamente:

Eixo 1 - Inclusão pela Arte

- **“Objetos com História”** - “Objetos com Histórias” é o título escolhido para a edição de 4 livros, com o registo biográfico de histórias de vida de pessoas marcantes nas comunidades, a partir de objetos identitários, contadas na 1ª pessoa, partindo-se de um objeto com significado para o próprio, com o objetivo da criação/edição de um livro ilustrado. No ano de 2018 estas histórias foram sobre aqueles cujas vidas foram dedicadas ao tear, residentes na Freguesia de Sanguedo, ilustradas através de desenhos feitos pelas crianças do Colégio Santa Eulália – CASTIIS.

- **Promover a Educação Artística** - Com esta atividade pretende-se trabalhar com a população realojada nos empreendimentos habitacionais das 4 freguesias da zona de intervenção em atividades de educação não formal que promovam a melhoria das relações de vizinhança, a auto-estima, e o seu sentimento de pertença a um espaço que é delas e de todos. Assim, foi iniciada a atividade “O Bairro do Pinóquio”, no empreendimento habitacional do Ferradal, em Fiães, com as seguintes dinamizações: Visita de aproximadamente 100 crianças do 1º ciclo dos territórios de intervenção do projeto MIDAS (Fiães, Lourosa, Sanguedo e Canedo), em articulação com o Centro de Recursos Educativos Municipal (CREM); Hora do Conto: Leitura da história do Pinóquio; Encontro entre os residentes do Bairro e as crianças; Laboratório de Música com a população do Bairro.

Eixo 2 – Empregabilidade

- **Curso de Tecelagem** - realizou-se o curso de tecelagem, formação certificada, resultante duma parceria entre o Município e o Centro de Formação CEARTE, que decorreu na freguesia de Canedo. Participaram na formação 21 indivíduos do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 28 e os 62 anos. Face ao emprego a maioria encontrava-se em situação de desemprego de longa duração inscritas no IEFEP; à procura do 1º emprego ou beneficiárias do RSI. As qualificações ao nível das habilitações literárias variaram entre o 4º ano (8); o 6º ano (5); o 9º ano (3); o 12º ano (4); e 1 das formandas tinha mestrado. Em janeiro do próximo ano foi decidido avançar com novos módulos formativos nesta área.

Eixo 3 – Capacitação da Comunidade de Etnia Cigana

- Este eixo tem como objetivo capacitar a comunidade cigana do Acampamento da Baralha. Decorrente deste objetivo foi efetuado o diagnóstico da população residente, bem como as condições habitacionais, estando em curso o levantamento topográfico. Até ao final de março do corrente ano, existiam no acampamento 14 habitações, num total de 52 pessoas, das quais 27 adultos, 7 jovens, 14 crianças e 4 bebés.

- **“Sala do Aluno”** - é um espaço criado com a participação ativa da comunidade da Baralha, e que tem como objetivo criar condições para o desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas com as crianças e jovens residentes. Numa lógica de capacitação transversal da comunidade, visa-se promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, nomeadamente o saber ser, saber estar, saber fazer, desenvolvimento da capacidade de reflexão, relações interpessoais e mediação de conflitos. Pretende-se ainda fomentar o gosto pela leitura, motivar para a realização dos trabalhos escolares e descoberta de diferentes atividades de expressão artística. A atividade decorre duas vezes por semana: apoio ao estudo à quarta-feira (tarde), e extra-atividades sexta-feira (tarde), com uma média de 6 crianças e jovens. Em dezembro, no período das interrupções letivas, deu-se continuidade às atividades com um programa especial adaptado à quadra Natalícia, a pedido das crianças e

jovens. Neste período frequentaram o espaço 16 crianças e jovens.

- **Mediador para a Comunidade Cigana** - foi estabelecido um contrato com um jovem cigano do acampamento que integra a equipa do projeto com o objetivo de facilitar a criação de laços e confiança entre os técnicos e os residentes do acampamento. Este mediador é, por um lado, reconhecido pela sua comunidade, com algum perfil de liderança que ajuda a que ambas as partes se conheçam melhor, e por outro lado, acompanha e programa com a equipa as sessões da sala de estudo.

- **Bibliobus** - no âmbito deste projeto está prevista a aquisição e adaptação de uma carrinha para funcionar como BIBLIOBUS, sendo que em 2018 se procedeu à realização do caderno de encargos e a abertura de concurso para apresentação de propostas.

2.5. Outras medidas de Apoio Habitacional

2.5.1. Programa Auto-Construção

No âmbito do Programa Auto-Construção foi garantido o apoio técnico atribuído a 1 processo social e registou-se o acompanhamento de 2 situações com vista à obtenção do alvará de licença de utilização. Foi ainda analisado o enquadramento urbanístico de 2 novas situações com vista à análise do cumprimento dos requisitos de acesso a este programa de apoio.

2.5.2. Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação – SOLARH

Dada à indisponibilidade financeira alocada pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, para a realização de Obras de Conservação e de Beneficiação (Decreto-Lei n.º 39/2001 de 9 de Fevereiro) – SOLARH, em 2018 não foram enquadrados/analísados pedidos neste âmbito.

2.5.3. Mercado Social de Arrendamento

A medida “Mercado Social de Arrendamento”, enquadrada no Programa de Emergência Social, dirige-se a classes sociais que, apresentando rendimentos superiores aos que permitem a atribuição de uma habitação social, não apresentam, contudo, capacidade financeira para arrendarem um imóvel em mercado livre. Em 2018 devido à ausência de oferta de fogos na área geográfica do concelho não foram rececionadas quaisquer candidaturas.

ação social

1. Programa *RAÍZES DO AFETO* – População Sénior

O programa municipal *Raízes do Afeto*, através das suas várias iniciativas promoveu em 2108 ações concertadas, participadas e próximas no território concelhio, contribuindo assim para a promoção do equilíbrio físico e mental desta população com maior idade.

1.1. Medida de Promoção Educativa e Acesso à Sociedade do Conhecimento

Programa e-mili@

O Programa e-mili@, implementado em 2009, no âmbito das políticas do Município de promoção educativa e de acesso às novas tecnologias, como o computador, o acesso à internet e sessões de alfabetização / literacia, continuou em 2018 a enquadrar a sua intervenção na criação de respostas específicas de enriquecimento pessoal e valorização individual, através da aquisição contínua de aprendizagens, quer no âmbito da utilização independente das TIC, quer em vertentes de carácter sociocultural.

Em 2018 o Programa e-mili@ foi dinamizado semanalmente em 29 pontos educativos do concelho, envolvendo 303 seniores nos períodos de janeiro a julho e de outubro a dezembro.

1.2. Medida de Atividade Física e Desporto e Participação Ativa das Pessoas Idosas - Programa Movimento e Bem-Estar

Proporcionando uma atividade física regular e diversificada como estratégia, no âmbito de um envelhecimento ativo, saudável e próximo, o Programa Movimento e Bem-Estar continuou em 2018 a dinamizar as seguintes atividades:

- **Ginástica de Manutenção** – Nos períodos de janeiro a julho e de outubro a dezembro de 2018, o programa de ginástica de manutenção funcionou semanalmente com 48 entidades protocoladas, sendo 30 IPSS's, 15 Juntas de Freguesia ou União de Freguesias

e 3 Associações Culturais e Recreativas. Participaram cerca de 1800 seniores. O programa abrangeu as 21 freguesias ou união de freguesia do Concelho. De modo a aumentar o volume de exercício físico orientado no programa, as entidades protocolocadas dinamizaram uma terceira aula de “ginástica de manutenção”.

- **Hidroginástica** – esta modalidade física funcionou em 19 grupos, no período compreendido entre janeiro a julho (17 nas piscinas da Feira Viva e.m. – Feira, Fiães e Lourosa, 2 na Piscina de Santa Maria de Lamas). No final do ano estavam inscritos aproximadamente 1000 seniores. A participação média por semana situou-se entre os 700 e 800 seniores.

- **Torneios de Boccia Idade Sénior** – foram realizados 3 Torneios de Boccia Idade Sénior: um integrado nos Jogos da Páscoa Pela Diversidade (29 de março - Pavilhão Desportivo da Escola Básica Fernando Pessoa – Santa Maria da Feira); um segundo integrado nas XIV Olimpíadas Seniores (dia 28 de Junho - Pavilhão Desportivo da Lavandeira, União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo); e um terceiro dinamizado nos Jogos de Natal Pela Diversidade (20 de Dezembro - Pavilhão Desportivo de Lourosa. Estes torneios envolveram a participação de cerca de 120 participantes (40, 38 e 33 equipas). De salientar que, no campeonato Nacional de Boccia (por equipas e individual) participaram duas equipas da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.

- **Jogos da Páscoa e de Natal Pela Diversidade** - no dia 29 de março de 2018, em colaboração com a Provedoria Municipal para os Cidadãos com Deficiência, através do programa “Desporto Plural”, e com a Escola Básica Fernando Pessoa, foram dinamizados os *Jogos da Páscoa Pela Diversidade, os quais envolveram diversas atividades*: Torneios de Boccia; Bowling; Slalom; Dardos “Setas”; Ténis de mesa; Torneio de Malha; Sueca, Dominó e Damas. Nestas modalidades registou-se a participação de mais de 360 inscrições. No dia 20 de Dezembro realizaram-se os **Jogos de Natal Pela Diversidade**, no Pavilhão Desportivo de São João de Ver e no Pavilhão Desportivo de Lourosa que integraram as atividades: *Torneios de Boccia; Bowling; Dardos “Setas”; Ténis de mesa, Torneio de Bowling, Walking Football, Laser Run (nova modalidade) e Jogos de mesa: Sueca, Dominó e Damas*. Os atletas do Desporto Plural participaram nos torneios de Ténis de Mesa, Boccia e Futsal. Inscreveram-se nas várias modalidades mais de 350 pessoas.

- **Caminhadas Temáticas** - em parceria com as entidades aderentes ao programa Movimento e Bem-Estar foram dinamizadas cinco caminhadas temáticas com sessão de relaxamento com alongamentos entre 29 de março a 20 de Julho de 2018: *Caminhada da Primavera* (Santa Maria da Feira, 29 março); *Caminhada da Liberdade* (Mozelos, 27 abril); *Caminhada do Coração* (S. João de Ver, 18 maio); *Caminhada do Verão* (Guisande, 22 junho); *Caminhada Convívio Final* (Espargo, Europarque, 20 julho). Em cada caminhada registou-se uma participação média de 50 seniores.

- **Matinés Dançantes** – de janeiro a julho de 2018 realizaram-se 31 Matinés Dançantes, com uma participação média de 300 a 350 participantes. Após 3 meses de interrupção realizaram-se mais 7 Matinés de outubro a dezembro mantendo a média de participantes.

• **XIV Olimpíadas Seniores** - As XIV Olimpíadas Seniores realizaram-se no dia 28 e 29 de junho, na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Parque da Cidade, Pavilhão Desportivo da Lavandeira e Piscina Municipal), envolvendo cerca de 2000 seniores nas diversas atividades dinamizadas: abertura oficial com a atuação da CLASBAND; Master Class e a Caminhada Olímpica; Torneio do Abecedário da Saúde/emili@; Torneio da malha; Torneio de petanca; Slalom e Dardos “setas”; Torneio de Ténis de Mesa, e Boccia; aula de Tai-Chi; concurso de coreografias de hidroginástica; e as modalidades do Desporto Plural; Jogo exibição de WALKING FOOTBALL; e matiné dançante.

1.3. Medida de Criação de Respostas Especializadas - Projeto Cuidar de Quem Cuida

Considerado pela Área Metropolitana do Porto como uma Boa Prática de inovação social, o projeto Cuidar de Quem Cuida desenvolveu a sua intervenção junto de cuidadores informais de pessoas com demência, tendo desenvolvido os seus eixos de ação, com os seus parceiros, nomeadamente, o CASTIIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo; o Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga E.P.E., a Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião e o ACES – Agrupamento de Centro de Saúde Feira/Arouca.

São dinamizados no Concelho dois Gabinetes de Apoio ao Cuidador, promovidos pela Liga dos Amigos do Hospital de São Sebastião e pelo CASTIIS, tendo efetuado em 2018 apoio a 13 cuidadores informais, ao nível jurídico, psicológico e social. Com funcionamento mensal na sede da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, o GAM – Grupo de Ajuda-Mútua a Cuidadores Informais, registou em 2018 a participação de cerca de 23 Cuidadores Informais.

1.4. Medida de Apoio na Luta Contra as Condições de Pobreza Crónica de Pessoas Idosas

1.4.1. Cartão Feira Sénior

O *Cartão Feira Sénior*, implementado pelo Município em 2009, tem como missão prestar apoio social e económico a todos os seniores com idade igual ou superior a 65 anos, através da estimulação da sua participação nas atividades culturais, desportivas e recreativas do concelho, e da promoção de vantagens financeiras em encargos mensais ao nível do comércio e serviços, garantindo melhor qualidade de vida, tendo em consideração as suas condições socioeconómicas. Durante o ano de 2018 estavam ativos 38 cartões Feira Sénior do escalão A e 9 cartões do escalão B. Foi dado continuidade ao apoio de situações de maior vulnerabilidade, tendo sido contempladas comparticipações no valor de 2.422,00€, respeitante ao apoio nas despesas de medicação (2.110,15€), taxa de água (185,31€) e taxa de luz (126,03€).

1.5. Medidas de Conservação do Património e da Memória Coletiva das Comunidades: Passeios na Minha Terra

Em 2018 participaram nos 30 passeios realizados 1605 seniores oriundos de 52 entidades (Juntas e

Uniões de Freguesia, IPSS's e associações Culturais, Desportivas e Recreativas de todo o Concelho da Feira, que tiveram como destino dois Municípios afetados pelos violentos fogos de 2017: Oliveira do Hospital e Arganil.

Na lógica de solidariedade e responsabilidade social foram recolhidas cerca de 3 toneladas e meia de alimentos e 875 € para a Loja Social do Município de Arganil, bem como 1625 € que permitiram adquirir 25 ovelhas bordaleiras (as únicas que produzem o leite para o fabrico do Queijo da Serra), entregues a famílias que ficaram sem qualquer animal produtor de leite do Concelho de Oliveira do Hospital.

A mobilização dos seniores do concelho de Santa Maria da Feira, neste Passeios, com componente cultural e solidária, permitiu ainda a aquisição de produtos endógenos destes concelhos, como o queijo, o azeite, o vinho, o pão, doçaria tradicional e a dinamização da restauração local.

1.6. Medidas de Formação e Educação em Cuidados Pessoais

1.6.1. Projeto “Abecedário da Saúde”

Abordando ao nível da Literacia em Saúde, as áreas da alimentação, a atividade física, a tensão arterial, o colesterol, a glicémia, a saúde oral, a vacinação, os rastreios de saúde e a equipa de saúde familiar, o Projeto pedagógico “Abecedário da Saúde”, deu continuidade ao processo de disseminação dos seus três instrumentos pedagógicos e informativos - um vídeo, um jogo de tabuleiro e um jogo digital, os quais apresentam uma configuração acessível, permitindo o seu uso intergeracional e atestam os diferentes níveis de conhecimentos e literacia em saúde.

O vídeo aborda as temáticas do projeto informando, sensibilizando e incentivando os seus visualizadores à adoção de comportamentos saudáveis e à procura de informação, tendo sido alcançado já 1058 visualizações. Quanto ao Jogo Digital, este registou 7635 visitas, com 303 jogadores.

Está prevista para 2019 a continuidade da disseminação destes instrumentos pedagógicos, particularmente do Jogo do Tabuleiro junto dos parceiros da Rede Social concelhia e dos programas municipais, sobretudo os mais direcionados à população senior.

1.7. Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas

A adesão por parte do Município à Rede Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, em 2017, implica o compromisso das cidades em responder às necessidades de envelhecimento da população, avaliar e monitorizar a convivialidade com a geração mais velha e trabalhar em colaboração com estas e entre setores para criar ambientes físicos acessíveis, ambientes sociais inclusivos e uma infra-estrutura de serviços capacitadora. Nesse âmbito, e com vista à obtenção de um Diagnóstico Interpretativo, foi encetado em 2018 a elaboração de um questionário a ser aplicado à população senior residente no Concelho, de modo a possibilitar num futuro próximo o esboço de novas medidas que vão ao encontro das reais necessidades desta população.

1.8. Outras Iniciativas

1.8.1. Dia Metropolitano dos Avós

O Município, em parceria com a Área Metropolitana do Porto, coorganizou a 12ª edição do Dia Metropolitano dos Avós, valorizando o papel que os avós desempenham na transmissão de valores sociais e culturais nas nossas comunidades. Dinamizado por Herman José, o espetáculo contou com a participação de cerca de 6000 avós oriundos dos 17 municípios da Área Metropolitana do Porto, dos quais 2000 pertencentes ao nosso território.

2. ANIMAÇÃO SOCIO-COMUNITÁRIA – INCLUIR PL'ARTE

A convicção de que a “arte é motor de inclusão e mudança social, pelo seu poder único”, está patente na aposta por parte do Município, que tem fomentado ao longo destes anos, em desenhar projetos de desenvolvimento das comunidades locais, que utilizem as práticas artísticas – música, dança, teatro, circo, fotografia, marionetas – como ferramentas de desenvolvimento e reforço da coesão social.

2.1. PROJETOS ARTÍSTICOS COMUNITÁRIOS

2.1.1. Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira

Em 2018 a Orquestra Criativa comemorou 10 anos, um projeto de inclusão social pela música, desenvolvido com escolas e instituições sociais, convidando à participação das associações e bandas locais na criação de espetáculos com grande alcance social e artístico.

2.1.2. “Pinocchio Joins the Orchestra in the S.TR.E.E.T”

Resultado de uma candidatura ao programa Erasmus+ a orquestra integra desde setembro de 2017 um projeto musical internacional designado Pinocchio Joins the Orchestra (On the S.TR.E.E.T) que se prolonga até 2020.

Este ano tendo como base de trabalho o livro de Carlo Collodi, intitulado “As Aventuras de Pinóquio”, foram criadas músicas por todos os participantes do projeto e apresentadas sob a forma de concerto nos três festivais dos países parceiros: *Imaginarius* (170 pessoas em palco); Senza Fili, em Collodi - Itália e Ulicni Sviraca – Novi Sad, Sérvia. Integradas neste projeto foram desenvolvidas outras atividades, nomeadamente: 2 encontros da equipa de gestão, em Pisa e em Santa Maria da Feira; 1 formação musical para técnicos da área social e educação, em Pisa; 3 campos de férias musicais para os participantes, em Portugal, Itália e Sérvia; 1 evento multiplicador, em Bruxelas.

Ao longo do ano desenvolveu-se um trabalho contínuo com os seniores das IPSS's (30) de Milheirós de Poiares e Lourosa, com os utentes da CerciFeira (15), com alunos da escola EB Argoncilhe (8 jovens), Escola Secundária da Feira (2), EB Professor Dr. Carlos Alberto Ferreira (6) e EB Aldeia Sanfins (26),

e crianças (30) dos agrupamentos de escolas da Arrifana (JI Bairro) e Fernando Pessoa (JI Macieira, Souto), grupo de jovens (6) e, seniorfeira (35). Além das sessões semanais, decorreram na EB Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira, os Laboratórios Musicais da Páscoa de 26 a 29 de março, com a participação diária de 40 crianças e jovens e de 30 utentes das instituições. Paralelamente, realizou-se um laboratório de construção de objetos cenográficos, para técnicos das instituições e professores das escolas, que acompanharam o concerto final do Pinóquio. O trabalho desenvolvido este ano foi apresentado em formato de espetáculo em 13 eventos.

2.2. Projeto LaB InDança

Iniciado em dezembro de 2015, o projeto *Lab InDança* é um projeto de dança inclusiva, co-financiado pelo Programa Cultura da DGARTES. Em 2018 o projeto funcionou apenas com um ensaio semanal, com a participação de 10 pessoas, com idades compreendidas entre os 19 e os 40 anos de idade, todas do sexo feminino. Em setembro de 2018 foi realizada uma candidatura ao Programa PARTIS III – Práticas Artísticas para a Inclusão, da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo o projeto LaB InDança sido aprovado, permitindo, assim, implementar novos desafios e sedimentar práticas.

2.3. Grupo de Dança Medieval

O grupo de dança medieval “Noivas de Santa Maria” cresce de ano para ano, com entrada de pessoas de várias idades (dos 13 aos 76 anos), constituindo se como encontro intergeracional, onde se cruzam avós e netos, mães e filhos, num convívio de partilha de afetos. Durante os doze dias da Viagem Medieval 40 pessoas da comunidade dançaram animando a Praça Gaspar Moreira, conjuntamente com o grupo MD5.

3. PROGRAMA CONCELHO SOLIDÁRIO

3.1. Programa *Concelho Solidário* – Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

À semelhança dos anos transatos, os apoios atribuídos pelo *Programa Concelho Solidário – Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos* justificam-se maioritariamente com solicitações para apoio pagamento/regularização da renda ou prestação habitacional, seguidas das despesas domésticas, dado as vulnerabilidades das famílias, com baixos rendimentos e problemas de saúde. Assim, e no que concerne à medida A, foram apoiados 43 agregados familiares num total de 63 apoios pecuniários. Analisada a tipologia familiar, verificou-se que houve um ligeiro aumento das solicitações por parte das famílias monoparentais face às restantes.

A proveniência das solicitações ao nível de freguesia manteve-se com maior incidência na União de Freguesias de Feira, Travanca, Sanfins e Espargo e a Freguesia de Mozelos. Atendendo ao carácter complementar da resposta, de salientar que 35 solicitações foram efetuadas pelas entidades da rede social local.

Quadro nº 1: Tipos de Apoios da Medida A – Apoio a Situações de Emergência Social de Carater Pontual e Temporários a Estratos Sociais Desfavorecidos

Total de Apoios	Tipo de Apoio		Nº de Famílias	Tipologia Familiar	
63	Despesas de Educação	1	43	Isoladas	4
	Despesas de Saúde	5		Nucleares	5
	Prestação de Habitação	7		Nucleares c/Filhos	10
	Despesas Domésticas	8+2		Monoparentais	22
	Apoio Alimentar	1		Alargadas	2
	Arrendamento	39			

3.1.1. Cobrança de Taxas: Recolha Resíduos Sólidos Urbanos, Água e Saneamento

No cumprimento do previsto relativamente aos pedidos de isenção dos munícipes da cobrança de taxas – recolha de resíduos urbanos, água e saneamento, por alegada carência económica, intervencionaram-se 48 situações, em que 9 corresponderam à abertura de novos processos e 39 a processos transitados de anos anteriores.

3.1.2. Rede Solidária de Restaurantes e Padarias

A Rede de Restaurantes Solidários, constituída por 14 restaurantes, enquanto resposta de emergência alimentar de responsabilidade social, disponibilizou 600 refeições a 78 Munícipes. A Rede de Padarias Solidárias, disponibilizou 600 pães para iniciativa de entidades do Concelho de Santa Maria da Feira.

3.1.3. Programa Sorrisos

Este programa de apoio à saúde oral dirigido às crianças e jovens oriundos de famílias mais vulneráveis socio e economicamente concedeu no ano de 2017 apoio para 32 consultas a 6 crianças/jovens através de instituições sociais, intermediárias nos processos de encaminhamento dos tratamentos dentários. O Projeto conta com a parceria de dois médicos dentistas voluntários que intervêm ao nível da prevenção e tratamento oral.

3.1.4. Mercado da Solidariedade

O Mercado de Solidariedade, resposta de emergência e de apoio alimentar, é dinamizada em parceria com a Casa de Choupos e a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Sanguedo. No ano de 2018, com o envolvimento de 12 instituições intermediárias, o Mercado de Solidariedade apoiou, através da distribuição de 533 cabazes, 330 famílias. Realizaram-se 2 campanhas de recolhas, com o apoio 54 voluntários, as quais angariaram aproximadamente 9890 quilos de produtos.

3.1.5. Rendimento Social de Inserção – Núcleo Local de Inserção

Enquanto entidade parceira e obrigatória no Núcleo Local de Inserção da medida Rendimento Social de Inserção, o Município garantiu a sua participação ativa nas reuniões semanais, no âmbito dos planos de inserção dos beneficiários, ao nível da habitação, tendo sido assinados no ano de 2018, 200 programas de inserção, em que se destaca: 1 realojamento no âmbito do regime excecional de atribuição de habitação, 6 planos para arrendamento privado, 3 para apoio na melhoria do alojamento, e 168 agregados ao nível da regularização da sua situação habitacional, tal como, regularização das rendas vencidas e não pagas, cumprimento de empréstimos bancários, procura de habitação adequada às necessidades/capacidades/conforto do agregado, entre outras.

Em termos da caracterização do universo da população beneficiária desta medida, verificou-se no ano de 2018 a contratualização de 5197 ações, em 912 programas de inserção, correspondendo a 1843 pessoas.

4. REDE SOCIAL

4.1. Plano de Desenvolvimento Social 2018-2021

O Plano de Desenvolvimento Social 2018/2021 pretende trazer um novo ciclo de planeamento social, tendo o mesmo sido aprovado em reunião do Conselho Local de Ação Social de 29 de maio de 2018.

O processo de construção deste PDS assentou na metodologia de planeamento estratégico e na participação e envolvimento das entidades parceiras do CLAS e dos Fóruns Sociais de Freguesia ou de União de Freguesias, conhecedoras da realidade social das freguesias e do concelho.

Pretende traçar o caminho a seguir e os objetivos a atingir para os anos em referência, no sentido de colmatar ou resolver as necessidades e os problemas identificados utilizando de forma articulada e planeada os recursos e potencialidades locais. Ao mesmo tempo pretende ser um documento orientador do caminho a seguir no planeamento integrado e participado do desenvolvimento social do Município de Santa Maria da Feira para os próximos 4 anos. Tem como eixos de intervenção:

1. Intervenção Junto de Grupos Vulneráveis, nomeadamente - Pessoas com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e suas famílias; População Sénior, em particular séniores em situação de fragilidade social; Crianças e jovens em risco e em situação de institucionalização; Desempregados jovens, em Idade Avançada e Jovens NEET; População de Etnia Cigana; Vítimas de violência doméstica e de género; Famílias com dificuldades económicas e/ou em situação de sobreendividamento; Cuidadores informais; Saúde Mental; Famílias com dificuldades de acesso ao mercado habitacional; Comportamentos aditivos e Dependências; Transportes e Acessibilidades.

2. Componentes Ambientais do Desenvolvimento Sustentável (Segurança Ambiental), ao nível dos problemas ambientais, e da prevenção e defesa da floresta.

3. Capacitação e Governança Partilhada, ao nível da ausência de participação cívica e de

cidadania; Persistência de hábitos de trabalho institucional isolado e sem articulações; ausência de uma perspetiva de Desenvolvimento na intervenção social; excessiva dependência do Estado a todos os níveis; níveis muito diferenciados de envolvimento e de mobilização para os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias; necessidade de uma avaliação sistemática e contínua das Ações do PDS.

4.2. Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias

No ano de 2018, deu-se continuidade ao trabalho de apoio e dinamização dos 21 fóruns sociais de freguesia, com o objetivo de garantir de forma rigorosa e sustentada uma intervenção transversal de mudança na abordagem e na responsabilização dos problemas e dos desafios das comunidades locais, reforçando dinâmicas de democracia participativa local.

Em termos de intervenção e na continuidade do trabalho desenvolvido, os Fóruns incidiram nos seguintes eixos:

- **Emprego:** sendo esta área prioritária em termos de diagnóstico e conforme o delineado em plano, deu-se continuidade ao trabalho de apoio e consolidação dos 5 Pontos ALPE (União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, Souto e Mosteirô, Argoncilhe, Fiães, S. João de Ver), materializando-se no apoio e encaminhamento a 316 pessoas em situação de desemprego, 1 ação de proximidade ao tecido empresarial em S. J. Ver, 7 ações de informação à medida desenvolvimento de competências para a empregabilidade em S. J. Ver e Fiães, Argoncilhe e Canedo, 1 ação na área da tecelagem em parceria com o Projeto MIDAS em Canedo, Vale e Vila Maior e 1 em Lobão, em parceria com a ADRITEM. Na linha da preservação dos saberes tradicionais e empreendedorismo, o Fórum de Lobão, Gião, Louredo e Guisande iniciou um trabalho com as produtoras de regueifas deste território, tendo-se efetuado duas Mostras Gastronómicas deste produto;
- **População Sénior:** garantiu-se a continuidade aos projetos de proximidade à população sénior, no sentido de combater o isolamento dos mesmos, assentes na prática do voluntariado (Romariz, Fornos). Paralelamente e em parceria com a Caritas realizou-se um plano formativo para os voluntários de proximidade, no qual participaram parceiros do Fórum de Romariz e Fornos. Relativamente aos Fóruns de Caldas de S. Jorge e Pigeiros, Fiães, Lourosa, não se operacionalizaram estes núcleos de proximidade pelo facto de não se terem reunido condições necessárias para o seu funcionamento. Ainda neste vetor e visando reforçar a participação e convivialidade entre os seniores, procedeu-se á abertura de dois espaços de convívio intergeracional (Mozelos e Lourosa) e manteve-se o apoio ao Espaço de Sanguedo. Apesar de ser objetivo do Fórum Social de Arrifana reestruturar o funcionamento do Espaço de Convívio já existente, o mesmo não se viabilizou por indisponibilidade de recursos. Paralelamente a este trabalho, o Fórum Social de Riomeão dinamizou duas sessões abertas à comunidade sobre a temática do envelhecimento e saúde.
- **Saúde Mental:** não obstante estarem ações previstas neste domínio (bolsa de cuidadores e

grupos de entre-ajuda, ateliers socio-ocupacionais, teatro Fórum, sessões temáticas), não se operacionalizaram estas respostas, tendo o Fórum Social da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, planificado um encontro temático sobre esta problemática, a realizar-se em março 2019.

- **Serviços para a inclusão de grupos sociais mais desfavorecidos:** deu-se continuidade ao apoio técnico às Mercarias Sociais existentes (Lourosa, Canedo, S. P. Oleiros S. M. de Lamas e Loja 65) bem como se providenciaram ações de angariação de fundos para a sustentabilidade desta resposta, nomeadamente: jantares, caminhadas, campanhas de recolha de alimentos. Em Arrifana não foi possível implementar a Mercaria Social pelo facto da entidade parceira gestora da resposta não reunir em 2018 condições para o efeito. Paralelamente, realizaram-se ações de capacitação familiar (Lourosa, Lamas e Escapães). O Fórum Social da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, criou um grupo de ação social local de forma a otimizar as respostas de ação social existentes no território.

- **Problemas Ambientais:** nesta área realizaram-se sessões de sensibilização e (in)formação junto da comunidade escolar (Santa Maria de Lamas e Lourosa).

- **Famílias com Dificuldade de Acesso ao Mercado Habitacional:** face às dificuldades das famílias na resolução das suas necessidades habitacionais, decorrentes dos condicionalismos do mercado de arrendamento, a habitação surge como uma preocupação transversal. Neste sentido, os fóruns têm vindo a desenvolver estratégias no sentido de responder de forma ajustada às solicitações, nomeadamente, através de realojamento (fórum Escapães), formalização de parcerias para residência partilhada (Fórum de LGLG) e na procura de soluções alternativas ao parque habitacional.

- **Plano de Sensibilização e Capacitação:** na prossecução do trabalho desenvolvido em 2017, e como estratégia consolidadora da ação dos fóruns sociais, em 2018 dinamizaram-se 3 momentos de capacitação, correspondentes a 11 sessões, dirigidos aos vários interlocutores dos fóruns sociais, designadamente, autarcas, dirigentes associativos, técnicos Serviços Públicos e técnicos das entidades parceiras, debruçados sobre as seguintes temáticas: Os Desafios da Participação nos Fóruns Sociais de Freguesia; Fóruns Sociais e Governança Partilhada; Dinâmicas e Métodos Participativos nos Fóruns Sociais de Freguesia; Dinâmicas Participativas e o Papel das Instituições; Participação da Comunidade.

4.3. VI Mosaico Social

Com vista à realização do VI Mosaico Social em junho de 2019, o Município, em 2018, iniciou a promoção de vários encontros para a organização, implementação e dinamização deste evento, tendo ficado já assente a sua realização na União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, entre os dias 13 e 16 de junho de 2019, numa iniciativa caracterizada por ser a maior montra de serviços e projetos sociais existentes no concelho.

4.4. Gestão das Plataformas *online* - Rede Social, Portal Sénior e-mili@ e Facebook da Rede Social

Criadas em 2009 através de um protocolo estabelecido com a Fundação Calouste Gulbenkian e o INESCPorto, a Plataforma Colaborativa da Rede Social e a do Portal Sénior e-mili@, constituíram o veículo privilegiado de ligação e de transmissão de informação entre as entidades da Rede Social de Santa Maria da Feira, bem como com os municípios.

No ano de 2018 a plataforma da Rede Social continuou, numa óptica de gestão de recurso, a centrar-se na divulgação de notícias e eventos de interesse para as entidades parceiras, servindo também para difundir as suas próprias atividades. Possibilitou ainda o Registo Municipal das Organizações de Natureza Social, por parte dos Parceiros da Rede Social, no âmbito do Programa de Apoio às Entidades Privadas sem Fins Lucrativos e desempenhou um papel importante no apoio ao funcionamento dos Fóruns Sociais de Freguesia e de Uniões de Freguesias, nomeadamente, no acesso a informações fundamentais para a operacionalização do seu trabalho.

Por outro lado, o portal Sénior e-mili@ permitiu a divulgação de notícias e eventos de interesse para a população sénior do concelho, constituindo um apoio fundamental na dinamização do Programa e-mili@ e do programa Movimento e Bem-Estar.

4.5. Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira

Objeto de alteração/atualização, aprovado na Assembleia Municipal de 01 de setembro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de 07 de Agosto de 2017, e publicado na II Série do Diário da República nº 187, de 27 de setembro de 2017, o Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira, permitiu no decurso do ano de 2017, o apoio técnico e financeiro a cinco entidades, intervenientes no desenvolvimento social concelhio, com respostas sociais dirigidas a grupos populacionais mais vulneráveis, nomeadamente, população sénior, doentes com patologia de Alzheimer, e população infantil.

4.5.1. Protocolos de Parceria no âmbito do combate à pobreza e exclusão social

Continua a ser objetivo primordial do Município promover a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, em especial os idosos, as crianças e jovens em risco, as pessoas portadoras de doença mental, as vítimas de violência doméstica, as pessoas portadoras de deficiência, os desempregados e os migrantes. Neste âmbito, enquadrados no Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira, no ano de 2018, foi dada continuidade aos seguintes Protocolos de Parceria:

- **Associação Ser + Pessoa (anteriormente designada Associação de Alcoólicos Recuperados do concelho de Santa Maria da Feira):** atividades de intervenção na área

do alcoolismo, toxicod dependência e prevenção de outros comportamentos de risco junto de crianças jovens e adultos; e emergência social;

- **Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL:** ações no âmbito da empregabilidade; da inovação e empreendedorismo social; da capacitação institucional; da recuperação do parque habitacional e manutenção de espaços; da violência doméstica; da intervenção familiar e parental; da prevenção e sinalização de situações de risco ou de pré-risco em crianças e jovens dinamizando formas mais inovadoras de atuação; da promoção da igualdade de género e da conciliação da vida profissional e familiar; da emergência social e apoio alimentar;

- **Fapfeira – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação:** ações de prevenção junto da comunidade escolar e da comunidade em geral no âmbito da prevenção das dependências, violência doméstica e de género; projetos de inclusão social e escolar de crianças e jovens em risco de abandono e insucesso escolar; ações de promoção das competências pessoais, sociais e parentais das famílias;

- **Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião/ Casa Ozanam:** atividades terapêuticas e de reabilitação integrada, destinadas a pessoas com problemas de saúde mental, em situação de dependência, que garantam os seus cuidados de saúde, apoio social, e manutenção de conforto e qualidade de vida, bem como apoiar os seus cuidadores.

- **Associação Melhor Viver – Desporto, Cultura e Lazer:** atividades junto da população sénior, nomeadamente ao nível da difusão da cultura, prática de desporto e ocupação de tempos livres com atividades lúdicas e recreativas, de forma a promover o bem-estar, e melhoria da qualidade de vida.

4.6. Capacitação dos Parceiros do Conselho Local de Ação Social

Em 2018 foram realizados o IV, V e VI ciclos de formação e capacitação dos agentes sociais locais para os novos desafios que se anunciam, dinamizados pelo Prof. Doutor Roque Amaro, Economista e Professor associado no ISCTE-IUL Departamento de Economia Política (ECSH) sobre as seguintes temáticas: “Os desafios da participação nos FSF” (Autarcas e Dirigentes Associativos – Maio); “Dinâmicas e métodos participativos nos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias (técnicos das entidades parceiras - Maio); “Participação da Comunidade” (Autarcas - Junho); “Dinâmicas participativas e o papel das Instituições” (Dirigentes Associativos); “Dinâmicas e métodos participativos nos FSF (técnicos das entidades parceiras); “Exemplificação de métodos participativos para a participação de grupos sem voz da Comunidade” (Autarcas; Dirigentes Associativos; técnicos das entidades parceiras - Julho).

4.7. Conselho Local de Ação Social e Núcleo Executivo

4.7.1. Reuniões Plenárias Ordinárias e Reuniões do Núcleo Executivo

A Rede Social de Santa Maria da Feira é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos

e privados (serviços desconcentrados, autarquias locais, instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área social), composta por 115 Parceiros, dos quais 48% são IPSS's, 19% são Juntas de Freguesia e de União de Freguesia e 33% são entidades concelhias ou não, cujo âmbito de intervenção, participado e concertado, se orienta através de um planeamento e mapeamento das intervenções prioritárias relevantes para o alcançar do desenvolvimento social local. No ano de 2018 o Conselho Local de Ação Social teve 3 reuniões plenárias. No âmbito das Reuniões do Núcleo Ececutivo, órgão operativo do CLAs foram realizadas 8 reuniões.

4.7.2. Emissão de pareceres e Apoio a Candidaturas

De acordo com o Decreto-lei nº 64/2007 de 14 de março, o Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, emitiu 8 pareceres referentes à criação, remodelação, adaptação de serviços, equipamentos ou respostas sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada dos recursos concelhios, e de acordo com as prioridades de planificação da intervenção social do território.

No âmbito do apoio técnico à elaboração de candidaturas, no decurso de 2018, foi prestado apoio às seguintes candidaturas: Análise e elaboração de parecer a candidaturas ao **Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira**.

4.8. Participação em órgãos de concertação supra e intermunicipais

- Apoio às candidaturas concelhias no âmbito do Aviso nºNorte-42-2018-13 – Equipamentos Sociais – Área Metropolitana do Porto, prioridade de investimento nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.
- Decorrente do trabalho desenvolvido pela AMTSM na área social, foi atualizado em 2018 o mapeamento de necessidades e respostas sociais de âmbito municipal e supramunicipal dos 6 Municípios.
- Integrando o Conselho de Vereadores de Ação Social da Área Metropolitana do Porto (AMP), a Plataforma Supraconcelhia das Redes Sociais do EDV (3 reuniões), e a Associação de Municípios Terras de Santa Maria, o Município continuou em 2018 a sua participação e integração nas diversas reuniões/encontros/iniciativas realizadas por estes órgãos, no âmbito da política de concertação supramunicipal de promoção do emprego e inclusão social.

4.9. Projeto “Mobilidade para Todos”

Durante o ano de 2018 o projeto Mobilidade para Todos realizou 167 serviços de transporte, os quais permitiram às pessoas portadoras de deficiência, idosos dependentes ou indivíduos com incapacidade motora temporária uma maior autonomia na sua vivência diária. Desenvolvido desde 2012 pela Câmara Municipal, em parceria com as entidades da Rede Social, as duas carrinhas de 9 lugares afetas ao projeto possibilitam o transporte de munícipes com mobilidade condicionada para os serviços de saúde, educação, reabilitação física e socioprofissional, entre outros considerados facilitadores e promotores de integração social.

4.10. Centro de Recursos

Numa lógica de facilitar a promoção do desenvolvimento social concelhio, e em parceria com a Rede Social concelhia, no ano de 2018, a DASQV continuou a disponibilizar, a diversas entidades concelhias, equipamentos informáticos e audiovisuais, assim como, procedeu a 121 cedências de viaturas de passageiros, correspondentes 19 solicitações por parte de associações/entidades ligadas à área social, cultura e ao desporto.

5. PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS – Núcleo Prevenir

O Plano Municipal de Prevenção das Dependências, mantendo os conteúdos base do Plano Nacional da Luta para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, continua a desenvolver ações no **âmbito da prevenção e sensibilização, assente no apoio da sua rede de parceiros como a FAPFEIRA - Federação de Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Santa Maria da Feira, a Ser Mais Pessoa - Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira, o Gabinete de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a Unidade de Saúde Pública do ACES Entre Douro e Vouga I, a Escola Segura da PSP e GNR, o Centro de Respostas Integradas do Porto Central e Unidade de Intervenção Local que integra o Território de Santa Maria da Feira.**

5.1. Serviços de Consultoria na Área da Prevenção Primária das Toxicodependências

Em parceria com a Ser Mais Pessoa - Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira, o Núcleo Prevenir realizou duas sessões de esclarecimento e dinâmicas de grupo, na área da prevenção primária das toxicodependências, sobre a temática do consumo de substâncias e suas consequências, e respetivo treino de competências, junto de 36 jovens sinalizados. Estes parceiros efectuaram 3 encontros para planificação e redefinição de estratégias de ação de forma a responder às necessidades identificadas nos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, tendo sido elaborado uma proposta formativa para capacitação de interlocutores estratégicos para o desenvolvimento de ações de prevenção junto da comunidade juvenil destas freguesias. No ano de 2018, deu-se continuidade à estratégia do plano de ação e respetiva intervenção do Núcleo Prevenir na modalidade de consultoria

junto da comunidade escolar com vista à capacitação do pessoal docente e não docente, com base nas respetivas necessidades de intervenção.

5.2. Ponto P

O Ponto P continua a ter como objetivo de intervenção a prevenção e redução de riscos nas áreas do consumo de substâncias psicoativas e sexualidade em contextos recreativos e de lazer noturno. Em 2018, deu-se início a uma nova fase do Ponto P designada como Ponto P - Versão 2.0, resultado de uma candidatura desenvolvida em 2017 com o Gabinete de Desporto e Juventude. Foram dinamizadas algumas atividades/*workshops* relacionadas com os consumos de substâncias e sexualidade com jovens do concelho através de um *Workshop Instastories* num registo informal e de partilha de experiências. Esta nova estratégia foi iniciada num primeiro encontro realizado no Orfeão da Feira, em parceria estreita com o Gabinete de Juventude e Desporto, tendo participado ativamente 12 jovens do concelho. Foram realizados ainda 3 encontros de formação com voluntários para ação na área de prevenção de dependências, abrangendo 12 jovens. Iniciou-se a capacitação dos jovens da EB 23 de Arrifana que frequentam o curso profissional de técnicos da juventude, com o objetivo de captar novos elementos para o Grupo de Mediadores Sociais Ponto P.

5.3. Espaço OK

A Consulta de Jovens com Comportamentos de Risco - Espaço OK, é uma resposta dirigida aos jovens dos 12 aos 25 anos com comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias psicoativas, desenvolvida em parceria com o Gabinete da Juventude e Desporto, Equipa de Tratamento do CRI-Porto Central (ARS Norte), a Ser Mais Pessoa - Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira, e da APPV – Associação Pelo Prazer de Viver, no âmbito do Programa de Respostas Integradas não-financiado (PRI) de Santa Maria da Feira. No ano de 2018 foram efetuadas 133 consultas.

6. MIGRAÇÕES

6.1. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

Continuando a ser uma importante resposta para os cidadãos estrangeiros, ao nível do seu acolhimento, informação e apoio descentralizado, o CLAIM de Santa Maria da Feira, integra desde 2003, a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes com ligação aos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante - CNAI, e em articulação com o SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, e o Sistema de Informação de Segurança (SIS).

O concelho de Santa Maria da Feira é um concelho multicultural cuja presença de cidadãos estrangeiros portadores de Autorização de Residente aumentou significativamente nos últimos anos. De acordo com os dados do SEF de 2017, os estrangeiros que residem no Concelho com Autorização de Residência aumentaram de 996 (416 homens e 580 mulheres) em 2016, para 1203, (522 do sexo Masculino e 681 do sexo feminino).

A maior comunidade estrangeira no território concelhio, e de acordo com os mesmos dados, é a do Brasil, (319, 104 homens e 215 mulheres), seguindo-se a Ucrânia (217, 108 homens e 109 mulheres). A Venezuela ocupa o 3.º lugar (99, 34 homens e 65 mulheres), não sendo alheia a atual situação política daquele país, bem, como a tradição de emigração santamariana, ultrapassando a China.

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes registou no ano de 2018 um elevado crescimento em termos de atendimento a cidadãos imigrantes, passando de 432 em 2017 para 753 em 2018. Em termos de países de origem o CLAIM atendeu, na sua grande maioria, cidadãos de Venezuela (103), Brasil (98) Roménia (89), Espanha (70), de um total de 47 países.

Os assuntos que motivam a maior procura relacionam-se com a área do Emprego (91 atendimentos), Reagrupamento Familiar (89), Pedidos de Nacionalidade (73), questões relacionadas com a Segurança Social (71), Saúde (65), entre outros.

No âmbito do trabalho do CLAIM, realizou-se uma ação conjunta com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Rio Meão, no sentido de dinamizar um Curso *Português para Todos*, direcionado a 31 cidadãos estrangeiros, sem custos e de formação certificada de português, permitindo assim um acesso mais facilitado à aquisição de nacionalidade portuguesa, à autorização de residência permanente e/ou ao estatuto de residente de longa duração (com o certificado de nível A2).

6.2. Registo de Cidadãos de Certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça

O Certificado de Registo de Cidadãos da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça, formaliza o direito de residência em território nacional, dos cidadãos destes Países, bem como dos seus familiares. Em 2018, o Município emitiu 55 Certificados a cidadãos oriundos de 12 países, em estreita colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Forças de Segurança Pública, Segurança Social, Conservatórias, Registo Civil, Finanças e IEFP. No âmbito dos Países de Origem prevalecem a Espanha (14), a Roménia (10) e a Itália (8).

De salientar que, se tem detetado que existem já cidadãos com a naturalidade de países terceiros, nomeadamente do Brasil e da Venezuela, que ao alcançarem a nacionalidade de um dos países europeus (Itália e Espanha), têm solicitado o Certificado de Residente da União Europeia).

6.3. Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes

Desde 2003 a missão do Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes pauta-se por informar, orientar e auxiliar os nossos emigrantes e familiares que regressam definitivamente a Portugal e aos munícipes que desejam emigrar, sobre os seus direitos e deveres. Com 16 anos de funcionamento este Gabinete já apoiou 908 utentes e efetuou 26 862 atendimentos.

Dos 2469 atendimentos efetuados em 2018, ano em que se registou o maior número de atendimentos, prevaleceram os processos de pensões de invalidez, reforma, velhice portuguesa e estrangeira, de

viuvez, reformas complementares (1181), pedidos de nacionalidade (117), indemnizações e subsídios de desemprego (149), preparação do regresso (101), cobrança coerciva de pensão de alimentos (97), impostos (87), pedidos de equivalências escolares (71), legalização de veículos (68). De salientar que, foi mantida a tendência para obtenção da nacionalidade portuguesa de luso-descendentes.

Relativamente aos Países de Acolhimento dos municípes emigrados, os que registam o maior número de atendimentos são a França (708), Suíça (473), Espanha (154), Brasil (119), Luxemburgo (106), Grã-Bretanha (81), Venezuela (77), Alemanha (67), Canadá (48), dum total de 28 Países.

Em relação à origem dos emigrantes que procuraram os serviços do Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes, destacam-se Fiães (195), Canedo (188), Lobão (138), Argoncilhe (125), Caldas de S. Jorge (113), Sanguedo (87), de um total de 71 localidades, quer do concelho da Feira, quer de outros.

De destacar ainda que, o GACE continuou a apoiar a Plataforma de negócios BizFeira, ferramenta de promoção das empresas e produtos do Concelho de Santa Maria da Feira a nível nacional e internacional, atuando como instrumento de comunicação entre empresários feirenses e a sua Diáspora (Comunidade Emigrante e Imigrante).

6.3.1. Participação nas conferências

- III Encontro de Investidores da Diáspora, que decorreu no Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel, Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.
- Formação profissional de formação de agentes qualificados que atuem no domínio da Prevenção, Sensibilização e Combate ao Tráfico de Seres Humanos e no apoio às suas vítimas.
- Encontro “Migrantes: desafios e oportunidades”, realizado sob a égide do Conselho da Europa, em Lisboa, 9 e 10 de outubro traduzido num Laboratório de Políticas Integração Inclusiva da Rede Portuguesa de Cidades Interculturais para promover a cooperação e coordenação entre as autoridades locais, regionais e nacionais no campo da gestão da diversidade e integração inclusiva.

7. BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO

No ano de 2018, o Banco Local de Voluntariado, dinamizou conjuntamente com o Plano Municipal para a Igualdade de Género, e em articulação com as entidades parceiras da Rede Social concelhia, os Programas de Voluntariado Jovem e Intergeracionai, dirigidos aos jovens a partir dos 16 anos e aos seniores a partir dos 55 anos, permitindo oportunidades de valorização do seu tempo nas áreas da saúde, ação social:

- Programa de Voluntariado Jovem – Páscoa 2018: integrados 33 jovens de 26 de março a 6 de abril de 2018, em 12 instituições concelhias da área social e saúde;

- Programa de Voluntariado Intergeracional - Verão 2018: integradas 30 pessoas do Concelho entre os 16 e 57 anos, em 11 instituições;
- Programa de Voluntariado Intergeracional - Natal 2018, integradas 19 pessoas do Concelho entre os 16 e 57 anos, em 13 instituições concelhias da área social e saúde (dezembro 2018 e a janeiro de 2019);
- Programa de Voluntariado – Dia Metropolitano dos Avós - participação de 15 voluntários entre os 16 e os 50 anos.
- Dinamizadas 2 Ações de sensibilização sobre voluntariado – direitos, deveres, obrigações e aspetos gerais sobre a temática: participação de 5 jovens (abril), afetos à Campanha de Recolha Alimentar nos Modelos Continente; e participação de 5 voluntários do evento Dia Metropolitano dos Avós (julho);
- Campanha de Recolha Alimentar a favor do Mercado da Solidariedade que decorreu nos dias 27 e 28 de outubro nos diferentes Modelos Continente de Santa Maria da Feira: envolveu 30 voluntários entre os 15 e os 60 anos.

8. CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – DIREITOS & DESAFIOS III

Tendo como missão promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, de forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos, o projeto Direitos & Desafios, IV Edição, operacionaliza o programa de Contrato Local de Desenvolvimento Social de 3ª Geração, regulamentado pela Portaria n.º 179-B/2015 de 17 de Junho.

Tem como entidade coordenadora a Casa dos Choupos – Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL e como entidades executoras a ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria da Feira, o CTCP – Centro Tecnológico do Calçado de Portugal e a AMICIS – Associação Amigos por uma Comunidade Inclusiva de Sanguedo.

No seu Eixo 1 “Emprego, Formação e Qualificação” foram defendidas estratégias promotoras de projetos de auto-emprego e de empreendedorismo, de oportunidades de qualificação e de inserção profissional potenciadoras do território e da empregabilidade. Quanto às ações promovidas no Eixo 2 “Intervenção Familiar e Parental, preventiva da pobreza infantil” foram delineadas estratégias promotoras de qualificação familiar, de promoção de estilos de vida saudáveis e socialmente integradores para crianças e jovens e estratégias de mediação dos conflitos familiares. No seu Eixo 3 - Capacitação da Comunidade e das Instituições, privilegiou-se a criação/revitalização de associações (moradores, temáticas ou juvenis), de apoio à auto-organização dos habitantes e o desenvolvimento de instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços públicos de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e a exclusão social.

8.1. Agência Local em Prol do Emprego (ALPE)

A Agência de Negócios da ALPE durante o ano de 2018 alcançou as seguintes metas no âmbito das áreas do empreendedorismo e criação do próprio negócio:

- Apoio a 142 pessoas no âmbito da criação de negócios, tendo sido concretizados formalmente 22 negócios, significando 23 postos de trabalho. Foram divulgados 3 negócios criados na imprensa local;
- Realização de 216 atendimentos;
- Promoção de 4 encontros de networking com empreendedores, com o envolvimento de 44 participantes sobre as temáticas: “Mostra de Negócios” no Fórum Bizfeira e “Encontro de Networking”; Estratégias de comunicação para pequenos negócios; “O conceito de Economia colaborativa e participativa; “Encontro de Networking – Espaço Artseven”;
- Lançamento de um Concurso de Ideias “Biz Empreendedor” e da plataforma de apoio ao empreendedor. Esta ação incluiu formação e mentoria para aceleração de ideias de negócio e a apresentação de ideias a um painel Júri, tendo sido atribuído à ideia vencedora um prémio de incubação no HubParque. Seguiu-se o acompanhamento e a mentoria aos empreendedores participantes.

8.1.2. Agência de Formação

Ao nível do encaminhamento para respostas de educação-formação, a Agência de Formação da ALPE alcançou em 2018 os seguintes resultados:

- Efetuou 527 encaminhamentos para respostas de educação-formação e 348 pessoas participaram em resposta de educação-formação, em colaboração com parceiros de formação do Projeto. Destes 210 participaram em ações de formação base nas áreas da Língua Francesa, Primeiros Socorros; Produção Agrícola e Animal, Fruticultura e Jardinagem; Inglês; Espanhol; Inteligência Emocional; Modelos e Planos de Negócios / Finanças para não Financeiros; Fabrico de compotas, conservas e licores;
- Foi estruturado um percurso Formar para Empregar – Fabrico de Técnicas de Acabamento de Braceletes e de Relógios, em parceria com o CINDOR no âmbito do processo de recrutamento para a empresa Relprod, com início em Janeiro de 2019;
- Foram realizadas 23 sessões temáticas com o envolvimento de 540 pessoas nos domínios do emprego, formação e empreendedorismo: 5 Sessões de divulgação de Ofertas de Emprego, e RVCC; 4 sessões relacionadas com as competências-chave valorizadas pelos empregadores, 4 Workshops relacionados com ferramentas-chave de procura de emprego, 3 sessões relacionadas com a constituição formal de empresas e incentivos financeiros; 1 Pequeno-almoço com Empresários/as – Medidas de Apoio à Contratação e 1 ação no âmbito da literacia financeira.

8.1.3. Agência de Emprego: Bolsa de Oferta e de Procura de Trabalho (BOPT)

Realizou 1480 atendimentos a pessoas à procura de emprego, significando 992 pessoas atendidas. Dinamizou a Bolsa de Oferta e Procura de Trabalho, serviço gratuito numa articulação estreita com empresas do EDV em processos de recrutamento e seleção de candidatos, registando 143 ofertas de emprego (80 empresas) na Bolsa, correspondendo a 383 postos de trabalho (vagas) e efetuado 1.337 encaminhamentos para as referidas oportunidades de emprego.

Do follow-up efetuado aos inscritos na ALPE e às empresas que abriram ofertas, verificou-se que 266 pessoas se encontram já enquadradas no mercado de trabalho.

Os atendimentos realizados decorrem, também, em pontos de proximidade no concelho em articulação estreita com os Fóruns Sociais de Freguesia:

- Canedo (85 encaminhamentos para ofertas de emprego, 64 encaminhamentos para ofertas formativas e 102 participantes em sessões de informação à medida);
- Fiães (93 participantes em sessões de informação à medida, 173 encaminhamentos para ofertas de emprego, 42 pessoas encaminhadas para ofertas formativas);
- Argoncilhe (8 participantes em sessões de informação à medida, 59 encaminhamentos para ofertas de emprego, 37 encaminhamentos para ofertas formativas);
- S. João de Ver (202 encaminhamentos para ofertas de emprego, 76 encaminhamentos para ofertas formativas, 105 participantes em sessões de informação à medida).

8.1.4. Agência de Emprego: Programa de Apoio medidas de apoio emprego (PAME)

Realizou apoio direto a 41 candidaturas a medidas de apoio ao emprego abrangendo 35 candidatos integrados.

8.1.5. “Põe-te à Prova”

Em parceria com o Gabinete da Juventude do Município, promoveu estágios em empresas que aderiram a este programa, com 4 jovens entre os 15 e os 25 anos, os quais sendo de diferentes naturezas, favorecem a integração profissional de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo.

8.1.6. Programa Jovem Ativo

O Programa Jovem Ativo, em parceria com o Gabinete da Juventude do Município, visa desenvolver ações que estimulem as capacidades empreendedoras dos alunos do ensino secundário, numa perspetiva de reforço da iniciativa, da inovação, da criatividade, do gosto pelo risco e que constituam uma primeira abordagem à atividade empresarial. Com o objetivo de dar a conhecer a realidade

empresarial no terreno e sensibilizar os jovens para o espírito empreendedor, o “Conta-me Negócios” articulou com empresas industriais do concelho e organizou 2 visitas com a participação de 7 jovens às empresas Reprod e Feirauto.

8.1.7. Projeto de prevenção do abandono escolar - “Desafia-te”

Em parceria com o Gabinete do Município, o projeto “Desafia-te” realiza ações de prevenção do abandono escolar contribuindo para a sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou se encontram em risco de abandonar o sistema educativo, promovendo o contacto com diferentes realidades do mundo do trabalho que permitam a sua inclusão social.

Em 2018 realizou 2 sessões temáticas com o envolvimento de 12 jovens que exploraram diferentes áreas, desafiando os jovens a pensar diferentes carreiras profissionais, através do contacto com testemunhos de profissionais e, sensibilizando-os para a importância da escolarização e formação profissional.

8.1.8. Clubes Emprego

Os Clubes Emprego da ALPE desenvolvem atitudes de procura ativa de emprego, promovendo exercícios de promoção do relacionamento interpessoal, coesão de grupo e de auto-estima e de preparação efectiva para entrevistas de emprego, decorrentes da Bolsa de Oferta e Procura de Trabalho. Em 2018 foram desenvolvidos 5 Clubes de Emprego com o envolvimento de 209 participantes. Foi ainda realizado um Bootcamp “Meet me in Bootcamp” e um Encontro entre empresas e candidatos a emprego, com a presença de 15 empresas e 23 candidatos, enquadrado no Fórum Social de Fiães.

8.1.9. PROVE + - Programa de organização de produtores agrícolas e frutícolas locais para comercialização

Dinamizado em parceria com a ADRITEM, com o objetivo de promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade, o “PROVE +” fez a articulação com 50 promotores agrícolas e 2 Instituições do concelho, constituindo uma rede de produtores agrícolas do concelho. No âmbito do “Envolve-te no Desafio”, foi atribuído o selo “Entidade Socialmente Responsável” ao Centro Social Paroquial Santa Maria da Feira, enquanto entidade aderente a esta rede.

8.1.10. ISCA: A Rede de oferta de equipamento e instalações de cozinha para promoção de pequenos negócios

Esta Rede de oferta de equipamento e instalações de cozinha para promoção de pequenos negócios, denominada ISCA, em parceria com a ADRITEM, durante o ano de 2018, continuou a divulgar o serviço

junto de instituições dispostas a ceder os seus equipamentos e cozinhas para a atividade de confeção de alimentos. Contudo não foram identificados empreendedores para quem esta solução fosse adequada, fundamentalmente porque o volume de negócio não se revelou adequado.

8.1.11. A Oficina dos Liteiros

Em parceria com a ADRITEM, foi dinamizada durante o ano de 2018, a oficina de tecelagem que teve como principal objetivo potenciar a arte tradicional dos liteiros, tendo participado 13 desempregados do concelho. A oficina produziu modelos decorativos e as golas do produto de design de moda criado em 2016, com o envolvimento de uma empresa (Ultriplo). Em parceria com a Associação I9Jovem e o Concurso Jovens Criadores, foi atribuído ao vencedor do concurso a criação de mais um produto de design, tendo este apresentado, no final de 2018, a proposta do novo produto, e desenvolvido protótipo para aplicação no produto de design com recurso a aplicação da arte do liteiro.

No âmbito do “Envolve-te no Desafio”, foi atribuído o selo “Entidade Socialmente Responsável” às empresas Vancal, Beatriz dos Panos, Ultriplo, Américo Machado, pelo seu envolvimento na Oficina. Os produtos marca Ó Linda foram disponibilizados para comercialização em dois pontos de venda (na Loja Ivo Maia Design e na Loja *Mais Próximo de Si* - Loja Colaborativa).

8.1.12. Casa Verde- Oficina de produção e comercialização de produtos agro-alimentares

Em parceria com a AMICIS, tem vindo a desenvolver a produção, em modo biológico, de hortícolas com recurso ao processo de compostagem. 26 pessoas portadoras de deficiência participam regularmente na Oficina. 1 Participante integrado em medidas de apoio ao emprego e 2 participantes integrados em ações de formação profissional para obtenção do nível de qualificação 2 (3º ciclo ensino básico). Promoveu ainda atividades pedagógicas para escolas e jardins-de-infância (164 crianças), vendas solidárias dos produtos cultivados e promoção de voluntariado na área da agricultura. Foi desenvolvida uma ação de sensibilização na área da agricultura biológica (45 horas). Foi criado o slogan “Cultiva a Diferença” e a promoção do voluntariado, através da criação da “Horta do Voluntário”. Foi dado início do processo de criação de cooperativa.

8.1.13. Oficina de Produção e comercialização de calçado artesanal

Em parceria com o Centro Tecnológico de Calçado de Portugal, foram realizados duas Oficinas High-end Shoe - Manufatura de Calçado de Alta Gama /Luxo – Calçado de Homem (140h) e Calçado de Senhora (140 horas) tendo, como resultado, protótipos de modelos de sapatos de homem e senhora, com o envolvimento de 14 participantes, a quem foi disponibilizado apoio na criação de bases para o negócio.

Eixo 2 – Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil

8.2. Espaço Trevo - Gabinete de apoio a situações de violência doméstica

Desde 2006 que o *Espaço Trevo* intervêm como resposta de apoio às vítimas de violência doméstica assente nas linhas orientadoras do Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica 2018-2021 (PAVMVD) integrado na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030.

Em 2018 o apoio informacional, psicossocial, psicológico, aconselhamento jurídico e encaminhamento social traduziu-se nos seguintes indicadores:

- Apoio a 70 novos casos de vítimas de violência doméstica (65 do sexo feminino e 5 do sexo masculino), a 8 familiares e 7 pessoas com outro tipo de problemática;
- Efetuados 56 atendimentos de aconselhamento jurídico e 642 atendimentos psicossociais;
- Ao nível do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima no Ministério Público (GAIV) foram realizados 127 atendimentos;
- Foram realizadas 8 ações de sensibilização no âmbito da violência do namoro e Igualdade de Género envolvendo a participação de 139 jovens;
- Promovidas 2 ações formativas a 3 Técnicos Oficiais de Justiça da Unidade Especializada em Violência Doméstica do DIAP Aveiro – Núcleo de Santa Maria da Feira;
- Promovido o II Encontro de Magistrados dirigido a oficiais de justiça e magistrados do Tribunal de Santa Maria da Feira, tendo tido a participação de cerca de 20 elementos;
- Dinamização de um Debate sobre a Violência Doméstica com participação 50 pessoas (Igreja de S. João de Ver);

8.3. A Oficina de Dança Inclusiva

Esta Oficina de Dança Inclusiva, em parceria com a Cerci-Lamas, é dirigida para pessoas portadoras de deficiência, institucionalizadas e não institucionalizadas, e tem como objetivo central promover o desenvolvimento, através da dança, das suas competências pessoais e sociais facilitando a sua integração. Por outro lado, ao realizar performances artísticas, os seus participantes sensibilizam a comunidade para a importância da pessoa portadora de deficiência ser uma pessoa igual a todas as outras, mais ainda enquanto bailarino/a. Em 2018 ocorrem ensaios semanais com cerca de 12 participantes.

8.4. Centro de recursos especializados de apoio à Família

Disponibiliza junto das IPSS's do Concelho uma bolsa de diferentes áreas de especialidade, mais deficitárias no território, como a mediação familiar, terapia familiar, pedopsiquiatria e assistência pessoal.

No ano de 2018, acolheu 29 casos novos, tendo sido 59 casos seguidos totalizando 170 sessões realizadas. No âmbito serviço de assistente pessoal, em parceria com a APN, foram apoiados 3 cidadãos portadores de deficiência num total de cerca 582 horas de assistência. Decorreram ainda duas sessões de sensibilização relativamente à Infância e a Prevenção, com cerca de 190 participantes da comunidade escolar, com a participação de 8 crianças.

8.5. Cegonha & Companhia

Em parceria com o ACES Feira/Arouca o projeto Cegonha & Companhia disponibiliza apoio a grávidas em risco social, jovens mães e pais. No ano de 2018 acolheu 9 sinalizações novas, fazendo seguimento direto de 9 grávidas/mães e bebés, 3 acompanhamentos a curso pré e pós-parto, com registo de 12 visitas domiciliárias. No âmbito do VI Envolve-te no Desafio, decorreu ainda uma actividade Showcooking “Lanche Saudável e Primeiras Papas” dirigido para a comunidade em geral no Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, com a participação de cerca de 30 participantes profissionais de saúde, auxiliares, pais/mães puérperas e grávidas.

8.6. Clubes de Pais

Esta resposta Clubes de Pais, espaço de diálogo, partilha, aprendizagem e reflexão, desenvolveu um clube de pais com 7 sessões e 11 participantes do Centro Comunitário do Centro Social de São Tiago de Lobão, de modo a promover o desenvolvimento e reforço das suas competências parentais.

8.7. Jogar e Aprender - Academia de Programação Informática

Em parceria com a Divisão de Educação, no ano de 2018, desenvolveu 7 workshops sobre linguagem de programação com a participação de 116 crianças de 7 escolas do concelho: EB Bairro/Arrifana, EB Feira2/S. M. Feira, EB Caldelas/Caldas de S. Jorge, E.B. Cavaco, E.B. S. Domingos/Argoncilhe, EB Avenida/Fiães e EB Souto Redondo/S. João de Ver.

Eixo 3 – Capacitação da Comunidade e das Instituições

8.8. Laboratório de inovação social

Durante 2018, o projeto vencedor do *bootcamp* realizado em 2016, Linhas Com Rosto, recebeu financiamento por parte da Fundação Montepio e, deste modo, viu reunidas as condições para a sua concretização. A preparação do seu arranque iniciou-se em Dezembro de 2018. No âmbito do Programa de Aceleração de Projetos Sociais – AMPLifica, acompanhamos o Cuidar de Quem Cuida no processo de aceleração e na sua apresentação a um painel de representantes da Portugal Inovação Social, que culminou com o seu financiamento enquanto Título Impacto Social no decorrer de 2008. No âmbito da ação “Acelera-Te” e num atendimento individualizado com 12 participantes surgiram duas ideias de

inovação social que foram sistematizadas e efetuada ponte com Centro de Criação Imaginarius para a sua aceleração.

8.9. Posto de Acesso serviços públicos on-line

Decorrente do diagnóstico executado e dos contactos com diversos serviços concluiu-se não ser possível acomodar esta resposta à dinâmica dos serviços, muito reforçado pela implementação de outras soluções de proximidade já em curso.

8.10. Fórum da Cidadania

Foi lançada no ano de 2018 a abertura de novo concurso à comunidade para apresentação de propostas para resolução de problemas sociais. Foram apresentadas 3 propostas: Fórum Social de Freguesia Sanguedo, Liga Amigos Hospital S. Sebastião (LAHSS) e Clube Desportivo de Fiães. A proposta vencedora, da LAHSS, denominada “Ações de Sensibilização junto de Voluntários, vem aliar a importância de promover contextos de educação não formal junto de voluntários para que estes possam promover um melhor acolhimento, encaminhamento e acompanhamento humanos dos doentes e seus familiares, utentes do Hospital S. Sebastião.

9. PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO

9.1. Gabinete de Igualdade de Género

O Gabinete de Igualdade de Género, no ano de 2018, realizou as seguintes dinamizações, em parceria com o Espaço Trevo, de modo apromover a tomada de consciência da população juvenil para as manifestações, gravidade e impacto da violência nas relações de namoro, incrementando a intolerância face a este fenómeno:

- **2 sessões de sensibilização na Associação de Ensino, Formação e Desenvolvimento Social – Feirensino**, para cerca de 60 alunos/as do 3.º ciclo, nos dias 28 de Fevereiro, 1 e 2 de Março de 2018;
- 1 sessão de sensibilização sobre igualdade de género e prevenção da violência doméstica, dirigida a 60 formandos/as do Centro de Formação Alfabetismus – Centro de Formação de Canedo, decorrida na Junta de Freguesia de Canedo, a 03 de outubro.
- 1 sessão de sensibilização sobre igualdade de género na infância, decorrida no Centro de Solidariedade Social de São João de Ver – O Abrigo, dirigida a 15 educadoras de infância provenientes de 7 entidades da rede social e escolar, com uma duração de duas horas, no dia 5 de Novembro (Castiis, O Abrigo, Agrupamento de Escolas de Argoncilhe, Centro Social e Paroquial de S. Jorge, O Amiguinho - Sociedade de Educação de Infância Lda, Sonho da Criança — Cercifeira e Associação de Bem-Estar de Santa Maria de Lamas);
- 2 sessões de sensibilização de igualdade de género, em parceria com o Ser + Pessoa –

Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira no âmbito do projeto “Alcança o Ser Cool”, desenvolvidas nos dias 11 e 13 de dezembro, para um total de 96 crianças do 3.º ano de escolaridade das escolas básicas do Cavaco, Sanfins, Souto Redondo e Centro Escolar de São João de Ver, com uma duração de 45 minutos cada;

- Oficina experimental de teatro intitulada “Sala dos Sentidos”, no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Mulher, a 08 de Março, com o objetivo de promover a expressão oral e corporal de 10 colaboradoras do Município e da empresa municipal Feira Viva. Foi ainda realizada uma serenata laboral, aos trabalhadores/as do Município, com a dinamização de um dueto feirense de nome “Melomania”.

9.2. Espaço Filhos

A iniciativa Espaço Filhos é dirigida aos filhos dos funcionários do Município e do Feira Viva, Cultura & Desporto, e.m, tendo por objetivos a promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, otimizando respostas lúdicas e pedagógicas já criadas para o período normal de férias.

No ano de 2018, foram dinamizados as seguintes edições, integrando um conjunto de atividades desportivas, artísticas, culturais e lúdico-pedagógicas, dinamizadas nas instalações da Escola EB1 n.º1 de Santa Maria da Feira:

- “Espaço Filhos - Férias da Páscoa”, 26 de março a 6 de abril de 2018, com a participação de 15 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 12 anos;
- “Espaço Filhos – Férias de Verão 2018, que se realizou de 16 de julho a 27 de julho de 2018, com a participação de 27 crianças entre os 4 e os 12 anos.
- No Espaço Filhos – Férias de Natal 2018, que se realizou de 17 de dezembro a 21 de dezembro, com a participação de 14 crianças entre os 4 e os 11 anos.

9.3. Outras atividades

- Dia Internacional da Família, foi atribuído um voucher, com oferta de atividades desportivas nas instalações do *hmc sports* - piscinas e ginásios municipais da Feira, Lourosa e Fiães, participaram 10 famílias dos/as colaboradores/as do Município e Feira Viva e 25 membros do agregado familiar destes participantes. A iniciativa teve a parceria da Empresa Municipal Feira Viva (7 a 13 de Maio de 2018). Realizaram-se ainda duas conversas em locais distintos;
- De modo a refletir sobre as famílias em mudança e novas formas de promoção de boas práticas coadjuvantes com as necessidades das famílias dos colaboradores da autarquia, foi realizada a conversa “Autarquias Familiarmente Responsáveis (15 de Maio, Salão Nobre do Município) e a conversa “Empresas Familiarmente Responsáveis” (na empresa *Cork Supply*, participação de 15 colaboradores/as da empresa -17 maio).

10. PROVIDORIA MUNICIPAL DOS CIDADÃOS COM DEFICIÊNCIA

Actuando na promoção da qualidade de vida, autonomia, e na defesa dos direitos e legítimos interesses dos cidadãos portadores de deficiência, a Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência de Santa Maria da Feira (PMCD), continuou em 2018 a consolidar a sua actividade, através de:

10.1. Parcerias estabelecidas

- No âmbito do Grupo de Trabalho para a Deficiência, dinamizado pela AMP- Área Metropolitana do Porto, a Provedoria participou na sistemática articulação e partilha de boas práticas entre os 17 municípios da AMP, no desenvolvimento e apresentação do guia “A empregabilidade da pessoa com Deficiência” (AMP em parceria com a GRACE), para a promoção da responsabilidade social das empresas e na apresentação do núcleo Norte da Associação Salvador, ainda com ações para a empregabilidade das PcD.
- Promoveu e participou em ações com a CERCI-Feira, CERCI-Lamas, AMICIS- Associação de Amigos por uma Comunidade Inclusiva de Sanguedo, Casa Ozanam, APN- Associação Portuguesa de Neuromusculares, O Abrigo – Centro de Solidariedade Social de S. João de Ver, CRI’s- Centros de Recursos para a Inclusão, Juntas de Freguesia e de União de Freguesias, entre outras entidades;
- Apoiou a implementação da Provedoria da Câmara de Matosinhos;

10.2. “Mobilidade“ no Município de Santa Maria da Feira

Iniciativa implementada em 2012 pelo Município, em colaboração com a Provedoria, para a promoção e implementação das adequadas condições de acessibilidade e mobilidade no concelho, por meio de um Manual de boas práticas, Concurso e Selo.

Na persecução do seu objetivo de contribuir para o levantamento, diagnóstico e implantação de condições de acessibilidade, segurança e conforto para todos, particularmente das pessoas com deficiência ou incapacidade, a PMCD procedeu à divulgação destas iniciativas junto dos Presidentes das Juntas de Freguesia, para a eliminação dos obstáculos à mobilidade nos centros urbanos do concelho.

Em novembro de 2018 a PMCD participou na ação dinamizada pelo Agrupamento de Escolas de Arrifana e a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho do distrito de Aveiro “Mobilidade para Todos - Barreiras arquitetónicas”, em que foi apresentado o levantamento sobre os obstáculos arquitetónicos existentes nas freguesias de Arrifana, Escapães, Milheirós de Poiares, Pigeiros e Romariz, com o apelo à intervenção dos seus Presidentes.

10.3. Projeto “Desporto Plural”

O projeto “Desporto Plural”, criado em 2015, procura garantir a equidade no acesso, participação e envolvimento técnico em modalidades desportivas, para o exercício associativo de pessoas com e sem deficiência. No âmbito deste projeto, em 2018, a Provedoria participou na promoção de três ações conjuntas com o programa Movimento e Bem-Estar, na realização dos “*Jogos pela Diversidade – 2018 – Páscoa, Natal*”; convocando para o projeto, pessoas de qualquer idade ou capacidade, com ou sem deficiência.

Ainda em 2018, o município deu continuidade ao “Desporto Plural nas Escolas”, orientado para alunos dos agrupamentos de escola do concelho de Santa Maria da Feira, do ensino pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo e atletas do Desporto Plural, decorreu em Fevereiro e Junho envolvendo cerca de 50 alunos por escola. Ainda no âmbito do “Desporto Plural”, e aludindo à celebração do Dia Internacional da Pessoa com deficiência, decorreu a 04 de dezembro a primeira sessão de Adaptação ao Meio Aquático/ Natação, como quarta modalidade do projeto, tornando-se assim uma resposta social relevante para a beneficiação da qualidade de vida das pessoas com deficiência ou incapacidade, num contexto inclusivo, lúdico e terapêutico.

10.4. Outras participações e representações

No decurso de 2018 a PMCD esteve representada nas seguintes iniciativas:

- Encontro “Empregabilidade: O papel da sociedade no futuro dos jovens com deficiência”, realizado a 19 de março, na Escola Básica de Arrifana;
- Seminário “Autonomia e capacitação, os desafios dos cidadãos portadores de deficiência - Vulnerabilidade e diversidade: direitos fundamentais em contexto”, realizado a 17 de abril, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto;
- “Jogos de Futebol de Praia”, realizado entre IPSS de apoio a PcD, com participação do município, a 7 de setembro, na praia de Espinho;
- Encontro “Cidadania e direitos na deficiência”, realizado a 19 de outubro, na Casa Ozanam - Associação das Obras de S. Vicente de Paulo, em S. João de Ver.
- Aludindo à comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, participou nas ações dinamizadas pelo Agrupamento de Escolas de Arrifana, no âmbito do projeto Erasmus+ “Sharing the world- Disability and Displacement”: no encontro “À conversa com”, realizado a 27 de Novembro;
- Na apresentação da “Start-Up Sweet+”, lançamento da empresa direcionada para a inclusão de PcD entre a comunidade escolar, a 28 de novembro; e na apresentação da sessão “Mobilidade para todos- barreiras arquitetónicas”, a 30 de novembro, na Escola Básica de Arrifana.

- Festa de Natal pela Inclusão, organizada pelo Município a 2 de dezembro no Europarque; promoveu e participou na visita ao Museu do Futebol Clube do Porto, dinamizada pela Junta de Freguesia de São João de Ver para PcD não institucionalizadas da freguesia, realizada a 3 de dezembro, no Porto;
- Moderou o evento “Estamos Todos- III Edição”, dinamizado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Prime, no âmbito do Programa de Apoio Cultural do Município, realizado a 7 de dezembro na Tuna Musical de Moselense, em Moselos;
- Participou com a Casa dos Choupos - Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL, na organização na I Edição de “Conversas soltas sobre a deficiência”, sob o tema “Boas ideias (e Boas práticas) para o Desporto Plural, na Perspetiva da PcD”, realizada no Museu do Convento dos Lóios a 15 de dezembro.

10.5. Apoio a Candidaturas: Centro de Apoio à Vida Independente - CAVI

A APN- Associação Portuguesa de Neuromusculares, decidida a alargar o Serviço de Assistência Pessoal às PcD (além dos seus doentes neuromusculares), apresentou uma candidatura para a constituição de um CAVI no concelho. Nesse âmbito, foi estabelecida uma parceria entre o Município e a APN, para a promoção desse projeto-piloto e, dessa forma, para a autonomia e independência das pessoas com deficiência, tendo a mesma sido aprovada em 2018.

Neste âmbito, a **PMCD continuou a acompanhar o desenvolvimento do projeto, com a identificação de potenciais beneficiários** (Assistentes Pessoais e PcD) e no **esclarecimento do público-alvo**, quer no âmbito específico das medidas preconizadas pelo AVI- Apoio à Vida Independente, como com outras alterações legislativas, que com este se relacionam (PSI- Prestação Social para Inclusão ou o novo regime jurídico do Maior Acompanhado, p.ex.).

11. GABINETE DA QUALIDADE

Promovendo uma intervenção social integrada com qualidade, que facilite a plena integração dos munícipes bem como, a plena cidadania, com direitos e deveres devidamente assimilados, este Gabinete ao longo de 2018 assegurou:

- A manutenção da estrutura documental do Sistema de Gestão da Qualidade da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida;
- Tratamento de 1 reclamação apresentada na DASQV, tendo a mesma sido superiormente analisada, encontrando-se informada e concluída, com decisão de arquivamento.

12. GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

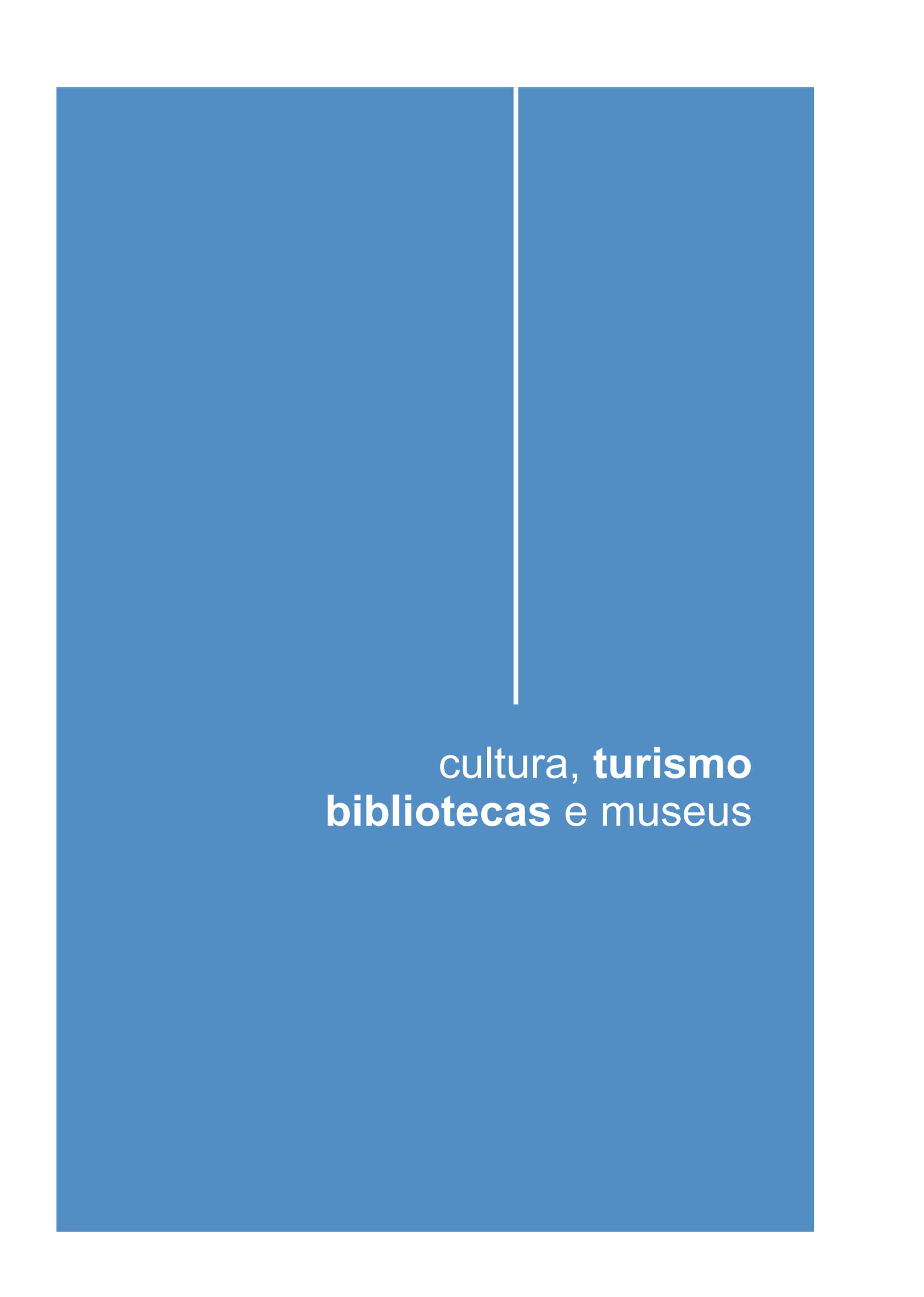
O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), promovido pelo Município, constitui-se como uma resposta descentralizada de alguns serviços prestados aos munícipes do concelho de Santa Maria da Feira, pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga, nos domínios do emprego e da formação.

O GIP disponibiliza informação profissional para jovens e adultos desempregados, presta apoio na procura ativa de emprego, acompanha de forma personalizada os desempregados em fase de inserção e reinserção profissional, capta e gere ofertas de emprego.

Junto de entidades empregadoras, o GIP divulga ofertas de emprego e encaminha para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo.

Desta forma, os objetivos contratualizados e atingidos foram os seguintes:

- 645 Ações de Informação sobre as medidas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou formação, de 300 previstas;
- 286 Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento de atitude empreendedora de 240 previstas;
- 234 Encaminhamentos para acções de formação ou medidas de emprego, de 192 previstas;
- 202 Recepções e registos de ofertas de emprego, de 132 previstas;
- 737 Apresentações de desempregados a ofertas de emprego, de 624 previstas;
- 78 Colocações de desempregados em ofertas de emprego, de 80 previstas;
- 89 Ações de informação sobre oferta formativa ao nível dos cursos de especialização tecnológica (CET), vida activa jovem e aprendizagem junto de jovens, de 80 previstas.



cultura, **turismo**
bibliotecas e museus

As áreas da Cultura e do Turismo prosseguiram, em 2018, os objetivos estratégicos estabelecidos para o ciclo de governação, com o propósito base de contribuir para a construção de uma comunidade mais diversa, mais dialogante e mais democrática. Assim, foram executadas ações chave, projetos e atividades sobre o desígnio, transversal, de expandir o acesso à Cultura, fomentar oportunidades e construir conexões.

Em Ano Europeu do Património Cultural, o acolhimento da V Capital da Cultura do Eixo Atlântico, pelo Município de Santa Maria da Feira, constituiu-se como um momento ímpar com impactos positivos, diretos e colaterais, na vida Cultural da comunidade.

Ao longo de 52 semanas do ano, foram promovidos 51 eventos específicos, com grande foco na Cultura Urbana e na programação para jovens. Não obstante a dimensão internacional do programa, foram também integrados 12 eventos organizados pelo tecido associativo concelhio e realizadas sete atividades com artistas locais.

Partindo do denominador comum da euro-região – a sua história –, foram organizados eventos específicos, ancorados na identidade, também comum da Galécia, e aglutinadores da participação de outros municípios do Norte de Portugal e da Galiza, tais como o EM.COM.TRADIÇÕES – 1º Encontro do Cancioneiro Galaico-Português, o Congresso Cultura Castreja – Identidade e Transição: Estudos sobre Proto-História e Romanização do Noroeste Peninsular, o concurso de arte urbana Urbanidades do Eixo, o Eixos - Ciclo de Teatro de Marionetas de Portugal e Galiza e o Seminário de Intercâmbio de Experiências no âmbito da Cultura.

No balanço final da organização, incluindo os três grandes eventos de rua de Santa Maria da Feira, estima-se que cerca de 838 mil pessoas, número total de públicos, tenham assistido às atividades de programação da V Capital da Cultura do Eixo Atlântico.

Foi, igualmente, em 2018 que se iniciou o novo programa de descentralização do acesso às atividades culturais no concelho – “Artes em Itinerância” – e que o Imaginarius foi reconhecido, internacionalmente, nos Eventex Awards e nos ©ECTN Awards 2018 EYCH.

No Turismo, verificou-se um acréscimo de 7,7% no número de dormidas nas unidades hoteleiras do concelho, totalizando 105 514 dormidas, bem como um acréscimo de 7,6% no número de visitantes dos equipamentos culturais e turísticos de Santa Maria da Feira, num total de 283 140 visitantes.

Nota ainda para a adesão à Associação de Turismo Militar Português e, no campo das acessibilidades, a auditoria aos principais equipamentos culturais e turísticos de Santa Maria da Feira, pelos técnicos do projeto Tur4All Portugal, cujos relatórios estão, integralmente, publicados na plataforma www.tur4all.pt, contribuindo para a divulgação destes equipamentos junto de todos os seus potenciais públicos.

Em 2018, dentro do plano de dinamização turística do Mercado Municipal, realizou-se, pela primeira vez, o evento Natal no Mercado, com foco na promoção da gastronomia, artesanato e animação típica da quadra natalícia.

No que concerne à atividade da Biblioteca Municipal, notou-se o incremento do número de visitantes presenciais face a 2017, com um crescimento expressivo de 49,9%, facto para o qual terá contribuído, certamente, o alargamento de horário de serviço, incluindo os domingos entre as 09h30 e as 12h30. De referir ainda o início da atividade de programação regular de cinema para escolas, famílias, jovens e adultos, num total de 37 sessões anuais, que registaram 4 194 espectadores. Em 2018, nota positiva também para o crescimento de 2,7% do número total de leitores, de 9,3% do número de novos leitores e de 11,2% do número total de empréstimos.

Não poderemos deixar de realçar a materialização do testamento do Padre Domingos A. Moreira, Abade de Pigeiros, sobretudo, com a inauguração da sua biblioteca, em Pigeiros.

No que diz respeito ao Arquivo Municipal, sublinha-se a elaboração do projeto da construção do seu espaço, bem como o início das atividades conducentes à implementação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Municipal, segundo o referencial da norma ISO 30301, que colocará o Município na vanguarda dos Arquivos Municipais e constituirá um forte instrumento de modernização administrativa.

Os Museus Municipais, Museu Convento dos Loios e Museu do Papel Terras de Santa Maria, registaram, em 2018, um número total de 72 216 visitantes, o que representou um crescimento de 25% comparativamente a 2017.

ação cultural



expandir o **ACESSO**

As promoções da identidade, da história e do património, a descentralização cultural, as parcerias culturais e o apoio ao associativismo, exponenciaram a singularidade de Santa Maria da Feira em relação a outros territórios, conferindo-lhe um fator de competitividade e a projeção de uma imagem forte e positiva, reconhecida nacional e internacionalmente.

Identidade

A Festa das Fogaceiras evidenciou ser uma iniciativa identitária, incorporando o capital cultural e o património imaterial das gentes da Feira e das Terras de Santa Maria.

O ponto mais alto da vasta programação desta festividade, ocorreu no dia 20 de janeiro, no cortejo cívico e religioso, que contou com a presença de 300 fogaceiras e da comunidade. A programação da Festa das Fogaceiras englobou diversas propostas de agentes culturais e associativos locais, que vieram comprovar o forte sentido de pertença que esta festividade desperta na comunidade.

História e património

Na perspetiva de valorizar a nossa história e o património do nosso território, nomeadamente, o Castelo, as Igrejas Paroquiais e o Mercado Municipal, desenvolveram-se atividades culturais que, além de exponenciarem o seu valor, foram mobilizadoras de novos públicos. Das várias atividades, destacamos a comemoração do Dia Nacional dos Castelos (7 de outubro), através da realização das Visitas Encenadas ao Castelo da Feira, com a participação do Grupo de Teatro do Centro de Cultura e Recreio do Orfeão da Feira, que conduziram o público por um roteiro de histórias, dando a conhecer o Castelo e a sua relevância na história local e nacional.

dados chave

300 fogaceiras

19 atividades

1 artista internacional

6 ações de serviço educativo

3 exposições

1 concurso

1 workshop

3 ações de promoção da fogaça

6 espetáculos de/com artistas locais

6

visitas encenadas



500

visitantes



Procurando valorizar o património religioso e organístico das igrejas paroquiais de Santa Maria da Feira, entre 2 e 23 de setembro, desenvolveu-se o I Ciclo de Órgãos de Tubos de Santa Maria da Feira, sob a curadoria do músico organista feirense, Rui Soares. Os concertos contaram com a participação de organistas nacionais e internacionais e realizaram-se nas Igrejas de Mosteirô (2 de setembro), Santa Maria da Feira (9 de setembro), Nogueira da Regedoura (16 de setembro) e Santa Maria de Lamas (23 de setembro).



Numa perspetiva de potenciar o património contemporâneo, de arquitetura urbana, destaca-se a realização do III Festival de Cerveja Artesanal com Lúpulo Feirense, de 12 a 14 de outubro, no Mercado Municipal de Santa Maria da Feira, que permitiu evidenciar a obra do arquiteto Fernando Távora, considerada uma referência da arquitetura contemporânea portuguesa.



Apoio ao associativismo

O PAPC - Programa de Apoio a Projetos Culturais, foi instituído em 2015 e, desde então, tem-se constituído como um importante contributo para a qualificação da política cultural do território, uma vez que fomenta a diversificação da oferta cultural e, sobretudo, a democratização do acesso à cultura e aos bens culturais.

A criatividade e a cultura convergem neste Programa para potenciar a participação ativa da população na construção do capital cultural do território, bem como no alargamento da fruição de bens culturais.

Em 2018, através do PAPC foram apoiados 38 projetos, provenientes de 25 associações culturais locais, num investimento total de 147 134,30 €.



Ano	Associações	Projetos	Investimento	Valor Total
2015	68	27	19	14 927,00€
2016	48	29	26	124 553,83€
2017	41	22	36	135 515,94€
2018	25	38	25	147 134,30€



fomentar OPORTUNIDADES

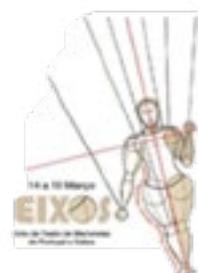
Santa Maria da Feira acolheu, durante o ano de 2018, a V Capital da Cultura do Eixo Atlântico, tendo ficado sob a responsabilidade do Município a dinamização de uma proposta de programação abrangente e diversificada, fazendo o cruzamento e a convergência da Arte com a Cultura e o Conhecimento. A matriz desta programação teve por base os eventos de referência no território, de iniciativa do Município e dos agentes culturais e associativos locais e a colaboração dos diversos Municípios do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Destaca-se, no âmbito da programação, a realização de diversas atividades e projetos que terão continuidade, tais como: EIXOS-Ciclo de Teatro de Marionetas de Portugal e Galiza; Seminário de Intercâmbio de Experiências no âmbito da Cultura e o EM.COM.TRADIÇÕES – Encontro do Cancioneiro Tradicional Galaico Português.

EM.COM.TRADIÇÕES, projeto ímpar na promoção e divulgação das tradições da música Galaico-Portuguesa, realizou-se na Biblioteca Municipal, no Cineteatro António Lamoso, no Mercado Municipal Fernando Távora e no Museu Convento dos Lóios. A iniciativa envolveu os agentes atuantes nas diferentes áreas ligadas a esta temática, como luthiers, professores, investigadores, músicos, associações e grupos de folclore.

Foram realizados encontros de músicos e construtores de instrumentos tradicionais, workshops e tertúlias temáticas sobre a música e o livro galaico-português, onde se debateu a cultura musical comum, as artes e ofícios em torno da construção dos instrumentos e da dimensão etnomusicológica de investigação.

O programa, totalmente gratuito, contemplou ainda diversos espetáculos de música tradicional, dos quais se destacam os concertos ‘Sopa de Pedra’ e ‘Daniel Pereira Cristo’.





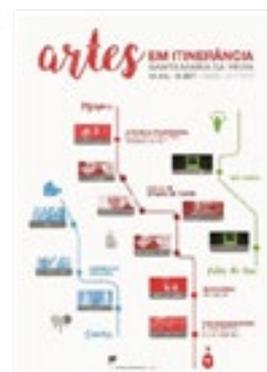
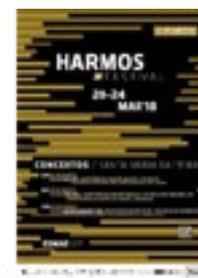
Descentralização

A expansão do acesso à Cultura em território feirense concretizou-se com um reforço significativo de descentralização territorial da oferta cultural, através de iniciativas e projetos, como o Harmos Festival, organizado em parceria com a ESMAE - Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo – IP Porto, ou o Artes em Itinerância, um projeto lançado pelo Município, em 2018, que percorreu algumas freguesias do concelho, indo ao encontro das necessidades culturais dos diversos públicos.

A edição de 2018 do Harmos Festival contemplou três concertos de música clássica e erudita, realizados em Fiães (21 de março), Argoncilhe (22 de março) e Romariz (24 de março), com a participação de grupos/formações de escolas superiores de música nacionais e internacionais.

Artes em Itinerância, um novo projeto realizado na época veraneia, estabeleceu pontes entre a cultura, o território e as suas gentes. Do programa, constaram concertos de música clássica e de rock, cinema ao ar livre, performances multidisciplinares e, como já referido, o primeiro Ciclo de Órgão de Tubos de Santa Maria da Feira.

Nesta primeira edição, os espaços dinamizados foram o Parque da Cidade de Lourosa, a Vila Areal, em S. João de Ver, a Aldeia de Porto Carvoeiro e a Praia Fluvial da Mamoá.



- 12** espetáculos
- 11** freguesias
- 7** música - concertos
- 3** cinema - ar livre
- 2** teatro - apresentações
- 3** meses de programação



construir CONEXÕES

Protocolos de parceria cultural

A implementação da política cultural municipal contou com o compromisso e participação das associações e agentes culturais locais que, através dos Protocolos de Parceria Cultural firmados com a Câmara Municipal, passaram a integrar a estratégia cultural do Município, assumindo a realização de diversos projetos/atividades que compõem a programação cultural anual de Santa Maria da Feira.

Em 2018, as entidades e projetos que desenvolveram atividade ao abrigo dos protocolos foram:

- BCN – Ballet Contemporâneo do Norte: Dança Contemporânea – Criações e Produções – 2018;
- Cineclube da Feira: 21.º Festival Luso-Brasileiro de Cinema – Santa Maria da Feira;
- CiRAC – Paços de Brandão: 41.º FIMUV – Festival Internacional de Música de Paços de Brandão;
- Casa da Gaia – Argoncilhe: 40.º Danças do Mundo – Festival Internacional de Folclore;
- Basqueiro AC: Basqueiral – Festival de Música Urbana – Santa Maria de Lamas – 2ª Edição.



imaginarius



expandir o ACESSO

A 18.ª edição do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, que decorreu entre 24 a 26 de maio, mostrou-se como um desafio aos artistas e ao público, na apresentação de novas linguagens, com abordagens distintas, que perspetivaram olhares inusitados do espaço público e da criação artística contemporânea.

O festival apostou numa programação assente em três pilares: a contemporaneidade, a inovação e a criatividade artística. Na programação, procurou-se o cruzamento de diversas disciplinas e temáticas, de forma a atingir públicos diferenciados, com experiências e emoções próprias.

A programação do Imaginarius integrou 195 representações, num total de 170 horas. Todavia, devido às condições meteorológicas adversas, provocadas pela chuva, houve necessidade de cancelar 41 apresentações, não colocando em perigo a segurança de artistas e público.

É de destacar também que 35% da programação foi acessível e inclusiva para todos os públicos do festival. Neste âmbito, foi criado um plano de mobilidades e acessibilidades – Imaginarius Acessível –, integrando a criação de espaços próprios, com a devida sinalética de identificação, a impressão de programas braille, bem como a tradução em LGP – Língua Gestual Portuguesa.

dados chave

- 3** dias de programação
- 300** artistas
- 17** países
- 37** companhias / projetos artísticos
- 40** espetáculos / apresentações
- 11** estreias absolutas
- 24** estreias nacionais
- 2** instalações - arte pública
- 6** residências artísticas
- 8** ações de mediação
- 6** workshops / ações de formação

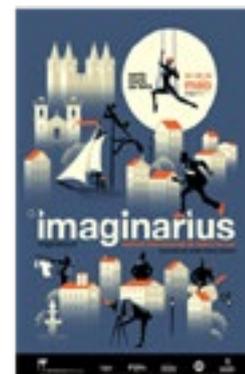




O Imaginarius Infantil tem vindo a afirmar-se, cada vez mais, como um projeto de dimensão educativa.

A intervenção do Imaginarius Infantil verificou-se essencialmente em 4 áreas:

1. Programação: com diversas apresentações performativas, num contexto de programação familiar, criando oportunidades de contacto privilegiado com diferentes disciplinas;
2. Criação/Formação – Fractions of a Whole: desenvolvido, durante um período de quatro meses, sob orientação de Daniel Seabra, com o total envolvimento da turma de Animação Sócio Cultural da Escola Secundária Coelho e Castro – Fiães, culminou com duas apresentações no festival;
3. Envolvimento: foi promovido um projeto de reinterpretação das técnicas do croché, que envolveu a equipa da Oficina Arte.Descoberta, os professores das AEC e os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo, com vista ao desenvolvimento de objetos contemporâneos que materializaram uma instalação de arte pública, no centro da cidade;
4. Mediação: com o envolvimento da comunidade escolar, nos períodos de residência artística, com artistas nacionais e internacionais.





O Imaginarius reforçou o apoio à criação, promovendo os seguintes programas:

• **Apoio à Criação Local:**

Houston, We Have a Problem – Telmo Ferreira;

Hanno – Rina Marques e Rui Paixão (c/ Cecília Costa);

• **Mais Imaginarius:**

Lonely are the Lonely Roads - Ici'Bas;

• **Apoio à Criação Nacional:**

InSomnio – Teatro do Mar;

• **Apoio à Criação Internacional:**

Odyssee – Theater Gajes;

• **Instalação – Arte Pública:**

Odyssee – Theater Gajes;



Todos estes projetos foram desenvolvidos a partir de residências artísticas que tiveram lugar no ICC – Imaginarius Centro de Criação e/ ou noutros espaços culturais de Santa Maria da Feira.

O Mais Imaginarius veio confirmar o reforço do seu posicionamento internacional, assumindo-se como uma referência para a emergência artística no contexto de espaços públicos.

Na 18.ª edição deste festival, registaram-se 295 propostas, provenientes de 48 países, oriundos dos cinco continentes, o que representa um record absoluto de participação, demonstrando o potencial do concurso e do próprio Imaginarius, ao nível dos festivais internacionais de artes de rua.

O artista /projeto vencedor da 18.ª edição do Imaginarius foi a companhia turca, Compagnie do Paon, que irá desenvolver uma residência artística no nosso território, para a criação de uma produção a ser apresentada em 2019.





A edição 2018 do Imaginarius PRO apresentou um programa diferente de anos anteriores, alargando as suas ações a um programa de debate (*Symposium*) e promovendo um *workshop* dedicado à comunidade associativa local, além da habitual sessão de *Showcase*.

O Território Imaginarius incluiu um leque de atividades com vocação eminentemente de capacitação, mediação e educação de públicos, nos quatro meses que antecederam o festival, num contexto descentralizado e potenciador de um envolvimento mais vasto na escala do Município.

Lourosa, Rio Meão, Argoncilhe, Souto, Milheirós de Poiares, São Paio de Oleiros e Canedo foram as localidades que receberam várias encenações de três espetáculos diferentes: “Até Sempre!”, de Inês Severino e Clara Oliveira, “Houston, We Have a Problem!”, de Telmo Ferreira, e “Hanno” de Rina Marques e Rui Paixão.





imaginarius icc



expandir o ACESSO

Integra a missão do ICC – Imaginarius Centro de Criação, o acolhimento de projetos em fase de criação, através de residências artísticas, nas quais são disponibilizadas, aos agentes culturais e criativos, as instalações do centro de criação, os seus recursos humanos e meios técnicos, para desenvolverem e apresentarem as suas criações.

Em 2018, as residências artísticas decorreram ao longo de todo o ano, mediante um plano previamente definido e acordado com os agentes culturais e criativos, onde, além dos momentos de criação, foram incluídas sessões de aconselhamento e atividades de mediação cultural, no sentido de promover um diálogo de aproximação à comunidade, artística e não-artística, quer numa lógica de participação cultural, quer de educação e formação de públicos.

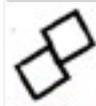
O plano anual de residências artísticas, em 2018, organizou-se em três áreas distintas:

1. Produções e Coproduções ICC: criação do projeto 140 Mil Memórias, de Vera Alvelos e Patrick Hubman, apresentado no Imaginarius 2018;

2. Projetos Imaginarius – residências artísticas integradas no programa de Apoio à Criação Local e do Mais Imaginarius (vencedor de 2017), tais como:

- *Houston, We Have a Problem!*, de Telmo Ferreira e Hugo Inácio (Apoio à Criação Local);
- *Hanno*, de Rui Paixão e Rina Marques (Apoio à Criação Local);
- *Lonely are the Lonely Roads*, de Ici'Bas (Vencedor do Mais Imaginarius 2017);


20
RESIDÊNCIAS


26
ACOLHIMENTOS


140 MIL
MEMÓRIAS

120 PESSOAS ENVOLVIDAS
6 ESPETÁCULOS | **400** ESPECTADORES
330 PARTICIPANTES | OFICINAS
21 FREGUESIAS



expandir o ACESSO

3. Projetos Independentes: neste âmbito, foi realizada, junto dos agentes culturais e criativos do território, a primeira *open call* de residências artísticas do ICC, que contou com os seguintes projetos:

- A.L.I.C.E., de Ricardo Falcão;
- Arte Sonora, de Francisco Oliveira;
- *Not Fragile*, de Teatro em Caixa (apresentado no Artes em Itinerância 2018, em São João de Ver e Vale);
- Deslace, de BCN – Ballet Contemporâneo do Norte (projeto comunitário, trabalhado e apresentado com a comunidade de Romariz);
- BOWND, de Catarina Campos e Melissa Sousa (apresentado no Festival 85C, em Vigo);
- Preparação de Personagem para o *Cirque du Soleil*, por Rui Paixão;
- Projeto Tecido Vertical, por Sérgio Conceição;
- IV Festa da Marioneta e da Música – Filarmonia das Memórias, de Teatro em Caixa/Associação Sótão do Vizinho (Apoio PAPC 2018);
- LOOP Festival de Dança Urbana – (IN) Sane, de Renato Garcia.

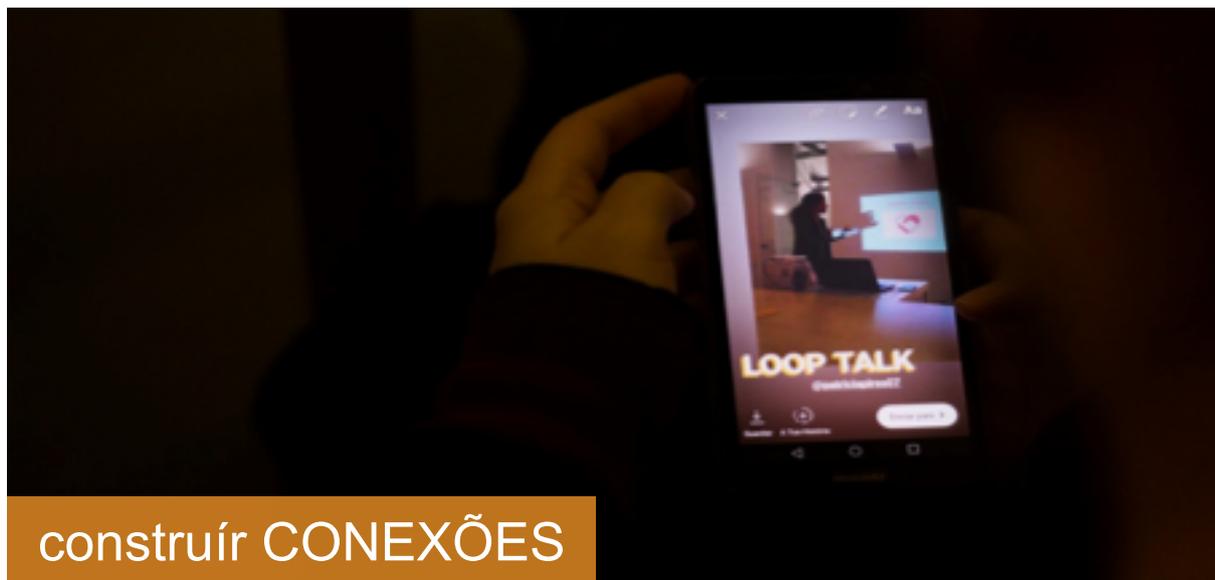




Numa relação simbiótica com o território e o mundo artístico e criativo, o ICC acolheu, em 2018, múltiplas atividades de formação e capacitação dos agentes culturais locais, das quais se destacam:

- Conversa com... Rui Horta: Residência artística e a ligação com o território (9 de fevereiro);
- Conversa com... Cristina Farinha: Mobilidade de projetos e artistas (27 de abril);
- Conversa com... Artistas e Companhias de SM Feira: Projetos Culturais em Santa Maria da Feira (27 de abril e 10 de maio);
- Conversa com... João Teixeira: Introdução aos direitos de autor e direitos conexos (15 de junho);





construir CONEXÕES

Transversalmente e de forma complementar à criação artística e à capacitação dos agentes culturais e criativos do território, o ICC desenvolveu ações diversas, criando conexões para as novas realidades da cultura e das artes.

No âmbito destas ações, foram realizadas sessões com agentes culturais e criativos do território com o intuito de capacitá-los para a definição de um plano estratégico de implementação dos seus projetos, tendo por base ferramentas da gestão cultural, do marketing, da gestão financeira e da preparação de candidaturas a programas nacionais e internacionais, de financiamento das artes e da cultura.



cineteatro antónio lamoso



expandir o ACESSO

O Cineteatro António Lamoso manteve a sua programação regular, enquanto palco de encontros intergeracionais, para públicos heterogéneos, com uma oferta que se estendeu da magia à dança e do teatro à música.

Destacam-se: “Fora do Baralho”, um espetáculo que reuniu a magia, o teatro e a comédia de Mário Daniel; o espetáculo com a voz ímpar do fado de Carminho; os *The Bookkeepers*, num concerto fora do formato habitual, com a Orquestra Milheiroense; o acolhimento da companhia de teatro Seiva Trupe, com a peça “O Senhor Ibrahim e as Flores do Alcorão”; os cruzamentos entre a dança, a música e as estéticas marcantes de Vivaldi e Piazzolla, em “As Oito Estações”; “Medeia”, um espetáculo de teatro e música que contou com a participação de Mário Laginha; a apresentação do “Auto da Nostalgia”, da Orla Teatro; o espetáculo de circo contemporâneo, “O Grande Embrulho”, do Tosta Mista; o concerto “Amar Mais Agora”, com Joana Andrade; o concerto, entre o *soul* e o R&B, dos HMB; “Odeon Hotel”, dos Dead Combo, e Tiago Bettencourt.

Na dança, sublinha-se a nova criação da coreógrafa Anna Pehrsson “A Matéria Move-se Mas Não se Consegue Escapar ao seu Peso”; a 2ª edição de LOOP– Festival de Danças Urbanas e a estreia de “Deslace”, uma criação de Mariana Tengner Barros.

No contexto internacional, o CTAL acolheu, pela primeira vez, um concerto ímpar, do guitarrista mundialmente reconhecido, Philip Catherine (Bélgica).





O ciclo À4HÁ continuou dedicado à descoberta dos valores emergentes da nova música portuguesa, tendo apresentado: os sons profundos e ritmos sincopados do Mississipi, da formação Delta Blues Riders; Cat Falcão, uma das metades das Golden Slumbers, que se apresentou, neste ciclo, sob a designação de Monday; os sons da voz e da guitarra de Antony Left; a jovem instrumentista, natural de Santa Maria da Feira, Joana Almeirante; a polirritmia de Papercutz, de Emmy Curl; a viola campaniça de Pedro Mestre & Campaniça Trio; Mbye Ebrima, mandinga, korista, compositor, cantor e contador de histórias orais e a banda lisboeta Vaarwell

“Uma Dança por Mês”, do Ballet Contemporâneo do Norte, constituiu-se como espaço para experiências lúdicas, onde o público adquire ferramentas que lhe permitem compreender melhor um espetáculo de dança.





construir CONEXÕES

A cultura municipal não se restringe às atividades promovidas pelo Município; valoriza-se, igualmente, com a participação relevante das associações e agentes culturais locais.

Assim, tal como outros equipamentos municipais, também o CTAL foi palco de múltiplas atividades que emergiram da comunidade.

Ao longo do ano de 2018, foram realizadas, no CTAL, 72 atividades em regime de coprodução, 24 com associações culturais de Santa Maria da Feira e 48 com agentes culturais autóctones.

De forma a construir uma conexão entre o público e o CTAL, bem como criar hábitos de consumo nos mais pequenos e futuros utilizadores, criaram-se as oficinas para famílias, associadas às sessões de babysitting. Estas atividades foram disponibilizadas de forma gratuita e com a temática alusiva à atividade da programação.

dados chave

27 443	espectadores
124	atividades
36	atividades agentes locais
24	atividades associações culturais locais
29	alugueres de espaço
8	sessões babysitting
64%	taxa ocupação
40%	público para música
22%	público para teatro
36%	público de alugueres
83%	satisfação público (NPS)
3,9%	satisfação entidades utilizadoras (escala 0/4)

turismo



O contexto global (económico e turístico) positivo, registado no ano de 2018, repercutiu-se, naturalmente, no concelho de Santa Maria da Feira, através do crescimento sustentado do número de visitantes e turistas nos principais equipamentos culturais e turísticos, da utilização das unidades hoteleiras e, também, no acréscimo da projeção e reconhecimento nacional e internacional de Santa Maria da Feira.

A atuação do Gabinete de Turismo (GT) ficou marcada pelo trabalho colaborativo com o Gabinete de Cultura, com o objetivo essencial de promover o principal produto estratégico, assente no *Touring Cultural* e Paisagístico. Assim, com base nas recomendações emanadas do Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de Santa Maria da Feira (2017-2022), foram desenvolvidas estratégias e iniciativas específicas para atrair, a Santa Maria da Feira, novos e mais qualificados segmentos de público, nomeadamente aqueles com necessidades especiais.

Pretendeu-se, sobretudo, qualificar a experiência turística e grau de satisfação dos visitantes, de forma a tornar o concelho de Santa Maria da Feira num destino interessante para **visitar, morar e investir**.





expandir o ACESSO

Esta aposta estratégica levou ao reforço da organização e gestão da Loja Interativa de Turismo, de forma a prestar um serviço de qualidade no acolhimento aos turistas, visitantes e munícipes, materializado na abertura da LIT em horário alargado, nomeadamente, durante a realização dos principais eventos, e na manutenção da estratégia comunicacional, através do portal www.visitfeira.travel e das redes sociais.

A expansão do ACESSO a novos públicos levou a que se tenha verificado, no ano de 2018, um acréscimo de 7,7 % no número de dormidas nas unidades hoteleiras do concelho, num total de 105 514 dormidas, bem como no acréscimo de 7,6 % no número de visitantes aos equipamentos culturais e turísticos, num total de 283 140 visitantes.

Este crescimento sustentado da atratividade de Santa Maria da Feira foi acompanhado pelo surgimento de novos espaços comerciais, de restauração e alojamento, nomeadamente, no centro histórico da cidade (como o *Hostel Feira Suites*), trazendo novos conceitos e diversificando a oferta turística existente.



dados chave

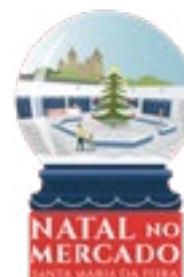
105 514	dormidas
283 140	visitas equipamentos culturais e turísticos
9 702	visitantes LIT
147 411	visitantes Castelo da Feira



O GT focou-se em novas intervenções potenciadoras de desenvolvimento turístico sustentável, tendo como base os produtos turísticos estratégicos identificados, nomeadamente, o *Touring Cultural* e Paisagístico.

A promoção turística e institucional de Santa Maria da Feira em feiras de turismo e noutras ações promocionais, fomentou OPORTUNIDADES, destacando-se, pela sua importância, a presença do Município na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, no stand da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, e também em inúmeros eventos realizados no Europarque.

Em 2018, destaca-se ainda a participação ativa do Gabinete de Turismo no Festival da Cerveja com Lúpulo Feirense e, especialmente, a realização do novo evento “Natal no Mercado”, no emblemático Mercado Municipal de Santa Maria da Feira que, complementando o Perlim, permitiu, aos turistas, visitantes e população do concelho, usufruírem do espírito, sabores, cores, animação e sentimentos de Natal.





construir CONEXÕES

Sendo o turismo uma atividade feita por pessoas e para as pessoas, a construção de CONEXÕES entre todos os intervenientes desempenha um papel central e estrutural, contribuindo para a otimização das experiências turísticas e culturais dos visitantes e para o sucesso das estratégias programadas.

Uma das tarefas essenciais desenvolvidas foi a coordenação do relacionamento institucional do Município com as entidades concelhias, regionais e nacionais, relacionadas com o turismo, nomeadamente, o Instituto de Turismo de Portugal, Entidade Regional do Turismo Porto e Norte de Portugal, Associação de Municípios Terras de Santa Maria, Eixo Atlântico, Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, Feira Viva E. M., Associação de Produtores de Fogaça da Feira, Confraria da Fogaça e *trade* turístico de Santa Maria da Feira, nomeadamente, os parceiros do Feira Card.

Neste contexto, sublinha-se a adesão à Associação de Turismo Militar Português, uma nova CONEXÃO instituída com o objetivo de potenciar a promoção das Visitas Encenadas ao Castelo da Feira e das Comemorações das Invasões Francesas em Arrifana.





**divisão de bibliotecas
e arquivo**



A Biblioteca Municipal, centro de uma rede concelhia de leitura pública, prosseguiu, em 2018, o plano estratégico definido para o período 2017-2021, que, objetivamente, define as atividades para que a biblioteca seja um espaço de encontro, do saber fazer, da descoberta e da criatividade.

Quebrar as barreiras de ACESSO às coleções e serviços, tornou-se um objetivo fulcral do planeamento de atividades da biblioteca. As múltiplas sugestões dos utilizadores e a perceção de que um equipamento desta natureza deve garantir um alargado acesso aos seus serviços, nomeadamente, através do seu horário, determinaram que a biblioteca abrisse, no período de exames, durante a semana, até às 23h00, e aos domingos, das 9h30 às 12h30.

Assim, a biblioteca prestou um serviço público em 294,5 dias (288 dias, em 2017) e de 3 189,5 horas (2 537,5 horas, em 2017). Este alargamento de horário constituiu um dos fatores do incremento do número de visitantes e, naturalmente, do número de empréstimos.

Na base deste crescimento, está, também, o facto de a biblioteca ter um fundo documental permanentemente atualizado, a qualificação dos serviços de proximidade, através dos polos, do Bibliobus e das relações com os seus naturais interlocutores no território.



117 896
visitantes
presenciais

34 286
santamarianos
têm

cartão
de leitor



841
novos
leitores



138 908

empréstimos



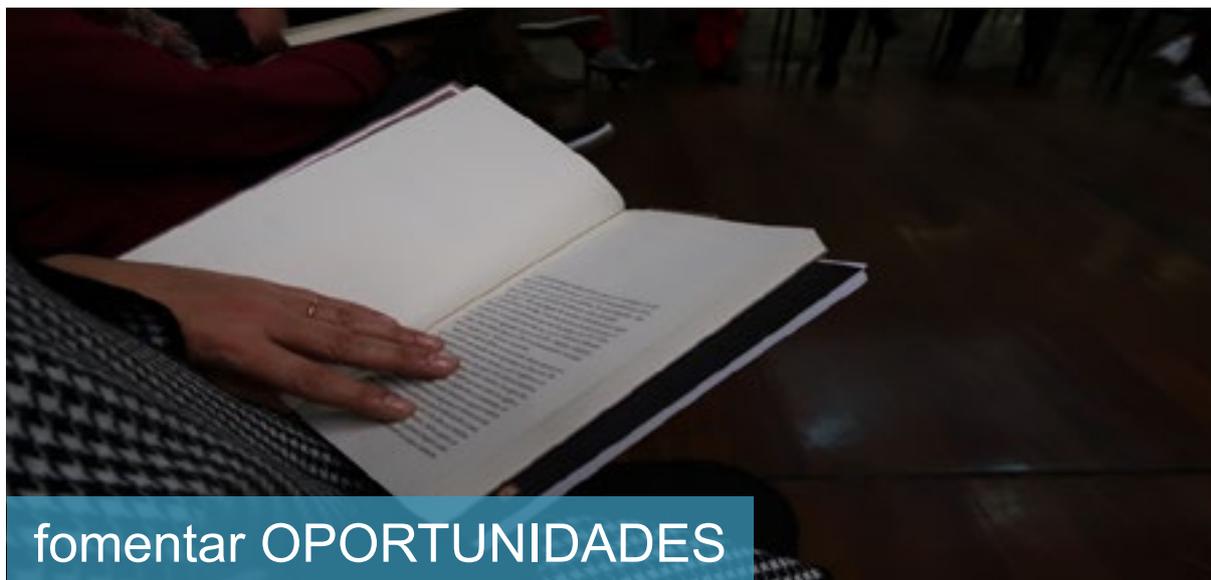
Por último, há a sublinhar um momento relevante da atividade da biblioteca, em 2018: a inauguração da Biblioteca Padre Domingos Moreira.

Nascido em 1933, em Romariz, o Padre Domingos Azevedo Moreira viveu de uma forma humilde, dedicando toda a sua vida aos seus paroquianos, família e ao estudo, buscando, permanentemente, o conhecimento.

Homem de elevada inteligência e cultura, com profundos conhecimentos das línguas clássicas e modernas, de história, de linguística, de filosofia e de teologia, legou-nos uma vasta obra, de elevado valor científico, que lhe valeu o reconhecimento nacional e internacional. Detentor de uma expressiva biblioteca, decidiu, altruisticamente, partilhá-la com a sua comunidade, através de doação, por testamento, ao Município.

A 27 de outubro, a Câmara Municipal materializou o desejo do Padre Domingos Azevedo Moreira, inaugurando a sua biblioteca, em Pigeiros, constituída por cerca de 20 000 documentos, que constituem o fundo geral e com o depósito, na biblioteca municipal, da sua biblioteca especial, constituída por 42 fac-simile, de elevado valor e beleza, e pelos seus estudos e obra editada.





A biblioteca pública é um espaço de aprendizagem, formal e informal, e deve desenvolver ações que traduzam esta sua missão, dentro e fora de portas.

Neste contexto, a biblioteca disponibiliza, no seu espaço e catálogo online, a informação organizada, de acordo com os perfis de interesses dos seus utilizadores e um serviço de referência, presencial e virtual, que, de forma personalizada, responde às questões associadas à aprendizagem.

Naturalmente, a biblioteca assume a leitura como sendo um instrumento insubstituível para a formação do leitor, que aumenta o seu gosto estético e desenvolve a sua capacidade literária. Assim, a biblioteca desenvolveu múltiplas atividades de promoção de leitura para diferentes grupos etários, procurando garantir o acesso à leitura a um maior número de pessoas.

Das iniciativas desenvolvidas, merece especial menção o Clube de Leitura, que se reúne, periodicamente, na biblioteca, e as comunidades de leitores para jovens, “Tu Já Leste Hoje?”, na Escola Secundária de Fiães e Escola EB2.3 da Corga de Lobão.





fomentar OPORTUNIDADES

Fomentar o acesso a todas as manifestações culturais, constitui uma outra missão da biblioteca que induziu a diversificação da tipologia de ações, de forma a que o público, de diferentes perfis, tenha diferenciadas oportunidades de fruição estética.

Criaram-se oportunidades para que artistas locais expusessem os seus trabalhos e os jovens experienciem atividades criativas.

Das ações promovidas destacam-se:

- Seis exposições de artes plásticas: de Fábio Araújo, Pascal Bost, Pedro Figueiredo, Débora Pax, Alexandra de Pinho e, no contexto da V Capital do Eixo Atlântico, a XII Bienal de Pintura;
- O projeto multidisciplinar de introdução às regras fundamentais do jogo dramático, baseada no livro “Os Livros que Devoraram o Meu Pai, de Afonso Cruz, orientado pela Dra'mat, que contou com participação de 15 jovens, com mais de 16 anos. Ao longo de 20 sessões, os jovens reuniram-se para prepararem, integralmente, a apresentação do espetáculo “O Meu Pai É Feito de Livros”;
- A ação “Contos ao Vento”, da Sofia Paulino, constituída por uma exposição de ilustração e desenho de texto e de oficinas, dirigidas ao público infantil e sénior;
- As sessões de filosofia, “Filocontos: Histórias para Pensar”, coordenadas por Tomás Magalhães Carneiro, do Clube Filosófico do Porto, dirigidas a crianças dos 7 aos 14 anos;
- As sessões, regulares, de cinema para crianças, famílias e adultos;
- Os espetáculos de música para bebés, teatro para a infância, para grupos especiais e séniores.





construir CONEXÕES

Promover o encontro de pessoas com pessoas, a relação com os agentes locais, coletivos e individuais é um dos objetivos do plano estratégico deste equipamento municipal.

Neste contexto, a biblioteca promoveu 11 atividades, direcionadas a adultos, em que participaram 398 pessoas e acolheu 20 atividades promovidas por entidades externas, além das de iniciativa municipal.

Reforçando os serviços de proximidade, o Bibliobus continuou a realizar as suas visitas semanais às IPSS, disponibilizando documentos e histórias.

E, com uma profunda conexão e cumplicidade, a biblioteca, através do SABE – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares –, ajudou a consolidar a Rede de Bibliotecas Escolares, gerindo o seu catálogo online e seu portal, partilhando conhecimentos técnicos e disponibilizando programas de promoção e leitura.





Certificada desde 2006, de acordo com o normativo ISO NP EN 9001:2015, a biblioteca implementou o seu plano de auditorias, nas quais não se constatou Não Conformidades.

O compromisso da biblioteca com os padrões de qualidade está evidenciado na avaliação feita por todos os utilizadores e nos relatórios das auditorias, disponíveis no seu sítio.

Escreve, uma leitora identificada, depois de responder ao inquérito anual de avaliação de satisfação dos utilizadores:

“Reitero a avaliação que fiz a esta biblioteca. Elogio a prestabilidade e sempre pronta disponibilidade dos recursos humanos que, com simpatia, estão sempre prontos a colaborar; o acervo que é numeroso, diverso e atualizado; o espaço que é iluminado, acolhedor; o bar que aquece o corpo e a alma...”

Classificaria esta biblioteca com seis estrelas pelo verdadeiro serviço público que presta.

Um exemplo a seguir.

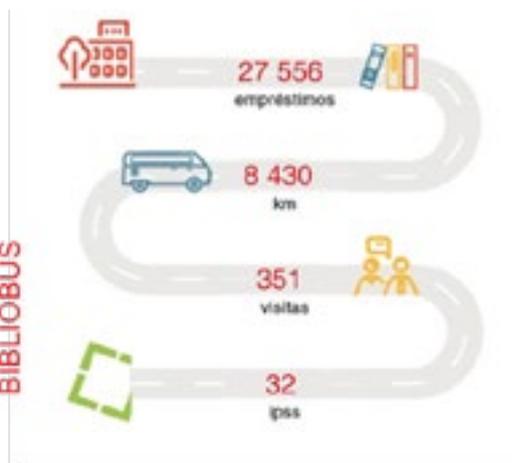
Bem hajam!”



PROMOÇÃO DA LEITURA
ITINERÂNCIAS



BIBLIOBUS



dados chave

- 154 431** empréstimos
- 215 705** visitas
- 295** dias/ano de abertura ao público
- 233 517** documentos
- 131 783** documentos disponíveis para empréstimo
- 17 673** documentos digitais
- 7 719** novos documentos
- 20 311** utilização serviços TIC
- 919** novos leitores
- 35 205** leitores inscritos
- 8 399** crianças em 311 ações de promoção da leitura

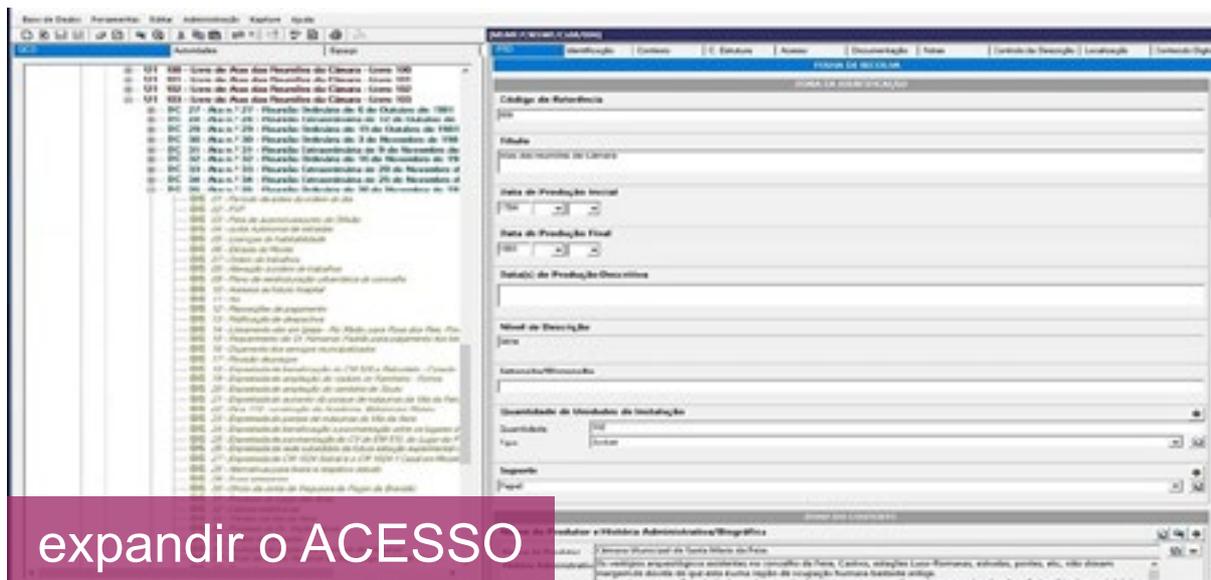


COLEÇÃO DIGITAL



COLEÇÃO

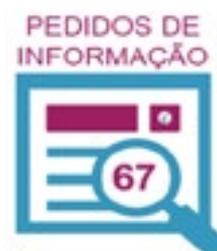




Expandir o acesso e preservar a memória organizacional, implica uma organização sistêmica e sistemática da documentação, produzida pela organização, constituindo um repositório acessível e disponível on-line, em tempo útil, onde e quando o cidadão necessitar.

A criação de uma base de dados que funcionará como instrumento de referência e acesso à informação de arquivo foi, ao longo do ano de 2018, uma das áreas de intervenção deste serviço que se dedicou ao desenvolvimento das componentes técnicas de organização, descrição e indexação de documentos, com especial incidência na série documental Atas das Reuniões de Câmara Municipal, tendo sido descritos cinco livros de atas do ano de 1980, ao nível das deliberações tomadas em cada reunião.

Atividades como *design gráfico* e especificações técnicas para desenvolvimento da página web do arquivo e procedimento concursal de organização e avaliação de massas documentais acumuladas, elaborados durante este ano, apesar de não consubstanciáveis, irão permitir, a curto prazo, consolidar o sistema de informação do arquivo e a sua disseminação.





Durante o ano de 2018, grande parte da atividade deste serviço foi dedicada à criação do SIGIM - Sistema Integrado de Gestão de Informação Municipal, tendo em conta o referencial normativo da série ISO 30300 e 30301 – Informação e Documentação: sistemas de gestão para documentos de arquivo. Para otimizar o processo de gestão do SIGIM e qualificar o serviço de arquivo foram:

- concebidos, analisados e modelados oito processos dos 12 identificados;
- elaborados manuais de gestão, de funções de procedimentos e três instruções de serviço;
- criadas 24 modelos de suporte à informação, mantida e/ou retida, para a gestão, controlo e monitorização do SIGIM.

O lançamento do concurso público para reabilitação e ampliação de edifício destinado ao Arquivo Municipal, no final do ano, materializou o ensejo de criar um espaço próprio que assegure, de forma integrada, a gestão da informação em todo o seu ciclo de vida e garanta, às gerações presentes e futuras, condições de preservação e acesso à informação pública produzida.

dados chave

39	pedidos internos
28	pedidos externos
49	serviço eletrónico
18	serviço presencial
57	pesquisas apoiadas
10	pesquisas autónomas
107	documentos consultados
582	páginas digitalizadas
1 dia	tempo de resposta



Com o objetivo de criar laços identitários com o Arquivo Municipal, através da divulgação de património documental, foram efetuadas, em 2018, duas visitas orientadas para dar a conhecer o acervo histórico do Município: uma aberta ao público em geral, no âmbito da iniciativa “Portas Abertas 2018 – Acesso à Cultura”; a outra para a comunidade escolar, no contexto da atividade “Á Descoberta do Foral”.

Na prossecução do objetivo de implementar um novo plano de classificação, como instrumento organizador da informação produzida, foi realizada uma ação de formação sobre “Plano de Classificação para a Administração Local”, que capacitou alguns profissionais municipais, para o exercício dessa função.

Com a convicção de que ao simplificar uma tarefa garantimos que alguém realizará a sua, de forma mais ágil, o Arquivo Municipal respondeu, com o envio de informação em suporte digital, em média, no prazo de um dia útil.



**divisão de museus
e património cultural**



O Museu Convento dos Lóios (MCL) desenvolveu dinâmicas que passaram por novos desafios e experiências criativas com a participação de novos parceiros, oriundos da comunidade local, que incitaram o museu a produzir e a desenvolver outros conteúdos que exponenciam o nosso património cultural e humano.

Sendo o museu um espaço de mediação cultural, as ações dinamizadas pelos serviços educativos tiveram como objetivo melhorar e enriquecer o saber e a experiência do visitante. Através de atividades educativas realizadas ao longo do ano de 2018, expandimos o ACESSO ao conhecimento da nossa história, do nosso património e do nosso território.

O desenvolvimento dos projetos educativos “Descobrir Artes e Ofícios” e o “Clube de Arqueólogos”, enquadrados em conteúdos programáticos específicos, foram adaptados a outros níveis de escolaridade, permitindo expandir o acesso deste saber e conhecimento, a uma faixa mais alargada da comunidade escolar.

O MCL aderiu também à iniciativa “Portas Abertas 2018”, promovida pela Acesso Cultura, que teve como objetivo dar a conhecer as áreas de acesso restrito do museu, quase sempre inacessíveis ao público.

FFL
museu convento dos lóios
santa maria da feira





O museu contextualizou as suas ações nas atividades de referência do Município, nomeadamente, na Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, expandindo o ACESSO a tipologias de público mais abrangentes, nacional e estrangeiro.

Praticando um horário de abertura mais alargado e adaptado ao projeto, foi apresentada, além de outras atividades, a exposição “Desvendar Pedro e Inês”, recriando ambientes das cenas do filme português “Pedro e Inês”.

De salientar, também, o sucesso da exposição temporária “O Universo do Pai Natal: A Magia da Carta”, enquadrada na dinâmica do projeto Perlim – Uma Quinta de Sonho, que teve o propósito de recriar o mundo mágico e o imaginário relacionado com o Pai Natal. Esta exposição registou um número de 4 771 visitantes, na sua maioria público estrangeiro.





As famílias foram um dos segmentos de público que o MCL quis cativar e, para isso, foi dada continuidade ao “Domingo da Família”.

Tendo sempre como referência as coleções do museu, promoveu-se, nos meses mais frios do ano, dois momentos mensais de criatividade e aprendizagem familiar, proporcionando o convívio geracional e fomentando OPORTUNIDADES de convívio nas e entre famílias. “A Música que temos na Cabeça” foi o tema do workshop de manipulação de marionetas inserido nestes Domingos.

Em 2018, o projeto “Mais Cultura e Lazer” comemorou os 458 anos da construção do Convento dos Lóios e promoveu o conhecimento da história da ocupação deste secular edifício, assim como algumas das memórias dos frades lóios, dinamizando visitas encenadas, organizadas, em parceria, com o Grupo de Teatro Experimental do C. C. R. do Orfeão da Feira.

O Castro de Romariz é um núcleo arqueológico de grande importância para o estudo e investigação da ocupação humana no nosso território, pelo que é, de facto, fundamental a promoção e divulgação deste sítio classificado. Ao longo do ano, o museu promoveu visitas orientadas e oficinas pedagógicas, com diferentes temáticas, associadas a este povoado. Em julho, participou na 5.ª edição da recriação histórica “ regresso às Origens”, promovida pela Associação “Voltado a Poente”, com a realização de oficinas de cerâmica e jogos de tabuleiro





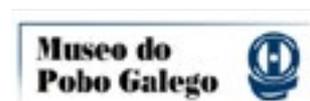
O Congresso Internacional de Arqueologia – Cultura Castreja: Identidade e Transições, realizado de 15 a 17 de novembro, integrou uma parceria entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o CITECEM e várias universidades espanholas, que se reuniram, em Santa Maria da Feira, para debater e refletir sobre a génese da cultura castreja que teve a sua expressão no noroeste peninsular, num determinado período da Proto História Europeia.



A importância deste congresso advém do facto de, por um lado, terem estado presentes os maiores investigadores da atualidade sobre esta Cultura e, por outro lado, de não se realizar, há mais de 38 anos, um debate especializado sobre esta temática. O último foi organizado pelo saudoso Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, filho do nosso Concelho e o primeiro investigador a abordar esta Cultura, no contexto da Arqueologia Moderna.



Estas parcerias fortaleceram as relações entre o Município de Santa Maria da Feira, através do Museu Convento dos Lóios, com as faculdades intervenientes e os Municípios da Rede de Castros de Noroeste Peninsular.





No contexto da V Capital da Cultura do Eixo Atlântico, que proporcionou novas conexões nesta vasta região do norte peninsular, o museu acolheu duas exposições temporárias: “O Cajado de Daghdha“, exposição de ilustração e caricaturas, em parceria com o Museu do Papel, e a “Bienal de Pintura do Eixo Atlântico – Retrospetiva 25 anos”, exposição com as 21 obras premiadas desde a primeira edição do prémio.



O museu participou, igualmente, no desenvolvimento do projeto “140 Mil Memórias”, que tem como objetivo a recolha de testemunhos, individuais e coletivos, de memórias e vivências, enquanto legado cultural do concelho de Santa Maria da Feira e que, em 2018, se materializou na construção de uma instalação, no Mercado Municipal, durante o Imaginarius.



O Em.Com.Tradições – I Encontro do Cancioneiro Galaico-Português, integrado na programação da V capital da Cultura do Eixo Atlântico, pretendeu promover e divulgar as tradições Galaico-Portuguesas. Neste contexto, realça-se a exposição temporária “Instrumentos Musicais: A Arte dos Seus Construtores”, onde 12 consagrados *luthiers* de instrumentos musicais tradicionais portugueses tiveram a oportunidade de apresentar os seus valiosos objetos musicais. No espaço do museu estiveram expostas 100 peças representativas do período que medeia a Idade Média e a atualidade.





expandir o ACESSO

Assumindo-se como um museu industrial em atividade, o Museu do Papel Terras de Santa Maria apresenta, como característica principal, uma coexistência de espaços museográficos, permitindo uma leitura cronológica sobre a história do fabrico do papel, através das áreas expositivas manufatureiras, proto industriais e industriais. Esta característica permite promover uma oferta diversificada e multidisciplinar, envolvendo os visitantes nos vários processos de fabrico, na partilha de memórias e gestos papeleiros, tantas vezes repetidos pelos operários e operárias, desde o início do século XIX.

Esta partilha é feita através da promoção de oficinas pedagógicas, como “O Cartucho de Mercearia”, “A Reciclagem do Papel” e “O Engenho da Lourença”.

Para alargar o seu leque de influência, o museu sai fora de portas com a sua maleta pedagógica, partilha o saber-fazer do papel e as suas memórias, com instituições do concelho e fora do concelho.





Tendo sempre presente que a experimentação é essencial para a aprendizagem, o museu tem vindo a organizar oficinas e workshops, orientados por artistas que costumam trabalhar as várias dinâmicas do papel, enquanto matéria prima ou mesmo produto final, em diferentes tipos de papel e/ou cartão, enriquecendo a oferta educativa e até artística deste espaço museológico. Neste âmbito, em 2018, foram dinamizados os workshops de produção de máscaras de papel, de Rui Sousa, o de cianotipia, de José Oliveira, e o de produção de roupas em papel, por Ana Maria Pintora.

Fomentar oportunidades revela-se, também, no acolhimento de residências artísticas, como a da artista plástica Inês Bessa que encontrou, no museu, as condições ideais para investigar sobre a produção manual de papéis, ditos especiais, como o papel de algodão que se adequa ao processo de gravura. Daqui resultou a dinamização de um ciclo de workshop de serigrafia orientado pela artista.

Os projetos de residências artísticas conseguiram captar, no seio da comunidade local, outro público que ainda não tinha “chegado” ao Museu e que, atualmente, o identificam como um espaço seu, um espaço que cria novas oportunidades para aprender e para resgatar memórias, um espaço de convívio e que ajuda a “saras as feridas” provocadas pelo encerramento das unidades fabris, valorizando um património industrial, que faz parte da identidade desta comunidade local.





construir CONEXÕES

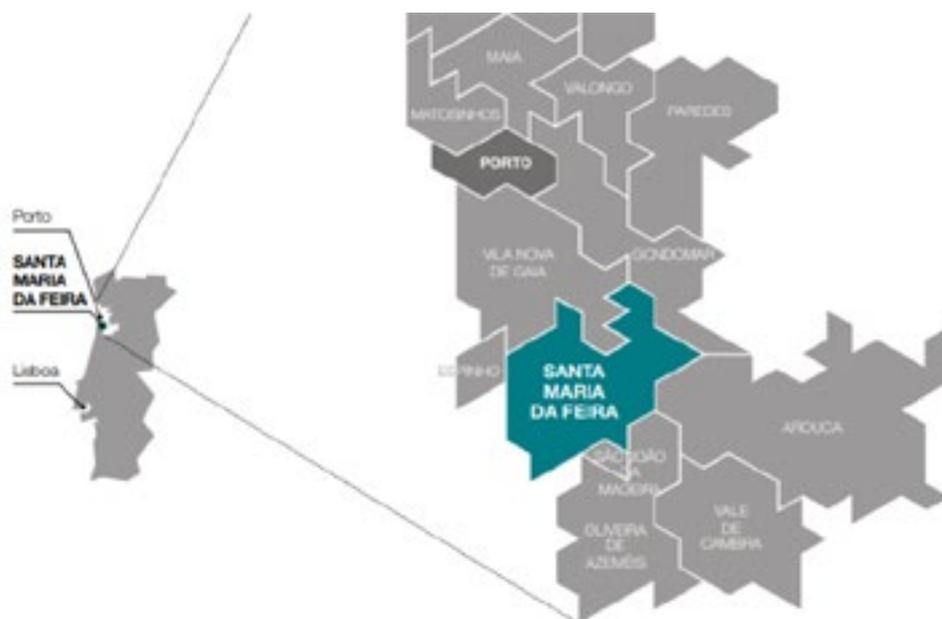
Além da utilização das plataformas digitais, estar conectado significa também construir pontes e estabelecer parcerias. Em 2018, destacam-se as parcerias com a Câmara Municipal de Matosinhos, com a esad-idea - Investigação em Design e Arte e com a Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Foi através da Imprensa Nacional que o museu participou na exposição “Imprimere – Arte e Processo nos 250 Anos da Imprensa Nacional”, prestando apoio científico à produção dos conteúdos do catálogo, cedendo peças do acervo do museu e realizando oficinas de produção manual de papel.

Há ainda a destacar uma outra parceria entre o museu e a Fundação Bienal de Arte de Cerveira, que permitiu a presença do Museu do Papel na XX Bienal Internacional de Arte de Cerveira, com a recriação de um antigo moinho de papel e a realização de oficinas de produção de papel de trapos de algodão.

O estabelecimento de conexões foi, também, materializado na realização de exposições, nomeadamente, a exposição “O Cajado de Daghdha”, realizada com o Museu Convento dos Lóios, no contexto da V Capital da Cultura do Eixo Atlântico, a exposição “Sacos de Papel com Arte”, uma parceria entre a Fábrica de Papel de Ponte Redonda, e os Artistas de Gaia – Cooperativa Cultural, e, por fim, a exposição “O Papel na Pele”, com fotografias de Rui Morão, obras de Ana Maria Pintora e outras criações desenvolvidas pelos participantes do workshop orientado pela artista.



gabinete de comunicação relações públicas e internacionais



comunicação

Na procura contínua de fazer mais e melhor na área da Comunicação e atento ao poder do digital nos tempos atuais, o Gabinete reforçou, em 2018, a presença do Município de Santa Maria da Feira nas Redes Sociais – Facebook, Youtube e Instagram –, abrangendo e alcançando assim, com maior eficácia, novos públicos.

Neste âmbito, em abril, o Município criou uma conta no Instagram de forma a poder atingir um público mais jovem.

Regista-se o aumento significativo do número de seguidores do Facebook do Município de Santa Maria da Feira para o que contribuiu não só a atualização constante da página, mas também, o dinamismo que se lhe foi conferindo, criando “eventos” para as várias iniciativas municipais, recorrendo-se à fotografia e vídeo, adequando a comunicação à utilização das várias ferramentas disponibilizadas pelas plataformas digitais, como os “stories” e os diretos, o que tornou a comunicação mais atrativa e contribuiu para o aumento da notoriedade da Marca Santa Maria da Feira.

Além das páginas de responsabilidade direta do Município, o GCRPI “alimentou” as redes sociais do Visitfeira, Festa das Fogaceiras, Imaginarius e Viagem Medieval. A gestão e inserção de conteúdos em plataformas online, como a agenda da Iporto ou a plataforma digital interativa TOMI foram, igualmente, tarefas do GCRPI, no ano de 2018.



20 934





design

O design é um elemento estratégico, técnico e criativo de extrema importância na linguagem de comunicação do Município de Santa Maria da Feira pelo que o GCRPI manteve uma linha de design com imagens simples, mas eficazes, em todos os suportes do Município.

“Festa das Fogaceiras”, “Imaginarium”, “Viagem Medieval”, nova edição da Revista Good Makers, “Jornadas de Educação”, “Artes Performativas”, “Festa de Natal pela Inclusão”, “*Pinocchio Joins The Orchestra in The Street*”, tratamento gráfico para as exposições de artes plásticas temporárias da Biblioteca Municipal, produção de peças de comunicação para meios online e offline, paginação de documentos para projetos de distintas áreas de governação, a brochura da programação anual de Santa Maria da Feira – V Capital da Cultura do Eixo Atlântico, a newsletter do Museu Convento dos Lóios, suportes de comunicação das principais ações da Educação, Desporto e Juventude, Ação social, Saúde e Ambiente, entre outras áreas, foram os trabalhos que contaram com um maior envolvimento da área do Design.





assessoria de imprensa

Em 2018, foi privilegiada a divulgação de iniciativas e/ou momentos diferenciadores do território que capitalizaram uma maior atenção da comunicação social. No entanto, a promoção dos projetos com impacto local e regional não foi descurada, tendo-se apostado nos canais próprios do Município, mas também na comunicação social local e regional, parceira privilegiada na divulgação da atividade municipal.

Em março, iniciou-se um projeto proposto pela área de Assessoria de Imprensa do GCRPI, “Café com os Avós”, desenvolvido em duas vertentes: social e comunicacional. Por um lado, deu-se voz e visibilidade à população idosa, verdadeiros repositórios de saberes que importa valorizar, e, por outro, criaram-se, ao longo do ano, momentos de comunicação positiva, chamando a atenção para a importância de cuidar dos idosos, em especial os que vivem mais isolados.

De realçar também o papel da Assessoria na redação dos mais variados textos, como editoriais, comunicados da Presidência, entre outros, bem como na revisão e uniformização dos conteúdos da Agenda Cultural e de outros suportes.





relações públicas e protocolo

O papel da área de relações públicas e protocolo tem assumido relevante importância na valorização das relações institucionais e na diplomacia económica, minimizando qualquer tipo de constrangimento institucional, através do apoio a ações protocolares, da organização de deslocações oficiais e da receção e acompanhamento de convidados do Município, dando sentido à “arte de bem receber”, que sempre nos caracterizou.

Destaca-se, igualmente, o apoio a diversas iniciativas e cerimónias promovidas pelo Município, como as “Fogaceiras”, a “Viagem Medieval”, a abertura da V Capital da Cultura do Eixo Atlântico, as Comemorações do 25 de Abril, a tomada de posse do Jovem Autarca e o Fórum Bizfeira, entre outros.





relações internacionais

A atividade do GCRPI na área de Relações Internacionais, prosseguiu a estratégia municipal de reforçar a projeção do Município nas vertentes da economia, cultura, educação e juventude, nacional e internacionalmente. Das várias iniciativas e ações, destacam-se a organização de eventos de promoção económica e de divulgação de oportunidades de negócio no Município; a receção de individualidades estrangeiras, familiarizando-as com a cultura e economia local; a preparação e acompanhamento da presença internacional no Fórum BizFeira; a promoção das ações de colaboração e cooperação com as cidades geminadas de Joué-Lès-Tour, de Targovishte, de Catió e com as comunidades feirenses no Rio de Janeiro, Caracas e Pretória. De realçar, igualmente, a elaboração de candidaturas ao Erasmus+ e a posterior organização dos intercâmbios dos jovens envolvidos, bem como preparação da candidatura do Imaginarius'17 ao German Design Award, do qual saiu vencedor, e à rede internacional UCLG-United Cities and Local Governments.



educação, desporto e juventude

educação

1. Setor de gestão e administração escolar

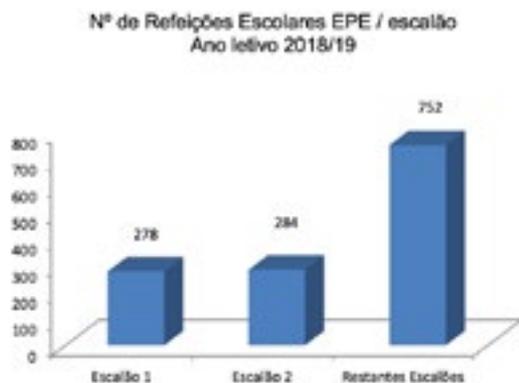
1.1. Rede Escolar

À semelhança do que tem acontecido nos anos letivos anteriores, ao analisarmos o nº de alunos existentes nos anos letivos 2017/18 e 2018/19, verificamos um decréscimo do nº de alunos e consequentemente do número de salas da educação pré-escolar. Contudo verificou-se que a diminuição tem sido residual permitindo a estabilidade da rede.

Educação Pré-Escolar		2017/18	2018/19
Nº de JI		59	59
Nº de Turmas		89	84
Nº total de crianças		1711	1645
Nº de crianças com NEE		20	25
Nº de crianças em acolhimento		528	526
Nº de crianças com almoço		1368	1314
Nº de crianças com prolongamento		952	1018
Nº de grupos com prolongamento (C1)		57	57
1º CEB		2017/18	2018/19
Nº de EB1		51	51
Nº de turmas		213	210
Nº total de alunos		4268	4260
Nº total de alunos com NEE		154	145
2º CEB		2017/18	2018/19
Nº de EB2		11	11
Nº de turmas		92	96
Nº total de alunos		2079	2143
Nº total de alunos com NEE		127	131
3º CEB		2017/18	2018/19
Nº de EB3		11	11
Nº de turmas		169	161
Nº total de alunos		3828	3584
Nº total de alunos com NEE		237	215
Cursos Educação e Formação		98	74
PCA - percursos curriculares alternativos		15	15
Ensino Secundário		2017/18	2018/19
Nº de Secundárias		5	5
Nº de turmas		118	106
Nº total de alunos		2605	2393
Nº total de alunos com NEE		67	66
Nº de alunos cursos profissionais		984	918
Nº de alunos ensino regular		1554	1475
EFA		2017/18	2018/19
Nº total de alunos		168	50
Total		14659	14075

1.2. Gestão administrativa da implementação e funcionamento das atividades de animação e apoio à família (AAAF)

Ano letivo	Acolhimento	Fornecimento de refeições	Prolongamento de horário	RH - AAAF	RH -Componente pedagógica
2017/18	528	1369	952	69	82
2018/19	526	1314	1018	72	77



Ainda no âmbito desta gestão, foi realizado o acompanhamento dos protocolos de cooperação para a implementação das atividades de animação à família nos Centros Sociais de Souto, Santo André (Mosteirô) e Caldas de S. Jorge.

1.3. Organização administrativa das medidas de aplicação da ação social

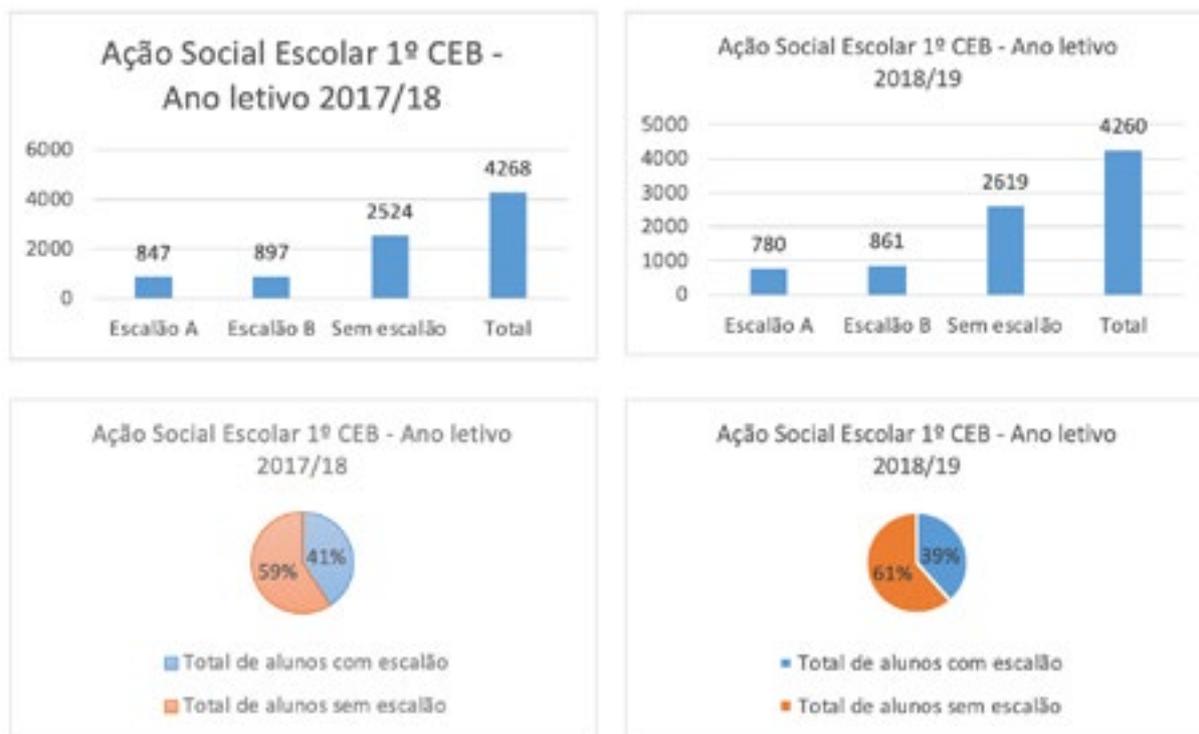
1.3.1. Modalidade de apoio alimentar na educação pré-escolar e no 1º CEB

Ano letivo	EPE	1ºCEB	Total
2017/18	1369	3451	4820
2018/19	1314	3386	4700



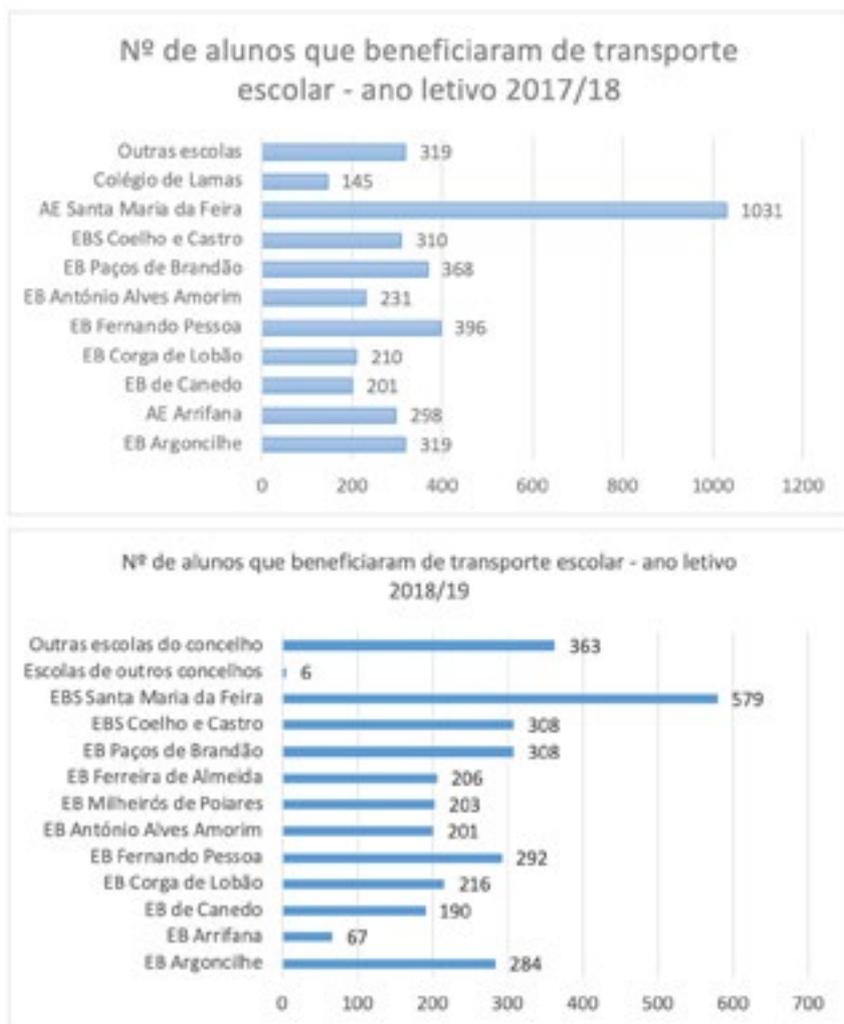
1.3.2. Auxílios económicos (manuais escolares e material escolar) e acesso a recursos pedagógicos (tecnologias de apoio aos alunos com NEE)

No ano letivo 2017/2018, num universo de 4268 alunos do 1º CEB, 847 alunos beneficiaram do escalão A, 897 do escalão B e 2524 sem escalão. No ano letivo 2018/2019, num universo de 4260 alunos do 1º CEB, 780 tiveram escalão A, 861 escalão B e 2619 sem escalão.



1.3.2. Transportes escolares

O Plano de Transportes Escolares foi elaborado tendo por base uma previsão do número de alunos a transportar no ano letivo seguinte, por escola, localidade e empresa de transporte. Periodicamente foram realizadas inspeções ao serviço de transportes no sentido de corrigir e prevenir anomalias e apresentar medidas corretivas. No ano letivo 2018/2019 foram transportados diariamente uma média de 3223 alunos e no ano letivo 2017/18, uma média de 3828 alunos:

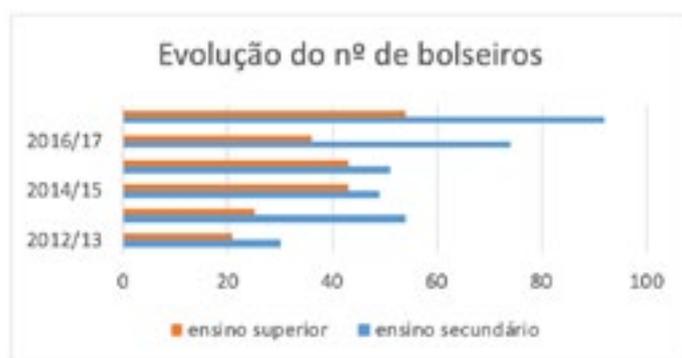


1.3.3. Bolsas de Estudo de ensino secundário e de ensino superior

No ano letivo 2017/2018 foram concedidas 146 bolsas de estudo:

	Nº de candidatos	Nº de bolseiros
Ensino Secundário	126	92
Ensino Superior	152	54

Em termos comparativos com os anos letivos anteriores, podemos concluir que gradualmente tem-se aumentado o número de bolseiros, tendência essa que se pretende manter:



1.4. Setor de planeamento, gestão e manutenção do parque escolar

- Acompanhamento da concretização da Carta Educativa de Santa Maria da Feira e respetiva atualização:

Deu-se início ao processo de revisão da sua Carta Educativa (homologada em 2006), tendo sido adjudicado este trabalho à Universidade de Aveiro (Grupo de Estudos em Território e Inovação). No 1º semestre executou-se a elaboração do diagnóstico do Município articulando as componentes de caracterização territorial, demográfica e socioeconómica e caracterização da rede educativa e da oferta educativa. No final do 2º semestre foram apresentadas as propostas de reconfiguração da rede educativa ajustadas às necessidades da procura identificadas para que sejam, posteriormente, discutidas pelas diferentes partes interessadas.

- Acompanhamento das obras de remodelação/ ampliação/ conservação/ construção de edifícios escolares, espaços de jogos e recreio, planos de segurança em articulação com o Pelouro das Obras Municipais:

Escola	Tipo de intervenção	Observações
EB Fornos	Construção	Inauguração prevista para 2019/20
EB Feira	Requalificação	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para a Requalificação e Modernização das Antigas Instalações da EB Fernando Pessoa
EBS Coelho e Castro	Requalificação	Intervenções realizadas no âmbito do projeto PIPE - Projeto de Intervenção do Parque Escolar
EB Outeiro, Travanca	Pinturas nos recreios	
EB Mieiro, Travanca		
EB Presinha, Vila Maior		
EB Casalmeão, Lourosa		

- Dotação dos estabelecimentos de ensino de infraestruturas e equipamentos tecnológicos;
- Aquisição e distribuição de material didático e pedagógico para os JI e EB1;
- Coordenação do apetrechamento, dotação, manutenção e conservação dos materiais e equipamentos dos edifícios escolares afetos à Autarquia:

Escola	Tipo de intervenção
EB Presinha, Vila Maior	Adaptação do WC
EB Nº 2, Feira	
JI Quebrada, S. Paio de Oleiros	
EB Vergada, Mozelos	Colocação de <u>sombreadores</u> nos recreios
JI/EB Casalmeão, Lourosa	
EB Milheirós, Feira	
EB Nº2, Feira	Colocação relvado sintético
EB Vergada, Mozelos	
JI Igreja, Sanguedo	
EB Nº2, Feira	Colocação de bancadas de inox nos refeitórios
JI Outeiro, Travanca	
JI Tarei, Souto	
EB Póvoa, Vale	
EB Aldeia Nova, Lourosa	
EB Cavaco, Feira	
EB Nº 2, Feira	Reparação do piso em madeira
EB Póvoa, Vale	
EB nº3, Santa Maria de Lamas	
JI Portela, Paços de Brandão	Colocação de piso vinílico
JI/EB Avenida, Fiães	
JI Igreja, Paços de Brandão	
JI vendas Novas, Fiães	
EB Nº 2, Feira (Unidade Multideficiência)	
JI Milheirós, Feira	Colocação de cobertos
EB Nº 1, Feira	
EB Pigeiros	
EB Presinha, Vila Maior	
EB Caldelas, Caldas de S. Jorge	
EB Igreja, S. Paio de Oleiros	
EB Outeiro, Rio Meão	Podas de grande porte
Cantina de Santa Maria de Lamas	
JI <u>Ordonhe</u> , Argoncilhe	
JI S. Domingos, Argoncilhe	
EB S. Domingos, Argoncilhe	
EB Aldriz, Argoncilhe	
EB Outeiro, Rio Meão	
EB Vergada, Mozelos	
EB 2/3 Coelho e Castro, Fiães	Remodelação dos espaços ajardinados
EB Igreja, Escapães	
EB Fernando Pessoa	Colocação de brisas solares
EB S. João de Vêr	
EB Espargo	
EB Mosteirô	Instalação da rede de gás
EB Igreja, Milheirós de Poiães	
EB Outeiro, Rio Meão	
EB Pigeiros	
Cantina da EB Nº2, Feira	

- Inventário de bens móveis, em articulação com o setor do património;
- Recolha e abate de material obsoleto, em articulação com o setor do património;
- Acompanhamento da revisão e recarga anual dos extintores existentes nos estabelecimentos de EPE e EB1, em parceria com o gabinete de proteção civil;
- Celebração de contratos de manutenção de alarmes instalados em edifícios escolares;
- Celebração de contratos de manutenção de equipamentos de aquecimento e de gás

instalados em edifícios escolares;

- Acompanhamento das vistorias realizadas pela DGEstE;
- Acompanhamento da implementação dos planos de emergência elaborados pelo Gabinete da Proteção Civil;
- Plataforma de serviços online, sendo que dos 1437 pedidos de intervenção, 1120 (78%) foram resolvidos com sucesso.

1.5. Serviços de ação educativa

1.5.1. Gestão e supervisão das cantinas e dos refeitórios escolares

Ao longo do ano civil de 2018 tiveram lugar 43 visitas a cantinas escolares e 78 visitas a refeitórios escolares:



As refeições foram confeccionadas em cantinas escolares da autarquia (adjudicadas à Uniself), em EB2,3 e em IPSS's do concelho. Nas cantinas escolares, foram confeccionadas ao longo do ano letivo de 2017/18, 2165 refeições/dia, enquanto em 2018/19 foram fornecidas 2132 refeições/dia. Nas IPSS's e EB2,3, ao longo de 2017/18 foram fornecidas 2655 refeições/dia, enquanto em 2018/19 foram confeccionadas 2568 refeições/dia.

	Programa de Generalização fornecimento de refeições	
	2017/18	2018/19
EB2,3 e IPSS's	2655	2568
Uniself	2165	2132
Total	4820	4700

Ao nível da gestão e dotação dos recursos humanos necessários para o normal funcionamento das cantinas e refeitórios escolares (recrutamento, afetação e colocação do pessoal não docente):

	2017/18	2018/19
Assistentes Operacionais (tarefeiras)	98	83

Foram ainda realizadas as seguintes ações:

- a) Apoio na elaboração das ementas;
- b) Dinamização de ações de formação para as assistentes operacionais sobre “Limpeza e Desinfecção em Salas de Refeição”;
- c) Gestão e distribuição de todo o fardamento adequado para o desempenho das funções das assistentes operacionais ao serviço das salas de refeição, (batas, toucas, aventais e calçado);

1.5.2. Auxílios económicos

Atribuição de auxílios económicos aos Agrupamentos de Escolas para fazer face às despesas de comunicações telefónicas, aquecimentos a lenha, material escolar e de desgaste para Jardins-de-Infância e para as Bibliotecas Escolares.

1.5.3. Regime da fruta escolar

No âmbito deste programa foram disponibilizados produtos, duas vezes por semana, à população escolar do 1.º CEB e dos jardins-de-infância:

	2017/18	2018/19
EPE	1711	1645
1º CEB	4287	4177

1.5.4. Componente de Apoio à Família

Acompanhamento e supervisão da implementação do contrato de prestação de serviços e dos protocolos para a promoção da componente de apoio à família no 1º CEB:

	2017/18	2018/19
Nº de EB1	29	31
Nº de alunos	731	712

1.5.5. Monitorização e acompanhamento das atividades promovidas no âmbito das AAAF

Monitorização e o acompanhamento das atividades promovidas no âmbito das AAAF, em articulação com a FapFeira. Para além do Acolhimento, Almoço, Prolongamento e interrupção letiva as crianças

das AAAF's tiveram as seguintes atividades:

- “Brincar com Movimento”, atividade física e desportiva (realizada semanalmente);
- “Brincar com os sons”, atividade de música (realizada mensalmente);
- “Brincar com as artes”, atividade artística (realizada mensalmente);
- Kids & Bots, atividade de robótica (realizada semanalmente).
- Coro infantil, a funcionar em 7 grupos AAAF (realizada quinzenalmente).



1.6. Representações, grupos de trabalho e redes

1.6.1. Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira reuniu periodicamente de acordo com o estipulado no diploma legal Decreto-Lei 7/2003 de 15 de Janeiro.

1.6.2. Representação da autarquia nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas

Os conselhos gerais dos nove agrupamentos de escolas reuniram periodicamente de acordo com a legislação em vigor.

1.6.3 Rede de Oferta Formativa

Promoveu-se a articulação estreita e otimização das várias entidades formativas, incluindo as necessidades do tecido empresarial e dos investimentos numa perspetiva de desenvolvimento económico. Foram ainda realizadas reuniões supramunicipais, SANQ - Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação da AMP no sentido de realizar o acompanhamento e a coordenação municipal do diagnóstico de necessidades e o exercício de identificação de áreas de qualificação e saídas profissionais prioritárias.

1.6.4. Associação Internacional das Cidades Educadoras/ Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)

No âmbito desta rede foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Reuniões de técnicos da comissão de coordenação, 15 de janeiro, em Lisboa e 15 de junho em Santa Maria da Feira.
- Encontros nacionais, Santo Tirso a 26 de fevereiro e em Loures a 29 de junho.
- Participação no Congresso Internacional da AICE, Cascais, subordinado ao tema “Cidade pertença das pessoas”, onde foram apresentadas as experiências “Plataforma Aqui Decides Tu!” e “IOS - Improving Our Skills”.
- Boletim da RTPCE, onde foram partilhadas as boas práticas “The School we have & The School we want” e “Robótica e Programação na Educação Pré-escolar”;
- Dia das Cidades Educadoras, celebrada na EB S. João de Vêr, a 30 de novembro.

1.6.5. Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação da Área Metropolitana do Porto

Neste órgão foi definido um plano de ação baseado num inquérito sobre as necessidades e propostas de atuação na área da educação, aplicado às autarquias da AMP. Dentro das propostas como áreas prioritárias de atuação a nível metropolitano, no período em análise, destacam-se os seguintes projetos implementados:

- ColorAdd - Ver e Sentir as Cores;
- Projeto de Educação Financeira “No poupar é que está o ganho”;
- SANQ – Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações – Aprofundamento Regional – AMP;
- Trilhos para a Inovação Educativa - PIICIE - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (coordenação da AMP);
- CriAtividade® - Problem Solvers em Ação;
- Transformers - Escola de Superpoderes;
- “À barca” - Teatro do Bolhão.

1.6.6. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

No âmbito desta rede, participamos:

- elaboração do Guia Didático das cidades do Eixo Atlântico;

- reunião deste secretariado, a 6 de março de 2018, em Vila Nova de Famalicão;
- III Seminário de Intercâmbio de Experiências no âmbito de Educação, Mirandela, a 29 de maio de 2018 onde foi apresentada a experiência “The School we have & the School we want;

1.6.7. Cidades Amigas das Crianças

Em 2018, o Município de Santa Maria da Feira continuou a desenvolver o programa, visando o compromisso de promover o bem-estar e os direitos dos seus cidadãos mais jovens.

1.6.8. Rede Nacional de Bibliotecas Escolares

Cooperação e apoio na implementação da Rede de Bibliotecas Escolares em articulação com os Agrupamentos de Escolas e Biblioteca Municipal:

	2017/18	2018/19
Nº de BE	21	21

Em 2018 procurou-se criar e desenvolver estratégias de ação que, assentes no compromisso da inovação, promovessem a adaptação das bibliotecas escolares a novos contextos de aprendizagem e às reais necessidades dos seus utilizadores. Neste seguimento, foi apresentada uma candidatura de requalificação da EB de Igreja, Milheirós de Poiares e da EB Dr Sérgio Ribeiro.

1.6.9. Programa Nacional de Promoção do Sucesso Educativo

A autarquia deu continuidade à colaboração e apoio aos agrupamentos de escola na implementação dos Planos de Ação de Promoção do Sucesso Escolar.

1.6.10. EDUFEIRA - Inovamos para o sucesso - PIICIE

Foi apresentada a candidatura, que teve por objetivos a definição de novas abordagens educacionais a serem implementadas nos vários estabelecimentos escolares em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho. Após aprovação da candidatura, deu-se início às seguintes ações, no início do ano letivo 2018/19:

1. Equipa Multidisciplinar – Intervenção Psicossocial e Psicoeducativa.
2. Vive as Férias, que decorreram nas interrupções letivas, conforme previsto, sendo que o Vive as Férias do Natal, incluídos nesta candidatura, envolveram cerca de 200 alunos.

3. Observatório de monitorização e apoio ao sucesso escolar.
4. Educação 5.0, foi lançada a plataforma multimédia online, com conteúdos customizados para o município, tendo-se realizado ações de capacitação para todos os professores do 1º CEB. Foram ainda distribuídas as senhas de acesso a todos os alunos, encarregados de educação e professores.
5. Hora de Programar, que iniciou em 13 turmas do 1º CEB e em grupos do 2º/3º CEB, quinzenalmente.
6. Hora de experimentar iniciou em 20 turmas do 1º CEB, quinzenalmente.

1.7. Projetos Educativos

A Divisão de Educação deu continuidade a um conjunto de projetos já existentes e a implementar novas iniciativas de modo a atingir-se os objetivos delineados e, assim, dar um importante passo na elevação da qualidade da educação e formação. Nos quadros que se seguem, apresenta-se uma síntese dos projetos desenvolvidos:

Designação	Destinatários	Nº de participantes
Vamos à Horta!	AAAF	22 Turmas
Color ADD - ver e sentir as cores	EB1	17 Turmas
Tertúlia Poética Infantil	AAAF/CAF	19 Turmas
Desfile de Carnaval	J/ EB1/ IPSS's	1214 Participantes
Dia da Família	AAAF/CAF	250 Participantes
Festa do Halloween	AAAF/CAF	2000 Participantes
Correio da Amizade	AAAF/CAF	1400 Participantes
Campos de Férias Vive a Páscoa	EB/ES	220 Participantes
Campos de Férias Vive o Verão	EB/ES	1000 Participantes
O crescer do ler	Jl	605 Crianças
Comemoração Dia Mundial Alimentação	Comunidade Educativa	160 Participantes
Saúde Oral	J/EB1	600 Crianças
Design for change	EB1	25 Turmas
Passaporte escolar	EB1	44 Turmas
Rastreios Visuais	Jl	600 Crianças
ABC do concelho	EB1	49 Turmas
COOPClube	EB1	32 Ações
Gerar TE	EB1/EB2,3	11 Ações
Nosso presépio de Natal	EB1	12 Escolas
Menos é mais	EB1	5 Turmas
Scratch	EB1/EB2,3	146 Alunos
Sorrisos Felizes	Jl	29 Crianças
Pé na Estrada Pequenos	Jl	42 Turmas
Pé na Estrada Médios	EB1	50 Turmas
Pé na Estrada Grandes	EB1	51 Turmas
Visitas à EER	Comunidade geral	
Sábados em Prevenção	Comunidade educativa	45 Visitantes
Prevenção Rodoviária para Todos	Comunidade educativa	491 Visitantes
Eco-Escolas	Comunidade Educativa	9 Escolas
Dia da Floresta Autóctone	EB1	36 Turmas
Orquestra Criativa	Comunidade Educativa	500 Participantes
Assembleia de Crianças	EB1	25 Turmas
Plataforma Aqui Decides Tu!	EB/ES	
Intercâmbio Assembleia de Crianças/Conselhos dos Infantes	EB1	7 Alunos
Universidade Júnior	Comunidade Educativa	23 Alunos
Prémio Rotary Melhores Alunos	EB3,ES, EP, E. Superior	22 Alunos
Bolsa Manuais Escolares Usados	Comunidade Educativa	
Educar para a proteção e defesa universal do direito da criança	EB1	11 Turmas
Difusão da Festa das Fogaceiras	J/EB1	7124 Fogacinhas
Reinventar o Traje das Fogaceiras	J/EB1/IPSS's	64 Turmas
Escola a Mexer	J/EB1	12 Turmas
Feira de Artes Performativas	EB3, ES	7 Grupos
Concurso de Ilustração Feira de Artes Performativas	ES	

Designação	Destinatários	Nº de participantes
Perlim	Comunidade educativa	25 Participantes
Viagem Medieval - Pequenos Infantes		
Viagem Medieval - Pequenos Guerreiros	Comunidade educativa	
Imaginarium Infantil	Ji/EB1	5 Atuações
Oficina de Animação	EB1	45 Turmas
Bolsas de Estudo Inglês - protocolo Lancaster College	EB2,3	20 Bolsas
CEF das diversidades aos desafios globais	EB2,3	
Os Robertos vão à Escola	Ji	13 Turmas
Pelo Direito à Inclusão	EB1	2000 Participantes
Programa Avançado de Sonhadorismo	ES	15 Participantes
Abrços Precisam-se	EB1	12 Escolas
Brincar ao Teatro	AAAF	11 Turmas
Linha do Vouga - comemoração dos 110 anos	EB1	9 Turmas

As atividades supracitadas foram concretizadas de forma satisfatória, o que podemos salientar que contribuíram em larga escala para a concretização das metas e objetivos projetos no Plano Educativo Municipal. Por forma a garantir a concretização da política educativa local no Município de Santa Maria da Feira, contratualizamos a Universidade de Aveiro para monitorização do Projeto Educativo Municipal 2014-2020.

Exemplo de alguns projetos:



Hortas pedagógicas



Vive as Férias do Natal



Projeto de Educação Financeira “No poupar é que está o ganho”

1.8. Plano de Desenvolvimento Europeu

1.8.1. Erasmus+ AC1 ensino escolar: Educação em Foco | 2018-1-PT01-KA101-046830

No âmbito do projeto “Educação em Foco”, realizou-se no dia 21 de novembro, uma ação de formação de curta duração “O eTwinning como plataforma promotora de trabalho colaborativo e de aprendizagens por projeto”, que contou com a participação de 25 docentes.

1.8.2. Erasmus+ AC1 ensino escolar: The School we have & the school we want | 2016-1-PT01-KA101-022262

Realizou-se a última mobilidade para o Município de Kordelio-Evosmos (Grécia), de 25 de fevereiro a 3 de março, tendo participado 7 representantes. O projeto foi ainda disseminado no III Seminário de Intercâmbio de Experiências no âmbito da Educação do Eixo Atlântico, a 29 de maio em Mirandela.

1.8.3. Erasmus+ AC1 educação de adultos: IOS – Improving Our Skills | 2016-1-PT01-KA104-022449

Realizou-se a última mobilidade, Liubliana (Eslovénia), com 5 representantes no curso “Peer coaching as a sustainable source of professional development”, de 8 a 14 de abril. Foi ainda apresentado no XV Congresso Internacional das Cidades Educadoras, de 13 a 16 de novembro, em Cascais.

1.8.4. Erasmus+ AC2 ensino escolar: Hugs not Drugs | 2016-1-TR01-KA201-034102

Durante o ano de 2018, realizaram-se os últimos encontros transnacionais do projeto: em Santa Maria da Feira, de 20 a 21 de março e em Kirikkale (Turquia) de 7 a 9 de maio. Nesta última mobilidade, participaram 3 alunos de cada uma das regiões parceiras do projeto.

1.8.5. Intercâmbios europeus realizados em parceria com a Divisão de Desporto e Juventude e Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida:

- Exploring democratic engagement; policy and practice in non formal citizenship education | Estrasburgo de 11 a 17 de Fevereiro;

- Euro Stage, Work Experience Lewisham peoples day | Lewisham de 2 a 8 de julho;
- Re-imagining Europe after BREXIT (young people’s responses and solutions) | Alingsas de 18 a 24 de novembro;
- “Pinocchio Joins the Orchestra in the S.TR.E.E.T”.

1.9. Qualificação dos munícipes e elevação das suas competências básicas e dos níveis de formação

1.9.1. “Brincar ao Teatro”

Esta oficina fez parte de um trabalho em rede, desenvolvido com Educadores de Infância em dois contextos diferentes, em grupo sala das AAAF e em contexto de formação apenas com educadores de infância. Participaram 11 Turmas.

1.9.2. “O Teatro- da Criação à Estreia” | Formação Acreditada para professores

Formação acreditada para professores com código de recrutamento 100 e 110, na EB Badoucos, Souto, sede do Teatro Quadrilha - Associação Cultural. Foram 14 os participantes.

1.9.3. Jornadas de Educação “da escola que temos à escola que queremos”

As XII Jornadas da Educação decorreram a 11, 12 e 13 outubro no Europarque e contou com cerca de 250 participantes. Integraram, ainda, o fórum *BizFeira*, com a BizTalk “Como Qualificar para o melhor futuro?”.

1.9.4. Ação de Formação: EKUI - Metodologia de Desenho Universal para uma Aprendizagem Inclusiva

A 21 de novembro realizou-se uma ACD na EB do Cavaco que contou com 10 professores.

desporto

Durante o ano de 2018, o Gabinete de Desporto tomou como ponto de partida para o trabalho realizado os três eixos definidos em sede de plano de atividades (Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva; Eixo II – Manter, Remodelar e Construir Espaços Desportivos; Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo), sobre os quais, agora, se faz a devida avaliação de resultados.

Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva – relativo ao desenvolvimento, promoção, coordenação e gestão dos programas de atividade física e desportiva, dirigidos à população em geral, com vista a aumentar a prática desportiva.

Em 2018, destacam-se no programa Desporto Fazemos Bem:

O runforfeira (corridas, trail, circuito de trail - treinos abertos e o andar a pé), programa anual de carácter desportivo/lazer organizado pela Câmara Municipal em parceria com os clubes/associações/juntas de freguesias do concelho. O programa runforfeira mobilizou mais de 45000 participantes, em 74 atividades distribuídos por 17 freguesias. De todas as provas organizadas/apoiadas, destaque, pelo elevado número participantes, para o Ultra Trail Medieval e a Corrida Urbana de Terras de Santa Maria



Prática desportiva

Já no que ao **cicloturismo** diz respeito, durante o ano de 2018 realizaram-se 12 passeios, com percursos de baixa e média intensidade, durante os meses de Maio, Junho, Julho, Setembro e Outubro. Esta iniciativa constitui uma excelente oportunidade para principiantes e amadores terem a possibilidade de desenvolver uma prática desportiva mais regular, condizente com a missão de promoção e incentivo da prática desportiva, conciliando desporto, lazer e turismo.

No que toca ao BTT, uma das modalidades mais praticadas, a nível informal, no nosso concelho, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira organizou os **Eventos de BTT** em parceria com várias associações do concelho, promovendo e potenciando um conjunto de eventos, uns de cariz competitivo, outros de lazer, num total de nove iniciativas e 1924 participantes (1869 do género masculino e 55 do género feminino).

No desenvolvimento de todos estes programas deu-se continuidade às parcerias com as comunidades locais: Juntas de Freguesia, Associações e Clubes, tendo a autarquia colocado à disposição a execução, o planeamento, a coordenação, bem como a comunicação, recursos humanos, e toda a logística inerente às provas/atividades.

Além destas ações, calendarizadas sob a égide Desporto Fazemos Bem, e relevando a importância da oferta de atividade física informal para a população, com cadência semanal foram promovidas as seguintes ações:

Night runners: atividade desportiva informal realizada todas as quartas-feiras, entre abril e outubro, dirigida a todas as pessoas. A cidade de Santa Maria da Feira acolheu em média cerca de 80 participantes todas as quartas-feiras, com concentração junto da Alameda do Tribunal. No total foram realizadas 30 iniciativas, num total de mais de 2000 participações. Por sugestão dos participantes, a partir de 2018 o Night Runners deixou de ter a pausa de inverno (que habitualmente acontecia após o mês de outubro), passando esta iniciativa a ter carácter semanal, ininterrupto.

Parque a mexer: evento que se realiza no parque da cidade de Lourosa, para a população em geral. Trata-se de um evento com uma regularidade semanal e inclui Fitness, Fitness at Night e Manhãs Vivas. Com este projeto levamos entre Abril a Outubro ao parque uma dinâmica desportiva que não existia até se iniciar este projeto, dando a possibilidade para a população experimentar modalidades de fitness. No total foram realizadas 40 iniciativas, com uma participação média de 60 pessoas, num número aproximado de 2500 participações.

Fitness at night: Fitness na rua, neste caso na Alameda do Tribunal, todas as terças feiras, projeto a pensar em quem não gosta de treinar fechado no ginásio. O objetivo desta iniciativa é tornar toda a experiência de fitness em algo divertido. Por esse motivo se incluem no espaço várias aulas que por um lado ajudam a relaxar os músculos, por outro levam a energia ao limite. Foi o segundo ano desta iniciativa, a qual contou com 21 momentos e com uma participação média superior a 60 pessoas, que perfaz um total superior a 1200 participações.

Além das atividades calendarizadas e das regulares/semanais, ao longo do ano a autarquia promoveu ainda diferentes atividades dirigidas a pessoas com deficiência. Com o projeto **Desporto Com Vida** pretendeu-se proporcionar novas e diferentes experiências à população alvo, bem como promover a integração. Com esse intuito, apresentou-se o projeto às instituições do concelho que trabalham com pessoas com deficiência, e em parceria desenvolveram-se as atividades de karting, bowling, e parque aquático, num total de 87 participantes da Casa Ozanam e Cerci Lamas.

Por sua vez, o **Desporto Plural** é um projeto de promoção do desporto para todos, que inclui a realização de treinos semanais em três modalidades: boccia, ténis de mesa e futsal. Nestas atividades participam utentes da Amicis, Cerci Feira, Cerci Lamas e Casa Ozanam. Em algumas ações verificou-se a colaboração de voluntários seniores, ampliando o alcance inclusivo do projeto.

Eixo II – Manter, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Ao Gabinete de Desporto cabe a gestão direta de **3 pavilhões municipais** (Arrifana, Fiães e São João de Ver). A estes será acrescentado o Pavilhão Municipal de Mozelos, que se encontra em fase final de empreitada, e cujos acabamentos finais se encontram em acompanhamento.

Estes espaços desportivos são ocupados por mais de 25 entidades a desenvolver as suas modalidades desportivas, com uma ocupação semanal superior a 60 horas por instalação, o que perfaz mais de 5500 horas anuais.

Além de treinos e jogos, diversos foram os eventos que foram acolhidos nestes espaços, tais como Feira Handball Cup, Supertaça de Futsal, Mini Olimpíadas, Final Four de Futsal, Bumper Balls, BTT Epic Gps...

Ainda dentro do tópico pavilhões gimnodesportivos, mas noutra perspetiva, a Câmara Municipal concede apoios para manutenção. Este apoio tem a natureza financeira e destina-se a compartilhar os encargos com a manutenção de pavilhões gimnodesportivos. Como forma de promover e dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que possuem este tipo de instalação desportiva. Foram apoiadas 3 candidaturas.



Espaços desportivos

Já no âmbito dos apoios à construção de outros espaços desportivos, a Câmara celebrou outros **protocolos** com as seguintes entidades: ADC Lobão – celebrou-se um contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito da requalificação dos balneários do campo de futebol; CD Arrifanense – celebrou-se um contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito da requalificação dos balneários do campo de futebol de relva sintética.

Por sua vez, na **Pista Municipal de Atletismo de Lourosa** tem vindo também a ser introduzidas melhorias (requalificação das pistas, requalificação dos contentores de apoio, aquisição e aplicação de colchões de proteção, aquisição e aplicação de lonas de proteção de caixas de areia). Este espaço desportivo tem gestão da Junta de Freguesia de Lourosa, com estreita colaboração da Câmara Municipal.

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

O **Programa de Apoio ao Desporto** define a tipologia de apoios a conceder pelo Município de Santa Maria da Feira para a promoção e dinamização da prática da atividade física e do desporto, estabelecendo as regras e as condições para a sua atribuição. Os seus destinatários são as entidades e organizações desportivas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com sede ou intervenção no espaço territorial do concelho de Santa Maria da Feira, podendo-se ainda incluir-se as organizações que, não tendo como objeto principal a atividade desportiva, desenvolvam projetos e atividades que contribuam para a promoção da prática da atividade física ou do desporto. Em 2018:

Medida 1 - Apoio à inscrição de praticantes ou às arbitragens

Como forma de promover o incremento dos escalões de formação bem como a ampliação da oferta desportiva, celebraram-se contratos programa de desenvolvimento desportivo para participar nos encargos com a filiação de praticantes desportivos através do pagamento das despesas efetuadas com inscrições, cartões, transferências, filiação do clube e seguro desportivo de todos os atletas masculinos dos escalões de formação e de todos os escalões os escalões femininos bem como no caso da modalidade de basquetebol os encargos com as arbitragens, até ao escalão sénior. Foram apoiadas 45 candidaturas.

Medida 2 – Apoio a programas, projetos, atividades regulares e pontuais

A medida 2 visou promover o desenvolvimento de projetos ou atividades na área do desporto com vista ao fomento da prática desportiva, nas vertentes de recreação e de rendimento, à formação de jovens atletas, ao incremento das várias modalidades desportivas. Foram apoiadas 4 candidaturas a projetos pontuais e 9 a projetos regulares.

Medida 3 - Apoio à participação desportiva dos cidadãos com deficiência ou incapacidade

Como forma de promover as atividades regulares e com o objetivo de possibilitar e facilitar o acesso à prática desportiva por parte dos cidadãos com deficiência ou incapacidade, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que realizaram ao longo de 2018 atividades regulares para pessoas com deficiência. Foram apoiadas 5 candidaturas.

Medida 5 – Cedência de espaços desportivos

Com a presente medida visou-se a promoção da prática desportiva através da disponibilização às entidades desportivas de períodos de utilização das instalações desportivas municipais, escolares, associativas e particulares, criando-se uma bolsa de horas de utilização das instalações, disponibilizadas pelos Agrupamentos de Escolas de Santa Maria da Feira, Agrupamento de Escolas Coelho e Castro, Agrupamento de Escolas de Argoncilhe, Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão, Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa e Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, para a prossecução das atividades físicas e desportivas. Foram também colocadas à disposição do movimento associativo

os pavilhões municipais de Arrifana, Fiães, Gião, Mozelos e S. João de Ver. Foram apoiadas 13 candidaturas.

Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos / b) Manutenção de campos de jogos de relva natural

Este apoio tem a natureza financeira e destinou-se a compartilhar os encargos com a manutenção de campos de jogo de relva natural. Como forma de promover e dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que possuem campos de jogo em relva natural. Foram apoiadas 7 candidaturas.

Gala do Desporto

Ao reconhecer a importância do Desporto no desenvolvimento do indivíduo e, conseqüentemente, na sociedade, o Município de Santa Maria da Feira assume a responsabilidade de contribuir para a divulgação e premiação dos resultados de mérito desportivo.

Em 2018 a Câmara de Santa Maria da Feira voltou a reconhecer o mérito desportivo concelhio na Gala do Desporto, que atribuiu prémios de desempenho desportivo em 15 categorias: Associação/Clube de Desporto do Ano; Atleta do Ano no Desporto Escolar, género Feminino; Atleta do Ano no Desporto Escolar, género Masculino; Dirigente do Ano; Atleta do Ano, Desporto Adaptado, género Feminino; Atleta do Ano, Desporto Adaptado, género Masculino; Prémio Carreira; Atleta do Ano na Formação, género Feminino; Atleta do Ano na Formação, género Masculino; Equipa do Ano; Treinadora do Ano; Treinador do Ano; Atleta do Ano, género Feminino; e Atleta do Ano, género Masculino; Evento Desportivo do Ano.

A seleção dos vencedores em cada uma das categorias foi da responsabilidade de uma Comissão de Avaliação constituída por personalidades ligadas ao desporto local, como dirigentes, treinadores, atletas e jornalistas.

O evento Gala do Desporto de Santa Maria da Feira constituiu o culminar desse reconhecimento, pela atribuição de prémios de desempenho desportivo relativos ao ano de 2018.

Foram rececionadas 135 candidaturas, foram selecionados 4 candidatos distribuídos por 15 categorias. Foi feita a apresentação pública dos vencedores a 26 de Abril.

Atividades locais, regionais, nacionais e internacionais

A terminar, importa destacar que em matéria de desporto a atividade da Câmara Municipal não se esgota nas atividades regulares por si promovidas/organizadas, ou no apoio a atividades pontuais das associações e clubes do município.

Seja pelo seu carácter histórico, pelo número de participantes, pela sua capacidade inclusiva, pela

vertente pedagógica e formativa, nuns casos, lúdica noutras, em 2018 todo um conjunto de ações mereceu também o envolvimento municipal, destacando-se algumas dessas ações: Passeio Road Book, Corta Mato do Desporto Escolar, Feira Handball Cup, Warriors Night Kickboxing Canedo, Volta às Terras de Santa Maria Troféu Fernando Mendes, Mini-Olimpíadas Concelhias, diversos torneios de futebol de formação (ex: Torneio Forte Paixão, Torneio Internacional de Verão Fiães SC e XIV Torneio – Clube Desportivo Arrifanense), 13º Torneio de Ténis de Mesa Cidade de Lourosa, Campeonato Nacional de Boccia Sub 14 e Sub 21, Campeonato Nacional de Boccia Senior.

Com o apoio a tão diferenciado leque de modalidades, assim se atingem outros dos objetivos estratégicos no que à política desportiva municipal diz respeito: a diversificação e a descentralização.

juventude

Dando cumprimento ao plano de atividades e assumindo a transversalidade das políticas de juventude, o Gabinete da Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem vindo a desenvolver programas, projetos e iniciativas de/para e com os jovens. Em articulação com os diversos departamentos municipais, as associações juvenis, as associações de estudantes, os grupos informais de jovens, bem como as diferentes fundações e organismos públicos e privados, de carácter local, regional, nacional e internacional que trabalham esta temática, com recurso ao diálogo estruturado e a ferramentas de educação não formal, relativamente aos resultados alcançados no ano 2018 destacam-se as seguintes atividades:

Desafia-te: é um projeto que tem como objetivos apoiar a definição do projeto de vida dos seus participantes, tanto a nível pessoal como a nível profissional, promovendo a aquisição de diferentes competências através de experiências de educação não formal; proporcionar um ambiente informal de partilha de experiências; fomentar os valores de cidadania e reforçar a participação dos jovens nas mais variadas ações que permitam a sua inclusão social.

Destina-se a jovens entre os 14 e os 18 anos que manifestam claros indicadores de desmotivação e insucesso escolares e que se possam traduzir em risco de abandono escolar precoce e possível exclusão social. Este projeto constitui-se, ainda, como uma estratégia de educação em rede, liderada e coordenada pela autarquia, mas construída e desenvolvida por uma diversidade de entidades locais e regionais que se assumiram como atores educativos.

No ano letivo 2018/2019 foi dado início à quarta edição do projeto, num formato diferente das anteriores edições, no sentido em que se apostou na participação de uma maior variedade e número de parceiros (dez), assim como numa seleção mais criteriosa dos participantes, num processo de aprendizagem e melhoria contínua com as experiências das edições anteriores.



Desafia-te



Jovem Autarca

Já o **Jovem Autarca** é um projeto educativo que pretende potenciar comportamentos de cidadania

ativa e governança partilhada, valorizando as opiniões dos jovens e suas perspetivas para o futuro. O seu âmbito primordial de intervenção é a educação para a cidadania, pretendendo capacitar os jovens ao nível das competências de comunicação, relações interpessoais, tomada de decisão, negociação e liderança.

Ao longo de 2018, os jovens que compunham a quarta edição do projeto idealizaram e concretizaram medidas que consideraram fulcrais para os jovens feirenses. Para além de se terem associado a diferentes causas, os jovens desenvolveram os projetos Jovem Autarca Face to Face, Conversas sem Segredos, Visão Feira e Jovem Autarca Dá+. Em outubro, iniciou-se a preparação da quinta edição, com a dinamização de sessões de apresentação do projeto em todos os agrupamentos de escolas do concelho, tendo-se seguido o período de campanha, dia de eleições e tomada de posse. No final de 2018, os jovens participantes da quinta edição iniciaram as suas reuniões de trabalho e realizaram a visita aos espaços municipais.

O projeto Jovem Autarca promove uma participação ativa dos jovens nas decisões políticas do concelho, incentivando-os a desempenhar o papel de porta-voz dos seus pares.

Noutra perspetiva, o **Ciclo de Workshops – Jovens Cri@tivos** é um conjunto de workshops de natureza recreativa, lúdica e pedagógica, através dos quais se pretende desenvolver e potenciar a criatividade nas mais diversas áreas, procurando responder a diferentes desejos de ocupação de tempos livres.

Com uma taxa de ocupação a rondar os cem por cento, no ano 2018 estes Workshops acontecerem em três momentos e contaram com as seguintes atividades: Páscoa – 03 a 06 de abril – Experiências sobre rodas, Pastelaria Páscoa, Oficina d'artes e Hambúrgueres Artesanais; Grandes Férias – 04 a 16 de julho – Danças Urbanas, Petiscos de Verão, Aventura na Água, Sonhadorismo, Bebidas de Verão, Instastories e Pavlovas; Natal – 17 a 21 de dezembro – Boxe Fit, Laser Run, Caracterização; Sabores de Natal e Francesinhas.

Noutro eixo de intervenção – a formação profissional e emprego – o programa **Jovem Ativo** pretende envolver jovens entre os 15 e os 25 anos, que se encontrem a estudar ou, tendo terminado a escolaridade obrigatória, se encontrem em processo de orientação vocacional e/ou profissional, com o objetivo de promover a articulação entre o ensino e o mercado de trabalho, procurando reduzir a taxa de desemprego jovem e responder às necessidades do tecido empresarial do concelho de Santa Maria da Feira.

Foram várias as oportunidades proporcionadas aos jovens, que assim tiveram uma primeira experiência em contexto de trabalho, que se espera venha a ser importante para a sua orientação vocacional futura.

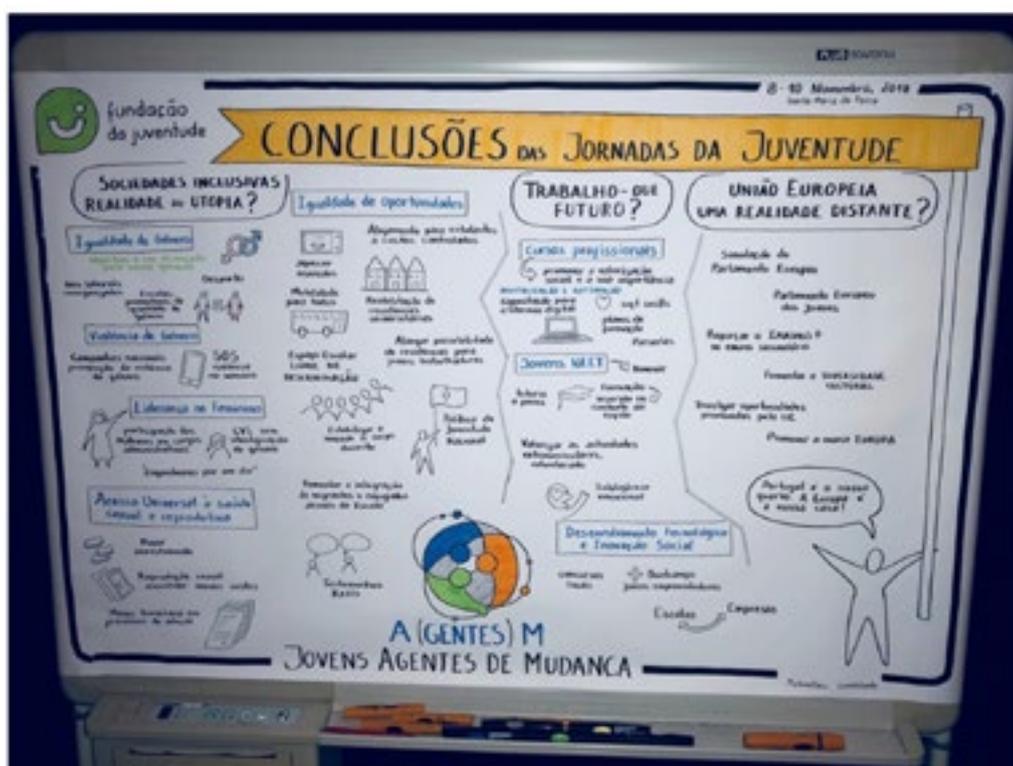
Em contexto de voluntariado, o **Imaginarium Participa** teve como principal objetivo envolver os jovens de forma ativa no festival Imaginarium, promovendo o seu contacto com uma nova realidade e a aquisição de novas competências, nomeadamente ao nível da comunicação e das relações interpessoais. Na última edição participaram 91 voluntários, 15 do género masculino e 76 do género feminino. A média de idades foi de 22 anos.

Finalmente, o **projeto A(gentes)M**, realizado em parceria com a Fundação da Juventude, teve

como objetivo primordial a promoção de comportamentos de cidadania ativa, a inclusão social e a solidariedade entre os jovens, bem como a discussão de temas prioritários entre os decisores políticos e os jovens, com vista a obter resultados úteis que sirvam a política da juventude a nível local, nacional e internacional.

O projeto desenvolveu-se em dois momentos principais:

1. Implementação do Programa de Cidadania Ativa – foram dinamizadas 5 sessões que trabalharam conceitos do domínio da cidadania e da inclusão social, a capacitação dos jovens e a criação de redes de partilha e cooperação;
2. Jornadas da Juventude: Cidadania Global - Jovens e o Mundo. Com base nos resultados obtidos no âmbito do programa de cidadania ativa reuniram-se 260 jovens de todo o país em Santa Maria da Feira debatendo esses resultados e criando novas propostas e conclusões a apresentar aos decisores políticos.



Jornadas da Juventude

Além das atividades e projetos que organiza para/com os jovens, o Gabinete de Juventude mantém uma política de **porta aberta**, a saber: representação Eurodesk e Loja Europa Jovem em Santa Maria da Feira – inaugurada em junho de 2018 (serviço de informação europeia aos jovens para projetos de mobilidade), Ponto Já (espaço de acesso à internet), Balcão de Apoio às candidaturas Porta 65 (arrendamento jovem), e Espaço OK (espaço de acompanhamento psicoterapêutico a jovens com consumos problemáticos de substâncias).

Em destaque final, relativamente ao ano de 2018 importa ainda destacar a participação de Santa Maria da Feira nas **redes** Europe Goes Local e Erasmus+; nos **intercâmbios** da Hub – Re-imagining Europe

After BREXIT (Allingsas – Suécia) e People’s Day (Lewisham – Inglaterra); e vários convites para apresentação do trabalho realizado e reconhecimento de **boas práticas** do Gabinete da Juventude: Vila do Conde (FNAJ – Federação Nacional de Associações juvenis), Vila Nova de Gaia (Associação Portuguesa de Profissionais de Juventude, Gondomar (Câmara Municipal de Gondomar).

Em 2018 foram realizadas as reuniões regulares do **Conselho Municipal da Juventude**.

Na implementação da(s) sua(s) política(s) de juventude, no que diz respeito aos seguintes **temas**: inovação e criatividade, emprego empreendedorismo e formação profissional, cidadania, ocupação de tempos livres, voluntariado, habitação, associativismo juvenil, saúde e sexualidade, mobilidade internacional, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira teve como principais **parceiros**: Fundação da Juventude, Fundação Bracara Augusta, Federação Nacional de Associações Juvenis, Agência Nacional Erasmus+ Juventude em Ação, Associação Portuguesa de Profissionais de Juventude, Instituto Português do Desporto e Juventude e o Conselho Nacional de Juventude.



2H

BERLIM
BERLIN



7H55'

MOSCOVO
MOSCOW



2H

ZURIQUE
ZURICH



2H

ROMA
ROME



8H

LUANDA
LUANDA



11H15'

MAPUTO
MAPUTO



4 AUTOESTRADAS

11 NÓS DE ACESSO | A1/A29/A32/A41

4 HIGHWAYS

11 INTERCHANGES | A1, A29, A32 AND A41

20 Km

CIDADE DO PORTO

FROM OPORTO